



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E
PATRIMÔNIO CULTURAL



GILCIMAR COSTA BARBOSA

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE RONDÔNIA:
REALIDADES INSTITUCIONAIS**

CACHOEIRA – BAHIA
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS (CAHL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO
CULTURAL (PPGAP)

GILCIMAR COSTA BARBOSA

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE RONDÔNIA:
REALIDADES INSTITUCIONAIS**

Texto apresentado para a Defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Concentração: Arqueologia

Linha 2: Musealização do Patrimônio Arqueológico

Orientador: Carlos Alberto Santos Costa

CACHOEIRA – BAHIA
2023

B238p Barbosa, Gilcimar Costa.

Patrimônio Arqueológico de Rondônia: realidades institucionais. /
Gilcimar Costa Barbosa. Cachoeira, BA, 2023.
230f.; il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-
Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, 2023.

1. Arqueologia - Rondônia. 2. Museologia. 3. Acervo de museu –
Rondônia. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de
Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 981.11

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

GILCIMAR COSTA BARBOSA

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE RONDÔNIA:
REALIDADES INSTITUCIONAIS**

Texto de Defesa de Mestrado, realizado sob a orientação do Prof. Carlos Alberto Santos Costa, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na concentração: Arqueologia, Linha 2 – Musealização do Patrimônio Arqueológico.

Cachoeira, 24 de maio de 2023.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Documento assinado digitalmente
 CARLOS ALBERTO SANTOS COSTA
Data: 24/05/2023 11:49:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa (Orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 HENRY LUYDY ABRAHAM FERNANDES
Data: 24/05/2023 12:18:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Henry Luydy Abraham Fernandes (Membro interno)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 MARIA CRISTINA OLIVEIRA BRUNO
Data: 24/05/2023 11:36:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Oliveira Bruno (Membro externo)
Universidade de São Paulo

“É difícil distinguir a verdade da familiaridade.”
(Daniel Kahneman)

AGRADECIMENTO

Gostaria de tratar o cumprimento de mais esta etapa no percurso de vida como algo trivial, portanto, comum a qualquer outra pessoa que tenha feito a opção por este caminho: usar a Educação como veículo de mobilidade dentro da estrutura de classes sociais. Percebi que, ao fazer isso, estaria sendo desonesto ante às fartas evidências cotidianas de assimetria de forças e oportunidades com as quais cada indivíduo, família ou grupo se relacionam. Com isso, quero dizer que a mobilidade social ainda é uma competição a ser vencida por poucos com a mesma origem que a minha, como muitos brasileiros, marcada por estigmas, dentre os quais o social e o racial. Acrescento, da minha perspectiva, não existimos em um vácuo, nesta caminhada, tão somente a força de vontade não seria o suficiente para alterar a minha posição nas camadas de classes, foi preciso a promoção das condições materiais, a partir das quais o desejo obstinado por uma vida que os meus pais sonharam, mas não tiveram, pudesse se tornar uma realidade. Foram imprescindíveis as condições promovidas pelo Estado brasileiro, oferecendo todo o aparato educacional universitário; a isso se somou o apoio de muitos sujeitos, estejam eles no núcleo familiar ou no ambiente acadêmico, representados pelas figuras dos meus pais, esposa, filho, irmã, tios, avó e outros. Os professores, sobretudo os mais próximos, além de educadores, assumiram a posição de mentores e amigos.

Assim, agradeço à UFRB pelo que me proporcionou antes, pelo que me proporciona agora; pelo seu papel social, por fazer seus estudantes acreditarem nas suas potencialidades e a quererem mais da vida, a explorar para além de onde a vista alcança, a romper barreiras e assumir papéis e funções que em outros tempos, e ainda hoje, para indivíduos como eu, são interditos; por auxiliar na pavimentação de caminhos que nos conduzem a uma realidade social que parecia inalcançável.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pela oportunidade em cursar o Programa; aos professores do PPGap pelas discussões acadêmicas, pelo tempo dedicado a ensinar e orientar. Por ampliarem o meu repertório de interlocução para o enfrentamento do tema do trabalho e, conseqüentemente, das questões relacionadas à instituição onde atuo; ao meu orientador, Carlos Costa, pela paciência e horas dedicadas para com a recondução do tema do projeto e

desenvolvimento das diferentes fases da pesquisa. Agradeço mais ainda, por acreditar em mim. Aos meus colegas da turma 2021.1, pela boa relação que nutrimos até aqui.

Ao Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, por consentir o meu afastamento para cursar o Programa de Pós-Graduação; à Silvana Zuse, pelas conversas e contribuições sobre o projeto a ser apresentado na seleção do PPGap/UFRB. Ao Eduardo Bespalez, pela indicação de contato para a realização de entrevista. À Aneilda, pelo tratamento solícito para com o fornecimento de informações relativas ao processo de afastamento junto à UNIR. A Izabela Bertolo, pelo retorno às minhas perguntas acerca da base de dados do IPHAN. A Angislaine, pela elaboração do mapa de localização das instituições.

Ao Paulo Zanettini, Sócio-Diretor da Zanettini Arqueologia, por ter disponibilizado a lista de portarias emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Aos representantes das instituições que entrevistei, pela generosidade com a apresentação dos seus pontos de vista sobre as suas realidades institucionais, nas figuras da professora Cristina Bruno (docente da USP), Juliana Santi (docente da UNIR), Maria Coimbra (arqueóloga e ex-diretora do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia), Enir Maria (geógrafa do Museu de História Natural do Mato Grosso), Vitória Zanqueta (curadora do Museu de História Natural do Mato Grosso), Bernardo Duque (museólogo do LASCA/UFSM) e André Luís (professor do LASCA/UFSM).

Aos meus pais Gilmar e Maria, à minha irmã Priscila e à sobrinha Sophia, pelo afeto, carinho e fortalecimento mútuo, mesmo à distância.

À minha esposa Eva, companheira e amiga, pela dedicação à nossa família; pelos exemplos diários de força, solidariedade e afeto; pelos sacrifícios a que teve que se submeter em meio à maternidade e a minha entrada no mestrado. Palavras não conseguem expressar a minha gratidão e sorte, por constituir uma família e caminhar ao seu lado. Ao querido Heitor, nosso filho. O meu amor por vocês não pode ser traduzido em palavras.

Cachoeira, maio de 2023.

BARBOSA, Gilcimar Costa. **Patrimônio arqueológico de Rondônia**: realidades institucionais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural – PPGap, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cachoeira, 2023, 229p.

RESUMO

A preservação do Patrimônio Cultural, por extensão do Patrimônio Arqueológico, pressupõe a existência de uma série de premissas, construção de pensamentos que alicerçam e conferem profundo sentido à patrimonialização. A operacionalização desse processo, de maneira não refletida, pode levar os agentes que o conduzem ao esquecimento das razões que os motivam a selecionar, preservar e valorizar determinados referenciais culturais. Amparados por essa lógica, temos como objeto de estudo: as coleções arqueológicas formadas no estado de Rondônia, salvaguardadas por museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico. Sob o prisma da Musealização da Arqueologia, buscaremos formar um juízo sobre as condições de salvaguarda, uso social e público desses bens patrimoniais. Questionamos como, e se, as organizações e os seus acervos têm capacidade para implementar processos museológico-curatoriais e contribuir para o desenvolvimento social da região de origem, e se os profissionais do campo patrimonial atuantes nos museus se bastam para formular a representação do outro. A partir da análise desses critérios, teremos as condições necessárias para traçar um quadro avaliativo acerca da efetividade das práticas institucionais destinadas ao cumprimento das premissas que lhes foram confiadas.

Palavras-chave: musealização da Arqueologia; Patrimônio Arqueológico; Museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico; Rondônia.

BARBOSA, Gilcimar Costa. **The Archaeological heritage of Rondônia: institutional realities**. Masters dissertation. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural – PPGap, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cachoeira, 2023, 229p.

ABSTRACT

The preservation of the archaeological heritage presupposes the existence of guidelines that support and give deep meaning to the heritage. This process, done in a thoughtless way, leads to forgetting the reasons that lead to selecting, preserving and valuing memory indicators. Based on this premise, the object of study are the archaeological collections formed in the state of Rondônia, protected by museums, guarding and research institutions of the archaeological heritage. The Musealization of Archeology assumes itself as the theoretical horizon of apprehension of the discussions. First, based on interviews, the conditions of some of the institutions that keep archaeological collections in Rondônia are presented, as well as reflections on the flows and processes of generation of these collections; finally, through the observation of collaborative experiences, alternatives of qualified sociocultural appropriations of the archaeological heritage are analyzed. With this, it is possible to form a judgment about the conditions of safeguard, social and public use of the mentioned heritage assets.

Keywords: Musealization of Archeology; Archaeological Heritage; Museums and Institutions for the Guard and Research of Archaeological Heritage; Rondônia

LISTA DE SIGLAS

A.M. – Arqueologia Musealizada
AID – Áreas de Influência Direta
AII – Áreas de Impacto Indireto
ALAM – Associação Latino-Americana de Museologia
AP – Antes do Presente
APP – Área de Proteção Permanente
BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações
CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJPE-SKZI – Sinagoga Kahal Zur Israel
CDPA – Centro de Documentação e Pesquisa Arqueológicas
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CGTT – Conselho Geral da Tribo Ticuna
CNA – Centro Nacional de Arqueologia
CNIGP – Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CoPel – Coordenação de Pesquisa e Licenciamento
CPMRARO – Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia
DARQ – Departamento de Arqueologia
DARQ – Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia
ECOSS – Instituto de Ecossistemas e Populações Tradicionais
EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FATEC – Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência
FCCM – Fundação Casa da Cultura de Marabá
FUNDAPE – Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre
GAP – Gestão do Patrimônio Arqueológico
IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira
IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – Conselho Internacional de Museus
ICT – Instituição Científica Tecnológica e de Inovação
IFRO – Instituto Federal de Rondônia
IGPA – Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia
IHB – Instituto Homem Brasileiro
IPARQ – Instituto de Pesquisas em Arqueologia
IPECI – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAP – Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte
LASCA – Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas
LEPA – Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas
M.A. – Musealização da Arqueologia
M.P.A. – Musealização do Patrimônio Arqueológico
MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia
MAR – Museu de Arqueologia de Ariquemes
MCN – Museu de Ciências Naturais
MCT – Ministério da Ciência, Tecnologia
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MERO – Museu Estadual de Rondônia
MHNMT – Museu de História Natural de Mato Grosso
MINOM – Movimento Internacional da Nova Museologia
MMFB – Museu Militar Forte do Brum
MoA – *Museum of Anthropology of the University of British Columbia*
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
NAEEP – Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial
NEPAM – Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais
NGS – *National Geographic Society*
NMAI – *National Museum of the American Indian*
OS – Organização Social
PALMA – Projeto Alto Madeira
PHAN – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PPGAP – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural
PPGARQ – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

PRONAPABA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica

PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

RT – Reserva Técnica

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SI – *Smithsonian Institution*

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UHE – Usina Hidrelétrica

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Imagem 1: Instituições com a responsabilidade de guarda de acervos arqueológicos gerados no estado de Rondônia. Autoria: Angislaine Freitas Costa, 2022. | 28 |
| Imagem 2: Fluxograma: da Arqueologia Musealizada à herança cultural. Autoria: Gilcimar Costa Barbosa. | 42 |
| Imagem 3: Prédio administrativo do Instituto de Arqueologia Brasileira. | 81 |
| Imagem 4: Reserva técnica do Instituto de Arqueologia Brasileira. | 81 |
| Imagem 5: Fachada do Museu de Ciências Naturais da Universidade Católica de Minas Gerais. | 82 |
| Imagem 6: Espaço expositivo do Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. | 82 |
| Imagem 7: Exposição do MAE/USP, “Assim Vivem os Homens”. | 83 |
| Imagem 8: Exposição do MAE/ USP, “Entre Conchas: Modos de Vida nos Sambaquis” | 83 |
| Imagem 9: Entrada do Museu Paraense Emílio Goeldi – Campus de Pesquisa. | 86 |
| Imagem 10: Reserva Técnica Arqueológica do Museu Paraense Emílio Goeldi. | 86 |
| Imagem 11: Espaços expositivos do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) | 87 |
| Imagem 12: Mostra dos itens salvaguardados pelo Instituto Homem Brasileiro | 89 |
| Imagem 13: Sede da Casa da Cultura de Marabá | 91 |
| Imagem 14: Item do acervo institucional da Casa da Cultura de Marabá..... | 91 |
| Imagem 15: Fachada do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO), quando da reinauguração em 2019..... | 97 |
| Imagem 16: Espaço expositivo do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO)..... | 97 |
| Imagem 17: Vista frontal e lateral do prédio da Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia. | 107 |
| Imagem 18: Foto da Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia, tomada a partir de uma das entradas da RT. | 107 |
| Imagem 19: Foto da Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia, tomada a partir da parede dos fundos do prédio. | 108 |

| | |
|---|-----|
| Imagem 20: Um dos quatro laboratórios do prédio da Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia. | |
| Imagem 21: Centro de Documentação e Pesquisas Arqueológicas-CDPA. | 108 |
| Imagem 22: Centro de Documentação e Pesquisas Arqueológicas-CDPA. | 108 |
| Imagem 23: Planta baixa da Reserva Técnica vinculada ao DARQ/UNIR. | 109 |
| Imagem 24: Projeto de construção da Praça dos Museus da Universidade de São Paulo. | 118 |
| Imagem 25: Reserva Técnica Visitável do MAE/USP – Arqueologia Amazônica. ... | 118 |
| Imagem 26: Reserva Técnica do MAE/USP. Vista geral com os armários deslizantes; armazenamento de cerâmicas etnográficas (à direita, superior); gavetas para armazenamento de objetos de grande porte: máscaras indígenas (à direita, inferior). | 119 |
| Imagem 27: Exposição Sambaquis: Arqueologia e interdisciplinaridades no litoral do Brasil. | 120 |
| Imagem 28: Exposição Sambaquis: Arqueologia e interdisciplinaridades no litoral do Brasil. | 120 |
| Imagem 29: Exposição Resistência Já! Fortalecimento e união das culturas indígenas Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena. | 123 |
| Imagem 30: Prédio do Museu de História Natural do Mato Grosso. | 126 |
| Imagem 31: Espaço da exposição permanente do Museu de História Natural do Mato Grosso. | 127 |
| Imagem 32: Café e loja de utensílios do Museu de História Natural do Mato Grosso. | 127 |
| Imagem 33: Sede do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). | 136 |
| Imagens 34: Espaço expositivo do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). | 136 |
| Imagens 35: Espaço reservado à escavação simulada do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). | 136 |
| Imagens 36: Espaço reservado à escavação simulada do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). | 136 |

Imagem 37: Mostra de peças cerâmicas e líticas do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) 136

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Endossos dos museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico – 2000 ao primeiro semestre de 2022. | 76 |
| Tabela 2: Tipologia das instituições que forneceram endossos institucionais entre 2000 e 2016. | 142 |
| Tabela 3: Instituições e número de endossos concedidos para Projetos de Pesquisa arqueológicos em Rondônia – 2000 a 2016..... | 142 |
| Tabela 4: Instituições e número de endossos concedidos para Projetos de Pesquisa Arqueológica em Rondônia – 2017 ao primeiro semestre de 2022. | 144 |
| Tabela 5: Produção científica dos coordenadores de projetos arqueológicos permitidos e autorizados pelo IPHAN. | 155 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1: Apoio institucional aos endossos fora e dentro do estado de Rondônia - 2000 a 2016. | 141 |
| Gráfico 2: Tipologias das instituições e a distribuição dos endossos - 2000 a 2016. | 143 |
| Gráfico 3: Instituições universitárias e o número de endossos fornecidos - 2000 a 2016. | 143 |
| Gráfico 4: Apoio institucional aos endossos fora e dentro do estado de Rondônia - 2017 ao primeiro semestre 2022. | 145 |
| Gráfico 5: Proporcionalidade entre projetos de Arqueologia acadêmica e preventiva. | 146 |
| Gráfico 6: Número de portarias emitidas entre 2017 e primeiro semestre de 2022. | 146 |
| Gráfico 7: Instituições de apoio associadas às portarias segundo abrangência territorial-administrativa de atuação - 2017 ao primeiro semestre de 2022. | 147 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO 1 – CAMINHOS PARA COMPREENSÃO, REFLEXÃO E APREENSÃO DA SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO INSTITUCIONALIZADO DE RONDÔNIA | 23 |
| 1.1 A ARQUEOLOGIA NO BRASIL E EM RONDÔNIA..... | 24 |
| 1.2 ARQUEOLOGIA, MUSEOLOGIA E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO..... | 29 |
| 1.3 MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA, MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA | 37 |
| 1.4 O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E O RECURSO DO ENDOSSO INSTITUCIONAL..... | 46 |
| 1.5 ENTRE A INÉRCIA E A PROPOSIÇÃO DE “SOLUÇÕES” | 48 |
| 1.6 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E SOCIEDADE | 60 |
| 1.7 OS MÉTODOS DE ESTUDO..... | 67 |
| CAPÍTULO 2 – O QUE SÃO, COM QUEM ESTÃO E COMO ESTÃO OS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS DE RONDÔNIA? | 74 |
| 2.1 INSTITUIÇÕES QUE SALVAGUARDAM OS BENS ARQUEOLÓGICOS DE RONDÔNIA..... | 74 |
| 2.2 MUSEUS, INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO..... | 77 |
| 2.2.1 Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)..... | 80 |
| 2.2.2 Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Acre (UFAC) | 81 |
| 2.2.3 Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IPECI), da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) | 81 |
| 2.2.4. Instituto de Pesquisas em Arqueologia (IPARQ), da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) | 82 |
| 2.2.5 Museu de Ciências Naturais (MCN), da Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)..... | 82 |
| 2.2.6 Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR)..... | 83 |
| 2.2.7 Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) | 83 |

| | |
|---|------------|
| 2.2.8 Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)..... | 86 |
| 2.2.9 Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais (NEPAM), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)..... | 87 |
| 2.2.10 Instituto Homem Brasileiro (IHB) | 88 |
| 2.2.11 Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)..... | 90 |
| 2.2.12 Museu de Arqueologia de Ariquemes (MAR), do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) | 91 |
| 2.2.13 Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO), em Presidente Médici | 92 |
| 2.2.14 Reserva Técnica (RT) Arqueológica do Departamento de Arqueologia (DARQ), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) | 103 |
| 2.2.15 Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade de São Paulo (USP)..... | 115 |
| 2.2.16 Museu de História Natural de Mato Grosso (MHNMT) – Casa Dom Aquino | 124 |
| 2.2.17 Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | 133 |
| 2.3 ENDOSSOS INSTITUCIONAIS E PORTARIAS ARQUEOLÓGICAS: 2000 A 2016 | 141 |
| 2.4 ENDOSSOS INSTITUCIONAIS E PORTARIAS ARQUEOLÓGICAS: 2017 A 2022 | 144 |
| 2.5 PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PROJETOS DE ARQUEOLOGIA DE RONDÔNIA..... | 149 |
| CAPÍTULO 3 - A EXPERIÊNCIA DO OUTRO COMO CAMINHO PARA OS MUSEUS E INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA..... | 156 |
| 3.1. COMPOSIÇÃO E COMUNICAÇÃO DE ACERVOS: ENTRE EXPERIÊNCIAS GLOBALIZANTES E ABORDAGENS COLABORATIVAS | 156 |
| 3.1.1 Museu Magüta | 159 |
| 3.1.2 Exposição “A Presença do Invisível: vida cotidiana e ritual entre os Povos Indígenas do Oiapoque” | 161 |
| 3.1.3 Exposição “Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena” | 162 |
| 3.1.4 Exposição “Os primeiros brasileiros” | 163 |

| | |
|---|-----|
| 3.1.5 Exposição “Lavras e Louvores” | 165 |
| 3.1.6 Experiências internacionais: <i>National Museum of the American Indian, Museum of Antropology of the University of British Columbia, Makah Cultural and Reserch Center e A:Shiwi A:Wan Museum and Heritege Center</i> | 167 |
| 3.2 AS EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS INDÍGENAS E OS MUSEUS, INSTITUIÇÕES DE GUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO..... | 170 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 174 |
| REFERÊNCIAS | 181 |
| APÊNDICE I | 191 |
| APÊNDICE II | 193 |

INTRODUÇÃO

Temos como tema de pesquisa um estudo de caso: os acervos arqueológicos gerados em Rondônia, Brasil, sob condição de salvaguarda institucional. Refletiremos se os caminhos que levam à preservação desse patrimônio contemplam e cumprem as premissas que justificam a preservação. Vinculamos o nosso interesse de investigação à compreensão das realidades vividas por museus e demais instituições¹, organizações formais às quais compete a responsabilidade de proteção desses bens em território rondoniense e nas demais unidades da federação. A partir dessa composição, estamos a tratar dos vestígios arqueológicos cujos processos de patrimonialização e musealização já foram, em alguma medida, aplicados ou iniciados. Em outras palavras, verifica-se a atribuição de valores academicamente e/ou socialmente construídos.

O nosso intento é examinar as capacidades de implementar processos museológicos curatoriais das organizações que endossaram Projetos de Pesquisa em Arqueologia, cujo resultado tenha sido a geração de acervos em associação ao seu conjunto documental. Isso implicará a identificação do perfil dos acervos, da situação de salvaguarda, além do seu uso social e público. Ademais, lançaremos nossos olhares também para fora das fronteiras do Estado de origem, pois temos um histórico de “êxodos” trilhados por numerosas coleções durante décadas, partindo de Rondônia para outras regiões do país. No passado, seja pela ausência de instituições que pudessem acolher os acervos gerados por Projetos de Pesquisa Arqueológica, ou pelo critério da conveniência, posto serem muitos dos arqueólogos ali atuantes advindos de outros lugares, esse patrimônio era deslocado a fim de ser estudado e salvaguardado em museus, centros de pesquisa, laboratórios, institutos etc., localizados no Centro-Oeste, Sudeste, Sul, além de localidades outras na Região Norte do Brasil. Essa dinâmica operou tal como um movimento de “diáspora” (BRUNO, 2018, p. 114) para esses referenciais culturais. A constatação posta em

¹ Assumimos a noção de “museu” definida no artigo 1º da Lei Federal nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus) e de “instituição de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico” trabalhadas de forma tácita na IN IPHAN nº 1/2015 e na Portaria IPHAN nº 196/2016, mas só conceituada no artigo 105 da Portaria IPHAN nº 375/2018 (Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan). Mais à frente, esse tema será mais aprofundado. Para uma melhor compreensão, sugerimos ver o artigo “Por políticas para a gestão e musealização do Patrimônio Arqueológico: uma escala de sentidos”, de Carlos Costa (2019).

destaque não deve ser encarada como caracterizadora de uma realidade local, senão mais geral, comum na história de formação dos acervos arqueológicos em todo o país.

A questão lançada diz respeito às reiteradas constatações de falhas no processo de administração dos acervos, as quais estudiosos do campo patrimonial vêm chamando a atenção ao longo de décadas, ao mesmo tempo que tentam articular uma aproximação equilibrada entre a Museologia e a Arqueologia, capaz de promover práticas de preservação e comunicação dos contextos culturais onde se inserem os bens arqueológicos como eixo gerador de ações patrimoniais (BRUNO, 2013/2014, p. 7). Ao longo dos anos, notadamente, cada vez mais coleções são geradas, o ônus institucional para o gerenciamento de acervos com essa natureza tem se tornando com frequência, maior – conformando uma escalada que exige mais infraestrutura – número crescente de profissionais especializados e recursos monetários. A situação se tornou insustentável em muitos cenários, comprometendo gravemente a prestação de serviço à sociedade por parte dos espaços de guarda. É a partir dessa perspectiva que examinaremos o nosso objeto de estudo.

Ao refletir sobre o problema que apresentamos, entendemos que a operacionalização da preservação do Patrimônio Arqueológico atende parcialmente os sentidos que a justificam. Acreditamos que as dissonâncias entre os meios operacionais que o levam a ser preservado, bem como as diferentes historicidades, condições técnicas e realidades institucionais, apontarão para um quadro majoritário no qual este “ato preservacionista” estaria justificado apenas no próprio processo que o gerou, ou seja, na pesquisa. Outrora satisfatória como um resultado último, a Pesquisa Arqueológica encerrada em si mesma justificou por longo período a preservação do Patrimônio Arqueológico, contudo, esse entendimento foi superado, a julgar pela sua baixa efetividade em atingir, por si só, as demais finalidades desse processo, através do conjunto de princípios que completam de sentidos essa prática². A essa particularidade, a ausência de significados mais profundos,

² As possibilidades de abordagens sobre a temática do Patrimônio Arqueológico ganham mais sentido quando colocamos em evidência as conexões existentes com os postulados orientadores da sua preservação. Notadamente, nos referimos ao seu reconhecimento como “Patrimônio Cultural brasileiro” e “bem da União” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988), categorias de pensamento e do campo jurídico relevantes para o entendimento da dimensão humana, o exercício de construção, desconstrução, ressignificação das memórias, identidades, pertencimentos e historicidades nacionais. Tais bens, se operados pela esfera pública, privada ou quando agrupados e comunicados por instituições com caráter museológico ou em outros cenários, exercem as potencialidades de atuação

podemos denominar de uma “razão esquecida” pelos processos preservacionistas aplicados ao Patrimônio Arqueológico.

Isso posto, no Capítulo 1, apresentamos o histórico das Pesquisas Arqueológicas no Brasil e em Rondônia; a relação interdisciplinar entre a Arqueologia e a Museologia ante ao campo do Patrimônio Arqueológico; as noções de Musealização da Arqueologia, Musealização do Patrimônio Arqueológico e Arqueologia Musealizada; abordaremos o endosso institucional, principal porta de entrada de coleções em museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos. Já afirmamos que o endosso institucional, se por alguns é defendido, por outros é visto como dispositivo jurídico que mais fragiliza que fortalece as instituições. Trataremos sobre caminhos possíveis como prática para a governança museológica no enfrentamento de realidades institucionais, onde temos espaços museológicos sobrecarregados pela incorporação excessiva de acervos. Também nos detivemos a avaliar as razões pelas quais a sociedade e o Patrimônio Arqueológico se encontram distantes.

O Capítulo 2 foi dedicado à pesquisa propriamente dita, quando fizemos o levantamento e exame das portarias de autorização, permissão e renovação de Pesquisas Arqueológicas, para, em seguida, construirmos um diagnóstico acerca do volume de projetos de Arqueologia empreendidos nos últimos anos em Rondônia, tanto no segmento acadêmico quanto empresarial. Em um segundo momento, dedicamo-nos à realização de entrevistas com profissionais que atuam ou tiveram passagem recente pelas instituições investigadas. Com base em um questionário, apuramos desde o perfil de formação dos agentes à historicidade dos espaços pesquisados, as iniciativas e estratégias para a divulgação dos acervos. De igual modo, analisamos os currículos dos coordenadores dos projetos de Arqueologia, para localizar as formas alternativas e adicionais para a divulgação dos conhecimentos gerados pelas pesquisas, indo para além da obrigatoriedade legal de entrega dos relatórios finais de estudo, como forma de devolução do Patrimônio Arqueológico à sociedade.

Para o Capítulo 3, trouxemos exemplos de instituições, no Brasil e fora do território nacional, que conseguiram subverter a lógica do modelo clássico de museu

para implementar formatos não convencionais de instituições, em especial no que se refere ao seu padrão de atuação, primando pelas múltiplas falas e visões de mundo, com abordagens colaborativas, inclusivas, participativas, decoloniais.

Assim, esperamos com a presente dissertação contribuir com a reflexão de como, e se, o papel do Patrimônio Arqueológico do estado de Rondônia, tem contribuído como vetor do desenvolvimento social das regiões de origem.

CAPÍTULO 1 – CAMINHOS PARA COMPREENSÃO, REFLEXÃO E APREENSÃO DA SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO INSTITUCIONALIZADO DE RONDÔNIA

O objetivo deste capítulo é apresentar o contexto no qual pretendemos orientar o nosso olhar à investigação. Em um primeiro momento, a busca será compreender brevemente, a partir de uma perspectiva histórica, a formação da Arqueologia no Brasil e, especialmente, no Estado de Rondônia. A partir de então, abordaremos os aspectos que configuram a relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia, uma vez que é neste campo de ficção de conhecimento que se insere a presente dissertação. No âmbito dessa discussão entre campos de conhecimento, introduziremos três noções fundantes para compreensão do alcance das relações interdisciplinares: Musealização da Arqueologia, Musealização do Patrimônio Arqueológico e Arqueologia Musealizada, uma vez que compreendemos que as relações e distinção dessas abordagens permite maior consciência acerca do que buscamos responder nesta pesquisa.

Uma vez entendidas as características do campo interdisciplinar, buscaremos demonstrar ao leitor as situações específicas que afetam a geração do Patrimônio Arqueológico associada à cadeia operatória da Museologia – como os acervos arqueológicos gerados nos contextos de licenciamento ambiental e os mecanismos de endosso institucional – e as situações “patrimoniais” associadas aos objetos arqueológicos, inclusive a assunção ou não do descarte como prática de gestão dos acervos. A função desses debates é criar um cenário para se entender a estrutura técnica, jurídica e profissional na qual estão inseridas as formações dos acervos arqueológicos com o intuito de entender como, e se, esse esforço de preservação atinge o seu fim último, que é a sociedade. Finalmente, o capítulo se encerra com a apresentação dos parâmetros metodológicos utilizados para o levantamento dos dados que buscaremos analisar.

1.1 A ARQUEOLOGIA NO BRASIL E EM RONDÔNIA

Como linha do tempo, podemos organizar a história da Arqueologia no Brasil em três fases. Na primeira, as interpretações sobre nossas origens “pré-históricas” transitavam entre o Mito das Sete Cidades e o vínculo com os fenícios e com Atlântida. O momento seguinte foi pautado pelos relatos dos viajantes e etnógrafos, os quais serviram como fontes “objetivas e diretas” para a interpretação dos contextos sociais e arqueológicos. Na terceira fase, a Arqueologia está mais comprometida em suas abordagens, com uma base teórica e metodológica (MARTIN, 2005, p. 33-35). Tendo em vista esse contexto e a falta de projetos acadêmicos específicos para esse campo, coube aos especialistas estrangeiros a formação das futuras gerações de profissionais, bem como o desenvolvimento de métodos e teorias (missões francesa e norte americana). Contudo, a ênfase adotada esteve mais restrita aos métodos de escavação, classificação, datação e documentação, restando negligenciada a formulação de um projeto de teoria (BARRETO, 1999, p. 207). Esses personagens implementaram arcabouço teórico e metodológico muitas vezes condicionado aos seus próprios contextos de origem, razão pela qual buscaram aqui encontrar referências culturais ancestrais comuns à Europa, América do Norte, ou mesmo alguma equivalência com as sociedades andinas.

Fruto da missão científica capitaneada por pesquisadores estadunidenses, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) realizou, entre 1965 e 1970, um extenso mapeamento de sítios arqueológicos e formou coleções em diferentes regiões do Brasil, fornecendo um diagnóstico amplo, entretanto, pouco aprofundado sobre a realidade arqueológica nacional (MARTIN, 2005, p. 92-93).

A partir de 1980, a cena brasileira sofre uma sensível mudança, quando o Patrimônio Arqueológico passa a ser considerado nos estudos de impacto ambiental que impliquem na construção, sobretudo, de grandes empreendimentos, como estradas, hidroelétricas e outros, condição que só viria a ser regulada pelo Estado brasileiro mais no final da década (Resolução CONAMA nº 01/1986). Assim, assistiu-se ao aumento expressivo do volume e quantidade de acervos arqueológicos gerados e, por consequência lógica, recebidos por museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos, a essa altura já

sobrecarregadas (ESTRATICAST, 2021)³. Em muitos casos, esse movimento chegou ao ponto de inviabilizar a realização de qualquer planejamento, com vistas a organização e gerenciamento dos acervos.

A relação entre a Ciência Arqueológica, instituições e o mercado empresarial teve seu marco inicial com o salvamento realizado na construção da Hidrelétrica de Itaipu. O exercício da Arqueologia de Contrato ou Arqueologia Empresarial, atividade de Pesquisa Arqueológica vinculada normativamente (Resolução CONAMA nº 001/1986; Portarias 230/2002 e 28/2003) aos estudos de impacto ambiental, é apontado como o principal fator para a crescente necessidade de regulamentação das autorizações de Pesquisas Arqueológicas e gestão, para dar conta das demandas, cada vez maiores (SALADINO et al, 2013, p. 110).

O aumento no número de obras de engenharia e empreendimentos econômicos que representassem riscos de impacto ao meio ambiente, fez emergir uma prática arqueológica apartada dos meios acadêmicos (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 69). Dessa feita, se outrora os objetivos da Arqueologia eram puramente científicos, agora, as teorias, os métodos, as técnicas, as finalidades e os seus objetivos estavam distantes, pois passou a se relacionar com a lógica do mercado. Sabidamente, “tudo passa a ser mensurado com o intuito de convergir os interesses da ciência com a necessidade de obtenção de lucro. A Arqueologia entra no campo empresarial” (COSTA; COMERLATO, 2013/2014, p. 121).

Na história da Arqueologia brasileira, a relação com os museus pode ser percebida a partir de quatro movimentos: i) um primeiro, entre o último quarto do século XIX e primeira metade do século XX, cujo pensar e práticas estiveram inseridos nos pioneiros museus brasileiros, a exemplo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, Museu Paraense Emílio Goeldi, na capital do Pará, Museu Botânico do Amazonas, em Manaus, Museu Paulista, em São Paulo, e do Museu Paranaense, em Curitiba. A Arqueologia tinha como prática a busca por vestígios de civilizações que pudessem figurar na construção de um ideal de nacionalidade. Nesse contexto, a abordagem conferida aos povos originários era preferencialmente o tratamento como povos extintos, quando não, procurava comprovar a sua debilidade intelectual; ii) no segundo, entre os anos de 1920 e 1950, a construção da história cultural brasileira, abandona as fontes arqueológicas do passado pré-colonial. A

³ Entrevista em *podcast* concedida por Cristina Bruno.

representação da Arquitetura Barroca Colonial se torna hegemônica, raramente os vestígios arqueológicos dos povos originários foram considerados como de valor excepcional, expresso no Decreto-Lei nº 25/1937; iii) o terceiro, vigente entre 1950 e 1990, caracterizou-se por ser um movimento arqueológico universitário, com especialização de áreas do conhecimento, desenvolvimento de laboratórios e centros de pesquisa e atuações estrangeiras, em detrimento de uma identidade museológica; iv) finalmente, na quarta fase, que perdura até os dias atuais, embora tenhamos uma relação marcada por caminhos de aproximação e rotas de afastamento, a ampliação exponencial das Pesquisas Arqueológicas tem resultado na produção acadêmica nos domínios da Musealização da Arqueologia e construído um caminho de reaproximação entre esses dois campos (WICHERS, 2014, p. 20-21).

O percurso acima delineado dá conta de uma trajetória de aproximações e de distanciamentos entre a Arqueologia e a Museologia. O afastamento entre os discursos produzidos pelas pesquisas e a sociedade avança em razão dos impactos negativos causados pelos empreendimentos nas sociedades envolvidas. Maria Cristina Oliveira Bruno (1999, p. 23), quando analisa o panorama brasileiro, indica a circunscrição das fontes arqueológicas ao terreno das “memórias exiladas”, mostrando que o Patrimônio Arqueológico tem ocupado papel coadjuvante nas interpretações relativas à cultura brasileira.

Ao olharmos em retrospectiva, especificamente para Rondônia, as primeiras Pesquisas Arqueológicas mais sistemáticas, ocorrem a partir de 1974, inicialmente com o Programa de Pesquisas Arqueológicas Paleoindígenas e Paleoambientais (PROPA). Coordenado pelo arqueólogo Eurico Miller, o Programa fazia parte de uma parceria entre a *National Geographic Society* (NGS) e o *Smithsonian Institution* (SI) (MILLER, 2009, p. 46). Posteriormente, o próprio Miller lidera o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA). Ao longo das décadas de 1970 e 1980, nas áreas por ele definidas como pertencentes à região do Alto Rio Madeira (Guajará, Jaci-Paraná e Porto Velho), foram contabilizados 36 sítios (MONGELÓ, 2015, p. 14). No período de sua atuação no estado, quase duas décadas, o arqueólogo foi responsável pelo registro de 247 sítios arqueológicos (BERTOLO, 2017, p. 78). Parte das coleções geradas hoje estão tanto em museus de Rondônia como fora desse território.

O fato é que, dos primeiros momentos aos dias atuais, em razão da necessidade de inclusão das Pesquisas Arqueológicas junto aos estudos de impacto ambiental, na região, foram realizadas dezenas de outras pesquisas, cujo resultado propiciou a localização de novos sítios e a geração de outras tantas coleções. Em dissertação defendida no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ana Izabela Bertolo (2017, p. 81), tendo como recorte o lapso temporal entre os anos 2000 e 2016, realizou um levantamento para precisar o número de portarias de autorização e permissão de trabalhos arqueológicos emitidas pelo IPHAN em Rondônia, bem como para identificar as instituições mantenedoras das coleções fruto desses trabalhos. O período compreende o momento a partir do qual esses atos oficiais passam a ser encontrados e a fase final da pesquisa de Bertolo. Como resultado, a autora conseguiu mapear 87 (oitenta e sete) portarias concedidas, mais 18 (dezoito) instituições distribuídas por 10 (dez) estados, informações estas organizadas no mapa abaixo.

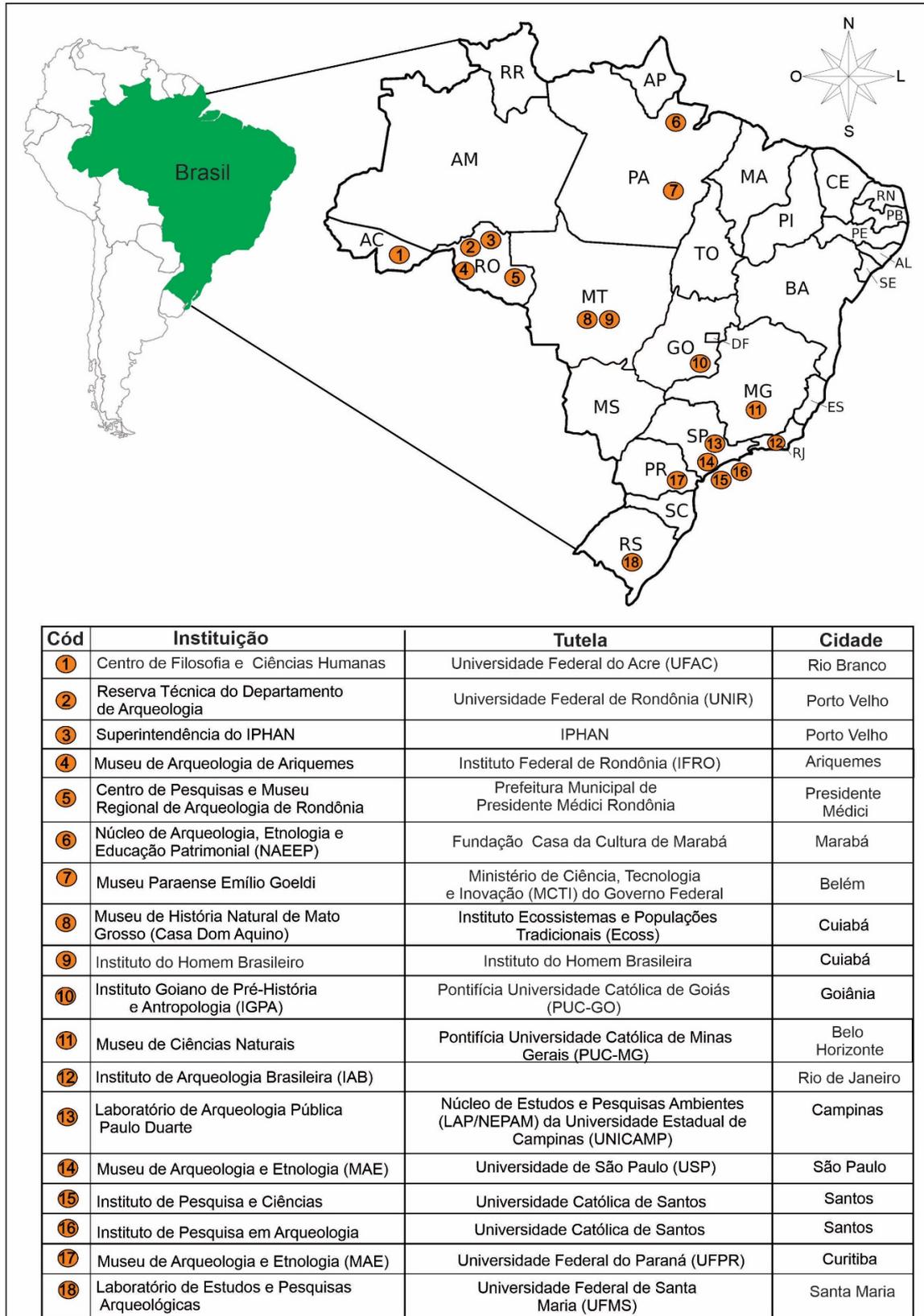


Imagem 1: Instituições com a responsabilidade de guarda de Acervos Arqueológicos gerados no estado de Rondônia. Autoria: Angislaine Freitas Costa, 2022

Especificamente sobre Rondônia, a Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia (RT/DARQ) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), inaugurada mais recentemente, no ano de 2021, é, muito provavelmente, a instituição que hoje reúne as melhores condições físicas, técnicas e acadêmicas para diminuir a distância entre o Patrimônio Arqueológico e a sociedade, decorrente da baixa correlação entre a cadeia operatória de geração dos acervos e a sua finalidade, as premissas que justificam a preservação. Essa percepção se justifica pelo fato da RT/DARQ ter em mãos a oportunidade de se tornar uma das boas referências em escala nacional, quanto à geração, processamento e divulgação científica dos conhecimentos produzidos com o seu acervo, haja vista contar com uma sede bastante ampla e recém inaugurada, estruturada com uma gama de equipamentos, além de uma equipe de profissionais preocupada com a preservação dos acervos e, principalmente, com o seu uso social e público, razão maior da sua existência. Segundo Bertolo (2017, p. 134), as condições de salvaguarda dos demais espaços em Rondônia, é bastante adversa, pois “[...] se assemelham a de diversos outros locais no país e são resultado em parte da dificuldade de planejar a gestão de acervos arqueológicos”.

1.2 ARQUEOLOGIA, MUSEOLOGIA E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia é peça chave para nos revelar com mais clareza os cenários institucionais sobre os quais avançaremos. Enxergamos a realidade do Patrimônio Arqueológico alvo de nossa investigação, como uma metonímia do contexto nacional. A problemática por nós levantada parte da constatação, segundo a qual, a preservação do Patrimônio Arqueológico tem se mostrado justificada majoritariamente apenas no seu processo gerador: a pesquisa do arqueólogo. Todavia, como sabemos, esse estudo por força própria não se basta para garantir a proteção, preservação e tratar dos complexos e dinâmicos arranjos de construção, desconstrução e ressignificação de identidades, memórias e historicidades em torno dos vestígios arqueológicos. As finalidades dos estudos necessitam, para além de alargar as fronteiras epistemológicas da Arqueologia e aprofundar os conhecimentos sobre o comportamento humano pretérito, proporem caminhos para a construção de elos de sentidos entre esses bens e a sociedade. O passado arqueológico é sabidamente de conhecimento restrito e, quando a sociedade busca compreendê-lo, não consegue se conectar, por

quanto quem representa e é representado parece distante não apenas no tempo e espaço, mas nos sentidos que legitimam esses “marcadores de memórias” (evocam e demarcam o território de discussão sobre memória). Procuraremos dar ênfase à essa questão central, apontando a aproximação entre a Museologia e a Arqueologia, traduzida pela figura da Musealização da Arqueologia, como força capaz de atender às premissas e se pôr em consonância com a finalidade de preservação do Patrimônio Arqueológico.

Isso posto, apesar da presença quase inevitável dos bens arqueológicos na vida do brasileiro – nos referimos, especificamente, ao legado cultural deixado pelos povos originários –, a sua circulação nos museus e demais espaços de memória, ou mesmo nos livros de história, não se traduz no alcance de patamares de relevância ao ponto de ser identificado e reconhecido como base fundante da historicidade nacional. A categoria Patrimônio Cultural nacional, a julgar pela predominância das centenas de centros históricos e bens tombados pelo país, por vezes se reduz a algumas possibilidades, com especial atenção aos “indicadores da memória”⁴ do colonizador. Assim sendo, se, por um lado, assistimos à consagração dos traçados urbano e características arquitetônicas de edificações, ao mesmo tempo são ignoradas nuances outras da história nacional na longa duração do tempo.

Cristina Bruno (2013/2014, p. 5) é precisa ao enxergar na herança cultural “indígena”, pela perspectiva de ser patrimônio brasileiro, espaço de pouca visibilidade como elemento de fomento para a construção das narrativas em torno das identidades nacionais, que, mesmo quando mencionada, faz-se a partir do olhar externo e por forte percepção demeritória. As razões para esse baixo prestígio são variadas, a título de exemplo, já se baseou em crenças cuja pretensa superioridade moral e intelectual do “não-indígena” sobre o “indígena” resultou a essa população tradicional, uma série de estigmas, preconceitos variados e suplantou outros olhares para além do ocidental, com os quais também se pode ver e entender o mundo.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2009, p. 37-38) nos apresenta outro ponto candente sobre essa discussão, pertencente a dimensão dos “valores éticos” no território cultural, possivelmente acomodados sobre o que no parágrafo anterior foi colocado. Meneses se refere à formação de uma “cortina de fumaça” que sobrepuja o desejo de pormos em evidência o multiculturalismo. Esse artifício

⁴ Termo utilizado por Cristina Bruno (2013/2014, p. 5) para se referir aos vestígios arqueológicos como elementos que a Arqueologia evidencia e interpreta e a Museologia salvaguarda e comunica.

fomenta a ideia a partir da qual a diversidade das culturas é encarada como algo positivo por si mesma, condição suficiente para haver aceitação. Contrariando essa lógica, a habilidade de apreciar culturas diversas tem na prática se restringido à dimensão de um “museu imaginário”. Acerca deste aspecto, nos explica o autor:

Quando as culturas saem do museu e a *diferença cultural* (e não mais apenas a diversidade cultural) passa a ser um dos componentes ativos das tensões sociais, o encorajamento da diversidade cultural se acompanha de mecanismos de contenção da diferença cultural. Em outras palavras, tem ocorrido, com os mesmos sujeitos, que a diversidade cultural possa ser grandemente apreciada nos museus, embora rejeitada na interação social. A reação diante de traços culturais e diante dos próprios portadores da cultura pode não coincidir (MENESES, 2009, p. 37-38).

Tudo indica que, mesmo a sociedade endossando o Patrimônio Cultural dos “povos nativos” nos museus – representada pelo olhar externo, majoritariamente de fora, ou endógeno, como na atualidade se pretende que seja –, teremos ainda o desafio de lidar com as recusas no campo das interações sociais. Problematizar essa questão será necessário não apenas pelo direito à diversidade e à diferença culturais, mas por serem esses dois componentes, traços inseparáveis e constitutivos de uma sociedade.

Acerca do papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para a gestão dos bens arqueológicos, quando das discussões sobre o projeto de criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Heloisa Alberto Torres, ao sugerir o estabelecimento de uma cooperação técnica entre o órgão federal a ser criado e o Museu Nacional, para apoiar todas as ações relacionadas à preservação do Patrimônio Arqueológico, impediu o nascimento de um setor específico e dedicado à gestão dessa categoria patrimonial no Brasil, selando assim o seu destino e determinando o seu lugar na ordem de prioridades do órgão de fiscalização (SALADINO, 2013/2014). Pelo visto, as práticas preservacionistas no Brasil, tradicionalmente se fundamentam em valores e ideias promotores da hierarquização das manifestações culturais. Na compreensão de Saladino (2013/2014, p. 45-52), até hoje a Coordenação de Normas e Acautelamento, a Coordenação de Pesquisa e Licenciamento (CoPel) e a Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) do IPHAN, ainda não se distanciaram do padrão institucional de atuação, cuja lógica busca enaltecer o patrimônio edificado em detrimento das outras categorias patrimoniais, onde se inclui a arqueológica. As práticas

institucionais, guiadas por ideias e valores arraigados no IPHAN, resultaram ao longo de sete décadas no fortalecimento do grupo de arquitetos e na manutenção da própria organização.

O Patrimônio Arqueológico dos povos originários é visto como ausente na construção da história cultural brasileira. Dentre as justificativas possíveis, estaria a suposta carência de elementos monumentais e excepcionais. Por essa lógica, o contrário pode ser visto em alguns exemplos nas antigas civilizações andinas na América do Sul ou do Continente Africano, a partir das imponentes pirâmides, reflexo das sucessivas dinastias dos faraós egípcios. A proteção, apesar de parecer garantida pelos dispositivos legais, coloca-se em apuros no momento que representa um obstáculo à realização de empreendimentos cujos benefícios são atribuídos às comunidades atingidas. Como um paradoxo, desenvolvimento e preservação parecem não coexistir; a preservação do Patrimônio Arqueológico conflita com agendas de Governo com perspectiva desenvolvimentista (SALADINO, 2013/2014, p. 51-52).

Saladino conseguiu desenhar esse quadro a partir da perspectiva teórica do Institucionalismo Histórico, conceito, de modo geral, relativo às consequências das escolhas e decisões tomadas durante o processo de criação de instituições. Segundo a autora, a partir deste ponto de observação “podemos perceber que as escolhas feitas no momento de implantação de uma organização formal são decisivas para a instauração de padrões institucionais, uma vez que a legitimam” (SALADINO et al, 2015, p. 109). Por sua vez, como um modelo comportamental, essas escolhas conferem “[...] parâmetros para as práticas subseqüentes, constituindo assim padrões de ação institucional. Mas, de modo algum significa estagnação, cristalização de posições e padrões institucionais” (SALADINO, 2013/2014, p. 43). Prova disso é o fato de o IPHAN ter nos últimos tempos convidado a sociedade a participar dos processos de preservação e de valorização dos patrimônios, quando busca abrir e ampliar debates, levando em conta os desejos das comunidades.

Como já dissemos em outro momento, os caminhos operacionais orientadores da preservação do Patrimônio Arqueológico – constituídos pela relação entre o IPHAN, museus e demais instituições –, via de regra, ignoram os pressupostos que justificam a sua preservação, uma vez que esses espaços recebem e geram mais acervos do que têm capacidade de administrar, produzindo

um quadro de descompasso entre geração e possibilidade de processamento (RIBEIRO, 2012, p. 16). Diego Lemos Ribeiro enfatiza a importância dos eixos da “geração”, do “processamento” e da “devolução” caminharem juntos, entendendo os museus como sistemas de informação no qual a Musealização da Arqueologia “[...] gera um fluxo informacional que deveria manter um equilíbrio ótimo entre os encadeamentos, de forma a garantir a consistência à fruição desses fluxos” (RIBEIRO, 2012, p. 16). Se nos perguntássemos quais as consequências para um andamento em descompasso entre os três momentos, como resposta se faz necessário considerar que as obstruções aos fluxos de informação no processo de Musealização da Arqueologia, interferem diretamente no distanciamento entre a produção de conhecimento em torno da Arqueologia e o público não especializado, corriqueiramente chamado de público geral (RIBEIRO, 2012, p. 17).

Precisamos ponderar que, possivelmente, os três momentos (geração – etapa 1; processamento – etapa 2; devolução – etapa 3) não necessariamente guardem relação de equivalência quanto ao volume de vazão e apresentação de resultados. Por vezes, a depuração dos dados, iniciada ainda em campo, se prolonga por anos após o término da etapa inicial, quando, finalmente, uma pequena fração dos vestígios evidenciados e interpretados chegarão ao conhecimento do público. Nesse sentido, nos parece adequado que o processamento das coleções produzidas siga uma dinâmica própria, inclusive quanto a entrega de resultados. Como corolário, o ritmo em descompasso citado por Diego Ribeiro, pode ser entendido como natural a dinâmica das fases da pesquisa, o problema reside na interrupção do fluxo informacional, na perda dos elos que unem a cadeia operatória museológico-curatorial, esse sim, danoso à sociedade. Ademais, essa disfunção prejudica a aplicabilidade e apropriação no âmbito das interações sociais, dos conhecimentos produzidos.

De modo semelhante, os orçamentos são insuficientes para arcar com o ônus permanente e contínuo relativo a salvaguarda dos acervos. A formação desse quadro, presente certamente em todo o território nacional, pode ter se agravado pelo uso não refletido do endosso institucional, uma carta comercial motivada por uma atividade empresarial temporária, mas que gera responsabilidades técnicas, sociais e legais de longa duração a terceiros, difíceis de serem cumpridas; o número de profissionais atuantes nos espaços de salvaguarda, com raras exceções, é insuficiente, o que torna inviável a tarefa da manutenção periódica dos acervos e a

atualização do corpo de informações associado a esses bens. A ausência de um *continuum* histórico entre os povos originários e as atuais sociedades, também pode ser apontada como decisiva para agravar a incompreensão e afastamento entre esse patrimônio e os distintos grupos socioculturais.

Nas últimas décadas foram registrados movimentos mais globais de recondução teórica e metodológica por parte de variadas áreas do conhecimento, dentre as quais a Arqueologia, a Museologia e a Antropologia, com a finalidade de corrigir os rumos acerca do conceito de patrimônio, tendo em vista as suas inúmeras categorias. Essas iniciativas podem até ser vistas como forma de reparar a violência epistêmica sofrida por muitas civilizações, quando as ciências estiveram, por assim dizer, a serviço de projetos colonialistas, justificando a subalternidade, assimetria de poderes e a diferença de tratamento conforme a origem sociocultural. Cristóbal Gnecco (2009, p. 16) ao examinar a Arqueologia Latino-Americana, denuncia a estreita correlação entre esta e as práticas colonialistas. Nesse caso, a construção do imaginário da “civilização”, também confiada à Arqueologia e aos museus, exigia necessariamente a produção do antagonista, a saber, o “bárbaro” encarnado na figura do indígena.

A correção nos rumos epistemológicos desses campos dos saberes demarca novas formas de pensamento e atuação, promove maneiras de ampliar as possibilidades de entendimento do que se entende por Patrimônio Cultural, pois descentraliza o controle sobre as falas legitimadoras de narrativas. Movimentos como a Arqueologia Pós-processual, a Nova Museologia, a Sociomuseologia e as modernas teorias da Antropologia, no que se refere aos bens arqueológicos, a propósito de poderem contribuir para a aproximação entre sociedade e esse patrimônio, têm conseguido alcançar resultados tímidos quanto a esse objetivo, pois vêm se chocando com obstáculos de cunho técnico, jurídico e legal. Temos visto certa incompatibilidade entre os volumes de acervos e as condições de infraestrutura das instituições. Tais fatores colaboraram para não atendermos às premissas que levam o Estado brasileiro a dispender recursos e tempo para a proteção e promoção dos bens arqueológicos.

Desde a década de 1980 aos dias atuais, em razão da necessidade de inclusão das Pesquisas Arqueológicas junto aos estudos de impacto ambiental em todo o Brasil (Resolução CONAMA nº 1/1986), por extensão em Rondônia, foram realizadas centenas de pesquisas para as quais os resultados propiciaram a

localização de novos sítios e a geração de grande quantidade e volume de coleções. Se, por um lado, muitas pesquisas passaram a ser feitas, resultando no preenchimento de lacunas informacionais sobre a ocupação humana pretérita, por outro, os museus e as instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico não estavam preparados para o fluxo de acervos que nos anos seguintes os poria em situação administrativa, para muitas deles, crítica.

Camila Wichers (2014, p. 16-17), ao se referir à Musealização da Arqueologia como caminho de aproximação entre Patrimônio Arqueológico e sociedade, considera haver um processo antropofágico museológico que se desenvolve sobre uma antropofagia arqueológica. Com isso, podemos pensar, os bens arqueológicos só são assim considerados porque o arqueólogo, no uso das suas competências profissionais, os reconhece dessa maneira. A produção do saber arqueológico implica em uma seleção por este ou aquele compartimento geográfico, sítio arqueológico e vestígios a serem criteriosamente investigados, coletados, estudados mais uma centena de vezes, para só então serem apresentados à sociedade. De outro lado, segundo nos demonstra Carlos Xavier de Azevedo Netto (2008, p. 9), “A preservação do Patrimônio Arqueológico demanda uma série de questionamentos que implicam esclarecer quais patrimônios devem ser preservados, quem escolhe quais serão preservados [...]”. Essa tomada de decisão, conduzida por especialistas em cenário institucional, por certo, deverá ocorrer com a mesma responsabilidade técnica e social, comum ao exercício da Arqueologia e as melhores práticas museológicas.

Em última análise, entende-se o arqueólogo como um intérprete de cenários pretéritos, cujo olhar, embora marcado por parâmetros científicos, compõe-se também de imaginação e criatividade para construir e interpretar dados sobre fatos que, de outro modo, seriam inacessíveis. Pois bem, está aí a antropofagia arqueológica, na forma como o arqueólogo vasculha cenários para em seguida transformá-los, convertê-los em informação. De posse desse *corpus* material e documental é que o museólogo entra em cena e lança mão dos recursos museológico-curatoriais de salvaguarda e comunicação, para ressignificar – é desejável que seja feito com a colaboração social – fragmentos desse passado arqueológico para o público externo.

Cristina Bruno (1999, p. 129), ao aprofundar mais as possibilidades de contribuição da Museologia, pensa a organização do campo museológico em dois

níveis. O primeiro dedicado a identificar e analisar comportamentos individuais e coletivos do homem na relação com o seu patrimônio. O segundo, a partir do mapeamento dessa relação, desenvolve processos técnicos e científicos orientados à transformação do patrimônio em herança social e elemento construtor de identidades.

Quando examinarmos os dois séculos de história dos museus no Brasil, nos depararemos com acervos arqueológicos associados, em um primeiro momento, com as coleções de História Natural; logo após, preteridos pelas coleções etnográficas e, mais recentemente, à margem dos museus de história e de arte (BRUNO, 2013/2014, p. 13). É bastante conhecida a separação entre Arqueologia e Museologia, entre os museus de História e os museus de Arqueologia. Para Bruno, a herança cultural das sociedades indígenas não é utilizada, tendo em vista as suas potencialidades como elementos identitários e de pertencimento da história cultural brasileira. Essa é uma das razões que justifica os museus de História, comunicadores da História oficial nacional, em muitos casos serem apresentados separadamente dos museus de Arqueologia, espaços onde se pode ter contato com o desconhecido, o exótico e o distante, constituindo uma “estratigrafia do abandono” (BRUNO, 2013; p. 14). Um pressuposto deveria estar bastante claro a essa altura: ao falarmos de vestígios arqueológicos, estamos falando também de historicidade indígena como componente da linha do tempo da história brasileira.

Essa realidade tem sofrido mudanças graduais a partir do reconhecimento do trabalho dos arqueólogos e museólogos, da regionalização dos museus e do desenvolvimento de pesquisas em diferentes estados. Contudo, as transformações mais expressivas se devem aos impactos ambientais derivados dos projetos de infraestrutura no país, quando há uma necessária preocupação pelo equilíbrio entre desenvolver economicamente determinadas regiões e, ao mesmo tempo, preservar o patrimonial arqueológico (BRUNO, 2014, p. 13).

Uma consideração em relação ao último aspecto: o desenvolvimento econômico e a preservação do Patrimônio Arqueológico não são excludentes entre si; esses dois movimentos têm se provado como possíveis de coexistirem e atenderem aos interesses dos múltiplos agentes, sejam no círculo empresarial ou na defesa do Patrimônio Cultural brasileiro. A questão central repousa no seguinte esclarecimento: se boa parte dos pesquisadores tratava os seus estudos, na fase inicial da História da Arqueologia no Brasil, como atos preservacionistas *per se*, hoje,

passados mais de 60 anos de sancionada a Lei nº 3.924/1961⁵, é consenso entre os profissionais que atuam e refletem sobre os principais problemas da área, a necessidade de criação de instrumentos de proteção e estratégias de preservação para além da própria pesquisa. Inclusive, conceituar legalmente o que se entende por “Pesquisa Arqueológica”, por “Acervo Arqueológico” e por “Guarda de Acervos Arqueológicos”, é algo fundamental para o desenvolvimento dessa discussão (SALADINO et al, 2015, p 107-115).

1.3 MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA, MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA

Para efeito de alinharmos o retrospecto sobre os estudos pela ótica da Musealização da Arqueologia, Grasiela Tebaldi Toledo (2017, p. 37), aplicando os estudos da bibliometria ou ciênciometria⁶, realizou um levantamento sobre esses trabalhos. Para tanto, se utilizou do Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, além dos acervos digitais de bibliotecas de universidades com Programas de Pós-Graduação em Arqueologia, Museologia, Patrimônio Cultural, ou áreas de concentração correlacionadas com essas temáticas. O recorte temporal da pesquisa de Toledo recua a 1984, ano de publicação do trabalho mais antigo de que se tem notícias com esse escopo, até 2017, período de realização da pesquisa.

A pesquisadora localizou 42 teses e dissertações em um espaço de tempo de mais de 30 anos de estudos dedicados a esse assunto. Entre 1984 e 2017, em 13 instituições de Ensino Superior, foram produzidas 34 dissertações e 8 teses, com 21 orientadores; destaque para a Universidade de São Paulo (USP), com 22 desses trabalhos. Desse volume total, Maria Cristina Bruno defendeu uma dissertação (1984), uma tese (1995) e orientou 11 trabalhos, sendo sete dissertações e quatro teses, representando um percentual de 27% da amostra analisada. Esses números caracterizam Bruno não apenas como pioneira, mas também demarcam o seu esforço para a construção e desenvolvimento desse campo de estudo. Merecem

⁵ É considerada como a principal legislação de proteção do Patrimônio Arqueológico no Brasil. Dispõe, por exemplo, sobre o que são os monumentos arqueológicos ou pré-históricos, bem como a respeito das autorizações e permissões de realização de pesquisas em sítios arqueológicos.

⁶ A finalidade desse método é avaliar um campo científico e delinear o crescimento de determinado ramo do conhecimento.

destaque outros orientadores interessados nessa temática, a exemplo de Pedro Paulo Abreu Funari, com três dissertações e uma tese, Saul Eduardo Seiguer Milder, com quatro dissertações, Elizabete de Castro Mendonça, responsável por orientar três dissertações, Elaine Veloso Hirata, com duas dissertações, Marília Xavier Cury, também com duas dissertações. Os demais orientadores, foram responsáveis por um trabalho cada (TOLEDO, 2017, p. 43-44).

Cristina Bruno, que é a idealizadora pela “Musealização da Arqueologia” como campo de estudos, tendo feito importantes contribuições nessas discussões, esclarece que esse campo está organizado:

[...] a partir de estudos relativos à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento (BRUNO, 2007, p. 1).

A trajetória de inquietações, ações e buscas acadêmicas, em mais de três décadas se alimentou dos argumentos provenientes dos indicadores da memória que a Arqueologia evidencia e interpreta, e a Museologia salvaguarda e comunica (BRUNO, 2013/2014, p 5). A Musealização da Arqueologia prioriza a resolução de problemas na perspectiva de estabelecer interseção entre a herança dos diversos fluxos socioculturais e as questões contemporâneas, moldada pelas potencialidades do uso qualificado do patrimônio (BRUNO, 2013/2014, p. 7).

O processo de Musealização da Arqueologia influencia as articulações que sustentam o legado patrimonial, tomando caminhos metodológicos atentos às conexões entre desenvolvimento social e patrimonialização das referências culturais. Para além disso, têm se consolidado pela sua capacidade de diálogo e negociações culturais entre os indicadores da memória trazidos à tona pela Arqueologia (indicadores que nos ajudam a entender temporalidades, territorialidades e questões identitárias) e os territórios de intervenção museológica (sistematiza e valoriza os significados e sentidos extraídos dos referenciais socioculturais). Essa mediação busca interferir no destino daquilo que as sociedades são levadas a eleger como relevante e, em última análise, como bem patrimonial (BRUNO, 2014, p. 5-6). São questões caras à Museologia e, portanto, extensivas aos seus desdobramentos como temáticas de estudo, os dilemas do pós-colonialismo e do empoderamento cultural, pautas conexas às discussões sobre o Patrimônio Arqueológico. A

pesquisadora percebe a Museologia com capacidade para mudar a condição do Patrimônio Arqueológico, inserido em uma “estratigrafia do abandono” (BRUNO, 1999, p. 23).

Pautando-nos pelo olhar de Wichers (2014, p. 25), a Musealização da Arqueologia prioritariamente deve compreender a realidade arqueológica a ser musealizada: sítios arqueológicos, coleções herdadas de “arqueólogos amadores” e especializados, ou de membros de comunidades, coleções e acervos gerados na contemporaneidade e narrativas arqueológicas. Em síntese, trata-se dos discursos construídos pelos arqueólogos e pelas arqueólogas e das narrativas dos atores locais. Através desse entendimento, “as narrativas construídas pelas comunidades, ressignificações e reapropriações desses vestígios no presente, são componentes fundamentais da pedagogia museológica da Arqueologia” (WICHERS, 2013/2014, p. 25).

A construção de sentidos partindo dos vestígios arqueológicos ganha força quando feito a partir de uma perspectiva museológica contemporânea, momento que novas práticas sociais são construídas. Ao lidar com as tensões na relação entre o passado e o presente, a Musealização da Arqueologia trabalha não somente com a identidade, mas com a diferença, isso porque comunidades e movimentos sociais que não tenham sua herança contemplada por políticas patrimoniais, podem em uma perspectiva museológica, ser beneficiadas por processos de patrimonialização (WICHERS, 2013/2014, p. 22). Entende-se o vetor espaço como imprescindível para a preservação do Patrimônio Arqueológico, porquanto a Musealização da Arqueologia e os conceitos de memória social, identidades e pertencimento terem como pressuposto a atuação em um determinado espaço (WICHERS, 2013/2014, p. 26).

Partamos agora para a tentativa de caracterizar três termos utilizados com alguma recorrência, quando se discute a relação interdisciplinar entre a Arqueologia e a Museologia, tendo em vista as problemáticas sobre a preservação e comunicação do Patrimônio Arqueológico. Estamos a tratar da Musealização da Arqueologia (M.A.), Musealização do Patrimônio Arqueológico (M.P.A.) e Arqueologia Musealizada (A.M.). Apenas uma observação antes de prosseguirmos: em muitos casos essas terminologias são utilizadas como variações indicativas de um mesmo processo, qual seja, a utilização das competências da Museologia para o enfrentamento da realidade em que se inserem os acervos arqueológicos, de

maneira a aprimorar a capacidade desses bens para sobreviverem à passagem do tempo, sem descuidar da sua força como valor simbólico constitutivo do sentimento de herança cultural.

De fato, porque estão conectadas ao processo de patrimonialização de paisagens, estruturas, artefatos e processos arqueológicos, as três nomenclaturas supracitadas são bastante correlatas. Todavia, cada uma delas possui nuances que as situam em momentos diferentes no transcurso entre a Pesquisa Arqueológica e a comunicação do conhecimento científico à sociedade. Dito isso, a título de exemplificação, suponhamos ter a existência de uma realidade arqueológica consubstanciada, materializada por vestígios diversos, contudo marcada pela ausência da musealização. É nesse momento que a Musealização da Arqueologia entra em cena, partindo para o “exame crítico da hierarquia de valores presente na Pesquisa Arqueológica” (WICHERS, 2010, p. 36). Ela se apresenta após a decisão consciente de direcionamento do olhar museológico sobre o que foi reconhecido em um dado contexto de um território patrimonial, como bem arqueológico, para oportunamente alçá-lo à categoria de herança cultural. Na presente etapa (M.A.), temos como principal gesto da Arqueologia e da Museologia, o refletir sobre a construção e a gestão de elos, a saber: por um lado, a avaliação sobre as potencialidades de um território para revelar as relações estabelecidas pelas sociedades pretéritas e, por outro, o exame sobre os vínculos existentes e as possibilidades de construção de novas conexões entre a sociedade contemporânea e o seu patrimônio, conformando na dimensão da reflexão crítica, uma realidade arqueológica a ser musealizada.

Quanto à M.P.A., é o segundo gesto executado sobre essa realidade ainda não musealizada. Toma forma quando vamos além da reflexão crítica, da análise do território cultural como possibilidade de estudo arqueológico e aplicação da pedagogia museológica, para ingressarmos em um estágio operacional. Enxergamos correlação com a Museologia Aplicada, no conjunto articulado de técnicas voltadas para as formas de aquisição de acervos, documentação e conservação das coleções adquiridas, exposição e ação educativo-cultural. Ou seja, trata-se do tratamento museográfico⁷ do Patrimônio Arqueológico. Aqui também notamos equivalência com a Arqueologia Pública, compreendida como “a divulgação

⁷ A Museografia aqui entendida como o conjunto de práticas relacionadas à Museologia.

e a apropriação do discurso científico e do Patrimônio Arqueológico” (SALADINO, 2017, p. 91). Tendo em vista o conjunto de métodos e técnicas com os quais os esforços dos agentes envolvidos promovem a preservação e valorização daquilo que salvaguarda um museu, a Musealização do Patrimônio Arqueológico torna concreta a elaboração de novas relações entre as sociedades e seus bens culturais, com vistas a contribuir para a constituição do legado patrimonial.

Por seu turno, a Arqueologia Musealizada (A.M.) é um termo englobador da Musealização da Arqueologia (M.A.) e da Musealização do Patrimônio Arqueológico (M.P.A.). Aquilo que a caracteriza é a consolidação do seguinte cenário: a patrimonialização feita pelo arqueólogo, somada à musealização desses bens, tornou-se um fato dado. Em outras palavras, uma paisagem, estruturas, artefatos ou processos se encontram em condição organizacional de proteção, amparados pelo necessário esforço reflexivo e pelos procedimentos técnicos e normativos exigidos para a operacionalização do Patrimônio Arqueológico.

Visando explicar o fluxograma abaixo, a Arqueologia Musealizada compreende a coexistência entre a reflexão crítica (M.A.) e ação prática (M.P.A.), quando da aplicação da cadeia operatória da Museologia à realidade arqueológica, gerando, por um lado, a interpretação e, por outro, a preservação, comunicação e fomento das noções de identidade, pertencimento e herança patrimonial. As setas que envolvem o fluxograma nos lembram que a cultura é dinâmica, faz parte da dimensão do tempo em movimento, nunca estático, nunca o mesmo. Por isso, aquilo que poderíamos considerar como fase final do fluxograma, a herança cultural, na realidade promove a liberdade para revisitarmos pela reflexão crítica, aquilo que foi patrimonializado, a fim de que os examinadores e definidores dessa herança – articulando os sentidos criados por especialistas, mais aqueles formulados pelos protagonistas da esfera social –, a concebam em seus próprios termos, a partir da temporalidade em que estão ancorados.

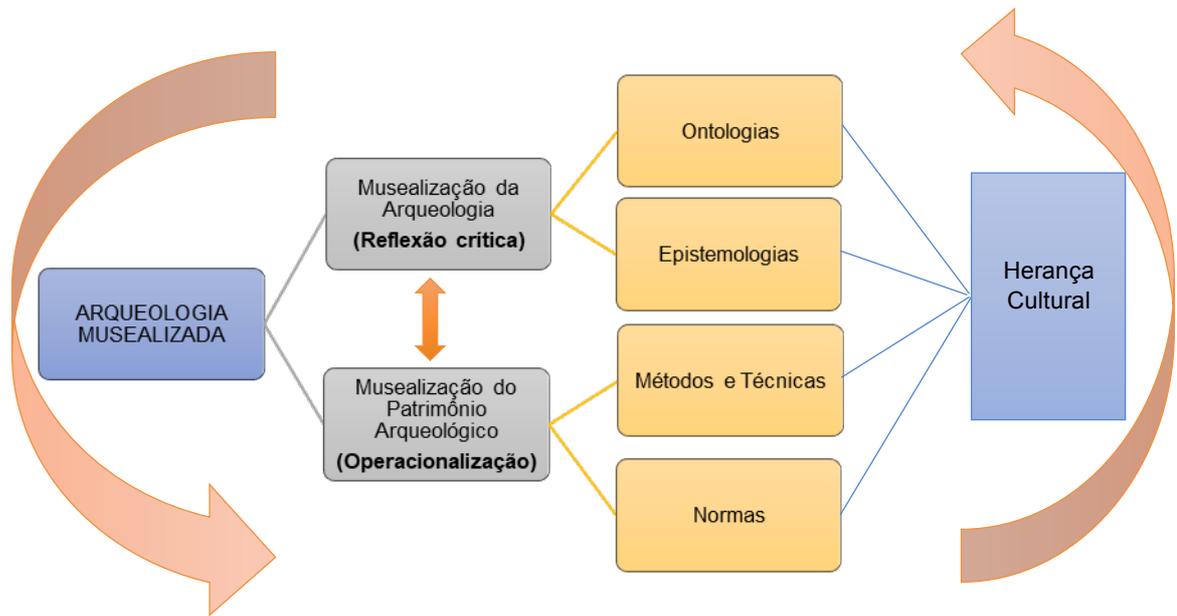


Imagem 2: da Arqueologia Musealizada à herança cultural. Autoria: Gilcimar Costa Barbosa.

Para dialogar com a noção da Arqueologia Musealizada, como força capaz de contribuir para a formação de heranças culturais, recorreremos a Antônio Gilberto Ramos Nogueira (2014) e o seu entendimento sobre a dinâmica singular do Patrimônio Cultural no Brasil atual. Para esse autor, os processos de patrimonialização de bens e práticas culturais se revelam em constante mutação, com deslocamentos conceituais da memória e do patrimônio. A seu ver:

Os tempos da memória são múltiplos e conflituosos e carregam, no jogo das dinâmicas identitárias, as marcas do presente. O tempo da memória é o presente porque são as demandas do presente que mobilizam a memória. É necessário perceber como os referenciais identitários de grupos, comunidades e segmentos sociais são cotidianamente criados, recriados e negociados em suas práticas sociais (NOGUEIRA, 2014, p. 61-62).

Por seu turno, a perspectiva de Alejandra Saladino (2017, p. 91), dialogada com Pierre Nora (1993, p. 22) – para pensar sobre o exercício da Pedagogia Museológica dentro dos museus, espaços materiais, simbólicos e funcionais onde memória e história se entrelaçam, como em um jogo político pelo desejo e pela vontade de memória – nos passa uma noção profunda sobre os benefícios ao Patrimônio Arqueológico quando inserido nesse lugar de memória. A autora toma como princípio o fato de os museus serem *locus* privilegiados para a preservação e valorização dessa categoria patrimonial, haja vista neles existirem os instrumentos adequados para a aplicação da cadeia operatória da Museologia. Ademais, museus são “lugares de reescrita da história a partir da reconstrução das memórias coletivas,

como ferramentas de transformação e empoderamento social e espaços de sociabilidade e de consumo cultural” (SALADINO, 2017, p. 99).

Muito dificilmente, laboratórios e centros de pesquisa demonstrarão a vocação de um museu para falar de forma direta, eficaz e impactante sobre o passado. A dimensão política desses espaços e, em especial, a potência dos museus de Arqueologia, permite a elaboração de discursos transversais, de maneira a contribuir para o reconhecimento e reflexão das identidades e memórias sociais, e temas atinentes ao multiculturalismo, diversidade étnica e a condição humana (SALADINO, 2017, p. 102). Em última análise, a incapacidade institucional de cumprir com suas responsabilidades as inviabiliza de atingir a sua função precípua, a de preservar e devolver à sociedade o Patrimônio Arqueológico sob sua tutela, através das variadas estratégias de salvaguarda (documentação e conservação) e comunicação museológica (exposição e ação educativo-cultural) (BRUNO, 2014, p. 10).

É interessante notar a discussão aqui travada como inserida no bojo de um diagnóstico mais amplo, realizado no campo patrimonial e, mais especificamente, museológico, que envolve a problemática sobre a relação entre o patrimônio e a sociedade. Esse tema foi alvo das preocupações dos movimentos de renovação da Museologia, orientados pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), a partir de encontros com posterior desdobramento em documentos norteadores para esse setor, a saber: o Seminário Regional Sobre a Função Educativa dos Museus (1958), Rio de Janeiro, Declaração de Santiago do Chile (1972), Declaração de Quebec (1984), Declaração de Oaxtepec (1984), Declaração de Caracas (1992), Declaração de Salvador (2007), dentre outros, os quais ecoam até os dias atuais.

No encontro de 1958 do Rio de Janeiro, o intento foi analisar o papel educativo dos museus, considerados como espaços potencialmente capazes de atuar no desenvolvimento do “ensino formal e informal”; consideramos que, talvez, tenha sido este movimento o embrião da necessidade social dos museus atuarem além dos seus limites físicos de ação museográfica.

Por sua vez, no seminário do Chile, em 1972, o foco girou em torno do papel social dos museus, da escolha pela interdisciplinaridade, do esforço pela recuperação do patrimônio, acessibilidade das coleções, uso social, modernização da museografia, necessidade de mecanismos de avaliação institucional, aperfeiçoamento da atuação profissional; deriva desse movimento um conceito

essencial para a Museologia contemporânea, “museu integrado” ou “museu integral”, e a necessidade de criação da Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), como instância responsável por agremiar esforços para o desenvolvimento de uma Museologia vocacionada para os problemas sociais da América Latina.

No Canadá, em 1984, inaugura-se o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), com menor atenção para a formação de coleções; houve destaque para as experimentações e explicações sobre os testemunhos materiais e imateriais; objetivou o desenvolvimento comunitário, a busca do museu para além dos edifícios e sua inserção social; aqui, a noção de público cede lugar a de colaborador e as exposições, ao invés de servirem como um mecanismo destinado a atividade contemplativa, tornam-se espaço para a contínua formação. Um conceito fundante que traria uma nova tipologia de museu, que associa historicidade, referenciais patrimoniais, territórios e contextos socioculturais e o de ecomuseus.

Por seu turno, no encontro de 1992, na Venezuela, temos a reafirmação e atualização da Declaração de Santiago, quando foram ratificadas as prioridades dos museus quanto à sua função socioeducativa, canal de comunicação e estímulo à reflexão e ao pensamento crítico. Em complemento a isso, podemos destacar o olhar direcionado à captação e gerenciamento de recursos financeiros, à inserção de políticas museológicas nos setores da cultura, questões legais e organizacionais dos museus, bem como os perfis profissionais necessários a esses espaços (CARNEIRO, 2009, p. 118-119).

Finalmente, no evento ocorrido em Salvador, em 2007, ocorreu a afirmação do papel das diferentes nações da Ibero-américa para a implementação de diretrizes e estratégias para a implantação de políticas públicas para o campo dos museus e da Museologia.

Tais encontros alteraram significativamente a rota da Museologia, pois, de secundário, o público passou a ser alvo central de preocupação, não pelo número de visitantes, senão pela qualidade em que se põem em relação com o patrimônio. O mote condutor das reflexões e ações passou das coleções às populações, sendo a Museologia um meio para que pudessem se auto-organizar com vistas à gestão do Patrimônio Cultural (CARNEIRO, 2009, p. 119). Percebe-se nas questões tratadas pelas declarações acima referenciadas, que em muito se assemelham – pelos óbices diagnosticados e busca por soluções – com os dilemas vividos, quando tratamos dos bens arqueológicos, sobretudo no tocante às razões que nos levam à

sua preservação, à necessidade da seleção criteriosa na formação das coleções, da adoção de uma agenda de gestão para os museus, às instituições de guarda e pesquisa, e pela busca da aproximação entre o patrimônio e a sociedade.

Tem-se buscado encontrar potenciais soluções com o objetivo de conduzir ao aperfeiçoamento da aplicação da cadeia operatória da Museologia aos acervos arqueológicos, representado pela Musealização da Arqueologia e pela Musealização do Patrimônio Arqueológico, cuja produção demonstra a existência de “um quadro de mais de 30 anos de pesquisas na área, as quais vem se intensificando nos últimos anos” (TOLEDO, 2019, p. 79). Embora se verifique um crescimento nos estudos com essa temática – sobretudo a partir de 2005 –, esses trabalhos ainda representam uma pequena parcela na produção de pesquisas museológicas e arqueológicas. Para termos uma ideia, no contexto da Pós-Graduação em Arqueologia e em Museologia da USP, instituição que até 2017 concentrou a maior parte dos trabalhos sobre a Musealização da Arqueologia no Brasil, foi verificado no PPGArq um total de 248 teses e dissertações defendidas, das quais 20 versam sobre Musealização da Arqueologia, representando 8% dos trabalhos. No PPGMus, foram apresentadas 38 dissertações, com apenas uma relacionada à temática analisada, conformando aproximadamente 3% do total.

Se foi possível percebermos que “Há na realidade, uma museologia existente, real, que está aí fora, e há uma museologia postulada, sonhada, desejada” (RÚSSIO, 1984, p. 65), dadas as dinâmicas de recíproca influência entre a Arqueologia e a Museologia, defendemos um movimento de maior aproximação para com a atual realidade dos acervos arqueológicos no Brasil. A fim de mitigar a problemática instalada pelas décadas de formação mais intensa dessas coleções, adotar a Musealização da Arqueologia significa posicionar-se estrategicamente para abrir uma vereda capaz de permitir às instituições de guarda do Patrimônio Arqueológico vislumbrarem uma realidade para a qual o gerenciamento dos bens arqueológicos seja exequível, inclusive quanto à sua utilização social e pública, em muitos casos negligenciada.

1.4 O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E O RECURSO DO ENDOSSO INSTITUCIONAL

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, confere aos bens de natureza arqueológica a categoria de “Patrimônio Cultural Brasileiro” (inciso V do Art. 216), além de “Bem da União” (inciso X do Art. 20). Tendo em vista essas concepções constitucionais, do ponto de vista jurídico, assim como também assegura o inciso III do seu Art. 23, é dever da União agir de maneira a garantir a salvaguarda do Patrimônio Arqueológico. Entretanto, esse dever é delegado aos museus, instituições de guarda e de pesquisa do Patrimônio Arqueológico. Na prática, isso quer dizer que museus, laboratórios, reservas técnicas e outros espaços, desde que se mostrem aptos, autorizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a recebê-las, poderão fazê-lo. A condução da relação entre empresas privadas demandantes do licenciamento ambiental, IPHAN e organizações formais cumpridoras do dever de guarda dos acervos, nem sempre foi a mais adequada, como ainda não é. Muito do distanciamento entre a sociedade e o seu patrimônio tem sido apontado como resultado do relacionamento conturbado entre iniciativa privada, órgão normatizador e fiscalizador, e aqueles a quem o dever de guarda se destina. Causa espanto saber que, passadas tantas décadas de experiências mal sucedidas, nem mesmo os inúmeros exemplos documentados de realidades institucionais de difícil resolução, foram capazes de redirecionar os rumos da gestão do Patrimônio Arqueológico brasileiro.

Museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico em todo o Brasil, sobretudo nas últimas duas décadas, firmaram acordos de transferência de responsabilidade com empresas privadas demandantes do endosso institucional. Uma das consequências mais comuns a esse dinâmica se refere ao crescimento exponencial do volume de acervos nesses espaços de salvaguarda, que, para boa parcela dos casos, representou um esforço muito além das suas capacidades gerenciais, pois receberam mais coleções do que são capazes de processar e de administrar.

Essa responsabilidade contínua e permanentemente se instalou sem que houvesse tempo, profissionais, nem recursos financeiros condizentes com a nova realidade. Em termos práticos, para esses casos, as dependências dos museus, laboratórios e outros espaços podem ter se tornado ambientes inadequados à preservação do Patrimônio Arqueológico, seja pela impossibilidade dos profissionais

de forma periódica e programada operarem procedimentos de verificação do acervo tridimensional, etiquetas de identificação das peças, fichas e cadernos de registros das pesquisas de campo e de laboratório; ou mesmo quanto a poder propiciar condições minimamente estáveis de temperatura e umidade, pois equipamentos de climatização de ar e de controle de umidade se instalados em ambientes incompatíveis com as suas especificações técnicas, dificilmente poderão promover os benefícios deles esperados.

A natureza complexa dos bens arqueológicos agrava mais o quadro, pois, diferente de outras tipologias de acervos, temos uma condição de fragilidade provocada pela ruptura ambiental entre o solo onde estavam enterrados e o espaço institucional de acondicionamento; a diversidade dos suportes com os quais são constituídos os artefatos também não facilita essa lida; a presença da documentação associada aos objetos, na sua extensão física e digital, impõem a necessidade de enorme planejamento e esforço organizacional; o planejamento do projeto de pesquisa arqueológico tem início fora das instituições de salvaguarda, as quais não possuem garantias legais para opinar nessa fase. Estas características tornam as coleções arqueológicas e sua conseqüente gestão, uma tarefa desafiadora (VASCONCELOS; ALCÂNTARA, 2017, p. 155).

A respeito da ausência de garantias legais, faz bastante sentido a manifestação de interesse por parte daqueles que fazem as Pesquisas Arqueológicas, buscando saber qual destinação será dada aos acervos. Do mesmo modo, é importante àqueles que procedem a divulgação dos acervos compreender de que modo ocorreram as pesquisas, pois assim teremos os mesmos agentes atuantes em ambas as fases (geração e salvaguarda) (SALADINO et al, 2013, p. 114-115).

Cientes da dimensão do problema, arqueólogos, museólogos, conservadores, educadores e outros especialistas se debruçam sobre a análise das condições herdadas pelos museus em decorrência da concessão do endosso (Portaria MINC/SPHAN nº 07/1988), considerado por Carlos Costa e Fabiana Comerlato (2013/2014, p. 117) como uma carta de transferência de autonomia institucional, a qual confere a terceiros o direito de criar coleções em nome de uma organização formal de guarda de acervos arqueológicos e, ao final dos estudos, transferir permanentemente as responsabilidades técnicas, legais e sociais a essa organização. Ademais, o campo jurídico do direito brasileiro o toma como uma “ação

solidária e autônoma unilateral, pela qual um indivíduo ou entidade transfere os direitos, deveres e responsabilidades sobre algo a um terceiro” (COSTA; COMERLATO, 2013/2014, p. 117). Uma instituição que aceite assiná-la para a avaliar, afiançar, garantir e se responsabilizar pelo ato de outro, deve saber que não detém controle sobre o que endossou, mas ainda assim sobre ela recairão o ônus quanto aquilo que não controla (COSTA; COMERLATO, 2013/2014, p. 117-121).

Ao endosso podemos elencar os seguintes princípios: é uma carta de transferência de autonomia institucional; quando retirados dos sítios, a preservação dos bens arqueológicos dependerá de condições especiais de guarda em instituições; como fator agravante, as diferentes naturezas físicas dos bens arqueológicos, tais como suas formas e dimensões variadas demandam dos museus condições distintas de manutenção; os sítios arqueológicos são recursos culturais finitos e não renováveis; dimensionar previamente a quantidade de vestígios que sairão de um sítio é tarefa inútil, pois esse é um exercício de estimativa fortemente sujeito a erro; legalmente, os acervos arqueológicos são considerados bens da União (COSTA; COMERLATO, 2013/2014, p. 117-119). Apesar do tom mais crítico ao endosso, evidente nas linhas supracitadas, não vemos esse instrumento apenas como um vilão, também enxergamos essa figura jurídica controversa com potencialidades capazes de fortalecer as instituições, desde que estas possam aperfeiçoá-lo, tendo em vista as suas necessidades de longo prazo.

1.5 ENTRE A INÉRCIA E A PROPOSIÇÃO DE “SOLUÇÕES”

A publicação da Portaria nº 230/2002, pensada para compatibilizar as fases de licença ambiental com os estudos preventivos de Arqueologia, intensificou os trabalhos arqueológicos, de modo a representar um aumento de mais de 2.000% no número de portarias emitidas pelo IPHAN, entre os anos de 2002 e 2012, quando saímos de 152 para 4.424 projetos autorizados pela instituição (MONTALVÃO, 2015, p. 49).

Ao pesquisar sobre os endossos institucionais no contexto brasileiro, Camila Azevedo de Moraes Wichers (2013/2014, p. 27-29) fez um recorte temporal entre os anos de 2003 e 2013 e identificou na consolidação da legislação ambiental, um impulso para o crescimento de projetos de Pesquisa Arqueológica relacionados a empreendimentos de naturezas diversas. Nesse período, os projetos de Arqueologia

Empresarial responderam por 98% dos estudos arqueológicos realizados no país, gerando acervos significativos. A análise de 8.013 portarias de pesquisa emitidas, dentre as quais 6.961 são consideradas válidas para essa análise – portarias de autorização e permissão, sendo excluídas as renovações –, chega-se ao número de 323 instituições museológicas relacionadas a esses estudos. A pesquisadora aponta para o agravamento quanto ao abandono da identidade museológica das instituições museológicas que endossaram projetos arqueológicos. O percentual de 45% está associado aos laboratórios e centros de pesquisa, os quais sabidamente se dedicam à pesquisa em Arqueologia, isolando os vestígios arqueológicos de outras referências patrimoniais e raramente contam com o desenvolvimento da cadeia operatória museológica. Essa realidade é apontada como desafiadora para a Musealização da Arqueologia, pois embora tenhamos no Brasil um número expressivo de museus com vocação arqueológica, uma parcela significativa desses acervos tem sido direcionada para outros espaços, com pouca vocação museológica.

Outro aspecto digno de nota. No ano 2009 haviam sido documentadas 203 espaços relacionados à emissão de endossos, já no final de 2013, Camila Wichers localizou 323 instituições, constatando um aumento de 59%. Ademais, 40% dos acervos gerados estiveram associados a endossos institucionais privados, o que corresponde à “privatização” de acervos que são Bens da União. Somado a isso, 51% das pesquisas realizadas no Brasil no período analisado foram apoiadas por apenas 20 instituições, importante indicativo da existência de uma concentração quanto à destinação de guarda de acervos arqueológicos (WICHERS, 2013/2014, p. 30).

Mesmo em espaços onde a Pedagogia Museológica é patente, a ausência da vocação arqueológica prejudica a valorização desses bens. Temos os exemplos de três museus recifenses, cuja identidade arqueológica é sobrepujada por outras, mais fortes e, portanto, predominantes nessas instituições. Estamos a tratar dos museus: Centro Cultural Judaico de Pernambuco, Sinagoga Kahal Zur Israel (CCJPE-SKZI); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP); e Museu Militar Forte do Brum (MMFB). Os autores desse estudo, ao reconhecerem que os objetos arqueológicos congregam as vozes das instituições que os acolheram, imprimindo seus interesses, ideologia e temáticas, concluem:

CCJPE-SKZI o artefato arqueológico assume a voz da religião e da diáspora judaica; no MMFB incorpora a força da voz de comando dos militares; e no IAHGP nutre a voz de pesquisadores e intelectuais inspirados pela história pernambucana (CARDOSO; AMARAL, 2020, p. 206).

Por essa ótica, ainda que esses bens arqueológicos musealizados carreguem consigo uma manifesta potencialidade, percebe-se nos discursos expográficos dos museus a não valorização ou reconhecimento das especificidades do Patrimônio Arqueológico. Em razão da baixa correlação estabelecida com a Arqueologia, perde-se a oportunidade de utilização desses espaços como construtor da ciência arqueológica. A esse pensamento, adicionamos que a cultura arqueológica uma vez mais é “descartada” enquanto elemento capaz de se converter em componente da herança cultural nacional. Cardoso e Amaral consideram ser insuficiente apenas a “sabedoria arqueológica” para a contenção do problema dos acervos arqueológicos, caracterizada pela “estratigrafia do abandono”. Vislumbram caminhos possíveis a partir da colaboração com outras áreas, bem como pela colaboração da sabedoria popular.

Destarte, Toledo (2017, p. 17) defende, para além da Musealização da Arqueologia, a necessidade de aproximação entre a Arqueologia e a Conservação, pela via da Conservação Arqueológica. A salvaguarda dos bens culturais mantém estreita relação com a conservação e embora o entendimento acerca dos benefícios gerados seja conhecido, apenas mais recentemente tem havido articulação mais profícua em torno de um debate sobre a sua orientação para as especificidades do Patrimônio Arqueológico. Da salvaguarda e comunicação – e seus desdobramentos –, como estruturas conceituais e procedimentais basilares da episteme da Museologia, com aplicabilidade na realidade arqueológica, a Conservação é considerada como o elo mais vulnerável desse sistema, pois historicamente esteve mais endereçada ao papel, a pintura e a escultura. Segundo a autora: “O relacionamento imbricado da Arqueologia, Museologia e Conservação visa à construção de um campo de conhecimento multidisciplinar voltado para as questões relativas à preservação do Patrimônio Arqueológico” (TOLEDO, 2017, p. 18).

Pelo olhar dessa mesma autora, a multidisciplinaridade é o ponto chave para a preservação do Patrimônio Arqueológico se efetivar – em especial no esteio da Musealização da Arqueologia e da Conservação Arqueológica. A compreensão da relação entre as áreas da Arqueologia, da Museologia e da Conservação demonstra potencial para oportunizar reflexões e operacionalizar ações bem-sucedidas para a

preservação do Patrimônio Arqueológico, tendo em vista os reconhecidos desafios e anseios dos profissionais, comunidades e o coletivo (TOLEDO, 2017, p. 19).

A expansão das pesquisas e das instituições envolvidas com o tema não têm necessariamente se convertido em apropriação desse patrimônio pela sociedade, pois muitos acervos formados saem de uma situação de risco iminente de destruição, associado à implementação de um dado empreendimento, para um segundo contexto também com flagrante risco de desaparecimento, causado por condições impróprias de salvaguarda. Esse perigo, muitas vezes evidente aos olhos do grande público, pelas instalações visivelmente precárias, pode também se apresentar como um risco oculto e silencioso, porém tão danoso ao Patrimônio Arqueológico quanto o uso não autorizado de barulhentos maquinários utilizados em obras de engenharia, em contexto de sítio arqueológico. Apesar disso, temos assistido a avanços quanto ao crescente número de trabalhos acadêmicos focados na Musealização da Arqueologia, importante sinal de interesse das novas gerações de pesquisadores pela problemática dos bens arqueológicos no Brasil.

O mote dessa discussão implica em pensarmos sobre “o que preservamos”, “porque” e “para quem” interessa o Patrimônio Arqueológico, a sua musealização e seu usufruto social e público. Ter essas questões em mente, acompanhadas por potenciais respostas, parece-nos ser um exercício básico e contínuo a ser posto em prática por museus e espaços congêneres, sem o que o cumprimento das suas finalidades estará comprometido. A não atenção a esse princípio pode resultar no uso ineficiente – desperdício – dos limitados e escassos recursos dos museus. Em análise sobre o contexto museológico português, quanto à incorporação e à desincorporação de objetos em museus, Maria Isabel Soares de Luna (2011, p. 2-30) se arvora a pensar sobre as facetas que envolvem a aceitação ou a recusa para o uso desse procedimento técnico em espaços com natureza museológica. Em uma de suas ponderações ao longo da dissertação, com pertinência ao nosso tema, pensa haver aceitação para que os museus, em maior ou menor número, mantenham em suas dependências uma categoria de bens que, embora sem qualquer utilidade, devem ser preservados, tão somente em razão de uma obrigatoriedade legal, a qual impossibilita – mesmo não havendo mais a manifestação de valor estético, científico e outros – de abandonarem o espaço museal. Em sua análise sobre essa posição, compreende os objetos que dão entrada nos museus como detentores do “estatuto de perenidade”, característica a

tornar um bem, eterno. Todavia, sabemos, a perda física e de sentido, bem como a destruição, são inerentes ao patrimônio.

Sobre os pontos de vista em favor e contrários à desincorporação de objetos arqueológicos em museus, essa é uma discussão relevante e atual, para a qual “parece haver algum paradoxo, entre a necessidade de tudo recolher e guardar, por razões científicas, e de descartar o que se mostrar desprezável, após a investigação, por razões museográficas” (LUNA, 2011, p. 5-6). Para a mesma autora, o valor de um objeto para a Arqueologia pode não corresponder ao mesmo que para a Museologia. Se assim for, sobre a arena do Patrimônio Cultural, nos esclarece Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2009, p. 31), “O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração”. Desse modo, pelo entendimento de Maria de Luna, prioritariamente, o processo de descarte de coleções científicas deverá ser realizado antes da sua entrada no museu, ação de responsabilidade do especialista de cada disciplina, estes por seu turno guiados pela noção de “equilíbrio entre os bens necessários ao museu e os bens necessários a futuras pesquisas de natureza científica, num processo orientado com diálogo” (LUNA, 2011, p. 5-6).

Observando essa realidade, Carlos Costa e Luydy Fernandes (2020, p. 191) propõem encarmos a controversa discussão sobre o descarte como um dos elementos procedimentais da gestão dessa categoria de acervos. Praticada nos campos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, o tema é de difícil trato no universo da Arqueologia. Para os autores, aquilo que impede encará-lo com mais naturalidade diz respeito ao temor da perda de informação, mas também a crença no desenvolvimento tecnológico futuro como fator a conferir outras possibilidades de estudo e de preservação de objetos e vestígios coletados nos trabalhos arqueológicos. Argumentando em contrário a essa expectativa, nos lembram sobre o histórico brasileiro de mais de 60 anos de formação de acervos arqueológicos por pesquisas científicas, o qual tem demonstrado um cenário diverso ao esperado. Apesar do aumento das demandas, vive-se a eterna espera por mais infraestrutura, mais recursos financeiros e aumento da equipe técnica, expectativas quase sempre não correspondidas, por imposição da realidade nacional, pouco inclinada a destinação de recursos mais robustos para os setores científico e cultural.

O “gesto patrimonial” (ABREU, 2020, 254-257) se dedica a salvar o patrimônio da destruição e dos efeitos nefastos da modernidade, envolve sentido de propriedade, paixões e noções bastante específicas, em uma trama de relações complexas permeadas por forças sociais e por agentes demarcadores do território patrimonial. É conhecida a forte ligação existente entre a Arqueologia e a Museologia, com alternância entre momentos de aproximação e distanciamento. Por isso, podemos sugerir como fator a influenciar no antagonismo de posições sobre a desincorporação de itens de acervos, uma dissonância de vontade e imaginação em seus “gestos patrimoniais”, quando instados a pensar e operacionalizar os caminhos possíveis para o futuro dos acervos arqueológicos, pela perspectiva da sua gestão de longo prazo.

Se, para alguns, escavar sítios arqueológicos sem o devido planejamento, uso de critérios científicos e o objetivo de criar conhecimento arqueológico e histórico é atividade não muito diferente daquela praticada por escavadores clandestinos e saqueadores de bens arqueológicos (GARCÍA-DIEZ; ZAPATA, 2013, p. 40), para o caso das organizações vocacionadas à salvaguarda de acervo com natureza arqueológica, a falta de planejamento e diretrizes gerenciais atinentes ao ingresso de novos itens, as coloca em condição semelhante à de meros acumuladores de coisas.

Nogueira (2014, p. 49) nos fala sobre vivermos no tempo da obsessão pelo patrimônio, quando tudo é ou pode vir a ser patrimônio. Ao traduzir esse pensamento para o caso dos acervos arqueológicos em museus, instituições de guarda e pesquisa, imaginamos para algumas realidades, que o acervo formado não pode ser desfeito, porque tudo aquilo que salvaguarda é ou pode vir a ser relevante para a construção do conhecimento arqueológico e museológico. Se considerarmos a concepção de patrimônio a partir da condição de possível perda, quando cabe às agências de preservação impedir o seu desaparecimento, na percepção de tempo histórico, progressivo, o presente se percebe ora como fonte de destruição do passado, ora como possibilidade para a construção do futuro (GONÇALVES, 2015, p. 216). Deduzimos haver implícito a esse pensamento o temor pela impossibilidade de construção identitária do futuro nacional. Nesse mesmo contexto, a respeito da perda e da destruição, nos perguntamos “em que medida esse inimigo não convive internamente com as próprias práticas da preservação, não somente enquanto ameaça, mas simultaneamente como fonte de criação?” (GONÇALVES, 2015, p.

221). Possivelmente não exista processo de patrimonialização e musealização sem alguma forma de descarte, pois individual ou coletivamente, somos o que esquecemos e descartamos. No campo do patrimônio e dos museus, cabe ao pesquisador se dedicar tanto à preservação quanto às práticas em contrário (GONÇALVES, 2015, p. 224-225).

Sem esperar pela piora do quadro comum a muitas instituições, a proposta do descarte é endereçada para acervos volumosos com baixo potencial informativo, sem informação de contexto e mal acondicionados. Ao definirem o termo, Costa e Fernandes consideram-no como:

[...] um ato de separar vestígios arqueológicos derivados de investigações científicas sistemáticas, para os quais existe a necessidade de imposição de regime especial de salvaguarda institucional, daqueles vestígios que não dependem desse regime. Não se trata, portanto, de jogar materiais arqueológicos no lixo, mas de selecionar objetos potencialmente informativos, para cuja salvaguarda os “Museus” (Art. 1º da Lei nº 11.904/2009), “Instituições de guarda e pesquisa” (IN IPHAN nº 01/2015) do patrimônio arqueológico deverão impor energia e recursos à manutenção, em prol das gerações presentes e futuras (COSTA; FERNANDES, 2020, p. 191).

À propósito da resistência na discussão sobre a questão, os argumentos em favor da adoção criteriosa do procedimento seguem. Essa necessária reflexão se justifica ainda pelo número limitado de instituições autorizadas a salvaguardar bens arqueológicos, um total de 287 em todo o Brasil. Com base no do IPHAN, muitas delas só podem receber pequenos acervos ou não têm mais interesse em concebê-los (COSTA; FERNANDES, 2020, p. 192-193). Do universo de instituições já fiscalizadas pelo IPHAN, aproximadamente 33% foram consideradas inaptas para receber novas coleções arqueológicas, por manifestarem problemas relacionados com a gestão dos seus acervos (DUQUE DE PAULA et al., 2020, p. 174). Enquanto temos restrições claras quanto ao número de instituições vocacionadas a receber esses acervos, as demandas se mantêm crescentes, situação notadamente insustentável e com necessidade urgente de enfrentamento.

Ao olharmos para as Ciências da Informação – como a Biblioteconomia e a Arquivologia – e para a Museologia, quando se identifica, respectivamente, a necessidade do descarte de livros, documentos arquivísticos e peças em museus, isso não é feito isoladamente por um agente à revelia de um conjunto de regras. Nessas áreas, por exemplo, esse tema é “conhecido, debatido, normatizado e

previsto nos códigos deontológicos, sob diversas designações: descarte, destruição, baixa e desbastamento” (COSTA; FERNANDES, 2020, p. 192-193).

Ainda na seara museológica, esse campo do conhecimento próximo à Arqueologia, o termo descarte assume outra roupagem semântica: a baixa. Os autores nos lembram da existência de regramentos estatutários sobre esse procedimento, os quais preveem o exame por uma comissão de profissionais, a elaboração de um dossiê fundamentado, a avaliação do parecer por uma instância dirigente do museu e, só então, se pode decidir sobre a baixa ou descarte do bem (COSTA; FERNANDES, 2020, p. 196).

A pouca disposição em discutirmos sem constrangimentos sobre o descarte como uma prática da profissão, passa também pela insegurança jurídica. Profissionais atuantes em instituições que salvaguardam bens arqueológicos, demonstram receio em fazê-lo, mesmo sendo a prática de selecionar bens uma ação historicamente utilizada nos processos de preservação do Patrimônio Cultural. Isso ocorre em especial, porque existe uma divergência de entendimento criada pelo IPHAN quanto ao que são conceitualmente os museus, definidos pelo Art. 1º da Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências, e o que está caracterizado pela Portaria IPHAN nº 375/2018 – Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências – como instituições de guarda e pesquisa. O parágrafo único do Art. 73 da Portaria supracitada, definidor de “instituições de guarda e pesquisa” como parceiras do IPHAN no cumprimento da missão de salvaguardar o Patrimônio Arqueológico, diferencia-se do conceito de museu no Art. 1º no Estatuto. Embora essa definição legal seja citada no glossário da Portaria, ela exclui o seu parágrafo único, o qual permitiria a equivalência entre os museus e as instituições de guarda e pesquisa. Todavia, apesar da exclusão aparentemente consciente do IPHAN, um olhar comparativo e atento entre os dois termos encontrados no Glossário – “Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos” e “Museu” – indicará semelhança de condições, pois se trata de textos tautológicos. Esse embaraço normativo cria uma figura institucional até então desconhecida no cenário nacional, as “instituições de guarda e pesquisa”; tal embaraço decorre de ser um conceito criado em norma infralegal, que desconsidera as atribuições deste espaço a categoria legal de “museu”.

Ante o exposto, na prática, o descarte vale para os museus, mas não para a categoria criada pelo IPHAN? Não necessariamente. Costa e Fernandes sinalizam

que apesar da exclusão do parágrafo único da Lei, não é demais lembrarmos um princípio básico, que as “Instruções Normativas e as Portarias são normas infralegais, hierarquicamente inferiores, pois, à Constituição e às Leis” (COSTA; FERNANDES, 2020, p. 196). Nesse sentido, legalmente, para os autores, as ações de descarte são contempladas seja pela legislação aplicável aos Museus, seja pela Portaria que regula a conservação do Patrimônio Arqueológico.

Por fim, haja vista a Portaria IPHAN nº 196/2016 inserir nos Projetos de Pesquisa Arqueológica a “triagem” – ou seja, seleção, separação – como procedimento, sugere-se que possam ocorrer nas seguintes etapas: como já é prática, em campo e análise em laboratório, previamente a entrada do acervo no museu, instituição de guarda e pesquisa; pela instituição, durante a conferência do acervo; também em análises posteriores, após o aprofundamento dos estudos específicos sobre o acervo. Para todos os casos, atribui-se essa responsabilidade ao arqueólogo e, preferencialmente, a uma equipe com mais de um profissional (COSTA; FERNANDES, 2020, p. 196).

Ora em meio a uma disputa velada, ora em um estado de esquecimento, o Patrimônio Arqueológico parece estabelecido em um cenário paradoxal. A consolidação do DEMU/IPHAN – base para a posterior criação do IBRAM – resultou, por um lado, na identificação do problema da preservação do Patrimônio Arqueológico musealizado, mas por outro, o departamento não logrou êxito em definir claramente quais seriam as bases conceituais e as competências concernentes a cada organismo do IPHAN no tocante aos bens arqueológicos (SALADINO et al, 2013, p. 111).

Em termos práticos, a posição marcada pelo IPHAN ao criar a Portaria nº 375/2018 parece buscar delimitar e restringir o seu terreno de atuação, o alcance das suas regras e ações direcionadas às organizações formais de preservação do Patrimônio Arqueológico que não se intitulem como museus, para as quais a responsabilidade recairia sobre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Do mesmo modo, ao IBRAM não competiria atuar sobre as questões que envolvessem as instituições de guarda e pesquisa. Contudo, essa postura é legalmente frágil, é prejudicial e não é colaborativa, “pois os problemas do Patrimônio Arqueológico não são de uma ou de outra organização, mas de ambas. Afinal, as estratégias do IPHAN sobre o Patrimônio Arqueológico relacionam-se às do IBRAM e vice-versa” (SALADINO et al, 2013, p. 116). Wichers (2010, p. 196) constatou a existência de

um percentual ínfimo, apenas 9% de instituições credenciadas nas plataformas de ambos os institutos, dado bastante revelador sobre o baixo grau de colaboração entre estas.

Para o caso, sobretudo, da Arqueologia Acadêmica, os processos de triagem e/ou descarte se iniciam na fase da pesquisa de campo, quando da investigação em contexto de sítio arqueológico. A complexidade do tema se eleva pela sua condição de acordo com os dispositivos legais, onde são classificados como Bens da União (DUQUE DE PAULA et al, 2020, p. 179-180). Somado a isso, temos inerente o alto valor simbólico a eles atribuído. Isso posto, contrariando o senso comum, os protocolos de descarte na prática estão distantes da possibilidade de destinar objetos às lixeiras. Muito embora possa considerar a sua desincorporação do livro de inventário com a retirada da sua condição como bem patrimonializado/musealizado, essa alteração de *status*, conforme esclarece o ICOM através do seu Código de Ética para Museus, poderá acontecer via doação, transferência, troca, venda, repatriação e, apenas em último caso, se valida a sua destruição (ICOM, 2009, p. 17).

Visando fazer frente à crescente demanda por espaços de guarda de acervos arqueológicos, pressuposto de gastos continuados de manutenção, Saladino considera “necessária a elaboração de parâmetros de seleção e descarte de acervos arqueológicos durante o processo de formação dos acervos, pois sua coleta indiscriminada atulha as reservas institucionais” (SALADINO et al, 2013, p. 115).

Compete diferenciarmos o descarte por transferência para outras instituições, daquele cujo objetivo é a restituição a determinado povo ou comunidade. Quando existe um pedido motivado pelo desejo de retorno de um bem ao seu estado de origem, transferido de uma instituição à outra, isso acontece em caráter definitivo e preservando o *status* de bem musealizado, assim mesmo o dever de preservação, de pesquisa e de comunicação. É preciso, em situações semelhantes, a ponderação quanto aos riscos associados à perda do potencial da pesquisa e à relevância social, pois podem se reduzir drasticamente quando esse patrimônio é transportado para regiões distantes do local onde foi coletado. No descarte pensado para a restituição a determinadas comunidades, a transferência em caráter definitivo pode implicar na perda do *status* de bem arqueológico patrimonializado. Tratando dos artefatos que temos a ausência do número único de identificação, elemento imprescindível para situarmos as peças arqueológicas em seu contexto de investigação, pode-se propor

a transformação de itens do acervo em material didático. A opção pelo descarte, considerando as análises e testes destrutivos com fins científicos, é outra possibilidade. Como prática cada vez mais comum no campo da Arqueologia, as análises químicas, físicas e geológicas, muitas vezes implicam na destruição parcial ou total da amostra (DUQUE DE PAULA et al, 2020, p. 181-183).

Arqueólogos “profissionais se deparam hoje com implacáveis embates no efetivar da profissão. [...] pelas exigências apressadas e sufocantes da chamada Arqueologia de Contrato” (REIS, 2002, p. 225). Uma dessas questões passa pelo dilema da adoção do critério de escolha da coleta integral ou, mais refinada, seletiva. Na Arqueologia de Contrato geralmente a primeira opção é a mais utilizada, pois exige o profissional da responsabilidade do que descartar e do que preservar, tendo em vista a necessidade de reflexão para a seleção dos bens que efetivamente demonstrarão valores pelo crivo do compromisso científico e social. A Carta de Lousanne, em seu Artigo 6º, exara que “A preservação de sítios e monumentos se dará necessariamente de forma seletiva, uma vez que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados”. Ao nosso ver, não há razão para tergiversarmos desse princípio quando o assunto é a formação e manutenção de acervos arqueológicos.

Objetivamente, é sobre os museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico, em última análise, que recairá a responsabilidade pela administração dos problemas da manutenção permanente dos acervos. Assim, do ponto de vista da gestão, a “permanente destinação de recursos materiais, monetários e humanos para a manutenção dos acervos e o real potencial informativo de tudo o que se preserva não podem, e nem devem, ser negligenciadas” (COSTA; FERNANDES, 2020, p. 192).

Nos perguntamos em que medida a ausência de teorização sobre a gestão do Patrimônio Arqueológico pode impactar na implementação de uma agenda conciliada entre o desenvolvimento das pesquisas e a gestão patrimonial. Para Criado Boado (2012), há tempos a teoria arqueológica está paralisada, não oferecendo paradigmas novos para pensar a realidade arqueológica. Segundo este autor, “[...] no existe una teoría de la gestión del patrimonio, una teorización sobre arqueología y gestión” (BOADO, 2012, p. 117). Na modernidade clássica, a Arqueologia se constituía em um saber; na era pós-industrial, consolidou-se como um serviço, agora detém as duas características, divide-se entre o ser científico e o

ser comercial, domina tanto conhecimento científico como tecnológico (BOADO, 2012, p. 114).

A Gestão do Patrimônio Arqueológico (GPA) pode ser classificada como:

[...] um conjunto de estudos, análises, reflexões e ações que buscam equacionar informações sobre os bens culturais, os parceiros envolvidos (comunidade, cientistas, autoridades, mídia...), as estruturas (física e administrativa) e as questões econômicas inerentes, visando a otimizar o uso e o retorno à atual geração, a valorização e difusão, bem como a preservação dos sítios ou blocos testemunhos, do acervo gerado, da documentação e do conhecimento produzido para as gerações futuras. Gerir é conhecer os elementos, ter visão geral das fontes, dos recursos, dos atores, do processo e do tempo hábil, buscando a máxima qualidade das ações e atividades, em qualquer tipo de combinações que respeitem os parâmetros em prol do cumprimento da missão (PARDI, 2002, p. 20).

Para além do exposto:

A pesar de que el desarrollo de la arqueología patrimonial responde a las nuevas demandas que desde la sociedad se plantean en relación con la gestión del patrimonio, en realidad la causa material de esas demandas es vieja y consustancial al registro arqueológico pues este, además de ser product del pasado, está constituido por formas que existen físicamente en el presente; por lo tanto, presentan problemas prácticos, de conservación, protección, recuperación, valoración, etc., en definitiva, problemas de gestión. A pesar de que nunca se ha reconocido este carácter esencial de la práctica arqueológica, es así (BOADO, 2012, p. 118).

A gestão se complexifica quando afloram os conflitos entre as diferentes dimensões da atualidade e o Patrimônio Arqueológico, pela sua necessidade impreterível de proteção, preservação e valorização. Criado Boado fala sobre um movimento de fuga da inércia, mas, para tanto, precisamos de constante reflexão sobre o contexto no qual estamos vivendo, para haver a reunião de condições capazes de transformar reflexões em modelos teóricos de referência. Na atual fase da gestão do patrimônio, a teoria que se supõe inconsciente precisa se tornar explícita, do contrário, a própria gestão imporá, por si mesma, um modelo de Arqueologia tecnocrático e liberal, movimento capitaneado por forças atuantes na presente conjuntura social e na Arqueologia. Em síntese, a gestão arqueológica será teoria ou não será nada, mera instrumentalização técnico-liberal do Patrimônio Arqueológico (BOADO, 2012, p. 117-118).

Uma Política de Gestão de Acervos encontra ressonância com essa agenda, por se tratar de um exercício cuja função é gerar um documento com o propósito de identificar e selecionar o tipo de acervo a ser adquirido e descartado por uma instituição, levando-se em consideração a missão, objetivos, necessidade de

investigação do acervo e caminhos a serem tomados para a sua preservação (PADILHA, 2014, p. 26).

1.6 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E SOCIEDADE

Embora os acervos arqueológicos sejam advindos majoritariamente de pesquisas científicas e sistemáticas de campo, também se compõem a partir de doações espontâneas de objetos e coleções por parte de cidadãos comuns. Em todas as suas regiões e em variados compartimentos ambientais, mais ao litoral ou em sentido oposto à costa brasileira, nas proximidades com a Linha do Equador ou distante dela, o Brasil é um país cujo território provê a sua população exemplos numerosos de espaços com remanescentes da cultura material das sociedades pretéritas. Produzidos por contínuas levas de ocupações humanas, seguramente podemos situar precedentes cronológicos de mais de uma dezena de milênios para os povos originários. Em face da extensa dimensão, densamente ocupado, no passado e atualmente, dificilmente algum cidadão dirá não ter visto um artefato, uma estrutura ou outras evidências de atividade humana. Mesmo que não os reconheça por tais termos, fatalmente ele já os viu e se pôs em relação com os vestígios arqueológicos. Esse encontro pode ter sido propiciado por visitas a museus, sítios musealizados e outros, ou mesmo por um evento randômico vivido no próprio quintal da sua residência, ocasionado pela abertura de um furo no solo para a colocação de uma estaca de cerca cujo resultado o revelou alguns fragmentos de cerâmica.

Na esfera do Patrimônio Cultural, do qual se inclui o Arqueológico, a patrimonialização é, a priori, um arranjo de ideias apoiado por conhecimentos técnicos e científicos, uma construção acadêmica muitas vezes carente dos sentidos socialmente construídos. Com isso, não negamos os sentidos elaborados em âmbito social, mas com base nas linhas que orientam esse histórico, observamos a existência de uma dominância do processo por parte daqueles que controlam a produção do saber científico, seja nos museus ou em universidades e afins, na escolha do que preservar e como fazê-lo. Historicamente, o Patrimônio Arqueológico e outras categorias tiveram o apoio das universidades, museus e demais espaços de produção e divulgação da Ciência. Esses espaços, ao impor ao senso comum aquilo que as disposições científicas projetam, longe da sociedade, tornam a noção de Patrimônio Arqueológico uma elaboração de especialistas, distante portanto de caracterizar-se como prática social (COSTA, 2019, p. 105).

Façamos o exercício de considerar que a dinâmica operacional contida na lógica de patrimonialização funcione sem impedimentos, isto é, que o arqueólogo elabore um projeto, solicite endosso à uma instituição, essa, por sua vez, aceite, que o projeto seja submetido ao IPHAN e este, por conseguinte, autorize ou permita a realização da pesquisa, que a pesquisa seja realizada e os acervos gerados e após passarem por longo percurso curatorial sejam, por fim, entregues à instituição que endossou o projeto. Atingimos então ao final desse longo caminho? Evidente que não. Porquanto, é o momento de olharmos para as premissas que justificam a preservação do Patrimônio Arqueológico e refletirmos se estão sendo cumpridas. Quer dizer, os elementos motivadores da sua preservação ao fim e ao cabo, estão sendo contemplados, culminando com a preservação desses bens e contribuindo para a reflexão sobre a formação da historicidade, identidade e memória nacional?

Para melhor aclararmos esse ponto recorreremos a Carlos Costa (2019, p. 106-110) e à sua análise mais detida acerca das premissas que acima nos referimos. O autor apresenta seis dimensões da esfera de sentidos que justificam o esforço de preservação do Patrimônio Arqueológico. Nesse sentido, na primeira dimensão, **sociocultural**, o Patrimônio Arqueológico se apresenta como um documento do passado, referência física que possibilita falar de diferentes processos históricos e sociais, quando se manifesta por meio de um *continuum* histórico ou pelos processos atuais de re-apropriação. A dimensão **técnica e acadêmica** implica no entendimento de que o Patrimônio Arqueológico não é natural, senão reconhecido. Por esse caminho, promove os meios pelos quais a preservação ocorre. Cabe aqui identificar, selecionar, registrar, comparar, investigar, refletir, problematizar, pôr em regime especial de preservação e auxiliar na promoção do bem. O significado sociocultural e o conhecimento científico, associados, para o autor, constituem a base de valoração do Patrimônio Arqueológico. A dimensão **patrimonial** está condicionada ao processo de mensuração de singularidade, excepcionalidade, relevância sociocultural, monumentalidade, historicidade e estética. Considera-se que os processos de patrimonialização devem ser conduzidos pela conjunção dos interesses socioculturais, científicos e estatais.

Por sua vez, a dimensão **político-acadêmica** contempla a participação dos agentes organizados que militam (SAB, REMAAE, ABRACOR e outros) pelos processos de preservação do Patrimônio Arqueológico. Nessa esfera de sentidos reside a ideia do direito difuso, da noção de posse coletiva do patrimônio. A

dimensão **institucional** se refere aos agentes estatais, instituições, empresas e organizações responsáveis pela preservação do Patrimônio Arqueológico. Podemos incluir também as empresas e entidades demandantes do trabalho de Arqueologia. A dimensão **regional**, aliada à sociocultural, confere sentido de valorização nos processos de salvaguarda do Patrimônio Arqueológico. Nesse caso, as diferenças devem ser entendidas como diferenças, quando são por essa razão valorizadas. Por fim, mas não menos importante, Costa discorre sobre os aspectos normativos, cumpridores do papel operacional de mediação, enquanto procedimentos que garantem os direitos e deveres dos diferentes agentes na sua relação com as políticas do Patrimônio Arqueológico (COSTA, 2019, p. 111-113). Como desfecho para as reflexões que propõe, o autor considera que qualquer caminho a ser seguido para a racionalização das políticas de gestão do Patrimônio Arqueológico, no Brasil, deverá considerar a razão principal que leva à preservação: a sociedade.

Podemos acrescentar mais um sentido à dimensão desses bens, aquele relativo à qualidade de vida e bem-estar social, desenvolvimento econômico e da cidadania (PARDI, 2002, p. 60). Helena Costa (2012, p. 91) vai além ao nos apresentar o conceito de “saúde cultural” como uma capacidade adquirida, através da qual a percepção do valor dos bens culturais que compõem o patrimônio de um indivíduo permite superar questões complexas sobre a sua existência e melhorar sua qualidade de vida.

Percorremos, até aqui, por inúmeros pontos de vista. A nosso ver, tradutores da estratigrafia do abandono retratada por Bruno (2013/2014, p. 14), constatada não só em Rondônia por Bertolo (2017, p. 114), mas em instituições nas variadas partes do território nacional. Para nos auxiliar na continuidade das explicações sobre essa complexa realidade, faremos o uso de mais alguns pontos de vista. Não é novidade que espaços de salvaguarda de acervos arqueológicos comuniquem as suas coleções com o enfoque no fetiche, quando os indivíduos retratados são destacados mais pelos seus componentes ditos exóticos, do que em razão dos valores atrelados à sua historicidade e aos processos culturais pelos quais passou, demonstrando a complexidade do seu estilo de vida, as estratégias engenhosas adotadas para se organizar enquanto grupo e se relacionar com outras sociedades e o mundo em sua volta.

A ausência de ancestralidade direta entre o Patrimônio Arqueológico e parcela importante da atual população é uma das justificativas para essa

interpretação fetichizada, alimentando o distanciamento entre esses bens culturais e a sociedade. Pela via da ancestralidade direta, dois grupos distintos poderiam se encontrar através da ligação entre passado e presente, criando um vínculo delimitado por uma mesma ocupação espacial (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 9). O projeto de um estado vanguardista, posto em prática a partir da criação do SPHAN, em 1937, agente fundamental na elaboração simbólica da nação, se utilizou do dispositivo do tombamento para materializar escolhas relativas aos bens patrimonializados e, como resultado dessa seleção, houve a exclusão do legado cultural e histórico de múltiplas etnias, a exemplo dos povos originários e negros (NOGUEIRA, 2014, p. 55-56).

Não é uma realidade exclusiva à Rondônia ou à Região Norte do Brasil, senão de todo o país, a predominância da Arqueologia do outro. Seguindo essa lógica, os objetos arqueológicos são tratados exclusivamente pela sua exotividade, sua diferença em relação ao contraste cultural com outros povos, ao invés de analisados segundo a sua dinâmica interna na relação com o mundo. Os estudos em Arqueologia apontam para a existência de um país vasto e diversificado, porém não atuante para fortalecer o “nativo brasileiro”, pois, pelo contrário, construiu versões hegemônicas das experiências histórico-culturais nacionais. Talvez tenhamos chegado a esse ponto pela ausência de uma tradição de uso político do Patrimônio Arqueológico, quanto à identificação da sociedade com um passado estudado, como se verifica nos países México e Peru, que há tempos se articularam para estabelecer ligações entre a Arqueologia e os fatores políticos e ideológicos. Dos lados de cá se considera que isso esteja mais relacionado aos esforços de certos indivíduos, via de regra representado pela classe intelectual (BARRETO, 1999). “Um dos primeiros momentos em que a arqueologia brasileira assume um significado político no Brasil, foi quando da patrimonialização da arqueologia nacional” (BARRETO, 1999, p. 207).

Para Carlos Xavier de Azevedo Netto (2008, p. 15-16), as atuais comunidades que vivem no entorno dos sítios arqueológicos não estabelecem laços de proximidade por conta da inexistência ou mascaramento dos vínculos de ancestralidade. Uma das estratégias que vem sendo implementadas se refere à busca da transformação do espectador em um ator inserido na cadeia operatória de preservação do patrimônio, que de forma atuante passa a incorporar os bens como

algo seu. Enquanto atores sociais, partilham as informações patrimoniais e constroem seus significados, permitindo a sua interlocução.

Não obstante, as consequências sociais, políticas e culturais das Pesquisas Arqueológicas têm sido uma preocupação cada vez mais frequente, sobretudo se pensarmos nos desdobramentos das questões de identidade cultural, preservação patrimonial, e produção científica (BARRETO, 1999, p. 202). A estratigrafia do abandono, de algum modo está correlacionada ao não atendimento aos valores que embasam e dão sentido a preservação do Patrimônio Arqueológico. Um diagnóstico inicial já pode com isso ser vislumbrado, pois temos visto a não identificação da sociedade civil com essa herança cultural, muito por influência dos discursos oficiais que negaram ao “nativo” e a outras categorias o seu protagonismo histórico, também em razão da ausência de relação de ancestralidade direta (*continuum* histórico), ou mesmo pelo descompasso entre a geração, processamento e devolução do Patrimônio Cultural à sociedade, como resultado de problemas manifestos por museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos, no tocante às infraestruturas precárias, número reduzido de funcionários e falhas quanto ao planejamento institucional.

Para além dos discursos oficiais, os quais ecoaram e continuam a ecoar nas várias partes do país, o fato das comunidades indígenas elaborarem o seu tempo e história em uma diferente lógica, não ocidental, pode ter afastado a sociedade brasileira de se identificar com esses referenciais culturais. Além de ter afastado os próprios “indígenas”, pois o discurso oficial sobre o “nativo”, em muitos dos nossos espaços de memória, não detém os sentidos próprios a esses grupos (ANJOS, 2008, p. 79). José Carlos dos Anjos, ao falar sobre o olhar de Roger Bastide, para analisar as culturas não operantes segundo a lógica ocidental, nos diz que “[...] o pensamento construído por linhas e multiplicidades em constante metamorfose não obedece ‘ao princípio da identidade e da não-contradição’ próprio ao pensamento ocidental” (ANJOS, 2008, p. 80-81).

Nos trabalhos de licenciamento ambiental, a Educação Patrimonial floresceu muito mais que a salvaguarda dos acervos. Dessa feita, temos uma geração de acervos e entrada em espaços de salvaguarda de bens culturais, que não seguem uma mesma velocidade no processamento de dados das coleções, configurando uma disfunção institucional. Muito menos se verifica a contento, a entrega de produtos – exposições, ações educativas e outros – como uma consequência

esperada da responsabilidade de tutela desse patrimônio, transferida pelo Estado brasileiro à essas instituições. Nesse sentido, nos questionamos sobre como vincular as Pesquisas Arqueológicas com as perspectivas das sociedades contemporâneas. Bruno (1999, p. 70) pondera serem os recursos museológicos um caminho possível, por articularem linguagens expográficas múltiplas. Para além disso, ações de inclusão social, visando socializar os vestígios arqueológicos, farão com que cada vez mais esses acervos sejam menos estranhos e se tornem melhor recebidos pelo público em geral, sinal de redução no descompasso entre a geração de acervos e o usufruto por parte da sociedade.

A noção moderna de patrimônio o apresenta como algo não desinteressado e sinaliza não haver uma única verdade. Acerca das noções que circundam uma falsa obra de arte, Cesare Brandi (2008, p. 113-114) caracteriza o falso como algo possível de reconhecimento, desde que assim seja identificado. Por não ser uma propriedade inerente ao objeto, o falso, segundo Brandi, e na nossa visão, o Patrimônio Arqueológico, fundam-se no juízo. Para o primeiro caso, na base da distinção entre a falsificação e o original, e, no segundo pela seleção do que é, ou não, patrimônio. Evidentemente, o Patrimônio Arqueológico só tem sentido do ponto de vista humano e social, a partir da adjetivação de coisas, lugares, pessoas, dotados de maior ou menor qualidade, importância, carga informativa e/ou afetiva. Não se trata de essências, mas sim de atributos sempre, idealmente, negociados pela coletividade e pelos indivíduos (JORGE, 2003, p. 190). Márcia Chuva (2012, p. 163-164) aborda as noções de Patrimônio Cultural em uso e as divisões por elas provocada, considerando as lutas pela representação não como a busca por uma noção verdadeira, senão como diferentes apropriações de uma mesma noção. Ademais, de modo semelhante, o território circunscrito de atuação dos museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos, e bens culturais de modo mais geral, não resultam de uma engenharia ingênua, sem interesses outros. Há sempre em sua concepção a formatação de um produto discursivo materializado em textos, imagens e, até mesmo, sons, compondo cenários formadores de um encadeamento lógico afinado com a leitura de mundo de seus criadores.

Em complemento a essa ideia, Márcio Goldman (2014, p. 216-217) considera que o ponto de vista do Estado tem prevalecido nos discursos oficiais, quando a única identidade legítima é a identidade nacional. Para ele, possivelmente, nunca houve ênfase suficiente para entender que a natureza das relações unificadoras dos

vértices do triângulo das “três raças”, no seu universo mítico, não pode ser a mesma, porque essas relações ocorrem entre elaborações situadas em diversas dimensões: sociológicas, mitológicas, religiosas, epistemológicas, ontológicas, cosmopolíticas etc.

Apesar dos entraves, os últimos anos trouxeram avanços importantes para o campo patrimonial brasileiro, de forma a promover uma maior aproximação entre a operacionalização e as premissas. Essa forma de relação pode contribuir para a transformação de cenários adversos em reservas técnicas de museus, em um quadro positivo. Na esfera dos órgãos normatizadores do campo patrimonial, a Política de Patrimônio Cultural Material, elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2018, contou com a participação ativa da sociedade especializada e civil, algo poucas vezes visto na história do órgão. Dentre as suas premissas, podemos mencionar que as ações para a preservação do Patrimônio Cultural Material devem compreender e considerar os sentidos atribuídos no presente; a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais do Patrimônio Cultural. Além do mais, suas ações e atividades devem buscar estimular o fortalecimento de grupos sociais para preservação do seu próprio Patrimônio Cultural (IPHAN, 2018, p. 10-11). Em síntese, as principais inovações da Política de Patrimônio Cultural Material consistem na inserção das noções de Lugar de Memória, Povos e Comunidades Tradicionais, Paleontologia e Espeleologia. Por fim, introduziu objetivos, tendo em vista a construção coletiva dos instrumentos de preservação e valorização patrimonial (IPHAN, 2017, 10-11). Com isso, essa iniciativa tende a dar mais legitimidade e tornar mais representativas as ações do IPHAN frente às demandas socioculturais da diversa sociedade brasileira.

Ademais, há quase duas décadas, Gabriela Martin (2005, p. 326) enxergava a Arqueologia brasileira inserida em um momento de transição, passando da etapa pragmática de acumulação e registro das fontes arqueológicas – poderíamos dizer que esse ainda parece ser o cenário compartilhado por muitas organizações formais –, para um momento seguinte, quando, por exemplo, tem se recorrido a valorização do objeto arqueológico *in situ* e o estreitamento de laços com outras disciplinas. Já é possível ver, mesmo que timidamente, cada vez mais uma nova geração de arqueólogos preocupada, estudantes sobretudo dos cursos de Pós-Graduação existentes no país, e nos fóruns de discussão, com a utilização, o usufruto social e público dos acervos produzidos por Pesquisas Arqueológicas.

A superação da distância existente entre sociedade e Patrimônio Cultural Arqueológico institucionalizados – separação motivada pela ausência de ancestralidade direta; discursos oficiais que penalizam a herança cultural dos grupos tradicionais; formulação de retóricas acadêmicas apartadas da contribuição do grande público; ou pelo descompasso entre geração, processamento e usufruto –, poderá contar com a Musealização da Arqueologia e com a Musealização do Patrimônio Arqueológico para buscar estabelecer vínculos entre os vestígios arqueológicos herdados e as sociedades contemporâneas, considerando a diversidade de fatores históricos e socioculturais, os quais influenciam essas aproximações (BRUNO, 2013/2014, p. 9).

1.7 OS MÉTODOS DE ESTUDO

Até aqui buscamos apresentar as referências e reflexões as quais nos levam a compreender os acervos arqueológicos gerados em Rondônia, Brasil, que se encontram sob condição de salvaguarda institucional. A ideia, agora, é apresentar como iremos, na prática, apreender a realidade abrangida por este corpo teórico.

Objetivamente, podemos caracterizar o tema dos acervos arqueológicos gerados em Rondônia em condição de salvaguarda institucional como um “estudo de caso”, método implementado em nossa dissertação de mestrado. O estudo de caso é um esforço de pesquisa que pode contribuir para o entendimento e para o aprofundamento das discussões atinentes ao tema, porque contempla os fenômenos individuais, organizacionais, administrativos, sociais e políticos. A estratégia preferida dos pesquisadores busca responder a questões do modelo “como” e “por que”. Insere-se no contexto que o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001, p. 19-20). Assim, pudemos lançar indagações sobre o “como os acervos foram formados”, “como estão sendo administrados”, “como são apropriados”, ou ainda, se assim for o caso, “porque não são apropriados social e publicamente”.

O estudo de caso lida com o planejamento, a análise e a exposição de ideias, extrapolando o foco mais tradicional da coleta de dados ou do trabalho de campo (YIN, 2001, p. 27). Nesse sentido, buscamos entender como definir o caso que estamos estudando; como determinar os dados relevantes que coletaríamos, haja vista termos que analisar as informações sobre os acervos e a aplicação de um

questionário endereçado aos representantes das instituições que preservam coleções de interesse arqueológico; de igual modo, o estudo de caso nos orientou sobre o como podemos depurar os dados após a coleta.

Ao examinarmos Antônio Carlos Gil (2008, p. 57-58) acerca desse mesmo método, considera-o como meio de estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Admite explicar as variáveis causais de determinado fenômeno que não permitam, por exemplo, a realização de experimentos. Podemos nos utilizar do estudo de caso, tanto para implementar uma pesquisa exploratória, cuja principal finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, ideias e uma visão mais geral acerca de determinados fatos; em complemento a isso, a pesquisa descritiva terá para o nosso caso, como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno e a preocupação com a atuação prática, nos museus e demais instituições; também a pesquisa explicativa, preocupada em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, pois explica a razão, o porquê das coisas. Não sendo excludentes, os três casos se complementarão (GIL, 2008, p. 28-29).

Uma das preocupações mais comuns na pesquisa se refere ao fornecimento de pouca base para se fazer uma generalização científica. Como é sabido, fatos científicos raramente se baseiam em experimentos únicos, senão em um conjunto múltiplo de experimentos, para os quais observou-se o mesmo fenômeno sob condições diferentes (YIN, 2001, p. 29). Por essa razão, temos em mente apresentar um padrão que se repete em escala nacional, quando será possível falar de um mesmo fenômeno, a insegurança institucional e a (in)capacidade de salvaguardar e comunicar acervos, sob condições diferentes, ou realidades nacionais distintas. Esse método conta ainda com a observação direta e a série sistemática de entrevistas. Em resumo, o estudo de caso tem a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências de documentos, artefatos, entrevistas e observações. Essa abordagem mais abrangente se alinha às nossas possibilidades investigativas acerca dos cenários institucionais, compreendendo desde o levantamento de portarias de autorização de escavação, estudo dos relatórios finais de pesquisa, até a realização de entrevistas com representantes dos espaços de salvaguarda de bens arqueológicos.

Schramm (1971), mencionado por Roberto Yin (2001, p. 31), considera ser essencial em um estudo de caso a tentativa de esclarecer “[...] uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados”. É amparado por indagações como as colocadas por Yin que esperamos checar a validade de nossa hipótese.

Também implementamos a pesquisa quantitativa, utilizada quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc., acerca de um público-alvo (MANZATO; SANTOS, 2002, p. 7). No nosso caso, formaremos uma amostra representativa para levantar o número de portarias de autorização de escavação para o Estado de Rondônia entre os anos de 2017 e 2022. O objetivo aqui é perceber se houve um aumento, estabilidade ou diminuição na demanda pela realização de Pesquisas Arqueológicas, bem como quem foram os sujeitos solicitantes da autorização ou permissão de pesquisa. Para os períodos anteriores, os dados já estão sistematizados na dissertação de mestrado de Izabela Bertolo (2017); identificar as instituições de salvaguarda de acervos arqueológicos gerados em Rondônia; conhecer o universo de itens/peças sob a responsabilidade de cada um desses espaços; como meio de mensurar o quanto do Patrimônio Arqueológico gerado tem sido legado à sociedade, buscaremos nas instituições que possuem o dever de guarda dos acervos, tabular as ações, produtos e usos social e público propiciados a partir desses bens: artigos, monografias, dissertações, teses; exposições, ações educativas, livros, documentários, matérias de jornal, empréstimos, entre outros. Esse método, de acordo com Roberto Jarry Richardson (1999, p. 70), se caracteriza pelo emprego da quantificação, esteja ela relacionada à coleta ou tratamento das informações mediante o uso de estatísticas.

O escopo qualitativo também foi posto em prática, pois tentamos compreender com base em dados qualificáveis, a realidade de determinados fenômenos, a partir da percepção dos diversos atores sociais, e por extensão, institucionais, haja vista pessoas influenciarem na forma como instituições atuam. Por essa via, pode-se implementar técnicas de coletas, codificação e análise de dados, tendo como meta gerar resultados a partir dos significados dos fenômenos estudados (RICHARDSON, 1999, p. 79).

Nos utilizamos da entrevista como instrumento e técnica de construção de dados, para observar as causas e efeitos dos usos e ausências dos processos

museológico curatoriais aplicados à acervos arqueológicos. Antônio Gil conceitua a entrevista:

[...] como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p. 109).

Lembremos, temos o intento de verificar, através das entrevistas, se, em última análise, os bens arqueológicos institucionalizados têm sido de fato legados à sociedade – como ocorre e, se não, por qual razão – ou a idealizada devolução à sociedade dos conhecimentos produzidos está restrita apenas à dimensão imaginada da Museologia e da Arqueologia, não correspondendo a uma realidade. O recurso do uso dos depoimentos nos permitiu a exploração dos conhecimentos das pessoas, mas também de suas representações, crenças, valores, opiniões, sentimentos, esperanças, desejos, projetos etc. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 184). Ademais, esses dados são suscetíveis de classificação e de quantificação.

Com a entrevista é possível obter um maior número de respostas, por ser mais fácil deixar de responder a um questionário do que se negar a ser entrevistado (GIL, 2008, p. 110). Tende a gerar maior fluidez e reduzir as situações de constrangimento, além de criar mais intimidade entre as partes envolvidas, em contraposição ao envio de um questionário para quem se quer aferir informações. Tido como mais rígido e frio, o questionário como um instrumento de investigação pode ser o único contato entre pesquisador e o pesquisado.

Laville e Dionne (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 190) ao avaliarem os prós e os contras do uso de um questionário ou da entrevista, concluem que mais importante do que a técnica ou o instrumento utilizado, a coleta de testemunhos exigirá do pesquisador o seu direcionamento a pessoas que queiram responder às perguntas e tenham a competência para fazê-lo de forma genuína.

Elencamos perguntas no modelo misto, contemplando aquelas fechadas, com opções de respostas pré-estabelecidas, e abertas, as quais conferiram ao entrevistado maior amplitude, liberdade de resposta e profundidade sobre os seus saberes. Para ambos os casos, pretendeu-se que fossem questões estruturadas, fator a nos conferir uma certa padronização, no sentido de haver uma relação fixa de perguntas cuja ordem tenderá a se manter a mesma para todos os entrevistados. As

indagações estiveram sempre atreladas à nossa hipótese e à necessidade de sua verificação.

Em razão da impossibilidade do nosso deslocamento para a verificação *in loco* das realidades institucionais, pois esses espaços estão localizados em dez estados diferentes, procedemos as entrevistas visando à coleta de informações de modo virtual, via *Google Meet*. Nossa amostragem levou em conta os critérios de acessibilidade e conveniência (GIL, 1999, p. 94), pois selecionamos as instituições a que tivemos acesso mediante o agendamento de entrevistas cuja finalidade foi a obtenção de respostas, admitindo que possam representar o universo museológico a partir de onde se formula o problema da pesquisa: refletir se os caminhos operacionais que levam à preservação do Patrimônio Arqueológico do Estado de Rondônia cumprem a premissa que justifica a sua preservação.

Ao todo, conseguimos realizar cinco entrevistas, entre os meses de julho e agosto de 2022, com os seguintes agentes institucionais:

- 1) Maria Cristina Oliveira Bruno, pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade de São Paulo (USP), em 11 de julho de 2022;
- 2) Juliana Rossato Santi, pela Reserva Técnica (RT) Arqueológica do Departamento de Arqueologia (DARQ), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em 14 de julho de 2022;
- 3) Bernarde Duque de Paula e André Luís Ramos Soares, pelo Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 18 de julho de 2022;
- 4) Maria Coimbra de Oliveira, pelo Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, em 2 de agosto de 2022;
- 5) Enir Maria Silva e Vitória Ramirez Zanqueta (Curadora), pelo Museu de História Natural do Mato Grosso (Casa Dom Aquino), em 3 de agosto de 2022.

Para todos os entrevistados, induzimos um conjunto de 16 questões, para as quais, mesmo em perguntas fechadas, deixamos os entrevistados livres para manifestação, se assim quisessem. Foram informações e perguntas dirigidas aos entrevistados:

- 1) Nome da/o responsável na instituição pelas respostas na entrevista.
- 2) Nome do Museu, instituição de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico.

- 3) Data da entrevista.
- 4) Você pode nos contar sobre o histórico de formação da instituição?
- 5) Como é composta a equipe de profissionais da instituição?
- 6) Como é composta a infraestrutura de funcionamento da instituição: espaços e equipamentos?
- 7) Quais atividades a instituição realiza?
 - Pesquisa
 - Documentação
 - Exposição
 - Ações educativo culturais
 - Outra_____
- 8) Qual o total de artefatos e peças salvaguardados pela instituição e suas tipologias?
- 9) Qual o total de artefatos com proveniência de Rondônia e as suas tipologias?
- 10)O que pode contar sobre a relevância científica e social dos acervos?
- 11)Os acervos provenientes do Estado de Rondônia, após darem entrada na instituição, foram consultados para:
 - Publicação de artigos
 - Escrita de monografias
 - Escrita de dissertações
 - Escrita de teses
 - Realização de exposição
 - Outros _____
- 12)Como a instituição se financia anualmente?
- 13)Qual a classificação do estado de conservação dos acervos?
 - Bem conservado
 - Regular
 - Mal conservado
- 14)A instituição possui política de endosso e gerenciamento de acervos?
 - Sim
 - Não
- 15)A instituição tem planos de, no futuro, promover a repatriação de acervos?

- Sim

- Não

16) A documentação associada aos acervos, recebida pela instituição, contempla os relatórios, registros e demais produtos relacionados à etapa de Educação Patrimonial dos projetos?

17) Discorra, se assim desejar, sobre algo que julgue importante e não tenha sido contemplado pelo roteiro da entrevista, a respeito da sua instituição ou no que se refere ao acervo procedente de Rondônia.

Todas as entrevistas, perguntas e respectivas respostas estão como apêndices da dissertação. Por fim, é necessário registrar que a disponibilização das transcrições das entrevistas decorre do aceite de Termo de Livre Consentimento dos entrevistados.

CAPÍTULO 2 – O QUE SÃO, COM QUEM ESTÃO E COMO ESTÃO OS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS DE RONDÔNIA?

Como advertimos, o período de análise ao qual se assenta a presente dissertação será os anos de 2017 a 2022, posto que Ana Izabela Bertolo, em sua dissertação de mestrado, “Perspectivas dos processos de Musealização do Patrimônio Arqueológico no Estado de Rondônia”, defendida em 2017, no IPHAN, analisou as portarias relacionadas ao lapso temporal entre os anos 2000 e 2016, portanto anteriores àquele que abrangemos. Justamente por isso, para colocarmos o leitor a par dos conteúdos que antecedem a nossa análise, faremos uma síntese do que se sabe acerca dos acervos arqueológicos gerados em Rondônia que se encontram em condição de salvaguarda institucional do período precedente à presente dissertação. Para tanto, faremos uma análise das instituições de guarda dos materiais arqueológicos derivados de Rondônia e, depois, das informações que possibilitam entender o que elas salvaguardam, a partir da análise das portarias de endosso institucional e da produção que se teve acesso sobre essas portarias.

2.1 INSTITUIÇÕES QUE SALVAGUARDAM OS BENS ARQUEOLÓGICOS DE RONDÔNIA

O nosso principal critério de escolha para o direcionamento das entrevistas foi o quantitativo. Convidamos para a participação na pesquisa as instituições que mais emitiram endossos para projetos de Arqueologia em Rondônia nas últimas duas décadas, estabelecendo o número mínimo de dois endossos como parâmetro para entrada no nosso estudo. Com isso, de um total de 18 espaços de salvaguarda do Patrimônio Arqueológico, 191 contratos firmados ao longo desse tempo, chegamos a uma lista “ideal” com 11 instituições a serem examinadas mais a fundo através da realização de entrevistas. Todavia, obtivemos retorno positivo a nossa solicitação em cinco delas, reduzindo a menos da metade a lista inicial. Isso nos impôs uma alteração na proporção da amostragem a ser checada com mais profundidade mediante as informações passadas por quem vive a rotina de trabalho nessas instituições, posto ter restringido a busca por informações sobre 13 espaço em seus *sites* oficiais, onde sabíamos, encontraríamos muitas limitações.

Sobre as instituições previamente selecionadas, em Rondônia, apenas o Escritório Regional do IPHAN, com dois endossos, não foi considerado, dada a sua característica de restringir a conferência de endossos a situações circunstanciais. Por exemplo, existem situações nas quais há a necessidade de salvamento emergencial, mas não há tempo hábil para as tratativas e tramitações necessárias para se firmar o “acordo comercial” entre o museu e a iniciativa privada, para termos como consequência esperada a preservação dos bens arqueológicos em situação de risco iminente de destruição. Desse modo, a permanência de coleções nas instalações do Escritório Regional do IPHAN em Porto Velho é algo provisório, quando são ali mantidas até que sejam destinadas a uma organização que assuma a responsabilidade permanente de guarda das coleções.

Feitas essas ressalvas, para o Estado de Rondônia incluímos no estudo: a Reserva Técnica (RT) Arqueológica do DARQ/UNIR, responsável por 37 endossos; o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, com 90 endossos; e o Museu de Arqueologia do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), com 2 endossos.

Ainda na Região Norte, no Estado do Pará, o Museu Paraense Emílio Goeldi aparece com três endossos, número não tão expressivo, contudo, dado o seu longo histórico de pesquisas realizadas na região Norte, com larga contribuição na construção da história profunda da ocupação humana na Amazônia, acreditamos que os três acordos firmados estejam conectados a esse perfil de pesquisa. Na mesma unidade da federação, incluímos a Casa de Cultura de Marabá, com dois endossos. Na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia tem quatro endossos. Em São Paulo, o MAE/USP conferiu nove cartas comerciais de endosso, enquanto o Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais (NEPAM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foi responsável por três endossos. Também fazem parte da nossa amostragem o Museu de História Natural do Mato Grosso, com 21 endossos, o Instituto Homem Brasileiro, com quatro endossos, e o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com sete contratos.

Tabela 1: Endossos dos museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico – 2000 ao primeiro semestre de 2022.

| INSTITUIÇÃO | ENDOSSOS |
|---|-----------------|
| Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – Presidente Médici | 90 |
| Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia | 37 |
| Museu de História Natural do Mato Grosso, Casa Dom Aquino | 21 |
| Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo | 9 |
| Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal de Santa Maria | 7 |
| Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia - Pontifícia Universidade Católica de Goiás | 4 |
| Instituto Homem Brasileiro | 4 |
| Museu Paraense Emílio Goeldi | 3 |
| Núcleo de Pesquisa– e Estudos Ambientais - Universidade Estadual de Campinas | 3 |
| Fundação Casa de Cultura de Marabá | 2 |
| IFRO - Museu de Arqueologia | 2 |
| Superintendência do IPHAN/Rondônia | 2 |
| Instituto de Arqueologia Brasileira | 2 |
| Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Acre | 1 |
| Instituto de Pesquisas Científicas - Universidade Católica de Santos | 1 |
| Instituto de Pesquisas em Arqueologia – Universidade Católica de Santos | 1 |
| Muse– de Ciências Naturais - Universidade Católica de Minas Gerais | 1 |
| Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade Federal do Paraná | 1 |
| Totais | 191 |

Levando em consideração apenas o critério numérico previamente estabelecido, algum representante do Instituto de Arqueologia Brasileira também deveria ser entrevistado, tendo em vista os dois endossos emitidos. Contudo, não o incluímos em razão de termos observado, a partir da análise dos processos disponíveis no SEI/IPHAN que as duas pesquisas para as quais a organização se colocou como depositária final das coleções geradas tiveram curta duração e nenhum sítio arqueológico foi localizado. Quanto aos demais espaços de pesquisa e salvaguarda do Patrimônio Arqueológico, estes aparecem com apenas um endosso cada. Dois casos são dignos de destaques negativos: o Instituto de Pesquisas Científicas e o Instituto de Pesquisas em Arqueologia, ambos vinculados à Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). No meio arqueológico corre largamente a informação de que essa instituição estaria devolvendo ao Estado brasileiro a responsabilidade de guarda dos acervos até então sob a sua tutela administrativa. Como não conseguimos aferir essa informação durante a pesquisa, se ela for verídica, tratar-se-ia de um caso mal sucedido da terceirização à iniciativa privada de responsabilidades sabidamente da União, quando se fala sobre a gestão

dos indicadores de memória e história nacional, conforme prevê o inciso III do Art. 23 da CF/1988 e o Art. 1º da Lei nº 3.924/1961.

Iniciaremos falando sobre os espaços não contemplados pelo escopo da entrevista (2.2.1 a 2.2.6), para em seguida avançarmos sobre aqueles selecionados, porém que não tivemos o *feedback*, não recebemos as respostas para os convites de participação no estudo (2.2.7 a 2.2.12). Por fim, iremos nos dedicar a caracterizar as instituições com as quais conseguimos estabelecer contato e tivemos o posterior desdobramento na aplicação do roteiro de entrevista (2.2.13 a 2.2.17). Quanto aos dois primeiros grupos de instituições, para caracterizá-las, nos utilizaremos de informações disponíveis em seus *sites* oficiais. Para o último caso, o nosso fio condutor será constituído principalmente pelos relatos de representantes dessas organizações.

2.2 MUSEUS, INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Abriremos um pequeno parêntese na dissertação para ampliar o esclarecimento acerca de algumas noções transversais para esta pesquisa e presentes no título deste subcapítulo que, do nosso ponto de vista, são essenciais para a compreensão do alcance dos trabalhos de gestão estatal do Patrimônio Arqueológico. Como advertimos em nota de rodapé no início da presente dissertação, assumimos a noção de “museu” definida no artigo 1º da Lei Federal nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus), o qual preconiza:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Por seu turno, o termo “instituição de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico” utilizado pelo IPHAN, desde março de 2015, refere-se a uma inovação constante na IN IPHAN nº 01/2015 e na Portaria IPHAN nº 196/2016. Apesar da data de criação, esse termo só veio a ser conceituado pelo IPHAN em 2018, no glossário

da Portaria IPHAN nº 375/2018 (Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan), como:

Espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural arqueológico. (2) Espaços, autorizados pelo Iphan, capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio pesquisa, conservação e socialização.

Trata-se de terminologia nova, existente exclusivamente nas normas infralegais citadas, sem amparo aparente em qualquer legislação. Como não há qualquer explicação de onde surgiu essa inovação, presumimos se tratar de uma ressignificação livre do termo “instituição científica especializada” referida na Lei nº 3.934/1961, já que as normas infralegais são aparatos operacionais desta lei. Indiferente de qualquer suposição, o fato objetivo e incontestado é que a atribuição desse novo termo pelo IPHAN para se referir às instituições autorizadas à guarda do Patrimônio Arqueológico surge depois da sanção da Lei nº 11.904/2009, que define museu. Dessa forma, essa inovação terminológica parece resultar de uma querela interna entre duas autarquias vinculadas ao Ministério da Cultura, relacionada à divisão de direitos e deveres quanto à Cultura no Brasil: o IPHAN, que teria as atribuições de lidar com o Patrimônio Arqueológico, e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que teria a responsabilidade de lidar com os museus e processos museológicos. Se, de fato, essa querela for a razão, parece-nos mesquinha, frágil e descabida a criação do termo “instituição de guarda e pesquisa” para tentar afastar esses espaços da noção legal de “museu”. Isso porque, o conceito legal de “museu” é amplo, abrange os espaços que salvaguardam o Patrimônio Arqueológico e, o mais importante, dá segurança jurídica às instituições que lidam com o Patrimônio Cultural.

Para se entender o despropósito desta aparente divisão, basta dizer que “Patrimônio Cultural” é uma definição consagrada no Art. 216 da CF/1988, a qual abarca o Patrimônio Arqueológico. Carlos Costa mapeia de forma precisa essa cadeia legal:

O Patrimônio Arqueológico é constitucionalmente definido como “patrimônio cultural brasileiro” (inciso V, do artigo 216, da CF/1988) e “bem da União” (inciso X, do artigo 20, da CF/1988). Por sua vez, a definição legal de “museu” abrange as “instituições (...) voltadas para o trabalho com o patrimônio cultural (...)”. Dessa forma, sendo o compreendido como patrimônio cultural brasileiro e os museus como instituições voltadas ao trabalho com o patrimônio cultural, fica evidente que as “instituições

científicas especializadas” e as “instituições de guarda e pesquisa” são legalmente museus (COSTA, 2019, p. 104).

Retomemos outra faceta desse debate, o qual abordamos quando discutimos descarte, e que também parece evidenciar o presumido dissenso entre autarquias federais relacionadas ao Patrimônio Cultural. A Portaria IPHAN nº 375/2018, que Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e dá outras providências, conceitua tardiamente o termo “instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos” e o termo “museu” no seu glossário (Art. 105). Embora esta portaria considere a definição legal de museu constante no Art. 1º do Estatuto dos Museus, há uma omissão do parágrafo único do artigo, que permitiria entender o alcance do conceito para as instituições que trabalham com o “Patrimônio Cultural”. Justamente o trecho omitido da lei possibilita a equivalência legal entre os museus e as instituições de guarda e pesquisa. Ainda assim – mesmo com o aparente esforço de diferenciação que levaria a omitir trechos de lei e, se assim for, sugeriria um posicionamento consciente do IPHAN de afastamento entre as “instituições de guarda e pesquisa” e os “museus” – uma simples comparação das definições dos dois termos no próprio glossário demonstra se tratar exatamente da mesma coisa, por serem textos tautológicos. Além disso, normas infralegais (portarias, resoluções, instruções normativas, notas técnicas etc.), por serem hierarquicamente inferiores, não suplantam normas legais (Constituição Federal, leis, decretos etc.). Portanto, apesar do suposto esforço de distanciamento, como já advertiu Costa: “instituições de guarda e pesquisa são legalmente museus” (COSTA, 2019, p. 104). Com isso, o autor não está considerando que, por exemplo, laboratórios sejam tecnicamente museus, pois, obviamente, não são. A apreensão está refletida na concepção legal dessa compreensão e de seu alcance potencial em dar segurança jurídica aos espaços que trabalham com o Patrimônio Cultural.

Enfim, como já anunciamos, o nosso estudo de caso está orientado a observar se os acervos arqueológicos gerados em Rondônia, que se encontram em condição de salvaguarda institucional, têm levado os processos de geração desse patrimônio a cumprir as premissas que justificam a preservação. Assim, buscar amparo em normas jurídicas com força legal nos parece um caminho obrigatório, sobretudo entendendo que o Patrimônio Arqueológico é bem da União protegido constitucionalmente. Por isso, optamos em reforçar este debate antes de falar

especificamente das instituições vocacionadas à salvaguarda do Patrimônio Arqueológico.

2.2.1 Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)

Com sede no Estado do Rio de Janeiro, o IAB foi criado em 1961. Desenvolve atividades de pesquisa, ensino e divulgação da Arqueologia brasileira. Está cadastrado junto ao Diretório de Instituições do CNPq como Instituição Científica Tecnológica e de Inovação (ICT). Também está credenciada junto ao IPHAN como Instituição de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico, além de compor o Cadastro Nacional de Museus do IBRAM. Do ponto de vista da infraestrutura física, dispõe de dez prédios destinados para espaço expositivo, reserva técnica, laboratórios, salas de aula, almoxarifado, alojamento para pesquisadores e áreas dedicadas à atividade sociocultural. Durante a sua trajetória, realizou convênios e parcerias com as instâncias municipal, estadual, federal e internacional, para desenvolver pesquisas, elaborar exposições e ministrar cursos. Sua principal fonte de financiamento resulta de convênios firmados com órgãos de fomento à pesquisa e contratos firmados no âmbito da Arqueologia Empresarial com empresas estatais e do setor privado.

A sua página oficial na *internet*⁸ conta com dois recursos virtuais de divulgação do conhecimento científico arqueológico, a saber: uma exposição virtual intitulada “Acauã e seu Mundo”, onde estrutura e artefatos digitalizados em formato tridimensional – entre sepultamento, instrumentos líticos, urna funerária e adornos corporais – se propõem a explorar o universo cultural da Tradição Una, uma das culturas mais antigas do Brasil. A gamificação também é explorada pelo instituto a partir de dois jogos educativos. No primeiro caso, o “Jogo da Força”, funciona como um caça palavras. Contudo, no *game*, um temporizador fixa um tempo máximo para o cumprimento da tarefa (39 segundos). Na segunda opção, no “Jogo da Memória”, o jogador tem três segundos para memorizar onde estão localizados os pares de cartas com os mesmos símbolos. Em seguida as cartas antes visíveis são ocultadas e o jogador precisa localizar os pares de figuras contando com a precisão da sua memória.

⁸ <https://arqueologia-iab.com.br/>



Imagem 3: Prédio administrativo. Fonte: <https://arqueologia-iab.com.br/>



Imagem 4: Reserva técnica. Fonte: <https://arqueologia-iab.com.br/>

2.2.2 Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Acre (UFAC)

Não encontramos informações disponíveis acerca da historicidade desta instituição.

2.2.3 Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IPECI), da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)

Com mais de duas décadas de existência, o IPECI é apresentado como um órgão institucional responsável pelo registro, monitoramento e divulgação de pesquisas científicas, além da prestação de serviços a instituições públicas e privadas, intercâmbios com organizações de pesquisa no Brasil e no exterior. Sua área total está mensurada em 334 m². Dispõe de laboratórios, corpo docente, grupos de pesquisa, bolsistas de iniciação científica e convênios internacionais. Entretanto, embora conste como integrante do CNIGP/IPHAN, não encontramos menção no site acerca da prestação de serviço no âmbito da Arqueologia Empresarial, muito menos sobre acervos que estejam sob a sua responsabilidade legal de salvaguarda. Os bens arqueológicos aparecem no site a partir de um grupo de estudos denominado Patrimônio e Pertencimento, cuja linha de pesquisa é “Paisagem e Ambiente, Sustentabilidade do Território”. O endereço eletrônico do grupo de pesquisa indica as fortificações como temática central, no caso específico, a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Santos, e a sua relação com a comunidade que a acolhe. Ademais, reserva espaço para falar sobre a Educação Patrimonial, de igual modo, pela perspectiva dos fortes e fortalezas militares (<https://www.unisantos.br/extensao/educacao-patrimonial-fortes-e-fortalezas/>).

2.2.4. Instituto de Pesquisas em Arqueologia (IPARQ), da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)

Com exceção de uma matéria jornalística sobre o Engenho de Açúcar São Jorge dos Erasmos, situado em Santos, publicada pelo Jornal Folha de São Paulo em novembro de 1996, não localizamos informações sobre a história deste Instituto. Na ocasião, a publicação informou que as peças encontradas no mencionado sítio arqueológico seriam encaminhadas para o IPARQ da UniSANTOS (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/03/mais!/22.html>).

2.2.5 Museu de Ciências Naturais (MCN), da Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

O MCN tem como data de fundação o ano de 1983. Seu espaço interdisciplinar abriga acervos de Zoologia, além de coleções paleontológicas de mamíferos sul-americanos do período pleistocênico. Os itens de vertebrados de fauna são os anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Em 2002, a instituição inaugurou um novo prédio projetado para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, educação e lazer cultural, inclusive com recursos expositivos. Apesar de cadastrado junto ao CNIGP/IPHAN, não identificamos menção no *síte* institucional quanto ao seu envolvimento com Pesquisa Arqueológicas e salvaguarda de acervos com esse perfil (<http://museubrasil.org/pt/museu/museu-de-ciencias-naturais-puc-minas>).



Imagem 5: Fachada do MCN PUC Minas Gerais. Fonte: <http://museubrasil.org/pt/museu/museu-de-ciencias-naturais-puc-minas>



Imagem 6: Espaço expositivo. Fonte: <http://museubrasil.org/pt/museu/museu-de-ciencias-naturais-puc-minas>

2.2.6 Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A edificação que abriga o MAE é o antigo Colégio dos Jesuítas, localizado na cidade de Paranaguá. A construção foi cedida à universidade em 1958, com a finalidade de abrigar um museu universitário. Inicialmente intitulado como Museu de Arqueologia e Artes Populares, só veio a assumir a atual configuração como Museu de Arqueologia e Etnologia no ano de 1999. Loureiro Fernandes, antropólogo da universidade, organizou o museu com foco na recuperação das tradições populares e na divulgação das Pesquisas Arqueológicas. Houve um processo de revitalização entre os anos de 2002 e 2009, o qual culminou com a restauração da edificação, a criação de uma reserva técnica em Curitiba, a inauguração de uma sala didático-expositiva e a redefinição das prioridades e padrão de atuação institucional. As ações do MAE estão pautadas pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Atento às questões sociais, atua em consonância com a inclusão, transparência, preservação, Educação Patrimonial e fortalecimento da cidadania (<http://www.mae.ufpr.br/historico-do-mae/>).



Imagem 7: Exposição “Assim Vivem os Homens”. Fonte: <http://www.mae.ufpr.br/historico-do-mae/>



Imagem 8: Exposição “Entre Conchas: Modos de Vida nos Sambaquis”. Fonte: <http://www.mae.ufpr.br/historico-do-mae/>

2.2.7 Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Não recebemos o retorno do Museu ao convite para a participação na pesquisa. As informações a seguir foram extraídas diretamente do *site* institucional.

Fundado na capital do Estado do Pará no ano de 1866, a instituição possui pouco mais que um século e meio de existência. Considerado como um dos mais relevantes e antigos museus do Brasil, é um centro pioneiro na organização,

manutenção e divulgação de conteúdo científico sobre acervos de referência mundial relacionados à Amazônia. Estabeleceu como missão a geração e comunicação dos conhecimentos e tecnologias da biodiversidade dos sistemas naturais e processos socioculturais relacionados a essa região. Na cidade de Belém está localizado o seu *campus* de pesquisa e o primeiro parque zoológico do país. As pesquisas que realiza retroalimentam 19 coleções científicas, com desdobramento em 40 sub-coleções. Em termos quantitativos, integram o acervo mais de 4,5 milhões de itens. As coleções científicas, bibliográficas, documentais e de laboratórios dão suporte aos sete cursos de Pós-Graduação oferecidos pelo museu. Sua vinculação administrativa fica a cargo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/o-museu/apresentacao>).

Falando em específico sobre os acervos arqueológicos, os cuidados ficam a cargo da Coordenação de Ciências Humanas do Goeldi, responsável também pelas coleções de Antropologia e Linguística. Em 1940, as tipologias arqueológicas e etnográficas foram registradas pelo IPHAN no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Seu acervo arqueológico em reserva técnica contempla por volta de 120 mil objetos inteiros e fragmentados, mais um número estimado em 2 milhões de fragmentos oriundos de localidades variadas do território amazônico (<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/colecoes/arqueologica>).

Precisamente, estamos tratando de coleções da Região de Carajás, Sudeste do Estado, onde foram coletadas na década de 1960, e mais recentemente por salvamento arqueológico. As grutas de Carajás revelaram vestígios relacionados as ocupações mais antigas da Amazônia, em torno de 8 mil anos A. P.; as coleções do litoral, no Nordeste do Pará, estão representadas pela tradição Mina; as coleções da região do Marajó foram inicialmente geradas por Clifford Evans e Betty Meggers. A cultura marajoara é reconhecida pelo processo de ocupação na Ilha do Marajó entre os séculos V e XIV. Os artefatos cerâmicos ganharam destaque pela confecção de objetos cerimoniais bem elaborados; as coleções da região de Santarém-Oriximiná, notabilizaram-se, dentre outros aspectos, pelos objetos com formas complexas; formadas no século XIX por Emílio Goeldi e Aureliano Guedes, as coleções do Amapá têm origem das regiões de Maracá e Calçoene; na categoria coleções diversas, como o próprio termo sugere, a sua variedade está não apenas nos tipos

de objetos, mas também por ser originária das diferentes lugares da Amazônia brasileira (SILVEIRA et al, 2017, p.169-174).

Proporcionalmente falando, as coleções em cerâmica são maioria, quando podemos mencionar as vasilhas, urnas e estatuetas. O acervo também é composto por artefatos líticos, a exemplo das lâminas de machado, pontas de flecha e muiraquitãs. Ademais, aparecem os materiais osteológicos e os itens históricos, como faianças, vidro e metais. A formação desse patrimônio marca a trajetória de vida dos diferentes povos que habitaram a Amazônia há milhares de anos. São o resultado de pesquisas acadêmicas e preventivas, doações e transferências de responsabilidade de guarda em regime de comodato (<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/colecoes/arqueologica>).

O prédio da reserva técnica do Goeldi possui um espaço com 360m² dedicados à salvaguarda dos acervos; um laboratório de Conservação e Restauração (25,58m²); três laboratórios de Arqueologia (25,58m²); salão central para o recebimento e análise de material arqueológico (73,49m²), e um arquivo documental (25,58m²). Em relação ao número de profissionais atuantes no setor de Arqueologia, dados atualizados em 2017 dão conta da existência de apenas uma curadora e uma assistente administrativa para a realização das atividades administrativas, conservação, organização e comunicação das coleções (SILVEIRA et al, 2017, p. 177). Todavia, é possível que esse cenário nos dias atuais tenha sofrido alteração, por exemplo, com a contratação de mais mão de obra especializada.

O museu também dispõe de duas bibliotecas, o aquário público Jacques Huber, considerado o mais antigo do país, o Parque Zoobotânico e um “Café” onde estão reunidas livraria, loja e cafeteria. A proposta do “Café” visa ao compartilhamento de conhecimento científico, à valorização cultural e à qualificação da produção regional. O acesso às coleções científicas é restrito e está condicionado à realização de um agendamento prévio. Em razão da pandemia da COVID-19, a entrada às dependências físicas do museu foi interrompida. Em contraponto a isso, duas exposições em formato digital estão disponíveis ao grande público. “A Câmera é a Nossa Arma” conta a história de luta dos guerreiros Kayapó, pertencentes à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê. Seus assentamentos habitacionais costumam se situar ao longo dos afluentes do rio Xingu; “Baleia à Vista” está relacionada à ideia de um aquário digital. A proposta de um passeio

virtual permite ao público conhecer as características arquitetônicas e a exposição física instalada nesse centenário aquário. No mais, o *site* da instituição lista a existência de 16 atividades educativas (<https://www.museu-goeldi.br/assuntos/visitacao/exposicoes>).



Imagem 9: Entrada do Museu Paraense Emílio Goeldi – *Campus* de Pesquisa. Fonte: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/visitacao/exposicoes>



Imagem 10: Reserva Técnica Arqueológica do Museu Paraense Emílio Goeldi. Fonte: SILVEIRA et al, 2017.

2.2.8 Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)

Não recebemos o retorno do Instituto ao convite para a participação na pesquisa. As informações a seguir foram extraídas diretamente do *site* institucional.

Situado em Goiânia, o IGPA foi criado em 1970, ainda como Gabinete de Arqueologia. Nesse contexto, os seus limites de atuação nas pesquisas estavam circunscritos ao campo da Arqueologia. Dois anos depois, em 1972, o instituto amplia as suas possibilidades investigativas e se dedica de igual modo ao campo da Antropologia, quando então incorpora a atual nomenclatura. Tradicionalmente, suas ações guardam vinculação com as áreas da Arqueologia, Antropologia, Meio Ambiente e Documentação Audiovisual, quatro campos que juntos compõem os núcleos da estrutura organizacional do IGPA. A organização também é responsável pela coordenação e desenvolvimento do curso de Bacharelado em Arqueologia e cursos de educação continuada. A Extensão Universitária é outra de suas atribuições, cujas ações são desenvolvidas por intermédio de um Centro Cultural (<https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/>). Tratando especificamente sobre o Núcleo de Arqueologia, além do que já foi dito, realiza avaliações de endosso

institucional relacionados à Arqueologia Empresarial. Do ponto de vista da mão de obra, fazem parte desse setor – entre especialistas, mestres e doutores – oito profissionais (<https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/nucleos/nucleo-de-arqueologia/>).

Integrante do IGPA, o Centro Cultural Jesco Puttkamer se dedica a preservar e comunicar o Patrimônio Cultural dos povos originários brasileiros. A sua programação cultural anual contribui para a divulgação dos acervos arqueológicos e etnográficos, tarefa desempenhada através de exposições temporárias e itinerantes, mostras de vídeo, palestras e oficinas. O público visitante varia entre pesquisadores, turistas, comunidade indígena, professores e estudantes (<https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/jesco-puttkamer/>). Os acervos sob a responsabilidade de salvaguarda do instituto são retroalimentados a partir da produção científica motivada por demandas dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da PUC de Goiás (<https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/acervos/>).



Imagem 11: Espaços expositivos. Fonte: <https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/acervos/>.

2.2.9 Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais (NEPAM), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Não recebemos o retorno do Núcleo ao convite para a participação na pesquisa. As informações a seguir foram extraídas diretamente do *site* institucional.

Fundado como Núcleo de Ecologia Humana, em 1982, o NEPAM tinha como propósito promover ações e estudos em pesquisas interdisciplinares conexas com a Ecologia. Após a sua reestruturação entre os anos de 1986 e 1987, passou a realizar uma abordagem mais plural com enfoque nas questões ambientais. Desde então, os seus objetivos estiveram relacionados à pesquisa científica, educação ambiental, cooperação com organizações não governamentais, consultoria a entidades

governamentais e atividades de Extensão. Qualifica-se como um dos núcleos interdisciplinares da UNICAMP, criados para articular a colaboração entre profissionais de diferentes áreas dos saberes. Conta com um quadro próprio de pesquisadores doutores, mas também tem pesquisadores associados, sobretudo professores e pesquisadores de outras unidades da universidade. De igual maneira, dispõe de profissionais de outras universidades, institutos de pesquisa em escala nacional e internacional. Sedia o doutorado em Ambiente e Sociedade e pertence ao grupo de Centros e Núcleos com grau máximo de avaliação da UNICAMP (<https://www.nepam.unicamp.br/>).

Desde 2009, o Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP) passou a integrar o NEPAM. Entretanto, as primeiras Pesquisas Arqueológicas desenvolvidas pela UNICAMP são da década de 1980, quando Niède Guidon atuou como pesquisadora visitante no Núcleo de Pesquisas Arqueológicas, entre os anos de 1986 e 1991. Em 1992, com o ingresso do professor Pedro Paulo Funari, as Pesquisas Arqueológicas ganham ainda mais destaque na instituição e no campo social e político, principalmente a partir das escavações realizadas no Quilombo de Palmares, Serra da Barriga, Estado de Alagoas. O LAP se dedica às pesquisas que investigam temas relativos aos contextos desde a antiguidade aos dias atuais, passando por linhas de investigação como ambiente e sociedade – especialmente no que concerne às mudanças climáticas –, Patrimônio Arqueológico, Memória da Resistência e Arqueologia Pública. O tema da Arqueologia Pública foi inaugurado em 2005, apoiado pelas publicações da revista com título homônimo (<https://www.lap.nepam.unicamp.br/nossa-historia-2/>).

2.2.10 Instituto Homem Brasileiro (IHB)

Não recebemos o retorno do Instituto ao convite para a participação na pesquisa. As informações a seguir foram extraídas diretamente do *site* institucional.

Contabilizando quase duas décadas de existência, o IHB está sediado em Cuiabá, Estado do Mato Grosso. Com uma proposta de atuação colaborativa, o instituto se enquadra como uma entidade sem fins lucrativos que não recebe aportes de recursos financeiros diretamente do Governo. Estão inclusos em suas ações pesquisadores, populações tradicionais, instituições governamentais e instituições não governamentais privadas. O seu quadro profissional é formado por membros permanentes e colaboradores, principalmente voluntários. Nutre forte interesse pelo

desenvolvimento sociocultural regional, sobretudo para as questões atinentes ao patrimônio material e imaterial, o que justifica o direcionamento dos seus trabalhos com foco na pesquisa, gestão, conservação e promoção do Patrimônio Cultural. São destaques para os trabalhos desenvolvidos pelo IHB, os projetos colaborativos desenvolvidos com comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, o uso público de áreas protegidas, a salvaguarda de acervos arqueológicos, as consultorias técnico-científicas, o planejamento e realização de exposições, curadorias, atividades pedagógicas e de formação, dentre outras (<https://www.institutohomembrasileiro.org/o-ihb/>).



Imagem 12: Mostra dos itens salvaguardados pelo IHB. Fonte: <https://www.institutohomembrasileiro.org/o-ihb/>

Os acervos do Instituto Homem Brasileiro são formados por objetos arqueológicos, etnográficos e documentais doados; coleções geradas por pesquisas científicas dos próprios colaboradores e por outros meios. Por estar em situação regular com o CNIGP/IPHAN, o IHB está apto a emitir a declaração de endosso institucional para Projetos de Pesquisa Arqueológica relacionados ao licenciamento ambiental. Em seu *site*, constam 18 profissionais vinculados ao instituto (<https://www.institutohomembrasileiro.org/endosso/>).

Não localizamos muito mais informações sobre os acervos que administra. Contudo, do ponto de vista da divulgação de conhecimentos, em uma relação colaborativa com comunidade tradicional e indígenas, vale mencionar algumas iniciativas, a exemplo do documentário “No ritmo da viola de cocho: entre a chapada e a Serra do Amolar, nas águas do Pantanal”, e da exposição fotográfica digital “Mestre Tuti Moreira e Vicente Guató”. Além disso há um “espaço de fala virtual”

reservado para que o povo Waurá, do território indígena do Xingu, possa falar ao público acerca das suas tradições e sensibilizá-lo sobre a importância da memória, identidade e território (www.institutohomembrasileiro.org/projetos/).

2.2.11 Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)

Não recebemos o retorno da Fundação ao convite para a participação na pesquisa. As informações a seguir foram extraídas diretamente do *site* institucional.

Entidade de direito público sem fins lucrativos, a Casa da Cultura de Marabá foi fundada em 1984. Contudo, o seu ato oficial de criação data de 1987. Sua gênese é encorajada por uma forte demanda pela preservação do patrimônio histórico material e imaterial, além de ambiental das Regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará. Fazem parte da história institucional a dedicação pela preservação da história e memória regional, fato que a colocou, segundo informações da página da *web*, como uma das referências nacionais e internacionais na prestação de serviços, pesquisa e preservação ambiental e patrimonial. Em 2018, por força de lei municipal, a organização se tornou uma autarquia, resultado da sua reestruturação organizacional, gestão estratégica e mercadológica, ampliação do território de atuação para a prestação de serviços de consultoria em Educação Patrimonial. Tais fatores repercutiram na valorização do Patrimônio Arqueológico, saberes tradicionais, manifestações culturais e afins (<https://casadaculturademaraba.org/sobre-nos/>).

A Fundação tem como estrutura organizacional os seguintes núcleos: Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP), dedicado ao estudo das ocupações pré-coloniais, indígenas e o desenvolvimento de projetos que estimulem a preservação do Patrimônio Cultural; o Núcleo de Espeleologia (NEM), que explora as cavernas da região; existem ainda os núcleos da Botânica, Geologia e Zoologia. Também integram esse arranjo institucional um orquidário, uma biblioteca, um arquivo histórico, uma companhia de arte, escola de música e o setor de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente.

Dados relativos ao ano de 2010 apontaram que 200 mil pessoas visitaram a instituição. Esse recorte temporal e fortes números revelados quanto ao fluxo de pessoas, demonstram o interesse do público da cidade de Marabá e municípios vizinhos em se colocar em relação com a sua história e memória. Também evidencia o espaço como um dos mais visitados do país. A FCCM sedia o Museu Municipal de

Marabá, para o qual existe previsão de, no futuro próximo, se desmembrar em três organizações; a saber: Museu Histórico de Marabá, Museu de Arqueologia e Etnologia e Museu de História Natural. Tal iniciativa objetiva fazer com que as particularidades de cada tipologia de acervos sejam melhor trabalhadas, tendo em vista a população que atendem (<https://casadaculturademaraba.org/sobre-nos/>).

Tratando agora do Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial, parcela importante das suas atividades estão voltadas aos estudos integrados que visam à produção, divulgação de conhecimentos, valorização e preservação da diversidade do Patrimônio Cultural das Regiões Sul e Sudeste do Pará. Isso tem sido possível em razão da vinculação com projetos de Arqueologia Preventiva, o que culminou na identificação e registro de mais de 350 sítios arqueológicos, não somente no Estado de origem, mas também no Tocantins e no Maranhão. Em termos numéricos, o acervo do NEAAP está estimado em cerca de 700 mil itens, um “catálogo” de vestígios com variedades entre cerâmicos, líticos e ósseos. As coleções etnográficas são formadas por artefatos indígenas, peças regionais e históricas (<https://casadaculturademaraba.org/setores/nucleo-de-arqueologia-etnologia-e-educacao-patrimonial/>).



Imagem 13: Sede da Fundação. Fonte: <https://casadaculturademaraba.org/setores/nucleo-de-arqueologia-etnologia-e-educacao-patrimonial/>



Imagem 14: Item do acervo institucional. Fonte: <https://casadaculturademaraba.org/setores/nucleo-de-arqueologia-etnologia-e-educacao-patrimonial/>

2.2.12 Museu de Arqueologia de Ariquemes (MAR), do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)

Não recebemos o retorno do Museu ao convite para a participação na pesquisa. As informações a seguir foram extraídas diretamente do *site* institucional.

Fundado no ano de 2014, trata-se de um espaço vinculado ao Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Sua criação se dá em meio à assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a empresa Canaã Geração de

Energia e o IPHAN. O acervo se compõe de vestígios oriundos da região do Médio rio Jamari, áreas de implantação das usinas de Jamari, Santa Cruz e Canaã (<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/365/terceiro-museu-de-arqueologia-sera-construido-em-rondonia>). Segundo Izabela Bertolo (2017, p. 109) o museu conta com um laboratório, uma reserva técnica, uma sala administrativa, recepção, auditório e espaço expositivo. Em razão da sua integração junto ao prédio do IFRO, existe a possibilidade de utilização das dependências e dos equipamentos da instituição mantenedora com vistas a garantir a gestão dos bens arqueológicos.

2.2.13 Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO), em Presidente Médici

A profissional entrevistada para falar a respeito do museu foi a historiadora e arqueóloga Maria Coimbra de Oliveira. Vale mencionar o fato de, no presente momento, Coimbra não mais compor a equipe do museu. Porém, por se tratar de um desligamento recente, entendemos que a conjuntura institucional não deva ter sofrido grandes alterações. Além disso, a sua vivência frente à caminhada até aqui percorrida por este museu a qualifica como uma personagem singular, capaz de revelar uma perspectiva abrangente e precisa acerca das condições operacionais do museu, tendo em vista os propósitos de salvaguardar e comunicar o Patrimônio Arqueológico do Estado.

Isso posto, quando perguntada sobre o histórico de formação da instituição e seus acervos, a entrevistada nos conta que o museu surgiu como muitos Brasil afora. Inicialmente não havia uma demanda na cidade de Presidente Médici por um museu. Contudo, a partir do momento que as coleções foram sendo formadas, então, a construção de uma sede destinada para abrigar um museu se tornou uma necessidade. A gênese daquilo que viriam a ser os primeiros acervos dessa instituição está relacionada às aulas de História ministradas por Coimbra e José Garcia, na Rede Pública de Ensino de Rondônia. Vinculados a um projeto de Educação do Campo, os dois professores trabalhavam nas escolas questões atinentes às antigas ocupações de grupos humanos na região. Na proporção que as informações eram passadas aos estudantes, estes começaram a estabelecer conexões com as suas próprias realidades, mencionando histórias sobre “pedras de raio” e cacos de panela encontrados nas localidades onde viviam. Não passou muito

tempo até que os estudantes começassem a levar até a escola os vestígios arqueológicos encontrados.

Coimbra lembra que, às vezes, quando tinham algum tempo livre, visitavam os locais onde os alunos mencionavam terem realizado os achados. “Quando era caco de panela, estava em casa, mas quando era pedra de raio, estava jogado lá debaixo do galpão, porque eles tinham medo desse raio vir de novo” (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022). Essa iniciativa os fez verificar a existência de muitos sítios arqueológicos na região. Ambos os professores, aproveitando naquela oportunidade, ano de 2004, que estavam cursando um curso de Pós-Graduação em História, resolveram propor como Trabalho de Conclusão de Curso, a temática da Arqueologia. Esse percurso investigativo os aproximou de um sítio de Arte Rupestre. O aprofundamento dos estudos e o pensamento sobre o potencial educacional e turístico desse patrimônio renderam a descoberta de mais sítios rupestre com grande profusão de gravuras. Nessa fase, foram descobertos 19 sítios com diferentes tipologias. Associado a isso, mais vestígios que estavam guardados nas casas dos moradores continuavam a ser entregues.

Diante de um volume considerável de peças reunidas pelos residentes da localidade, o IPHAN foi contactado e informado sobre o ocorrido. O Instituto, por seu turno, fez o reconhecimento das peças arqueológicas reunidas e dos sítios mapeados. Por sinal, esses espaços de ocupação pretéritos ainda não haviam sido cadastrados. A essa altura dos trabalhos, foram contabilizados por volta de 100 sítios arqueológicos, distribuídos pelas regiões de Ji Paraná, Ministro Andreazza e Presidente Medici. Ante ao quadro que se desenhou, o IPHAN teve a iniciativa de iniciar conversas com a prefeitura de Presidente Médici. Na oportunidade, foi sugerida a criação de museu destinado a salvaguardar as coleções até então formadas. Como já havia o projeto de construção da Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia da UNIR, em Porto Velho, a ideia era que o Estado de Rondônia pudesse contar com dois grandes centros de guarda, um na capital, outro no interior. Na época, José Garcia ocupava o cargo de vice-prefeito de Médici, essa posição, lembra Coimbra, facilitou o andamento das questões de ordem política no município, para que houvesse a criação do Museu. Dessa feita, ao final de 2007 uma lei dá origem oficialmente ao Museu, que passou a operar de fato no ano seguinte, em 2008, para dar conta das coleções formadas de maneira informal, mas com o acompanhamento do IPHAN, que as associou aos sítios arqueológicos

conforme informações repassadas pelos estudantes da Rede Pública. Até a abertura do Museu, foram encontradas por volta de 5 mil peças, entre lítico, cerâmico e material ósseo. Também compunham esse conjunto as urnas funerárias.

A construção do Museu contou com o apoio do IPHAN, o que envolveu a formulação de um termo prevendo parceria entre as instituições para a troca de conhecimentos. Quando da inauguração, Maria Coimbra ainda trabalhava na Secretaria de Educação do Estado. Contudo, foi autorizada a atuar no museu por 10 horas semanais, tempo de trabalho classificado pela entrevistada como insuficiente, mas importante, porque assim foi possível iniciar a organização das coleções. No ano seguinte, em 2009, a prefeitura solicitou que a entrevistada e João Garcia fossem cedidos para o município. Por questões relativas a alteração na administração municipal, João Garcia permaneceu no Museu até 2012, enquanto a manutenção de Maria Garcia no cargo foi até 2014. No ano de 2017, a profissional foi novamente convidada para assumir a direção do Museu. Para essa última passagem, desenvolveu atividades até o ano de 2021, quando pediu desligamento em razão da reconfiguração no espectro político municipal. Esse novo cenário político teve implicações diretas no Museu, o que motivou divergências de ideias de Coimbra com os seus superiores, além da percepção sobre a pouca importância dada ao espaço pela agenda dos gestores do município.

Apesar de ocupar um cargo de direção, a entrevistada destaca que em uma instituição com poucos funcionários, ela era uma espécie de “faz tudo”. No período que estiveram em maior número, a organização contou com quatro pessoas à disposição, Maria e João Garcia e mais dois funcionários administrativos. A boa vontade dos colaboradores não especializados em aprender com os treinamentos que lhes eram oferecidos permitiu que o trabalho fosse desenvolvido. Apesar de originalmente ter sido firmado um compromisso para a contratação de quatro profissionais distintos (historiador, arqueólogo, geógrafo e biólogo ou pedagogo), esse planejamento nunca foi posto em prática. Ante a essa composição de força de trabalho, a equipe fez o que era possível, organizou as coleções recebidas, recebeu outras, estruturou o Museu para que pudesse salvaguardar os acervos da maneira correta, além de atender ao público demandante desse espaço e dos conhecimentos gerados. Com a sua saída, é provável que a estrutura montada, por ora, não tenha se perdido.

Muito embora algumas questões precisem ser sanadas, poucas coisas comprometem o pleno funcionamento desse espaço de memória, tendo em vista os parâmetros técnicos e normativos orientadores de boas práticas em museus. Entretanto, uma das questões com potencial para ameaçar gravemente a existência da organização diz respeito aos períodos em que permaneceu fechado, entre os anos de 2014 e 2017. Após a desarticulação da equipe de trabalho, a instituição fechou por um tempo; por essa razão, muitos convênios firmados foram perdidos, assinaturas de endossos, importante via de custeio para muitas das demandas internas. Havia projetos educativos estabelecidos, inclusive com a Secretaria de Estado, envolvendo o município de Rolim de Moura, que não prosperaram. Quando do seu retorno, em 2017, foram feitas tentativas de conversas para reaver esses convênios, entretanto, outras instituições já os haviam assumido, como foi o caso da RT/DARQ/UNIR. Com o mais recente desligamento, imagina-se que o mesmo voltará a acontecer, pois não há uma figura dentro da instituição capaz de assegurar a continuidade do planejamento. Tais interrupções de trabalho são questões caras para a manutenção da infraestrutura e dos Programas de Educação com foco no público do museu:

Porque acaba ficando uma instituição que guarda o acervo, ele está lá guardado porque alguém tem que guardar, porque a pesquisa também não pode parar, e o respeito à legislação também não, quando se fala em Arqueologia Empresarial, mas fica aquele negócio assim: o acervo pelo acervo. Por exemplo, agora o Museu está aberto, mas você não tem ninguém para conversar com o visitante, não tem ninguém para receber uma escola, para dar uma palestra, para mostrar umas imagens diferentes, para explicar a importância daquele acervo, onde é que entra a figura humana naquilo tudo ali? Então acaba ficando sem sentido, a gente continua sendo observado como um alienígena (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022).

Passemos agora a questão relativa à composição da equipe de profissionais da instituição. De modo geral, o museu sempre contou com um ou dois profissionais mais especializados, com o apoio de duas ou três pessoas ligadas à área administrativa. A título de exemplificação, Maria Coimbra possui graduação e mestrado em História, além de especialização em Arqueologia. Já João Garcia também é graduado em História com uma especialização na mesma área, e uma segunda Pós-Graduação *Lato Sensu* em Arqueologia. Ambos buscaram complementar os seus conhecimentos sobre gerenciamentos de museus a partir de cursos junto ao IBRAM, para que pudessem lidar a contento com os desafios

inerentes à documentação museológica de acervos com tipologia arqueológica. Adicionalmente, foram realizadas oficinas de Museologia no Museu, ministradas, em um primeiro momento, pelo IPHAN, depois pelo IBRAM. Essas iniciativas também envolviam parte da sociedade, a exemplo de professores da Rede Pública de Ensino, os quais atuavam como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos. Se atribui o *déficit* de profissionais no museu à ausência de um quadro próprio de funcionários, uma promessa nunca cumprida. Mesmo pessoas já ligadas à administração pública municipal, não tinham interesse em se transferir para trabalhar nesse espaço, haja vista essa movimentação causar perdas salariais. Com muita demanda e pouco pessoal, os trabalhos no CPMRARO “[...] não era aquela coisa boa que deveria ser, mas dava para a gente sobreviver, não fechar” (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022).

Acerca da infraestrutura de funcionamento da instituição, relacionada aos espaços físicos e equipamentos, o museu tem uma sala administrativa, um espaço de exposição, três reservas técnicas, um laboratório, um ateliê, além de um auditório espaçoso com capacidade para receber 350 pessoas, onde geralmente as ações educativas são tratadas. As três reservas técnicas estão equipadas com estantes de aço, desumidificadores e ar-condicionado. O laboratório dispõe de microscópios, lupas, bancadas e estantes. Enquanto infraestrutura:

[...] o mínimo que é preciso ter, a gente tem. Havia uma recepção para esse auditório, banheiros, tudo certinho também. A infraestrutura é boa, está faltando um pouco de manutenção, mas dá para ir trabalhando do jeito que está (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022).

A princípio, o prédio do museu era conexo com um Centro Cultural, o elemento que os separava era uma parede. Com o decorrer do tempo o Centro Cultural passou a fazer parte do Museu, isso significa que mais duas salas que faziam parte desse espaço passaram a integrar o Museu, especificamente como reserva técnica. A organização dos acervos ocorre da seguinte forma: o primeiro espaço está reservado às “coleções de origem”, ou seja, para os vestígios arqueológicos oriundos de doação que constituíram o primeiro acervo quando da criação do Museu. Aqui também se encontram o resultado das pesquisas feitas pelo próprio museu. As duas outras reservas acolhem os acervos gerados por pesquisas de projetos vinculados à Arqueologia Empresarial.



Imagem 15: Fachada do CPMRARO, quando da reinauguração, em 2019. Fonte: <https://presidentemedici.ro.gov.br/centro-de-pesquisas-e-museu-regional-de-arqueologia-de-rondonia-foi-reinaugurado-na-manha-desta-segunda-feira-em-presidente-medici/>



Imagem 16: Espaço expositivo do CPMRARO. Fonte: <https://www.facebook.com/665586056815887/photos/pb.100057191511217.-2207520000.4335197126521410/?type=3>

No que se refere às atividades desenvolvidas pelo CPMRARO, contempla a pesquisa, a documentação, exposição e ações educativo culturais. O museu mantinha dois trabalhos constantes, um relacionado à questão da regularização dos objetos e coleções que estavam em mãos de particulares, pessoas que procuravam a instituição porque tinham vestígios arqueológicos para serem doados. Nesses casos, o museu oficializava esse procedimento mediante assinatura de termo de doação. A segunda atividade consistia no mapeamento de sítios arqueológicos na Região Centro-Sul de Rondônia. Geralmente, quando alguém entrava em contato com o Museu comunicando ter encontrado objetos arqueológicos, uma equipe se deslocava até o local, identificava o contexto, realizava investigações preliminares e encaminhava os dados para o IPHAN.

Outra atividade com fluxo contínuo operacionalizada pela instituição, refere-se à inspeção e à limpeza dos bens arqueológicos acondicionados em reserva técnica, atividade necessária para a mitigação de danos provocados por agentes físicos, químicos, biológicos e mecânicos ao acervo. Tão importante quanto a preocupação com os itens físicos das coleções são as informações que identificam cada peça em reserva técnica. Acerca desse aspecto, conforme explica Carlos Costa, “a noção de “Patrimônio Arqueológico” não se restringe ao objeto, mas a todas as informações que permitam compreendê-lo [...]” (COSTA, 2019, p. 101). Nesse sentido, a troca periódica de etiquetas desgastadas, manchadas, esmaecidas ou com qualquer outro problema, também era objeto de atenção do CPMRARO. Foram implementados protocolos de trabalho nas reservas, a exemplo do controle de entradas e saída de

acervos. Alguns eventos não previstos, vez ou outra podem dificultar ou mesmo comprometer o andamento das atividades, como a falência da empresa privada responsável pela última reforma na instituição, antes da conclusão da obra. Apesar disso, tem sido possível contornar essas adversidades e manter o espaço aberto.

A respeito do total de itens gerenciados pelo museu, estima-se que cerca de 5 mil tenham sua gênese em doações, mais 400 ou 450 mil foram gerados diretamente por Pesquisas Arqueológicas. Com exceção do primeiro acervo incorporado pela instituição, advindo de uma linha de transmissão entre Rondônia e o Mato Grosso, as demais coleções são originárias do Estado de Rondônia. A prática da assinatura de termos de endossos institucionais como forma de manter financeiramente a instituição, sempre esteve muito presente no CPMRARO. Tanto no passado como no presente, muitos acordos foram firmados em proporção numérica muito superior aos índices de qualquer outro espaço de memória nesse Estado. Tal característica se sustenta porque:

A burocracia aqui é menor do que, por exemplo, solicitar o endosso aí na Universidade. Sai mais rápido. Aí depende de reunião de Departamento, aqui não, aqui você abriu o processo, rapidinho sai. Eu enquanto arqueóloga, pego muito trabalho da Arqueologia de Contrato. Tentei fazer várias vezes pela UNIR, quando aqui eles estavam ainda se ajeitando para ver como é que fazia, quando eu saí, só que não dá, demora muito, por aqui sai mais rápido (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022).

A qualificação da relevância científica e social dos acervos é colocada como “sem tamanho”, é algo não mensurável. Há preocupação com o avançar do desenvolvimento econômico no Estado, pautado sobretudo pelas atividades da agropecuária. Aqui, aparentemente caímos nos domínios da dicotomia da preservação patrimonial como barreira para o progresso local. A rapidez com a qual esse processo tem ocorrido ameaça a preservação dos sítios arqueológicos. Em um caso específico de um empreendedor:

[...] enquanto o processo normal do IPHAN corria, ela fez uma terraplanagem na área, que ela tirou toda a evidência de sítio arqueológico da área. Ela pensou que tinha tirado, nós ainda achamos alguns caquinhos perdidos, o que mostra que ela tentou fazer essa limpeza. E não é a primeira vez que a gente encontra empresa que fazem isso. Então, por mais que fiquem vestígios, mas ficam vestígios muito quebrados, muito fora de contexto e você não consegue remontar em nada. E as pessoas não costumam contar que tem material, né? Elas preferem levar a multa do que fazer um resgate ou fazer outro tipo de trabalho (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022).

Nesse sentido, a relevância social e científica do Patrimônio Arqueológico ganha ainda mais notoriedade, posto a sua preservação assegurar a possibilidade da pesquisa. A região em contexto tem enorme importância para as discussões sobre as origens dos povos do tronco linguístico Tupi, os quais ocuparam esses espaços em profusão, estando muitos dos assentamentos ainda intactos. Além do valor histórico, a abordagem social a partir dessa categoria de patrimônio é algo essencial para o fomento da identidade local, pois “[...] essas memórias materiais, elas mostram para essa geração de agora que o lugar tem uma identidade, tem uma memória” (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022). Não fazem referência apenas a um passado distante, mas a etapas mais recentes do processo colonizador, ou mesmo de outros movimentos que ainda se fazem sentir na atualidade. Todas essas questões guardam uma importância social muito grande e podem ser mais facilmente desenvolvidas pela instituição se tiver a disposição profissionais especializados, uma equipe interdisciplinar capaz de percorrer esses caminhos junto com as escolas e com os demais visitantes, que se ponham em relação com o museu. Outrossim:

A gente sabe que para fazer um trabalho assim, você precisa de uma equipe multidisciplinar para trabalhar e levar essas questões para o público. Inclusive, a falta do museólogo, as exposições a gente montava do jeito que dava, do jeito que a gente conseguia, porque museólogo é complicado, além de ter pouco, a gente esbarrava na burocracia do próprio município, da própria instituição (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022).

Após darem entrada na instituição, os acervos não receberam um número expressivo de consultas para a publicação de artigos, escrita de monografias, dissertações, teses, realização de exposições ou outras atividades. A entrevistada mencionou a elaboração de sua monografia, conteúdo posteriormente convertido em artigo, publicado em uma revista da Universidade Federal de Rondônia; a sua dissertação de mestrado, base para um livro posteriormente lançado; a publicação de um resumo expandido do CPRM, Serviço Geológico do Brasil; a dissertação de Maurício André da Silva, funcionário do MAE/USP, cuja abordagem visa capturar, sobretudo no contexto de Rondônia, as diferentes relações estabelecidas pelos migrantes com os bens arqueológicos e o Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO). Vale destacar a visita do arqueólogo André Prous à instituição, o qual por dois dias esteve em contato com as coleções do Museu, no período que antecedeu o lançamento da nova edição do seu livro,

“Arqueologia Brasileira”. Fora o que nos disse Maria Coimbra, podemos adicionar a dissertação de Ana Izabela Bertolo, que explora pela perspectiva institucional, focada no Museu de Arqueologia de Ariquemes e no Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, as perspectivas dos processos de musealização do Patrimônio Arqueológico de Rondônia.

O financiamento anual do Museu, no que se refere às despesas ordinárias, a exemplo da energia, água e recursos humanos, são de responsabilidade da Prefeitura de Presidente Médici. O custeio das demais demandas que envolvem a parte operacional da instituição, como a aquisição de material de consumo aplicado ao acondicionamento dos acervos, exposição, ou mesmo a compra de qualquer item de escritório, são feitos com recursos que chegam mediante a assinatura de termos de endosso institucional. O museu tem, inclusive, um veículo comprado por essa via de financiamento. Com base nesse modelo de organização financeira, o CPMRARO nunca ficou sem verba para as suas despesas, na realidade havia certa dificuldade para a utilização dos recursos, era difícil gastar o dinheiro. Pode-se atribuir essa particularidade à sua vinculação administrativa com a prefeitura, e consequentemente com a ineficiência do seu regime burocrático. Em complemento ao que foi exposto, há outra questão de difícil contorno, como o desvio de finalidade que a instituição não consegue evitar, em razão de se desconsiderar a sua autoridade. Dias após a entrevista, consultada acerca da relação entre o museu e a prefeitura no que tange aos recursos conseguidos via endosso institucional, Coimbra apresentou um caso concreto sobre a utilização dos recursos financeiros e materiais do museu para finalidades outras que não aquelas relacionadas às estritas demandas da instituição, situação que acarretou prejuízos às ações educativas e de pesquisas planejadas pelo CPMRARO.

Os acervos são considerados como bem conservados, apesar do que, poderiam estar em melhores condições se houvesse mais mão de obra à disposição, pessoas especializadas para mantê-los em situação de compatibilidade com os parâmetros básicos de gerenciamento de acervos arqueológicos. Quanto à instituição possuir política de endosso e gerenciamento de acervos, o CPMRARO elaborou o seu estatuto e Plano Museológico, proposto em 2011 e revisto em 2017. Também existe uma política de endosso que prevê o repasse de 10% do valor do contrato da Pesquisa Arqueológica, mais um valor adicional para a salvaguarda das coleções geradas, calculado com base no volume de itens a serem incorporados.

A repatriação de acervos, para o caso das primeiras coleções advindas do linhão de transmissão de energia entre os Estados de Rondônia e do Mato Grosso, para a época, não havia planejamento com previsão para retorno desses acervos ao Mato Grosso, muito porque nesse período essa discussão não era comum, não se discutia o tema da repatriação. Até a saída de Coimbra, em 2021, também não havia nenhuma solicitação com essa finalidade.

Indagamos se para os casos dos acervos formados pela via da Arqueologia preventiva, a documentação associada recebida pela instituição contemplava os relatórios, registros e demais produtos relacionados à etapa de Educação Patrimonial. Obtivemos como resposta a informação de que no início das atividades da instituição, era necessário ser bastante insistente com as empresas responsáveis pelos estudos arqueológicos, porque muitas delas nem sequer se comprometiam com a entrega da catalogação das coleções. Um adendo, Coimbra faz menção a um período anterior à criação da Portaria IPHAN nº 196/2016, a qual dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o cadastro nacional de instituições de guarda e pesquisa, o termo de recebimento de coleções arqueológicas e a ficha de cadastro de bem arqueológico móvel.

Precisamente sobre o termo de recebimento, este se tornou um importante instrumento para os museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico, quando do momento da entrada dos bens no museu, à medida que obriga a empresa responsável pela Pesquisa Arqueológica a entregar as coleções conforme foi previamente acordado pelas partes envolvidas na assinatura do termo de endosso institucional. Dito isso, vinham junto às coleções apenas a documentação de catalogação de peças e de sítios, mais nada. Como para aquele momento não havia grandes cobranças por parte do IPHAN, era exigido o mínimo a essas empresas. Entretanto, mesmo antes da publicação da normativa supracitada, em 2009, o museu passou a também exigir o relatório final de pesquisa. Com relação ao relatório de Educação Patrimonial, eles geralmente não eram entregues. Tão somente uma empresa repassou ao museu as cartilhas utilizadas, foi o caso da Scientia Consultoria.

Na última questão elencada pelo roteiro da entrevista, a entrevistada pode falar livremente sobre algo que julga importante e nós não tínhamos abordado. Uma percepção se formou pelos anos de trabalho no setor cultural, algo aparentemente comum aos museus de pequeno porte: a falta de importância conferida a essas

instituições. Ponderando não saber com profundidade sobre a realidade dos museus federais e estaduais de grande porte, Maria Coimbra enxerga um “espírito de trabalho heroico” nos profissionais que atuam nas pequenas instituições. Pelo seu olhar, a busca pela entrega de algum resultado ao público requer a superação de entraves, tais como a burocracia da máquina pública municipal e a indiferença dos mantenedores dos museus, no trato para com os bens arqueológicos. Essa inércia, omissão, muito se explica pelo baixo valor conferido por mandatários da administração pública aos acervos e trabalhadores atuantes nesses espaços de memória, razão pela qual resta prejudicado o cumprimento do real papel desses espaços frente às comunidades. Não obstante:

[...] essa é a minha grande preocupação com os museus de uma forma geral, e com o de Médici principalmente, porque vai chegar uma hora que não vai ter como abrir mais, porque esse acervo vai ser cobrado pelas instituições adequadas, tipo o IPHAN. Vai ser cobrado algo mais desse acervo, e aí? Como fica? Você daqui a pouco não vai mais conseguir emitir endosso, daqui a pouco você não vai receber mais guarda de nenhum material, daqui a pouco você não tem mais dinheiro para gerir esse acervo. O município não consegue recurso e não tem interesse de conseguir para gerir esse acervo. Então, eu temo muito pelo futuro do Museu. No momento ele ainda está sobrevivendo, mas e daqui há alguns anos? As funcionárias que estão lá, estão para se aposentar. Elas se aposentam, os outros que vêm tem menos conhecimento ainda. Porque elas têm, faz parte de uma história de trabalho coletivo, elas têm um conhecimento adquirido, mas e depois? Então, o futuro, a minha grande preocupação é o futuro da instituição e do acervo (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022).

A preocupação de Maria Coimbra retrata um cenário atávico mais amplo no Brasil, conhecido não apenas por aqueles que militam no setor cultural, mas também pela sociedade de modo geral. Costumeiramente, dentre todos as demais categorias, os museus convivem com um dos menores orçamentos para o cumprimento de suas metas e objetivos. Esses espaços figuram distantes do *rol* de prioridades, segundo a ótica daqueles que deliberam sobre a destinação orçamentária, o que muito colabora para essa fragilidade institucional e, até mesmo, em casos mais graves, para o “fechamento de portas” de maneira precoce por parte da organização, dada a sua impossibilidade de se manter operante.

2.2.14 Reserva Técnica (RT) Arqueológica do Departamento de Arqueologia (DARQ), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Aqui, a entrevistada foi a arqueóloga e professora do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, a Dr.^a Juliana Rossato Santi, cuja chegada ao curso se deu no ano de 2013. Sobre o histórico de formação da instituição e seus acervos, o curso foi criado em 2008, mas as suas atividades só se iniciaram no ano seguinte, em 2009, embora ainda associado ao curso de História. Ao final desse mesmo ano, os cursos foram desmembrados. Remonta a essa época a entrada da primeira coleção no Departamento, uma doação de vestígios arqueológicos históricos. A princípio, esses bens se encontravam em posse de um particular, um senhor que por razão do desfecho de um processo judicial, entregou esse material arqueológico ao IPHAN, o qual posteriormente repassou ao DARQ. A coleção foi o resultado de mais de 20 anos de coletas feitas no perímetro entre a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD) e os galpões da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), na cidade de Porto Velho. O contexto de entrada desses primeiros itens foi sem adequação espaço, quando o curso de Arqueologia dispunha apenas de uma sala para a guarda do material arqueológico, onde também ficavam o coordenador e demais professores. Atualmente esse espaço é ocupado pela Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis.

Quando da chegada de Santi, em 2013, o DARQ havia conseguido mais espaço, lhe fora reservadas três salas nas dependências do Casarão cuja organização ficou da seguinte forma: uma sala foi destinada à chefia e às reuniões; outra reservada para um laboratório, onde era feita a parte prática da formação dos estudantes, por fim, havia um espaço com a finalidade de servir como Reserva Técnica, onde a primeira coleção ficou acondicionada. As dependências do Casarão eram repartidas entre o DARQ e o curso de Artes. No interstício entre os anos de 2009 e 2013, o departamento concedeu a entrada de mais bens arqueológicos doados por moradores locais, a exemplo de machados polidos e fragmentos de cerâmica. Tendo em vista a manifestação de interesse por parte de alguns alunos em analisar as coleções históricas até então recebidas, fez-se a opção por “escavar” a Reserva Técnica; assim, os materiais foram encontrados do jeito que chegaram na RT em 2009, ainda em caixas de papelão.

Da documentação associada a esse acervo, por exemplo, constava a contabilização, o número das garrafas em cada caixa. Contudo, com o passar do

tempo essas informações se perderam porque os suportes onde estavam contidas se deterioraram. O mesmo aconteceu com as caixas de contenção. Assim sendo, esse grupo refez as etiquetas e as caixas, tendo como opção a manufatura improvisada das caixas, justificada por não existir, para o momento, recurso financeiro disponível para a compra de recipientes adequados. O espaço foi reorganizado, as peças receberam uma nova higienização, além disso foi feito o processo de marcação das louças, haja vista um dos alunos ter trabalhado com esse tema em seu TCC. Essa foi a primeira coleção analisada pelo departamento.

Recua até o ano de 2008 o projeto para a construção da Reserva Técnica do DARQ, cuja responsabilidade de realização das obras esteve a cargo das usinas de Santo Antônio e Jirau. Como se percebe, essa demanda existe desde o surgimento do curso, de maneira que inicialmente o prazo de entrega das instalações da RT era de dois anos, ou seja, de acordo com o primeiro cronograma, esse espaço deveria ter sido concluído, no máximo, até 2010. Contudo, os anos foram se passando e a RT não ficou pronta conforme as primeiras previsões. Por conta das coleções geradas pelos linhões de transmissão das usinas hidroelétricas, em 2019, um edifício com proporções menores que a sede da RT foi concluído em outra área da universidade e repassado ao DARQ. O 2P, como ficou conhecida essa instalação, cumpriu o papel de espaço temporário de salvaguarda de acervos, assumindo essa destinação enquanto a reserva definitiva não era concluída. Atualmente, essa construção compõe parte da infraestrutura do curso de Artes.

Com a entrega do prédio 2P, o DARQ já não tinha como responsabilidade gerencial apenas as coleções oriundas de doações. Somaram-se a estas os acervos constituídos a partir das pesquisas de campo empreendidas pelos profissionais integrantes do próprio departamento. Os primeiros estudos com essa natureza foram realizados em 2014, empreitada desenvolvida no sítio arqueológico Santa Paula. Em 2015, o sítio Donza foi investigado, gerando uma quantidade considerável de material arqueológico, incluindo treze vasilhas inteiras ou quase íntegras. Nesse período já não havia muito espaço no Casarão, de modo que as coleções oriundas do Donza precisaram ser acomodadas também nos laboratórios, isso porque não cabiam na Reserva Técnica. A entrada do DARQ no prédio 2P garantiu melhores condições à organização e salvaguarda das coleções. Foi somente em 2020, precisamente no início da Pandemia da COVID-19, após doze anos de espera que a sede definitiva da RT/DARQ foi entregue, ainda assim, apresentando problemas

recorrentes de vedação no telhado, que acarretam seguidas infiltrações de água das chuvas em diferentes pontos no interior do prédio.

Acerca dos profissionais lotados no Departamento de Arqueologia, são 10 professores do quadro efetivo do curso com formação nas áreas de Arqueologia, Biologia, Geografia e Museologia. Dois destes estão afastados: uma para exercer o cargo de Reitora da Universidade Federal de Rondônia e outra para cursar o doutorado. Para compensar os afastamentos, dois professores substitutos foram contratados. Todos os arqueólogos do DARQ possuem Graduação em História e Pós-Graduação em Arqueologia. Um aspecto negativo diz respeito ao fato de os professores da Biologia e da Geografia não trabalharem os seus temas de estudo na interface com a Arqueologia. Em relação ao quadro técnico, a primeira contratada exerce a função de técnica de laboratório/museu. A segunda a integrar a equipe foi uma museóloga, seguida por uma profissional formada em Ciências Contábeis e, por fim, um segundo museólogo passou a integrar o corpo técnico da RT. Apesar disso, a avaliação é que o DARQ precisa de mais técnicos para a lida com as questões que se apresentam na Reserva Técnica. Uma das especialidades com maior necessidade de contratação é o conservador/restaurador, tendo em vista a quantidade e diversidade de materiais salvaguardados pela instituição.

Não há dúvidas sobre o papel a ser desenvolvido pela RT, não se trata apenas de organizar as coleções que, nesse momento, estão em processo de organização. Também é necessário pensar na conservação. Sobre a utilização dos diferentes meios e recursos para alcançar a comunidade circundante, a avaliação é que o DARQ, apesar de conduzir alguns projetos de Extensão (essas ações ainda são pontuais), não consegue chegar até a comunidade e dar a visibilidade que se espera aos bens arqueológicos que gerencia, muito menos tem conseguido agregar a esse público a significância como patrimônio brasileiro no campo do direito difuso. Para atingir esse propósito, considera-se essencial a utilização de outros recursos da Universidade, com a finalidade de comunicar os conhecimentos gerados pelas Pesquisas Arqueológicas à sociedade. Há, por exemplo, a possibilidade de parcerias com o curso de Jornalismo, recentemente implantado em Porto Velho, bem como a cooperação com outras áreas do conhecimento.

No quesito infraestrutura de funcionamento da instituição, acerca dos seus espaços físicos, a RT/DARQ tem muito boas instalações, a metragem dos espaços é

fator a conferir certa flexibilidade para a adequação e manejo de todos os seus processos e equipamentos. Por outro lado, precisa-se de:

[...] pessoas para ajudar a trabalhar. A gente tem quatro laboratórios enormes, temos um local para o recebimento do material que fica em quarentena, local de higienização, a gente tem espaço para o administrativo funcionar, a gente tem espaço de biblioteca para os alunos, com computador para eles acessarem e conseguirem fazer os trabalhos. Para o curso funcionar, a gente tem uma estrutura muito boa, não teria o que a gente exigir mais nesse momento. Dadas as condições de outros espaços no Brasil, que são espaços de guarda de acervos arqueológicos, a gente está super contemplado (Juliana Rossato Santi, 14/7/2022).

Das atividades desenvolvidas pela instituição, a relação de itens incluem o Ensino, a Pesquisa, a Extensão, documentação, exposições e ações educativo-culturais. Na Extensão se destaca um projeto “guarda-chuva” da professora Silvana Zuse, cuja abordagem está direcionada a relação entre a Arqueologia e as comunidades. Esse projeto tem uma ampla abrangência, qualquer tipo de Projeto de Extensão pode ser associado a ele. Nessa mesma linha, Santi menciona o seu próprio projeto, o qual é desenvolvido em colaboração com professoras e quadro técnico, além de voluntários do departamento. Por sinal, por professoras ex-alunas, egressas do curso que trabalham voluntariamente. Esses estudos são mais voltados para a cidade de Porto Velho, na área de Arqueologia Histórica, desse modo, é algo mais pontual.

A implementação de Cursos de Extensão é outra particularidade do DARQ, quando podem ser citados um curso de Conservação preventiva com procura dos diferentes lugares do Brasil. Essa foi uma proposta de curso de curta duração oferecido de modo remoto, ministrado por profissionais autônomos e de diferentes instituições do país. Atualmente está em execução um Curso de Extensão voltado para a Arqueologia e o feminismo, uma proposta de pesquisa adaptada em Curso de Extensão. De modo geral, os Projetos de Pesquisa são desenvolvidos por todos os professores, cada qual na sua especialidade. Outro aspecto diz respeito ao fato dessa modalidade de projeto estar associada aos TCCs elaborados pelos estudantes, que majoritariamente fazem trabalhos voltados para a investigação dos acervos alocados na Reserva Técnica. O componente da comunicação pelas suas diferentes vias é apontado como algo ainda por ser melhor qualificado, porque:

A gente fez algumas coisas bem pontuais dentro da Universidade. Na inauguração do prédio puxadinho (2P), a gente fez uma exposição. Teve uma exposição que foi feita pela professora Silvana e pela Evânia, que foi

ali no museu (Museu Estadual de Rondônia-MERO). Naquele momento foi muito importante, foi um momento de reconhecimento do Curso de Arqueologia fora da Universidade (Juliana Rossato Santi, 14/7/2022).

As imagens e a planta baixa que seguem apresentam a disposição os espaços internos da Reserva Técnica. Dos 2.127,38m² destinados ao prédio da Reserva Técnica, metade está destinada para o acondicionamento dos acervos arqueológicos. Na outra metade, estão situados: um espaço expositivo, quatro laboratórios, um espaço para a higienização dos vestígios arqueológicos, uma sala de quarentena, dois banheiros, uma copa, sala administrativa e duas salas para o Centro de Documentação e Pesquisa Arqueológicas (CDPA). O acervo bibliográfico da RT fica no CDPA, no caso em questão, são os livros outrora pertencentes a dois pesquisadores que atuaram na Região Amazônica, especificamente Betty Jane Meggers⁹ e o André Penin Santos de Lima¹⁰.



Imagem 17: Vista frontal e lateral do prédio da Reserva Técnica. Foto: Gilcimar Costa Barbosa.



Imagem 18: Foto da Reserva Técnica tomada a partir de uma das entradas da RT. Foto: Gilcimar Costa Barbosa.

⁹ Arqueóloga estadunidense com larga atuação na Arqueologia brasileira, especialmente na Região Amazônica.

¹⁰ Professor efetivo do DARQ/UNIR, falecido em janeiro de 2012.



Imagem 19: Foto da Reserva Técnica tomada a partir da parede dos fundos do prédio. Foto: Gilcimar Costa Barbosa.



Imagem 20: Um dos quatro Laboratórios do prédio da RT. Foto: Gilcimar Costa Barbosa.



Imagens 21 e 22: Centro de Documentação e Pesquisas Arqueológicas (CDPA). Foto: Gilcimar Costa Barbosa.

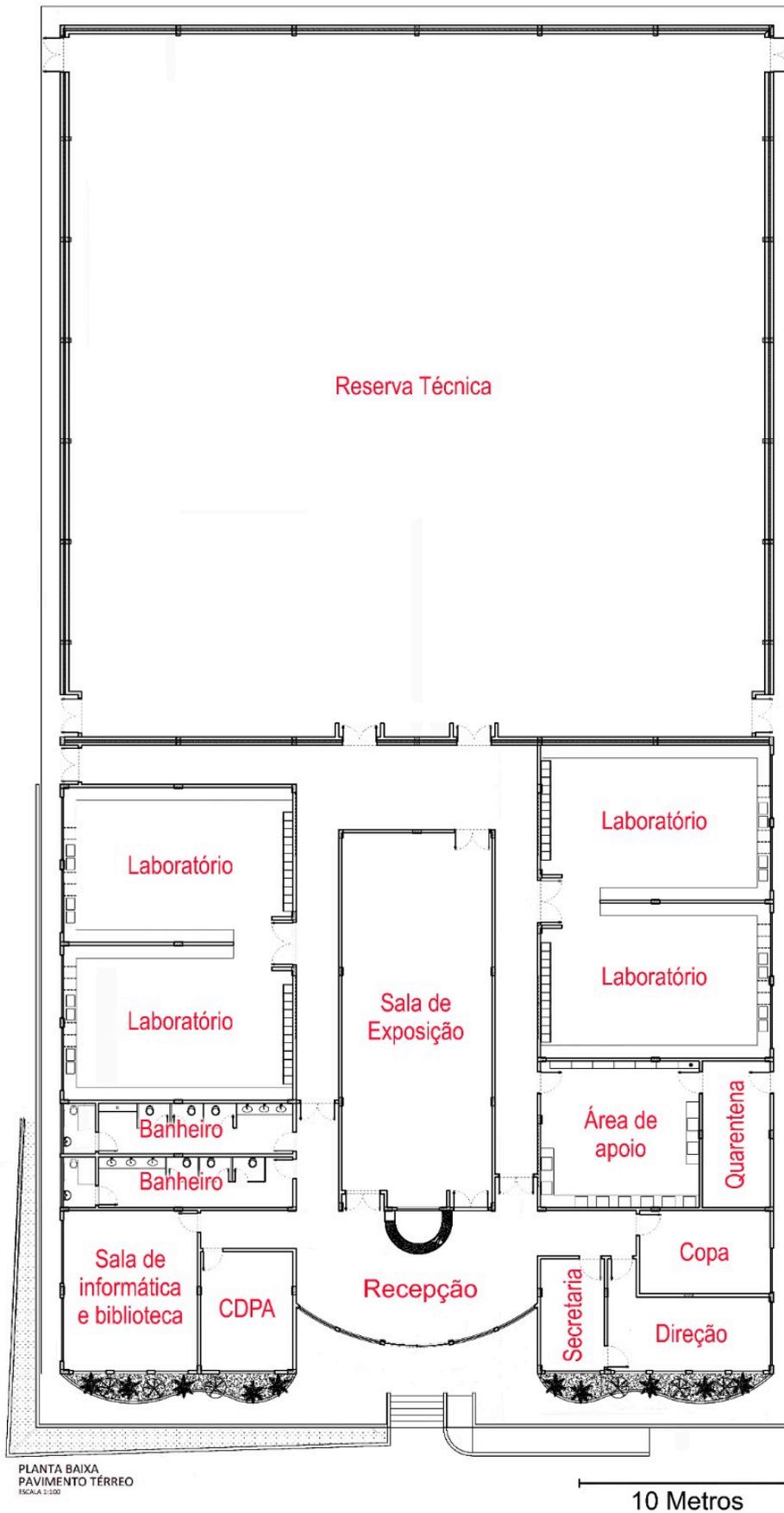


Imagem 23: Planta baixa da Reserva Técnica vinculada ao DARQ/UNIR. Planta: José Alves Magalhães Neto (Urban Engenharia Ltda.), 2018.

Na pergunta sobre o total de itens gerenciados pela organização, a proporção ficou da seguinte forma: com proveniência do projeto relacionado às áreas ocupadas pela Usina de Santo Antônio, a estimativa está em torno de 700 mil itens; oriundos do projeto da Usina de Jirau, são aproximadamente 300 mil itens; as coleções do sítio Donza giram por volta de 11 mil objetos e fragmentos; a estimativa para o sítio Santa Paula é também de 11 mil objetos; a categoria histórica do acervo apresenta em torno de 3 mil itens. Por fim, os acervos gerados a partir dos projetos das linhas de transmissão de energia elétrica têm entre 16 e 20 mil peças. Acerca desse aspecto, nos informa Santi:

É muita coisa, tem mais de um milhão. A gente tem um material histórico que é vidro, louça, grés, metal que é a parte mais complicada do nosso acervo, que não passou por nenhum tipo de processo de higienização, ainda. Plástico, a gente tem material em plástico, também. Do que a gente tem do material indígena, tanto fragmentos como muitas vasilhas inteiras, vasilhas que ainda não foram escavadas, vasilhas que já foram escavadas. A gente tem lítico lascado, polido, tem muito sedimento para ser flutado, mais de 500 engradados de sedimento para flotar. A gente tem material botânico, material em osso, tanto humano quanto de animais (Juliana Rossato Santi, 14/7/2022).

Cumprе explicar o critério de temporalidade para a organização, a partir do qual se pode localizar as diferentes coleções na reserva. Assim sendo, os bens arqueológicos gerenciados pela RT/DARQ estão associados à História Indígena mais remota, depois a história um pouco mais recente, próxima a chegada dos europeus, para a qual existe uma lacuna informacional. Por fim, a história da transformação dos espaços urbanos, quando se inserem no processo de colonização propriamente dito. Olhando pelo prisma das diferentes possibilidades de extroversão, da comunicação dos conhecimentos científicos, foi atribuída elevada relevância a função social não somente relacionada aos acervos, mas também ao curso de Bacharelado em Arqueologia, porque diversas questões que tangenciam a história indígena são abordadas a partir da materialidade. Por seu turno, esta é interpretada pelas mãos de profissionais da Arqueologia que se debruçam sobre esses vestígios. No contexto de Rondônia, a importância do curso de Arqueologia, dos profissionais que ele forma e das coleções da Reserva Técnica, atuam para desmistificação de preconceitos relacionados aos povos originários, porque:

[...] aqui em Porto Velho, quando se fala aqui em Rondônia, quando se fala de comunidades indígenas, as pessoas em geral parecem que não querem saber. Porque a visão geral é que eles não têm contribuição, sendo que são as pessoas originárias que estavam aqui, pessoas que detinham o

conhecimento de toda a floresta, de todos os aspectos que a gente tem hoje. De animais, de vegetais, da terra, e que foram dizimadas, expulsas, dizimadas, assassinadas. Então, é uma história que ela é traumática aqui (Juliana Rossato Santi, 14/7/2022).

Traumas como esse existem em qualquer lugar do Brasil, mas em Rondônia é mais forte, por se tratar de história recente. Para termos uma ideia, existem relatos sobre eventos de expulsão de grupos originários de suas terras, das formas mais reprováveis que se possam imaginar, relativos às décadas de 70, 80 e início dos anos 90 do século XX. Muitas das pessoas que expropriaram os indígenas dos seus locais de habitação ainda estão vivas. Durante um processo de pesquisa, o arqueólogo fala com essas pessoas nas suas comunidades, pois “A história delas importam também, né?”, questiona Juliana Santi de forma retórico-reflexiva. Para ela, ir às comunidades formar coleções e entender essas histórias é tarefa que faz parte da vida do profissional de Arqueologia. Esse foco social auxilia no diálogo com os moradores e amplia as preocupações profissionais, sobretudo em decorrência de uma escuta ativa a críticas como: “ah, vocês só querem saber de caco de índio”. Por isso, conforme esclarece Santi, o diálogo se orienta aos indivíduos para os quais se vocaciona a preservação do Patrimônio Arqueológico: “a gente quer saber de todas as histórias, inclusive das histórias de vocês, que a gente sabe sim, tem uma história complicada por trás disso tudo” (Juliana Rossato Santi, 14/7/2022).

Ao mexer com esse passado, histórias trazidas à tona dificilmente vem sem as dores desse processo, “a parte difícil de ser contada”. A propósito, Santi considera prioritariamente ser essa a ênfase que deve ser dada nessas abordagens: “Eu não vou falar, ‘aí, esse material indígena é lindo, olha como ele é lindo’. Que é algo que parece que interessa para as pessoas no geral”. A relevância em contar uma história que as pessoas precisam ouvir, justifica-se por permitir a compreensão sobre a atual configuração do Brasil, também fruto de agressões, saques e massacres de seus povos:

Então é isso que a gente tem que contar, essa história que ninguém conta, essa história que as pessoas não querem ouvir. Porque a gente precisa se conscientizar de que isso não deve se repetir, que a gente não deve dar continuidade para esse tipo de coisa que acontece até hoje. E é a partir dessa materialidade que a gente vai contar essas histórias. E que se você for pegar os livros de história, mesmo, que contam as histórias dos espaços daqui você não vai ter essa história (Juliana Rossato Santi, 14/7/2022).

Outro aspecto apontado vai além da supressão de diferentes pontos de vista praticada nos livros de História, do “lado mais duro” da trajetória dos povos

originários. Também ocorre uma invisibilidade, um silenciamento nos dias de hoje, compatível com um sumiço, que nega aos indígenas o seu ingresso na modernidade, as inúmeras contribuições à sociedade brasileira, as quais têm pouco ou nenhum reconhecimento. Essa intervenção externa na historicidade indígena, também ocorreu com outros grupos que vieram como trabalhadores em regime análogo à escravidão para Rondônia. As fontes bibliográficas ao tratarem da inserção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré no Estado, relatam sobre a existência de trabalhadores oriundos dos diferentes lugares do mundo e que Porto Velho era um lugar em profícuo crescimento. Entretanto, não há informações sobre as pessoas que morreram, daquelas que trabalhavam de forma forçada. Não há, por exemplo, registro sobre as crianças. De forma análoga, Santi questiona sobre o papel das mulheres: “As mulheres aqui, quando você vê as mulheres falarem?”. A entrevistada, a partir da leitura de documentos, constata que, aparentemente, boa parcela das mulheres que vieram à Rondônia por conta da Madeira Mamoré eram caracterizadas como prostitutas. “Tudo bem, elas também existiram, provavelmente. Mas porque que eu falo primeiro disso? Quem são essas mulheres?”. Essas são questões para as quais a materialidade salvaguardada no espaço de memória poderá responder, como parte do papel social do profissional da Arqueologia.

No tocante às pesquisas desenvolvidas a partir dos acervos, com recorrência são temas de monografias dos estudantes. Algumas coleções vêm sendo utilizadas como objeto de estudo em dissertações de mestrado e teses de doutorado. Vários artigos já foram publicados, sobretudo por professores do DARQ/UNIR, a exemplo de Silvana Zuse e Eduardo Bespalez. Assim, Santi entende que os acervos estão sendo utilizados, talvez não na frequência com a qual muitos gostariam, mas de certa forma a produção de TCCs e as suas disponibilizações para a leitura é uma das formas de divulgação do resultado dos trabalhos, bem como a partir de exposições.

A forma de financiamento anual da instituição passa pelo termo de endosso institucional. Para o caso em questão, o espaço de memória não recebe o valor acordado em espécie, mas sim a doação de estruturas físicas, equipamentos e materiais de consumo, fundamentais para viabilizar os trabalhos, seja para as análises em laboratório ou para a pesquisa em campo. Um parêntese antes de prosseguirmos: esse formato de recebimento da contrapartida financeira advinda das empresas privadas, em troca do fornecimento do endosso institucional, deve-se

ao fato de a fundação no âmbito da Universidade Federal de Rondônia, a Fundação Rio Mar, estar em litígio judicial, sendo assim proibida de receber repasses financeiros em suas contas bancárias. A universidade também não pode criar uma nova fundação até que esse processo seja encerrado. Naturalmente, tal situação inviabiliza também o Departamento de Arqueologia de receber recursos nesse formato. A solução para que contratos como os assinados pelo DARQ com a iniciativa privada pudessem prosperar, como é possível presumir, depende dos repasses de espaço físico, como foi o caso da sede definitiva, equipamentos e bens de consumo. Santi julga que os endossos estão associados na proporção próxima a 99% ao licenciamento ambiental, em contraponto com os endossos para as pesquisas acadêmicas. Mais um adendo, mesmo que os Projetos de Pesquisa em Arqueologia não gerem materiais arqueológicos, porque eles não foram encontrados, ainda assim a contrapartida financeira precisa ser honrada, com a doação de bens de consumo ou equipamentos.

As responsabilidades da Universidade em relação à reserva são as mesmas conferidas aos demais setores, como: o fornecimento de vigilantes que patrulham todo o *campus* e o perímetro externo da RT; a disponibilização de equipes de limpeza para a higienização diária; a disponibilização de mão de obra para a manutenção predial; além de material de consumo para escritório, como folhas de papel, canetas, cliques e afins.

Uma alternativa para superar os limites judiciais que envolvem a Fundação Rio Mar vem de tratativas para um acordo entre a UNIR e a Universidade Federal do Acre, para que a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE) possa receber o dinheiro procedente de cartas comerciais como as firmadas pelo DARQ. Entretanto, até o presente momento não houve um desfecho, em decorrência da necessidade de elaboração de um projeto de pesquisa abrangente, a partir do qual qualquer endosso possa ser atendido. Esse “projeto guarda-chuva” teria o potencial para abarcar as demandas de projetos novos e de menor porte. A expectativa é de que essa pendência seja superada brevemente para a finalização desse acordo entre instituições. Isso abriria uma série de possibilidades para a destinação dos recursos para viabilizar questões como a concessão de bolsas aos estudantes do curso, com vistas a auxiliar a equipe da reserva nas questões relativas à organização dos acervos.

O estado de conservação dos acervos, no geral, avalia-se como bem conservados. Entretanto, existe preocupação com a tipologia composta por material ósseo e metálico. Observa-se para essas duas categorias que o DARQ precisará dedicar mais atenção. Para os demais tipos, estes foram contemplados pelos procedimentos cíclicos de revisão e manutenção. Quanto à política de endosso, existe uma mais básica em utilização e uma versão mais abrangente sendo discutida e elaborada. Pretende-se que incorpore soluções para problemas que só foram percebidos com o tempo, após o recebimento da maior parcela dos acervos e das experiências vividas no dia a dia com o gerenciamento das coleções.

Perguntada sobre os casos dos acervos formados a partir de trabalhos de Arqueologia preventiva, se a documentação associada recebida pela instituição contempla os relatórios, registros e demais produtos relacionados à etapa de Educação Patrimonial, a resposta está relacionada à historicidade dos acervos. Nos projetos mais antigos não se verifica o acompanhamento dessa documentação, pois essa exigência não era feita. Todavia, para os casos mais recentes, essa é uma condição prevista e cobrada quando da entrega das coleções. O momento da entrada de novos acervos é precedido do repasse em meio físico e digital de toda a documentação associada à pesquisa, como são os casos das fichas e cadernos de campo, croquis, fotografias, mapas, relatórios parciais e finais de pesquisa e Educação Patrimonial. Apesar disso, Juliana Santi reconhece que quanto à Educação Patrimonial, o DARQ dispõe de pouca coisa.

No último aspecto tratado na entrevista, Santi pôde discorrer livremente sobre outras questões não contempladas nas perguntas orientadas, mas igualmente importantes para o entendimento da realidade vivida pela RT/DARQ. A entrevistada esclareceu que existe uma preocupação que a equipe do DARQ tem refletido, sobre qual tipologia de instituição deve ser mantida: se com a atual configuração, como Reserva Técnica, ou a sua transformação em um museu. No seu ponto de vista, esse é um assunto para o qual não se chegou a um consenso. Assim sendo, os integrantes da organização ainda terão que dialogar, inclusive para compreender até que ponto é possível avançar enquanto instituição, adotando o formato conceitual de um museu.

Outro ponto de preocupação está relacionado ao curso de Bacharelado em Arqueologia, que não tem conseguido atrair um número expressivo de estudantes em busca de formação. Santi avança nessa questão e compara a realidade de

Rondônia com a sua realidade natal, no Rio Grande do Sul, entendendo que, na primeira, há baixa procura social da universidade. A sua compreensão desse quadro se relaciona à ausência de perspectiva dos moradores locais em relação à Universidade Federal, seja por questões sociais ou monetárias. No curso de Bacharelado em Arqueologia esse problema é fortemente sentido, pois poucos alunos ingressam semestralmente. É comum sobraem muitas vagas e, como consequência, os números de formação de estudantes também são pequenos. Santi pondera não saber quem está falhando nesse processo e conclui dizendo: “[...] a gente poderia estar formando mais alunos, para a gente poder buscar mais possibilidades dentro dos espaços de prefeituras, do Estado em si, espaços que precisam da Arqueologia” (Juliana Rossato Santi, 14/7/2022).

2.2.15 Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade de São Paulo (USP)

A entrevistada na presente instituição foi Maria Cristina Oliveira Bruno, Professora Titular de Museologia do MAE/USP. Trata-se de uma profissional com larga experiência e contribuições à Museologia brasileira, idealizadora das discussões sobre gestão do Patrimônio Arqueológico pela perspectiva da Musealização da Arqueologia.

Acerca do histórico de formação do MAE, como um museu universitário, apresenta uma trajetória bastante singular. A sua atual formatação existe desde 1989, sendo o resultado da fusão de duas instituições com a incorporação de parte dos acervos de duas outras: 1) a primeira versão do MAE, criada nos anos de 1960; 2) o antigo Instituto de Pré-História da USP, de 1962; 3) os acervos de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista; 4) os acervos Plínio Airoso, advindos do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O MAE/USP abarca uma diversidade grande de coleções que refletem diferentes historicidades e remontam ao final do século XIX, como são os casos dos acervos etnográficos recebidos do Museu Paulista (Museu do Ipiranga). Mas, também, salvaguarda coleções arqueológicas dos anos 50 e 60 do século XX, além daquelas mais próximas aos dias de hoje.

Acerca do Instituto de Pré-História, criado em 1962, tradicionalmente realizava pesquisas no Estado de São Paulo. Sendo assim, os acervos que formou são específicos dessa Unidade da Federação. Em contrapartida, o primeiro formato

do MAE foi constituído em torno de acervos do Mediterrâneo, Médio Oriente, de África, Afro-Brasileiros, além de Arqueologia brasileira. Em meio a essa heterogeneidade, em 1989 houve a fusão, implicando em uma reformulação a partir de um novo Plano Diretor para a Instituição. Essa nova Instituição se orienta tendo como ponto de referência três grandes áreas do conhecimento: Arqueologia, Etnologia e Museologia. Os acervos do Brasil são arqueológicos e etnográficos. Existe também uma parcela da América Andina Pré-Colombiana, coleções arqueológicas do Período Clássico, da Grécia e do Oriente Médio, do Egito e itens etnográficos africanos. Estima-se que hoje o MAE tenha mais de 1 milhão de itens, números expressivos que continuam crescendo, pois mantem a incorporação de acervos arqueológicos gerados pelas pesquisas, também por doações de peças etnográficas advindas de grupos indígenas, ou mesmo por parte de antropólogos.

O MAE passou por diferentes fases, inclusive teve diferentes inserções dentro da estrutura administrativa da USP. Recentemente, uma demanda há muito tempo reclamada foi atendida. Em 2018, a instituição de fato foi enquadrada como um museu, o que confere autonomia administrativa, financeira e, principalmente, para as decisões relativas à carreira docente. Os cursos oferecidos pelo MAE ocorrem no próprio museu, a exemplo do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação Inter-Unidades em Museologia. Para o último caso, o curso é pensado junto com outros três museus da USP: o Museu Paulista (Ipiranga), o Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Zoologia. A sede acadêmica e administrativa fica no MAE.

A contar da sua fusão, o MAE já experimentou diferentes versões no seu organograma. Acompanha as três grandes áreas do conhecimento mencionadas (Arqueologia, Etnologia e Museologia) um campo transversal, relacionado à curadoria, seção que reúne toda a cadeia operatória da Museologia, onde é possível contar com laboratórios de pesquisa, conservação, documentação, exposição e ação educativo cultural. O museu também dispõe de uma biblioteca e de uma infraestrutura administrativa próprias. Muitos projetos são desenvolvidos fora da sede da instituição, como na Região Amazônica e Brasil Central. Apesar disso, existe um centro de pesquisa regional no interior de São Paulo, na cidade de Piraju, que funciona como uma espécie de Núcleo Avançado do MAE.

No que se refere à equipe de profissionais do Museu, há certo desequilíbrio, pois o quadro de docentes conta com três museólogos, uma etnóloga e dezessete

arqueólogos. Entre os arqueólogos estão especialistas em Grécia Antiga, Brasil e América do Sul. Tal formatação pode ser flutuante, pois sofre a influência das aposentadorias. Ocorrem situações que depois de aposentado o docente pode se tornar Professor Sênior, quando continua com o vinculado junto à instituição. Somam-se a esses, algo próximo de 20 funcionários técnicos especializados, distribuídos pelos setores já mencionados. Ainda a respeito dos técnicos, em termos de titulação, um é mestre e quatro são doutores. Essa composição de força de trabalho é toda ela concursada. O espaço também possui funcionários terceirizados das áreas de segurança e limpeza. Apesar disso, considera-se haver uma enorme carência de profissionais. Exemplifica-se essa carência apresentando o caso do setor educativo, no qual existe apenas um profissional recém-doutor. A Divisão de Conservação, igualmente dispõe de uma profissional.

Para além do formato de organização em três grandes áreas com um campo transversal comum associado aos laboratórios técnicos de Arqueologia atuantes na cadeia operatória curatorial, o MAE também se organiza por laboratórios temáticos, nomeadamente: Zooarqueologia, Arqueologia Regional, Pesquisa Museológica, Educação, Microbiologia, dentre outros. Esse ordenamento possivelmente reflete a forma como os docentes se estruturam academicamente, criando um sistema de convivência sistemática com os estudantes e dando suporte a toda infraestrutura institucional.

A infraestrutura de funcionamento, os espaços e os equipamentos são considerados um dos principais gargalos. Quando da fusão em 1989, houve a promessa de construção de um novo prédio, após idas e vindas e vários projetos, do ano 2000 para cá, o Museu tem participado ativamente de um projeto intitulado Praça dos Museus, pensado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha e pelo escritor Piratininga. A proposta da praça, na realidade, pretende reunir três museus: o MAE, o Museu de Zoologia e o Museu de Ciências, recém criado na USP. Com sete andares, o prédio do MAE foi o primeiro a ser construído. Entretanto, a crise econômica de 2014 e 2015 trouxe problemas financeiros para a USP, culminando com a paralização das obras. Muitas comissões foram formadas para discutir a questão. A professora Cristina Bruno recorda que na sua gestão como diretora da instituição, entre os anos de 2014 e 2018, participou ativamente da elaboração de relatórios voltados ao destravamento das obras. Mas, recentemente, desde que a nova gestão da USP foi empossada, em janeiro de 2022, as notícias têm chegado

no sentido de uma retomada dos trabalhos de finalização dos prédios. Uma nova comissão foi formada e, curiosamente no dia desta entrevista, 11/7/2022, uma matéria no jornal Estado de São Paulo (Estadão) informa sobre os planos de investimento em infraestrutura da USP, com uma menção bastante detalhada sobre a Praça dos Museus.

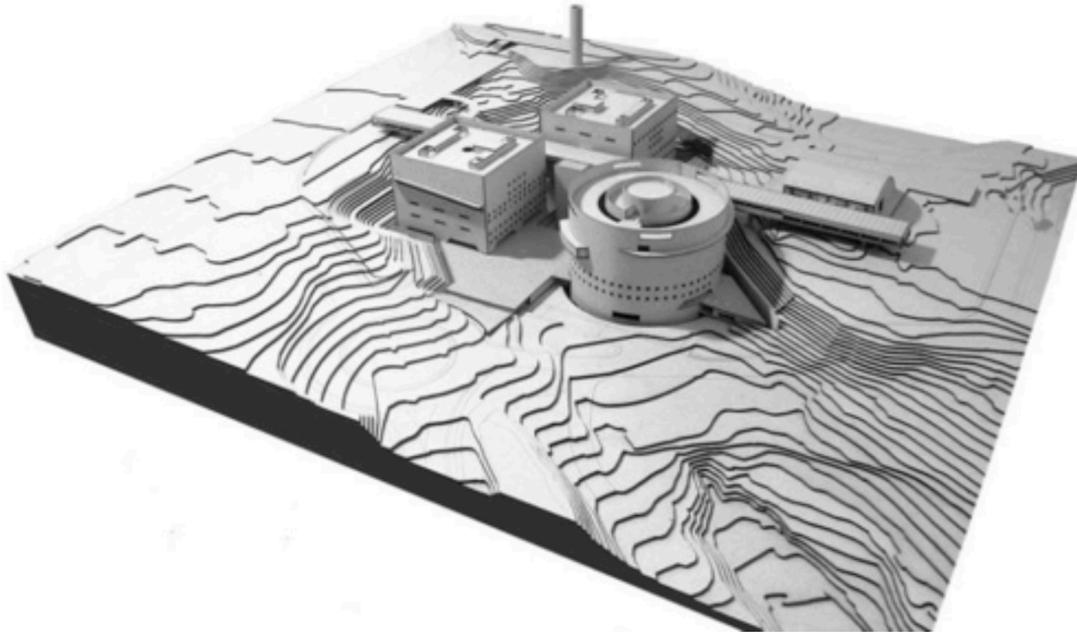


Imagem 24: Projeto de construção da Praça dos Museus da Universidade de São Paulo. Fonte: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/prancheta-mendes-da-rocha-em-novo-polo-da-usp/>



Imagem 25: Reserva Técnica Visitável do MAE/USP – Arqueologia Amazônica. Fonte: <https://mae.usp.br/reserva-tecnica-visitavel-arqueologia-amazonica/>



Imagem 26: Reserva Técnica do MAE/USP. Vista geral com os armários deslizantes; armazenamento de cerâmicas etnográficas (à direita, superior); gavetas para armazenamento de objetos de grande porte: máscaras indígenas (à direita, inferior). Fotos Wagner Souza e Silva. Fonte: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Reserva-Tecnica-do-MAE-USP-Vista-geral-com-os-armarios-deslizantes_fig1_270644522.

No período que sucedeu a fusão do museu, não havia sequer espaço para as reuniões, somente em 1993 a instituição foi instalada na atual edificação. O passo seguinte foi reformá-lo de maneira adequada para qualificá-lo como espaço de um museu. As condições hoje são excelentes, as reservas técnicas e laboratórios têm muito boas condições, o MAE desfruta um espaço expositivo, um setor educativo e, há poucos anos, ganhou um prédio lateral onde está sendo feita uma reforma, preparando-o com salas de aula, secretaria acadêmica, auditórios e sala de defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso. Todas essas etapas foram se processando na base de muito esforço:

[...] nesses anos todos nós fomos qualificando esse espaço para nós. Então, fizemos uma enorme reforma na biblioteca há dois anos, então ela triplicou de espaço. Cada docente tem uma sala específica, cada laboratório que eu mencionei, da Amazônia, da Cidade Antiga, de Microbiologia, todos eles têm espaços próprios com equipamentos e tal. E nesse mesmo espaço temos um projeto aprovado para a construção de um anexo. Então, nos últimos anos a gente sempre ficou em uma situação sempre difícil entre

construir a Praça dos Museus ou reformar o prédio atual. Isso é muito difícil, tem prejudicado muitíssimo o MAE (Maria Cristina Oliveira Bruno, 11/7/2022).



Imagem 27 e 28: Exposição Sambaquis: Arqueologia e interdisciplinaridades no litoral do Brasil. Fonte: <https://mae.usp.br/exposicao-sambaquis/>

A lista de atividades desenvolvidas pela instituição é ampla, o setor de ensino é considerado como muito forte, contempla toda a parte museológica de extroversão, exposição e ação educativa. As áreas de conservação e documentação são bem organizadas, o seu funcionamento se insere dentro da lógica da cadeia operatória da Museologia. Nos últimos anos, sob a forte influência da pandemia da COVID-19, as estratégias de comunicação do MAE no universo virtual foram bastante desenvolvidas. Essa é uma faceta muito interessante da organização, os seus muitos projetos virtuais de expografia e setor educacional. Ademais, o Museu desenvolveu, há tempos, uma tradição multiconvênios em escala nacional e internacional. Para além do Brasil, existem estudantes que fazem pesquisas no Peru, em Israel, na Grécia, tudo isso em função das suas áreas do conhecimento.

Quanto ao total de itens com proveniência de Rondônia e suas tipologias, a nossa entrevistada não dispunha dessa informação, mas salientou a realização de muitas pesquisas em Rondônia nos últimos anos. Esses acervos normalmente ficam um período no MAE para o tratamento curatorial; como passo seguinte, a praxe é que após serem analisados, retornem para o seu local de origem. O Museu nutre essa tradição já muito longa, de colaborar com instituições de fora do Estado de São Paulo, ou museus ou institutos de pesquisa.

Em se tratando da relevância científica e social dos acervos arqueológicos salvaguardados pelo museu, Bruno considera haver três grandes instituições e acervos no Brasil: o Museu Nacional, o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e

o Museu Paraense Emílio Goeldi. O trágico incêndio do Museu Nacional coloca o MAE, aos olhos da nossa entrevistada, na posição de maior relevância do país, em termos de acervos salvaguardados. Algumas das coleções são muito antigas e ostentam uma tradição histórica, como no caso das etnográficas, que chegaram de campo acompanhadas com os diários dos pesquisadores e toda a sua documentação. Os acervos dos povos originários, organizados mais recentemente com a participação dos indígenas, dão mostra do caminho há algum tempo fortemente trilhado pela instituição, uma abordagem pautada nos trabalhos colaborativos em várias regiões, como na Amazônia, em São Paulo e em outras partes do território nacional. O acervo de Arqueologia Clássica e do Mediterrâneo é basicamente o único no Brasil. As coleções em menor proporção são aquelas com temáticas africanas, afro-brasileiras, andinas e pré-colombianas. Em face desse panorama, considera a entrevistada:

Eu, pessoalmente, tenho por convicção que todo acervo é importante; eu considero que a gente não deve, sabe? As vedetes do acervo. Acho que todos eles são importantes e mais importante ainda é a possibilidade de produzir conhecimento a partir desses acervos, ensinar para novos profissionais e trabalhar a extroversão através de ação cultural, exposições, ação educativa. Por isso, eu acho que todo acervo é importante (Maria Cristina Oliveira Bruno, 11/7/2022).

Quando perguntada se os acervos provenientes do Estado de Rondônia, após darem entrada na instituição, foram consultados para a publicação de artigos, monografias, dissertações e teses, fomos informados sobre as mais recentes pesquisas realizadas pelo professor Eduardo Góes Neves, professor e diretor do MAE, cujos trabalhos conferem à Amazônia o *status* de patrimônio biocultural, resultado do manejo dos povos da floresta ao longo de milênios. Apesar de em Rondônia esses estudos serem mais novos, o MAE tem acervos desse Estado formados há mais tempo. De modo geral, todas as pesquisas dos laboratórios têm a vocação para a produção de conhecimentos e à orientação de trabalhos acadêmicos. Para o caso de Rondônia, são muitas vezes conduzidas por alunos da USP, por pesquisadores do próprio Estado de origem ou, até mesmo, são desenvolvidas por alunos de outras regiões do Brasil que vão para o Sudoeste Amazônico.

Quanto ao modelo de financiamento, a instituição recebe da USP, anualmente, uma verba que é insuficiente para manutenção das atividades do Museu. A título de exemplificação, há alguns anos em uma apresentação de balanço

financeiro feita pelo então reitor, foi constatado no comparativo entre a destinação de verba para os quatro museus da universidade e o orçamento de uma escola da USP, que os primeiros ficavam em desvantagem com uma destinação de recurso menor. Independente dessa realidade, há uma década a organização fez a opção por não mais atuar com recursos advindos de endossos institucionais. A alternativa tem sido a captação de recursos a partir de projetos de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Às vezes os projetos têm intersecções com estudos de impacto ambiental. Contudo, são pesquisas basicamente financiadas pelos órgãos citados. Isso significa um trabalho de enormes proporções a ser desenvolvido pelo próprio líder da pesquisa, mentor intelectual e braço operacional do estudo que propôs. Nos últimos anos, muito em razão dos perfis dos novos docentes contratados, tem havido mais financiamentos internacionais de pesquisa, por exemplo, de países como França, Alemanha e Estados Unidos.

Sobre o estado de conservação dos acervos, após a mudança de prédio, a última grande reforma das reservas técnicas e o conhecimento sobre outras realidades Brasil afora, avalia-se como muito bem conservados, pois existe um extremo zelo com essa questão por parte do laboratório de conservação. Há todo um controle sobre os processos de conservação, a equipe técnica mantém permanente verificação dos acervos alterando embalagens, estabelecendo os protocolos de guarda e realizando observações sistemáticas de conservação. A mais recente reforma da maior reserva técnica começou em 2019, implicou, inclusive, na troca de todo o piso e armários, um grande desafio de manejo e organização dos acervos. Esse trabalho é orientado pela divisão de conservação em colaboração com as pessoas que atuam na parte técnica nos laboratórios, além dos estudantes bolsistas. A USP hoje oferta dois programas de bolsas para estudantes de graduação e, com esse apoio, o MAE acaba atraindo esses alunos, os quais se envolvem com as atividades de reorganização das coleções sempre que reformas sistemáticas são realizadas. Vale mencionar, como o museu com frequência recebe doações e gera seus próprios acervos, a manutenção desses bens não é tarefa das mais fáceis. Apesar disso, o estado de conservação é considerado como muito bom.

No que diz respeito à política de endosso e gerenciamento de acervos, a instituição conta com uma política de acervos mais ampla para englobar essas questões. Não é mais uma realidade para o MAE atuar assimilando bens arqueológicos oriundos da Arqueologia Empresarial, atualmente são raras as situações que o espaço de salvaguarda emite um endosso institucional. Como exemplo, podemos citar o projeto de construção da Praça dos Museus, viabilizado a partir de uma multa em contexto de impacto ambiental, a qual depois de repassada à USP, foi destinada para a construção dos museus.

No tópico sobre a repatriação de acervos, durante a gestão da nossa entrevistada à frente do MAE, essa prática ocorreu, quando coleções foram devolvidas aos seus locais originais. Todavia, ainda que a instituição tenha interesse em fazer dessa uma conduta mais frequente, o IPHAN como instância que normatiza e fiscaliza aquilo que envolve o tema do Patrimônio Arqueológico, dificulta que esse planejamento seja levado à frente. A postura que o Museu tem assumido passa pela implementação de trabalhos colaborativos com grupos indígenas, orientados por essa ideia; tem acontecido desses grupos decidirem previamente quais bens devem ficar no Museu de Arqueologia e Etnologia. Esses projetos são implementados em diferentes circunstâncias, com a frequente presença dos indígenas participando das atividades no museu. Bruno cita a exposição temporária “Resistência Já”, pensada em colaboração com os indígenas. Isso é possível de ser feito com esse segmento do acervo, não sendo o caso das coleções de Arqueologia Clássica e Gréco Romana.



Imagem 29: Exposição Resistência Já! Fortalecimento e união das culturas indígenas Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena. Fonte: <https://mae.usp.br/exposicao-resistencia-ja/>

A documentação associada aos acervos, para alguns casos, contempla os relatórios, registros e demais produtos relacionados à etapa de Educação Patrimonial dos projetos. Ao discorrer livremente sobre aspectos tidos como

pertinentes, contudo, não tratado pelo roteiro da entrevista, a museóloga frisou que o MAE tem enfrentado muitos problemas ao longo da sua história, sendo possível organizá-los a partir de três variáveis:

Uma que é a própria inserção dele na Universidade. Isso é muito típico dos museus universitários. Então, nós brigamos e continuamos a brigar para conseguir organizar a carreira acadêmica, orçamento, eleição. Temos uma integração na Universidade como Museu Universitário. Acho que o segundo segmento é, e sempre será, ter o controle do acervo, todas essas variáveis que envolvem os acervos e, como o MAE é multifacetado, esses problemas são também multifacetados. E o terceiro, e maior problema, é a nossa sede final. Agora veja bem, a gente nunca ficou parado com essa sede, que são idiosincrasias. A ideia que nós temos é que nós poderíamos trabalhar muito mais. A gente poderia, sobretudo na extroversão, a gente poderia ter muito mais trabalhos educacionais, de ação cultural, mais do que a gente tem. O MAE tem muitas atividades nesse segmento de extroversão e extensão, mas poderia fazer muito mais se a gente pudesse ter uma sede adequada. Acho que são esses três enfrentamentos (Maria Cristina Oliveira Bruno, 11/7/2022).

2.2.16 Museu de História Natural de Mato Grosso (MHNMT) – Casa Dom Aquino

O Museu de História Natural de Mato Grosso, instalado na Casa Dom Aquino, localizado na cidade de Cuiabá, foi representado na entrevista pela Enir Maria Silva (bacharela em Geografia e coordenadora da instituição) e por Vitória Ramirez Zanquetta (arquiteta, urbanista e curadora). A respeito do histórico de formação do espaço e seus acervos, Enir Maria explica que a Casa Dom Aquino é uma edificação da primeira metade do século XIX, uma casa histórica tombada como Patrimônio Cultural pelo Estado. A sua destinação visando a outra utilização como espaço de pesquisa, deu-se através dos trabalhos empreendidos desde a década de 1980 pelo Instituto de Ecossistemas e Populações Tradicionais (ECOSS). Como o Estado do Mato Grosso não dispunha de um local voltado à salvaguarda de acervos arqueológicos e paleontológico, o ECOSS enxergou naquele contexto uma oportunidade para a conversão da casa histórica em um local adequado para a salvaguarda de coleções de natureza arqueológica e paleontológica. A atuação mais forte ligada à Arqueologia Empresarial só passou a fazer parte da cultura institucional nos anos 2000, quando começou a emitir os endossos.

Vitória Ramirez complementa, observando que o Instituto ECOSS, ao iniciar a utilização da casa, percebe com o passar do tempo a necessidade de formalizar o espaço para o gerenciamento do resultado das pesquisas. Pouco a pouco, o Instituto conseguiu recursos e os destinou à melhoria das condições da instalação. Oficialmente a casa se tornou um museu em 2006. As melhorias implementadas

podem ser traduzidas, por exemplo, pelo processo de construção da reserva técnica e requalificação de outros setores que, juntos, têm garantido condições de infraestrutura e bom padrão de atuação condizentes com o valor simbólico dos acervos. No ano de 2018 foi firmada uma parceria, ainda vigente, entre o Estado e o Instituto ECOSS, cujo acordo tem propiciado uma gestão compartilhada do Museu. Anteriormente à oficialização dessa parceria, os contratos eram em caráter mais esporádicos, quando pensando em médio e longo prazo, havia pouca previsão orçamentária. A oficialização da atual relação prevê um Plano de Trabalho previamente definido, com recursos fluxos financeiros mais regulares.

Acerca da equipe de profissionais do Museu, Enir Maria informa sobre a sua entrada para o quadro de funcionários no ano 2000, e a sua atual função como coordenadora. Há um gerente financeiro, uma curadora, um profissional atuante no setor de comunicação do Museu, outra como gerente da reserva técnica, quatro estagiários responsáveis pela visita mediada – os espaços expositivos contam com o recurso da visita mediada em dois períodos –, três seguranças que garantem a vigilância da casa em tempo integral, além de um profissional dedicado à jardinagem. Essa realidade institucional ocorre desde anteriormente, entre 2000 e 2006, o espaço contava com um número ainda menor de pessoas, quando existiam apenas a Enir, uma arqueóloga e alguns estagiários.

Com a transição em 2006 para o formato conceitual e operacional como museu, a única arqueóloga deixou a instituição, bem como alguns voluntários interessados em estágios com certificação. Ainda assim, as atividades foram mantidas com a atuação da Enir Maria e o apoio do voluntariado. Para suprir as demandas orçamentárias, houve a complementação com a emissão de alguns poucos endossos. Em 2009, três anos após a oficialização da criação do Museu, ocorreu a primeira destinação de recurso financeiro, algo em torno de 30 mil reais, uma verba bastante limitada, insuficiente, por exemplo, para a contratação de pessoal. Assim sendo, o cenário com uma equipe um pouco maior só foi possível a partir de 2018, com a assinatura de um contrato com o Estado mato-grossense, fato que garantiu maior previsibilidade financeira.

A curadora Vitória Ramirez assumiu a palavra quando adentramos no tema da infraestrutura de funcionamento da instituição. A Casa Dom Aquino possui 12 cômodos, que em função das suas características coloniais, não são muito amplos. Quatro destes espaços estão reservados à exposição de longa duração. A casa

também abriga uma biblioteca em processo de formação, um auditório, duas salas para os trabalhos administrativos e a reserva técnica. O museu possibilita aos visitantes a experiência da degustação da culinária local no Café do Museu, por meio da comercialização de quitutes. O artesanato indígena, como vasos cerâmicos e pulseiras, de igual modo pode ser adquirido em uma loja. Conta também com três banheiros, uma cozinha, um depósito para itens de consumo. O acesso para pessoas com deficiência física está nos planos de alterações da infraestrutura, o que dependerá da chegada de novos recursos financeiros. Dos equipamentos, podemos citar os termo-higrômetros e aparelhos de ar-condicionados na área expositiva, os armários deslizantes onde são acomodados os acervos, os desumidificadores e aparelhos de ar-condicionados que operam em tempo integral na reserva técnica. Como a instituição possui um número limitado de computadores, isso exige dos colaboradores a utilização também de suas próprias máquinas (*notebooks*). A área externa da edificação tem a dimensão de 10 mil metros quadrados. Outrossim:

Aqui era uma casa de uma sede de uma fazenda, então fica virada para o rio Cuiabá. A gente tem acesso ao rio Cuiabá por aqui, é uma APP (Área de Proteção Permanente) aqui na frente. Então a gente leva os visitantes até o rio Cuiabá aqui na frente. É parte também do nosso trabalho, a parte de Educação Ambiental. Então a gente usa essa área verde. A nossa área interna é bem pequena, ao contrário de muitos museus que conseguem comportar réplicas de dinossauros dentro, a gente tem uma réplica fora, que tem uma tendinha que a protege. E a gente tem uma instalação externa como se fosse um cenário que dá para reproduzir como era no tempo do Holoceno, um diorama (Vitória Ramirez Zanquetta, 3/8/2022).



Imagem 30: Prédio do Museu de História Natural do Mato Grosso. Fonte: <https://www.facebook.com/museuhistorianaturalmt/>



Imagem 31: Espaço da exposição permanente. Fonte: <https://museuhistorianaturalmt.com.br/exposicao-permanente/>

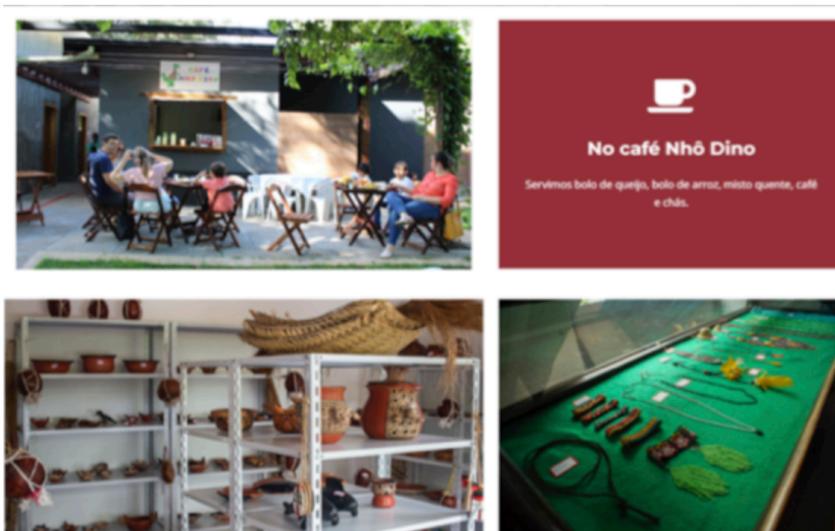


Imagem 32: Café e loja de utensílios. Fonte: <https://museuhistorianaturalmt.com.br/loja-e-cafe/>

A curadora é quem continua a endereçar as respostas, desta vez acerca das atividades realizadas pela instituição. A adesão do Museu a eventos anuais prevê a participação, desde 2007, nas agendas propostas pelo IBRAM, como na “Semana Nacional de Museus” e na “Primavera de Museus”. A casa também dá espaço a suas próprias iniciativas, como o Kamalupe, cuja ideia proporciona ao público infanto-juvenil, um ambiente de colônia de férias com inúmeras atividades. O “Encontro Indígena”, que completou uma década em 2022, é outra atividade proposta pelo espaço, mas não é realizado há algum tempo. Nessa ocasião, diferentes etnias do Mato Grosso se reúnem com o propósito de firmarem diálogos entre si e com a comunidade local, em um processo que se caracteriza pela aproximação, sobretudo com o público escolar, para romper com os arquétipos

construídos sobre os povos originários. Para divulgar a sua cultura, além da venda de artesanato, os indígenas exibem a sua música, dança e pintura corporal.

Eventualmente o museu desenvolve oficinas conexas às temáticas que lhe são mais familiares, relativas ao próprio acervo, por vezes a proposta contempla outras questões. Assim explora o universo das pinturas rupestres, coleções de cerâmicas ou outras tipologias do Patrimônio Arqueológico e Paleontológico. Em algumas ocasiões são realizadas oficinas de estêncil em camisetas, cujas temáticas podem envolver os dinossauros ou período pré-histórico atinente às populações originárias do Mato Grosso. A utilização de recursos educativos como esses dá conta de assuntos variados. Todos os anos a “Semana do Meio Ambiente” é organizada e a sociedade é convidada a participar. Desde 2018, o Estado de Mato Grosso destina uma verba específica para o financiamento dessa iniciativa, focada na Educação Ambiental e na Sustentabilidade.

Acerca das discussões ambientais, a instituição realiza o seu próprio tratamento de esgoto mediante a instalação de duas fossas bananeiras, bacias de evapotranspiração destinadas para recolher todo o resíduo sanitário do Museu, evitando, com isso, que seja injetado na rede municipal de esgoto. Esse é um sistema com alta eficiência, baixo custo de construção, manutenção e consumo de energia. A captação das águas das chuvas é algo que também faz parte da infraestrutura de funcionamento da Casa Dom Aquino, contribuindo para a redução do gasto com água potável. Nos períodos de seca esse reservatório de água é utilizado para as atividades de limpeza e jardinagem. A casa recebe demandas de muitas escolas:

[...] atende muitas crianças, então, principalmente para essas instituições e crianças, a gente tenta passar essa parte da sustentabilidade e preocupação com o meio ambiente. A composteira também a gente tem em vista, e estamos com o pensamento de fazer, entre a Casa e o rio Cuiabá, uma agrofloresta. Nós temos também a observação de pássaros. O curso de Educação Patrimonial que a gente abre também, quando a gente consegue. A gente tem também a oficina ‘mãos de mulheres’, para mulheres em situação de vulnerabilidade, para desenvolver alguma atividade criativa (Vitória Ramirez Zanqueta, 3/8/2022).

Enir Maria complementa cita outro projeto trabalhado pela instituição, denominado de “Museu para quem?”, uma proposta de atividades pensadas para pessoas em situação de vulnerabilidade, com menos oportunidades para conhecer o museu. Uma parte do orçamento está reservado para a implementação dessa atividade. Existe na organização a preocupação com a acessibilidade e a inclusão

de públicos diversos. Nesse sentido, Vitória Ramirez expõe que as informações espalhadas pelos espaços do museu também atendem a comunidade surda, a partir da inserção de códigos em Libras. Um projeto para a construção de réplicas de objetos está sendo formulado com o objetivo de atender pessoas com deficiência visual. Apesar disso, reconhece-se que para atender a esse nicho de público, o Museu ainda precisará empreender maiores esforços.

A propósito da realização dos procedimentos de pesquisa e documentação dos acervos, fomos informados por Enir Maria sobre a recente construção do espaço da reserva técnica. Inaugurado em 2019, atende a uma recomendação do IPHAN que gerou condições adequadas para a pesquisa, a documentação e, de modo geral, a organização das coleções. Essa obra só foi possível graças à assinatura do contrato de colaboração mais recente com o Estado, quando passou a ser destinado um orçamento mais realista com as necessidades da Casa Dom Aquino. Acerca da documentação dos acervos, o prognóstico é que 40% tenham passado por essa etapa da cadeia operatória da Museologia. Estima-se o alcance dos 100% dos itens documentados até o final de 2023, coincidindo com o prazo final de vigência da parceria com o Estado.

Quanto às pesquisas, sempre foram empreendidas, no caso específico, sob a responsabilidade do Instituto ECOSS. Calcula-se que 90% das peças em exposição, todas elas documentadas, sejam fruto desses estudos. Na maior sala expositiva do prédio estão dispostos, em uma sequência cronológica, itens paleontológicos do Pré-Cambriano, Paleozoico, Mesozoico e Cenozoico. O Núcleo Arqueológico, de igual modo, está orientado segundo o critério do tempo, partindo do contexto das sociedades de caçadores-coletores ao homem ceramista. Vitória Ramirez indica o endosso institucional como a principal forma de entrada de coleções e as doações aparecem em pequeno número. Os acervos gerados pelo instituto são identificados com o *status* de maior relevância para o Museu. O ECOSS, no momento, tem concentrado as suas ações em pesquisas na própria instituição.

Na ausência de números precisos, estima-se que a Casa Dom Aquino salvasse por volta de 60 a 70 mil peças. Para o caso do total de bens arqueológicos com origem em Rondônia, essas informações ainda não foram sistematizadas. Fomos informados pela diretora do museu sobre as suas tipologias: fragmentos de cerâmica, peças líticas lascadas e polidas. Em relação aos projetos desenvolvidos ao Sul do Estado de Rondônia, na cidade de Chupinguaia, os

resultados das Pesquisas Arqueológicas renderam, para além dos tipos mencionados, remanescentes humanos. Especificamente sobre essa coleção, tratativas estão sendo feitas entre a Casa Dom Aquino e a RT/DARQ/UNIR, objetivando a repatriação. Todos os itens foram organizados, resta agora avançar a tramitação das tratativas de transferência, que também envolvem o IPHAN como instância fiscalizadora de processos com essa natureza. Esses estudos foram realizados em Chupinguaia por uma empresa mato-grossense, e como Rondônia à época não dispunha de um museu, instituição de guarda e de pesquisa do Patrimônio Arqueológico, foi autorizada a sua “diáspora” e permanência sob a responsabilidade do Museu de História Natural do Mato Grosso.

Com a alteração do cenário, a partir da criação do curso de Bacharelado em Arqueologia e sua reserva técnica, a empresa responsável pela pesquisa solicitou o retorno das coleções para o território de onde vieram. Também existe a intenção de repatriar os acervos gerados a partir dos trabalhos desenvolvidos na área da Usina Hidroelétrica Ângelo Cassol, localizada na cidade de Alvorada D’oeste. Havia, a princípio, a intenção de criação de um museu no município de Rolim de Moura, município próximo à hidroelétrica. Contudo, essa ideia não prosperou, o que levou ao “êxodo” das coleções. Assim sendo, uma vez que todos os preparativos tenham sido providenciados pela equipe de profissionais da Casa Dom Aquino, o caminho natural para essas coleções será a restituição. A curadora Vitória Maria lembra que todo o acervo em exposição no Museu tem sua gênese do Mato Grosso, uma vez que preservar e dar destaque para a história local é uma das missões da instituição. Sendo assim, existe um grande interesse na repatriação de bens constituídos em outros territórios.

Em referência à relevância social e científica dos acervos, as entrevistadas sublinharam a importância dos exemplares da megafauna, os quais contam a história antiga não apenas do Mato Grosso, mas do Brasil. A instituição é vista como referência nacional nos estudos com essa temática e, por essa razão, recebe pesquisadores de todo o país. No cenário local, os acervos assumem posição estratégica, uma vez que servem como elementos para o fomento do interesse do público jovem no fazer científico sobre a pré-história e as populações tradicionais. Nesse sentido, a instituição também mantém uma coleção etnográfica que deu entrada no Museu via doação. Trata-se de um conjunto de máscaras sagradas do povo Waujá, peças singulares e muito representativas dessa população. Enir e

Vitória, de igual modo, colocam em evidência os acervos arqueológicos. Especialmente para o caso das pesquisas desenvolvidas no território mato-grossense, puderam revelar vestígios de ocupações representativos do estilo de vida de grupos já extintos, como no caso dos Xaraiés.

Sobre as coleções com proveniência de Rondônia terem sido consultadas como fontes para a elaboração de trabalhos acadêmicos e similares, apenas as coleções advindas de Chupinguaia, por conta de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), tiveram uma demanda, uma solicitação de imagens para a realização de uma exposição virtual. Assim sendo, esses bens praticamente não foram demandados e retroalimentados por conhecimentos gerados após a sua entrada no museu.

O modelo de financiamento anual adotado pela Casa Dom Aquino prevê a captação de verba mediante acordo firmado entre o Instituto ECOSS e o Governo do Estado do Mato Grosso, com vigência entre os anos de 2018 e 2023. Para a coordenadora do espaço, com a proximidade do final do contrato, a expectativa é que o lançamento de um edital de financiamento do Estado possa viabilizar a continuidade das atividades desenvolvidas pela instituição. O contrato vigente estabelece destinação específica para cada atividade a ser implementada. Apesar desse engessamento, tem permitido a contratação do quadro de profissionais em número insatisfatório e a manutenção das ações museológicas. Esse dinheiro confere estabilidade para que a organização dê continue aos seus trabalhos. Entretanto, caso o instituto responsável pela administração do Museu não ganhe o edital, o ECOSS não será mais o responsável pela gestão desse espaço.

Embora em pequena escala, a Casa Dom Aquino ainda emite endossos institucionais. Existe uma empresa no Estado que também assina essa carta comercial. Por outro lado, existem casos de coleções sendo encaminhadas para outros locais, como São Paulo e Goiânia. No caso específico da capital de Goiás, algum museu gerou o endosso para receber os vestígios arqueológicos oriundos da Usina Hidroelétrica de Manso, situada nos municípios de Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia. Majoritariamente, os acervos arqueológicos sob a guarda do Museu vieram de endossos. Ainda assim, no comparativo com a totalidade de peças, eles representam cerca de 30% da capacidade da reserva.

O estado de conservação dos acervos é considerado como bom. Existe uma grande preocupação quanto a essa variável da lista de critérios para a preservação

patrimonial. Sobretudo a partir da inauguração da nova reserva técnica, as atividades de manutenção periódicas de trocas de etiquetas e sacolas plásticas puderam acontecer com maior frequência. Entretanto, o número insuficiente de profissionais à disposição do Museu não tem permitido o andamento desse trabalho no ritmo desejado: “Agora mesmo estamos lá com uma moça responsável e mais dois estagiários mexendo com isso. A gente espera que até o final desse ano uma boa parte seja resolvida” (Enir Maria Silva). Dadas as características da maioria dos sítios arqueológicos, a céu aberto, mais suscetíveis às influências de fatores físicos, químicos, antrópicos, além da fauna e flora, em contraposição aos sítios em áreas abrigadas, os vestígios estão bastante fragmentados, poucos foram os casos que vasilhas fragmentadas puderam ser reconstituídas. Isso vale também para os machados de lâminas polidas.

A instituição não possui uma política de endosso redigida. Nesse sentido, o que existe são parâmetros de atuação, pré-requisitos quanto a valores para o endosso e forma de entrega dos acervos não formalizados por escrito em documento, mas dispõem de uma política de acervos, feita em conjunto por toda a equipe, visando lidar com questões atinentes às formas de aquisição e descarte, diretrizes mínimas de cuidados com as coleções quanto à temperatura, umidade e outros fatores. De igual maneira, tem um Plano Museológico, instrumento imprescindível para o estabelecimento de metas, objetivos e verificação dos seus indicadores de desempenho conforme o planejamento traçado.

Para os casos dos acervos formados pela via da Arqueologia Preventiva, a documentação associada recebida pela instituição contempla os relatórios de campo e laboratório, além dos demais registros relacionados à etapa de Educação Patrimonial. Por fim, as entrevistadas no último ponto da conversa, reforçaram a preocupação institucional na salvaguarda e integridade dos acervos. O instituto que gerencia o Museu cumpre esse papel há quase 25 anos e, por mais de um terço desse período, as atividades foram mantidas graças ao trabalho voluntário. Ressaltaram a principal missão e compromisso desse espaço de memória com a história pretérita e contemporânea do Estado do Mato Grosso, o que não os impediu de receber bens arqueológicos de outros Estados, muito embora não tenham perdido de vista o “êxodo reverso” desse patrimônio para Rondônia, quando houvesse instalações adequadas para a devolução das coleções. Existe uma

parcela muito pequena de itens oriundos do Acre, mantidas no Museu por não haver na época instituição habilitada pelo IPHAN no Estado de origem.

Ademais, a Casa Dom Aquino enxerga como uma vocação a sua preocupação pela preservação do Patrimônio Arqueológico e paleontológico, também do meio ambiente e, como não poderia ser diferente, a reflexão das razões que os lavam a realizar esse trabalho de preservação tem formado a compreensão, segundo a qual, a preservação pela preservação está esvaziada de sentidos: “A gente quer que o acervo seja visto, utilizado e renda frutos para a sociedade” (Vitória Ramirez Zanqueta).

2.2.17 Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA), da Universidade Federal de Santa Maria (UFMS)

Os profissionais que nos atenderam no LASCA foram Bernardo Duque de Paula (museólogo e mestre em Patrimônio Cultural) e André Luis Ramos Soares (professor de Arqueologia do Departamento de História). Sobre o histórico da instituição, resulta da fusão, em 2019, entre o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) e o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória. Como ambos os espaços eram coordenados pelo professor André Soares, optou-se pela unificação. Precisamente a respeito do LEPA, a sua criação ocorreu no ano de 1985 por iniciativa do professor Vitor Hugo, motivada pelas Pesquisas Arqueológicas realizadas na primeira metade da década de 1980. As primeiras coleções foram geradas entre os anos de 1983 e 1988. O idealizador do espaço o coordenou até 1990, quando foi substituído pelo professor Theófilo Torronteguy para um mandato de quatro anos, período que não foram realizadas escavações e o LEPA passou por um processo de reorganização.

Nesse momento, a estimativa quanto aos números totais de peças salvaguardadas pela instituição é de 13 mil itens. Entre os anos de 1994 e 2014 o LEPA teve a sua coordenação assumida pelo professor Saul Eduardo Seiguer Milder¹¹. Na presente fase foi registrado um aumento exponencial dos acervos arqueológicos, seja resultante dos Projetos de Pesquisas Acadêmicas implementados em Santa Maria, região de Quaraí, Barra do Quaraí, áreas da fronteira e outras localidades do Rio Grande do Sul, ou de projetos conexos a

¹¹ Foi Professor da UFMS, falecido em 2014.

Arqueologia Empresarial, realizados nas mais diversas partes do Brasil. As 13 mil peças na década de 1990 se converteram hoje em mais de 200 mil itens. As pesquisas acadêmicas, desde o ano de 1994 aos dias atuais, deram um salto importante. A partir delas foram produzidas mais de 20 dissertações de mestrado e sete teses de doutorado. Além das pesquisas, atualmente o LASCA tem concentrado os seus esforços nas ações de preservação e comunicação dos acervos.

Somente em 2010, após algumas décadas do surgimento do Laboratório, esse espaço de pesquisa e salvaguarda passou a contar com uma museóloga, um fato a ser destacado, pois por muitos anos não havia um profissional com esse perfil para lidar com as questões atinentes ao gerenciamento do acervo, sistema de documentação e a adoção de medidas no campo da conservação. A chegada de Bernardo Duque ocorre após a saída da museóloga, aprovada em outro concurso.

Com o falecimento do professor Saul Milder, o professor André Luis assume a liderança do Laboratório, com um enorme passivo gerado por trabalhos de Arqueologia de contrato desenvolvidos praticamente em todo o território nacional. De maneira que: “Alguns trabalhos deram chance a dissertações de mestrado e teses, mas uma boa parte do acervo está aqui, de uma certa forma, deslocado” (André Luis Ramos Soares). Os estudantes que passam pela instituição não possuem interesse na realização de pesquisa com a cultura material gerada a partir dos sítios arqueológicos de Rondônia. Ante a esse quadro, há um forte interesse do Laboratório no repatriamento desses bens. Para se ter uma ideia, o trabalho de dissertação de mestrado do Bernardo Duque propôs um Plano Museológico cujas diretrizes estão alinhadas com a missão da organização, que é basicamente trabalhar com os acervos do Rio Grande do Sul, pois são nesses limites territoriais que a expertise dos profissionais e colaboradores do LASCA pode ser melhor aproveitada.

A equipe de profissionais permanentes é composta pelos dois entrevistados, um número bastante reduzido, se pensarmos nos enormes desafios relacionados à responsabilidade de administrar mais de 200 mil vestígios arqueológicos formados a partir de 16 projetos. Essa tarefa é possível de ser cumprida graças aos bolsistas, estagiários e voluntários orientados por ambos os profissionais. Um problema relacionado a esse formato de força de trabalho é a alta rotatividade de pessoas na lida com os acervos. O trabalho de formação de pessoal está sempre começando do

zero, na medida que um grupo de estudantes e voluntários sai para dar espaço para a chegada de outros. A instituição conta com 11 bolsistas distribuídos em Projetos de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.

A respeito da composição da infraestrutura de funcionamento, o LASCA está abrigado em uma casa de posse da UFSM, cujos pequenos cômodos foram adaptados para comportar as necessidades do Laboratório. A maior parte do espaço, cinco salas, está destinado à reserva técnica. Outro cômodo nos fundos sofreu adaptação com a inserção de bancadas, pia etc., com vistas a ser uma sala de higienização e demais procedimentos voltados para a conservação do acervo. Há um espaço destinado a ser um arquivo, onde ficam livros e publicações de modo mais geral. Um outro espaço serve como depósito para caixas e espumas usadas no acondicionamento das coleções. Existem também duas salas administrativas, além de um cômodo com dimensões maiores onde o material arqueológico é analisado após o processo de higienização. A localização da referida casa fica na região central da cidade de Santa Maria. Por outro lado, o *campus* da UFSM se situa fora dessa área. É no *campus* universitário que a exposição de longa duração produzida pelo LASCA pode ser visitada, cuja temática versa sobre a Arqueologia no Rio Grande do Sul. A exposição:

[...] está no *campus* justamente porque o nosso espaço ficou reduzido, como o trabalho de acondicionamento que a gente tem feito na reserva técnica tem se ampliado, e aí a gente optou por levar a exposição para o *campus*. Um espaço de cerca de 220 metros quadrados aqui no Centro, e a exposição lá cerca de 80 metros quadrados (Bernardo Duque de Paula, 18/7/2022).



Imagem 33: Sede do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Fonte: <https://www.ufsm.br/laboratorios/lasca/informacoes-gerais>



Imagens 34, 35 e 36: Espaço expositivo, espaço reservado à escavação simulada e reserva técnica. Fonte: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100057435580030&sk=photos>



Imagem 37: Mostra de peças cerâmicas e líticas. Fonte: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100057435580030&sk=photos>

Em relação às atividades desenvolvidas pelo Laboratório, a pesquisa, a documentação e a comunicação estão contempladas. Precisamente quanto à pesquisa, para o momento existem alguns Trabalhos de Conclusão de Curso e uma tese de doutorado em andamento. Anteriormente à gestão do professor André Luis, a reserva técnica se encontrava em um formato cuja reorganização se fez necessária, de maneira que hoje considerá-la como um espaço com excelente padrão de organização, pois “a gente está conseguido colocar o acervo em uma condição de ‘top’ de linha, em um avanço de 10 anos desde a última arrumação de acervo, até agora” (André Luis Ramos Soares). A título de exemplo, foi possível criar uma planilha de controle das coleções, a qual permite a localização de qualquer item do acervo. Esse mapeamento confere à instituição um panorama sobre o patrimônio que salvaguarda, situação inexistente antes da chegada do museólogo Bernardo Duque. De acordo com a avaliação dos entrevistados, se não fosse a pandemia da COVID-19, certamente, a essa altura o LASCA teria números exatos sobre o quantitativo de peças sob a sua responsabilidade. A perspectiva é de que no ano de 2023 esses dados estejam disponíveis, ao menos para a cultura material formada no Rio Grande do Sul. Para acervos com origem e outros Estados, o prazo irá além.

A respeito do total de artefatos com proveniência de Rondônia e as suas tipologias, essa é uma informação ainda não sistematizada pelo Laboratório. A ausência de dados como esse pode ser justificada muito em razão de à época do recebimento das coleções não haver amparo normativo quanto aos critérios para a entrega dos vestígios por parte das empresas de Arqueologia Empresarial aos museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos. Esse cenário sofreu significativa alteração a partir da Portaria IPHAN nº 196/2016. Para o caso aqui tratado, embora não estejam acondicionados conforme vieram de campo, também não se pode dizer que o seu acondicionamento atenda ao atual padrão de atuação adotado pelo LASCA.

Um adendo antes de prosseguirmos. De fato, hoje, um museu ao endossar uma pesquisa pode estabelecer detalhadamente a forma como deseja receber os bens arqueológicos, indicando desde a formatação do inventário, o tipo de marcação das peças, o modelo e o material constitutivo das caixas de contenção, entre outros. Como mecanismo de segurança para o atendimento desse protocolo, a instituição pode se recusar a assinar o termo de recebimento até que os critérios previamente firmados sejam atendidos. Enquanto isso não ocorre, o arqueólogo coordenador da

pesquisa, enquanto fiel depositário das coleções, permanece com pendências junto ao IPHAN, podendo resultar no impedimento para a realização de trabalhos futuros.

Sobre a relevância científica e social dos acervos, diferentemente do que se pode falar sobre as coleções formadas no Rio Grande do Sul, para as quais os entrevistados podem apontar variados aspectos, acerca dos bens derivados de Rondônia, avalia-se como de difícil qualificação. Segundo Soares: “[...] como eu não conheço a história da Arqueologia na região, é difícil avaliar a importância. Diferente, né? Aqui do Rio Grande do Sul, onde a gente pode avaliar. Mas para fora do Estado, eu não saberia te dizer” (André Luis Ramos Soares). Os acervos com origem em Rondônia após darem entrada na instituição não foram consultados para a realização de pesquisas acadêmicas.

Acerca do financiamento, até o ano de 2021 a instituição dispunha de um projeto cadastrado junto a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC), a fundação da UFSM, caminho através do qual era possível emitir endosso institucional e viabilizar a captação de recursos financeiros da iniciativa privada. Entretanto, com a finalização do projeto e a interdição judicial da FATEC, impedindo o cadastramento de novos projetos, o Laboratório passou a depender exclusivamente da verba da UFSM e da União. Os acordos comerciais eram a forma encontrada pelo Laboratório para custear parte das despesas relativas aos itens de consumo, utilizados para o acondicionamento dos acervos, a exemplo de caixas, espumas, sacolas plásticas e outros. Uma das soluções apontadas para suprir essa perda da receita é o estabelecimento de parcerias com uma fundação em outra universidade, onde seja possível o cadastramento de um novo projeto capaz de atender à demanda por endossos. Outra possibilidade relacionada ao recebimento da contrapartida financeira ao endosso seria a mudança do formato do pagamento da taxa cobrada do LASCA, não mais feita com o repasse em dinheiro, mas em bens de consumo e equipamentos. Esse é o caso da RT/DARQ, cuja fundação da Universidade enfrenta problema judicial semelhante, mas a emissão de endossos feito por esse caminho alternativo, continua ativo.

O professor André Luis pontuou a existência de uma percepção por parte de algumas pessoas, segundo a qual o Laboratório poderia se financiar. Ante a isso ele ressalta: “[...] enquanto eu não tiver o espaço adequado eu não consigo financiamento. Porque eu não posso vender endosso, eu só posso vender endosso depois que o espaço estiver adequado” (André Luis Ramos Soares). Ao

complementar a linha de pensamento, analisa ser necessário para o retorno do LASCA ao “circuito de endossos” a reestruturação da instituição, hoje com o espaço físico quase saturado.

No tópico sobre a classificação do estado de conservação dos acervos, esse julgamento pode variar conforme a tipologia das coleções. Em uma abordagem mais geral, a maior parcela dos itens é pré-colonial, abarcando o lítico e a cerâmica. Assim sendo, pela natureza dessa materialidade inorgânica e menos sensível à amplitude térmica e de umidade relativa do ar, no comparativo com o orgânico, esses fatores não representam para essa especificidade de que tratamos, os maiores desafios para o Laboratório. O acervo histórico inspira maiores cuidados, sobretudo por conta das peças metálicas, mais sujeitas a processos de degradação onde as condições ambientais não estejam bem ajustadas aos parâmetros ideais à sua conservação.

O contexto de inserção de Santa Maria também não favorece a preservação desse grupo de material arqueológico, pois a cidade tem “[...] uma amplitude térmica e de umidade relativa do ar muito alta, que acaba prejudicando esses materiais” (Bernardo Duque de Paula). Condições como essa contribuíram inclusive para que houvesse a solicitação de descarte de acervo junto ao IPHAN, dado o ponto crítico em que algumas peças chegaram. Essa é uma dificuldade de igual maneira enfrentada na lida com o acervo ósseo. Todavia, segundo de Paula, a título de uma classificação mais ampla para o estado de conservação dos bens arqueológicos, “[...] eu colocaria regular, porque alguns estão bem conservados, outros estão mal” (Bernardo Duque de Paula). Hoje o LASCA prima pelo controle ambiental, fazendo o uso de aparelhos de ar-condicionado, desumidificadores, monitoramento dos índices de umidade e de temperatura com a utilização do *data logger*. Apesar disso, considera-se essas medidas insuficientes, quando seria necessário, principalmente em se tratando dos metais, a intervenção curativa e de restauro. A respeito da posição do IPHAN sobre o descarte, o órgão é geralmente moroso e proibitivo. Nesse sentido, o Instituto é instado a atuar de maneira mais propositiva, menos policialesca e se atendo às necessidades reais das instituições.

Embora a política de endosso institucional não esteja escrita, o Laboratório se orienta por alguns parâmetros; a saber: a proposição de um valor determinado para o apoio a Projetos de Pesquisa Arqueológica em que não há a geração de coleções, acrescido de uma taxa cobrada por caixa, caso algum acervo seja produzido. Em

conjunto com a contrapartida financeira, eram fixados no contrato junto à fundação, outras condicionantes para que a instituição receba os materiais arqueológicos. Podem ser citados o atendimento das exigências quanto ao modelo das caixas de contenção e sacolas plásticas onde os acervos serão acomodados, bem como a adoção do modelo de sistema de documentação seguido pelo Laboratório. Também é necessário proceder a entrega de toda a documentação produzida pela pesquisa.

Além do que foi dito, o LASCA conduz as suas ações a partir das propostas lançadas pelo museólogo Bernardo Duque em sua dissertação de mestrado, com título “Reestruturando uma Reserva Técnica Arqueológica: um projeto para o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA/UFSM”, cuja finalidade consistiu na proposição de soluções possíveis para a reestruturação do espaço, avançando sobre os desafios para o controle ambiental, controle de praga, poluentes, organização e armazenamento do acervo, iluminação e Política de Aquisição e Descarte. Quanto a esse último tema:

Só para constar, a gente não faz o descarte, na nossa política está lá, deve ser encaminhado, como teve um pedido que a gente já encaminhou para o IPHAN. Enquanto isso, a gente não tem o que fazer, mas a nossa parte de estabelecer uma política, de criar critérios, isso sim foi feito. Esse pedido está há anos com o IPHAN (Bernardo Duque de Paula, 18/7/2022).

Em se tratando dos casos dos acervos formados pela via da Arqueologia preventiva, a documentação associada recebida pela instituição não contemplou os relatórios e demais produtos relacionados a etapa de Educação Patrimonial. Por fim, ao discorrerem livremente acerca de algo que julgassem importante e não tenha sido contemplado pelo roteiro da entrevista, foi dada ênfase ao desejo do LASCA no repatriamento dos acervos originados em Rondônia, sobretudo:

Porque aqui, dificilmente essas coleções vão gerar pesquisa, pela própria historicidade, quer dizer, eu não tenho condições de orientar qualquer trabalho de arqueologia sobre Rondônia, onde é um campo que eu desconheço completamente (André Luis Ramos Soares, 18/7/2022).

Sobre a política de aquisição e descarte, foi feita uma reflexão acerca da relação entre o ônus atrelado a salvaguarda dos bens arqueológicos, relacionadas às despesas de mão de obra, material de consumo etc., e o sentido de se preservar vestígios materiais deteriorados, sem condições de utilização para a pesquisa e em exposições, somados àqueles desprovidos de qualquer informação sobre a sua procedência. Outro aspecto levantado concerne aos dados mal documentados, por

vezes com registros insuficientes. Dessa forma “O que é que eu tenho? É um sítio e foi extraído, sei lá, 500 kg de pedra. Ok, mas sem contexto, só com coletas totais superficiais, fica complicado” (André Luis Ramos Soares).

2.3 ENDOSSOS INSTITUCIONAIS E PORTARIAS ARQUEOLÓGICAS: 2000 A 2016

Em planilha disponível no *site* do IPHAN, as portarias de autorização, permissão e renovação de Pesquisas Arqueológicas com informações referentes ao contexto que estudamos, recuam até no máximo ao ano de 2000. Dito isso, quanto às suas atuais condições para receber novos acervos, dos 18 espaços que nos últimos 22 anos endossaram Projetos de Pesquisa em Arqueologia para o nosso recorte geográfico, nove continuam aptos sem qualquer restrição, seis estão aptos, mas possuem algum tipo de condicionante, estão em processo de fiscalização ou podem receber apenas pequenas coleções, e três destes são considerados como inaptos.

Conforme demonstrado pelo gráfico abaixo, entre os anos 2000 e 2016, os endossos foram emitidos principalmente por instituições de fora do Estado, na proporção de 60% ou 37 acordos de guarda assinados fora, contra 40% ou 25 acordos de guarda firmados dentro. O conjunto desses dados foi bastante influenciado pela ausência de espaços de salvaguarda de acervos arqueológicos habilitados pelo IPHAN em Rondônia até o ano de 2009, período a partir do qual essa realidade sofre mudança.

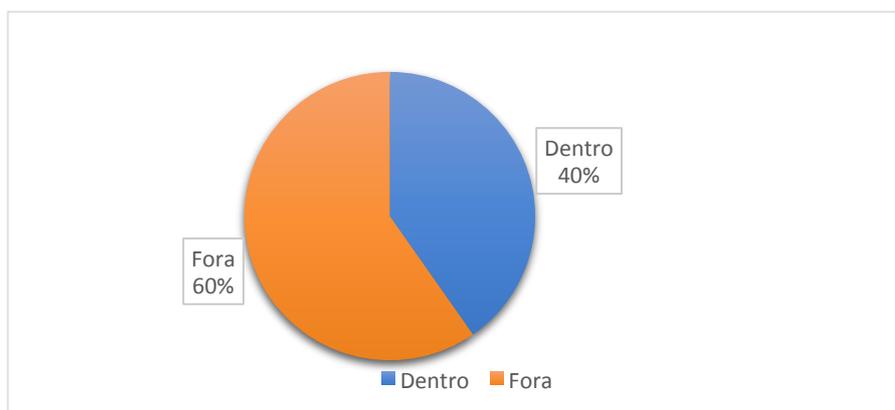


Gráfico 1: Apoio institucional fora e dentro do Estado – 2000 a 2016

Abaixo, quanto às tipologias desses espaços, numericamente falando, reserva técnica, laboratórios e institutos são a maioria (8), seguidos por museus com tipos variados de acervos (5), compondo uma mescla entre arqueológico e

etnográfico, ou arqueológico, paleontológico e etnográfico. Prosseguindo, temos os museus de Arqueologia (2), fundação/casa de cultura e centro de pesquisa (2) e, por fim, aparece um centro universitário.

Tabela 2: Tipologia das instituições que forneceram endossos institucionais entre 2000 e 2016

| Instituições | Totais |
|---|---------------|
| Reserva Técnica, Laboratórios e Institutos | 8 |
| Museus com tipologias variadas | 5 |
| Museus de Arqueologia | 2 |
| Fundação/Casa de Cultura e Centro de Pesquisa | 2 |
| Centro Universitário | 1 |

Tabela 3: Instituições e número de endossos concedidos para Projetos de Pesquisa arqueológicos em Rondônia – 2000 a 2016¹²

| INSTITUIÇÃO | ENDOSSOS |
|--|-----------------|
| Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – Presidente Médici | 21 |
| Museu de História Natural do Mato Grosso, Casa Dom Aquino | 21 |
| Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo | 7 |
| Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas - Universidade Federal de Santa Maria | 7 |
| Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia (RT/DARQ) | 6 |
| Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia - Pontifícia Universidade Católica de Goiás | 4 |
| Instituto Homem Brasileiro | 4 |
| Museu Paraense Emílio Goeldi | 3 |
| Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais - Universidade Estadual de Campinas | 3 |
| Fundação Casa de Cultura de Marabá | 2 |
| Instituto de Arqueologia Brasileira (As pesquisas não geraram acervos) | 2 |
| Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Acre (Com base no processo SEI/IPHAN, o acervo desse projeto se encontra com a RT/DARQ) | 1 |
| Instituto de Pesquisas Científicas - Universidade Católica de Santos (A instituição está devolvendo os acervos ao Estado) | 1 |
| Instituto de Pesquisas em Arqueologia – Universidade Católica de Santos (A instituição está devolvendo os acervos ao Estado) | 1 |
| Museu de Ciências Naturais - Universidade Católica de Minas Gerais | 1 |
| Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade Federal do Paraná | 1 |
| IFRO - Museu de Arqueologia | 1 |
| Superintendência do IPHAN/RO (A permanência dos acervos na instituição é provisória) | 1 |
| TOTAL | 87 |

Ao nos orientarmos pela tabela de tipologias das instituições, podemos perceber em uma escala do mais ao menos requisitado, que as demandas para os anos entre 2000 e 2016 se organizaram da seguinte forma: i) museus com tipologias

¹² Informações sistematizadas por Ana Izabela Bertolo em sua dissertação de mestrado, defendida no ano de 2017.

variadas (Arqueologia e Etnologia, Ciências Naturais) aparecem com 33 endossos; ii) reserva técnica, laboratórios e institutos, com 25; iii) os museus de Arqueologia firmaram 22 acordos; iv) fundação/casa de cultura aparece com 2; v) centro e núcleo universitário, além de superintendência, aparecem com um total de 5.

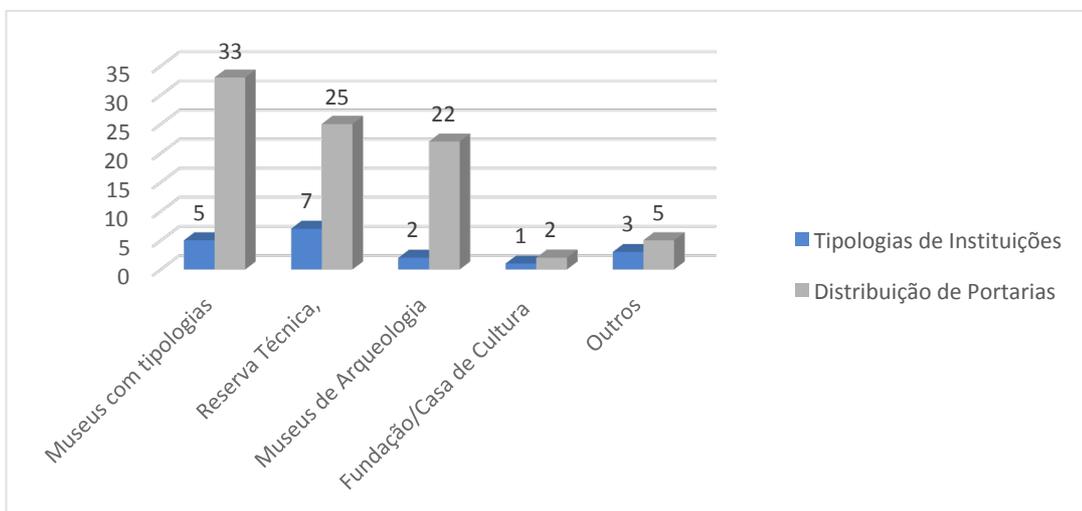


Gráfico 2: Tipologias das instituições e a distribuição dos endossos – 2000 a 2016

Pouco mais de um terço dos endossos, ou seja, 32 de um total de 87, foram assinados por organizações com perfil universitário, o que representa precisamente 11 instituições, de um número total de 18. A Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal de Rondônia e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, conforme se vê no gráfico a seguir, tiveram maior representatividade.

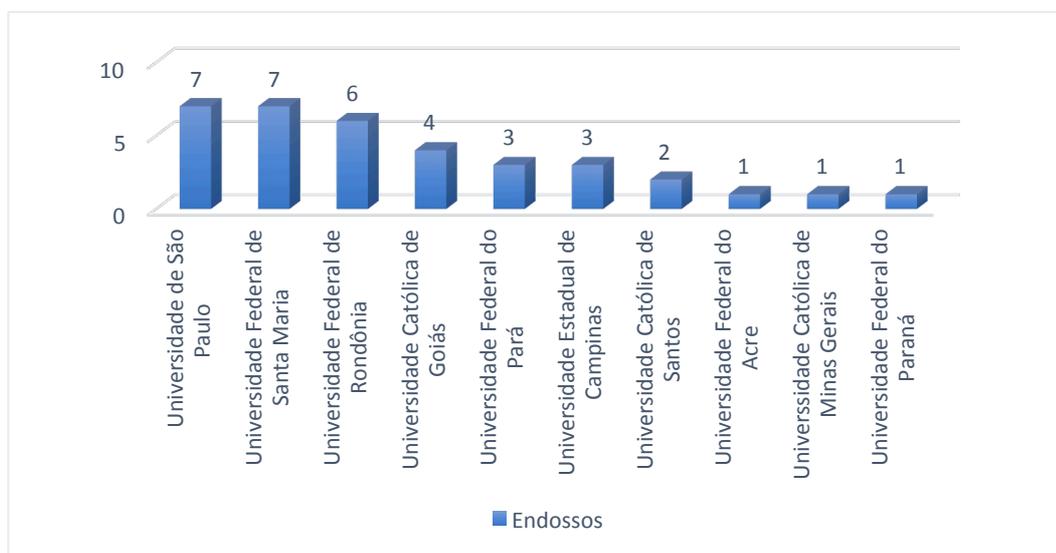


Gráfico 3: Instituições universitárias e o número de endossos fornecidos – 2000 a 2016

2.4 ENDOSSOS INSTITUCIONAIS E PORTARIAS ARQUEOLÓGICAS: 2017 A 2022

Nos debruçando agora sobre o recorte temporal entre 2017 e primeiro semestre de 2022¹³, notadamente percebemos uma reversão de tendência, quando os acordos comerciais firmados entre as empresas demandantes das Pesquisas Arqueológicas e os espaços de salvaguarda deixam de ser pactuados, mais por museus e congêneres de fora do Estado, passam, agora, a ser negociados majoritariamente em território rondoniense. Nesse período, ocorre uma forte atuação sobretudo do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, responsável pela concessão de 69 endossos, e da Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, atendendo nesse espaço de tempo a 31 solicitações.

Tabela 4: Instituições e número de endossos concedidos para Projetos de Pesquisa Arqueológica em Rondônia – 2017 ao primeiro semestre de 2022

| INSTITUIÇÃO | ENDOSSOS |
|--|------------|
| Museu Regional de Arqueologia de Rondônia/Presidente Médici | 69 |
| DARQ/UNIR | 31 |
| IFRO - Museu de Arqueologia | 1 |
| Superintendência do IPHAN/RO | 1 |
| Universidade de São Paulo - Museu de Arqueologia e Etnologia | 2 |
| TOTAL | 104 |

Apenas dois endossos de natureza acadêmica, por iniciativa da Universidade de São Paulo, conformando 2% ou dois endossos fora, tiveram como destinação para as coleções, espaços em outras localidades. Por outro lado, 98% ou 102 endossos foram emitidos no Estado de origem. Essa mudança de tendência, que amplia a regionalização dos acervos ao Estado de origem, tem relação direta com a alteração do marco regulatório do IPHAN ocorrido em 25 de março de 2015, com a revogação da Portaria nº 230/2002 e sansão da IN nº 001/2015, que no *caput* do Art. 52 preconiza: Os bens arqueológicos oriundos dos Projetos ou Programas previstos na presente Instrução Normativa deverão permanecer sob a guarda definitiva de Instituição de Guarda e Pesquisa localizada na Unidade Federativa onde a pesquisa foi realizada.

Ao nosso ver, esta alteração constitui um acerto, pois propicia o aproveitamento das camadas de sentidos conferidos aos bens arqueológicos o mais

¹³ Coletamos dados até o primeiro semestre de 2022, pois até o término desta pesquisa não havia informações disponíveis sobre o segundo semestre.

próximo possível da população local e demais agentes, objetivando a sua melhor preservação e valorização.

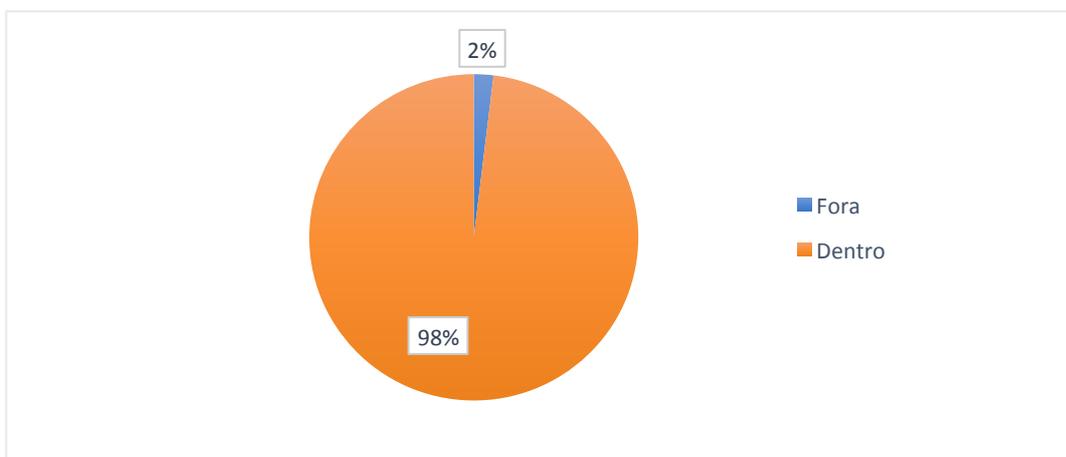


Gráfico 4: Apoio institucional fora e dentro do Estado – De 2017 ao primeiro semestre 2022

No que diz respeito às portarias de autorização, permissão e renovação de Pesquisas Arqueológicas, o que pode ser notado foi a manutenção, ano após ano, do peso muito maior na produção de coleções pela via da Arqueologia Empresarial vinculada aos projetos de licenciamento ambiental. Na medida que nos aproximamos do tempo presente, ocorre um aumento progressivo na publicação das portarias, partindo de três no ano de 2017, para 41 em 2021. Mesmo em meio ao período pandêmico, quando a atividade econômica nacional esteve mais fragilizada em decorrência da adoção das necessárias medidas de Saúde Pública, as publicações das portarias sugerem um crescimento no número dos trabalhos de Arqueologia por contrato.

Em grande medida, conforme pudemos apurar nos vários processos do IPHAN os quais analisamos, trata-se de pesquisas realizadas para atender a projetos empresariais de pequeno e de médio porte, geralmente executados em curtos períodos, nos quais foram identificadas quantidades baixas de vestígios arqueológicos ou nenhum sítio arqueológico. Uma ressalva: essa característica de projetos conduzidos em espaço/tempo exíguos, quando dirigidos pelos critérios amostrais menos alinhados com as prioridades do capital, portanto mais próximos dos interesses pela produção de conhecimento científico, potencializam as chances de localização de notáveis jazidas arqueológicas.

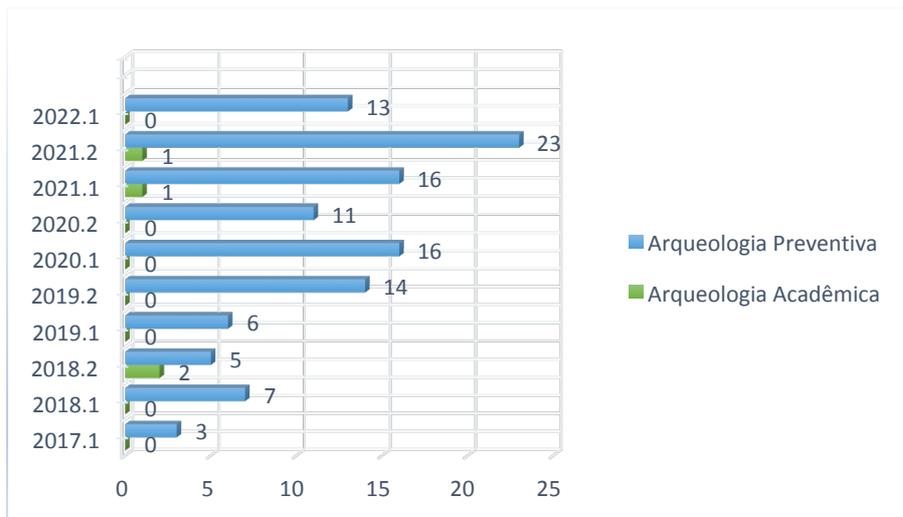


Gráfico 5: Proporcionalidade entre projetos de Arqueologia Acadêmica e Preventiva

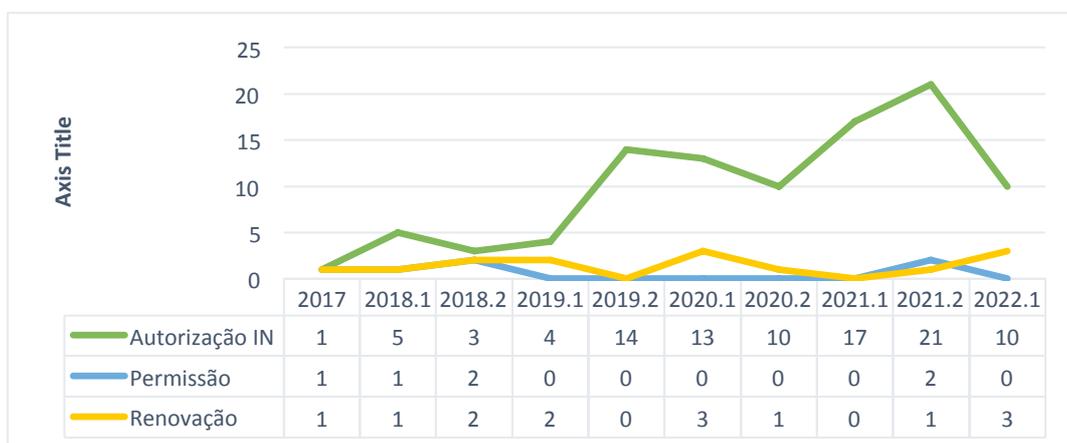


Gráfico 6: Número de portarias emitidas entre 2017 e o primeiro semestre de 2022

Em relação ao perfil territorial-administrativo dos museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico que assinaram cartas de endossos e recebem permissão ou autorização para guarda de acervos arqueológicos, aquelas de âmbito municipal figuram como primeiras colocadas, com 69 portarias; seguida pela esfera federal, com 35; e, por fim, temos a estadual, para a qual não há registro de portarias.

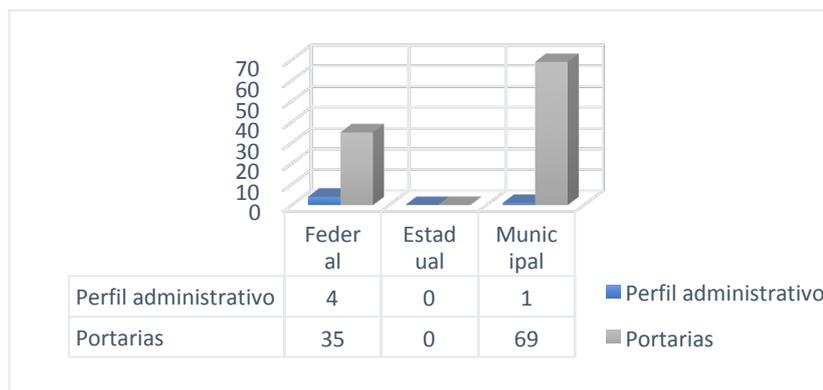


Gráfico 7: Instituições de apoio associadas às portarias segundo abrangência territorial-administrativa de atuação – 2017 ao primeiro semestre de 2022.

Camila Wichers (2011), a propósito de sua análise para o cenário das portarias de autorização e permissão de Pesquisas Arqueológicas para o Estado de São Paulo, tece considerações que, analogamente, podem ser aplicadas à realidade rondoniense. Segundo a autora, a vinculação dos processos de geração do Patrimônio Arqueológico na contemporaneidade, associada a um determinado modelo de desenvolvimento econômico que busca o seu próprio interesse de exploração rentável dos recursos, não se pauta por objetivos acadêmicos de estudos arqueológicos. Assim, os processos de patrimonialização são prejudicados. Ademais:

[...] essa relação aponta para processos seletivos que estão atuando em contextos arqueológicos que serão submetidos, em grande parcela dos empreendimentos, a impactos que resultarão na perda da matriz arqueológica, ou seja, a seleção arbitrada no presente não poderá ser revista por arbitragens futuras, pois o registro arqueológico não “sobreviverá” aos processos em questão (WICHERS, 2011, p. 135).

A mesma autora, quando se debruçou sobre os dados da Região Norte do Brasil – formada pelos Estados do Pará, Amapá, Rondônia, Amazonas, Acre, Roraima e Tocantins – contabilizou a emissão de 159 portarias entre os anos de 2003 e 2009 (WICHERS, 2010). No comparativo entre essa amostra e os dados de Rondônia de 2017 ao primeiro semestre de 2022, temos 106 portarias de autorização e permissão de Pesquisa Arqueológica. Em um curto espaço de tempo, ou seja, entre cinco e seis anos, esse Estado registrou, em outro recorte cronológico, dois terços do número de portarias identificadas por Wichers para toda a Região Norte. Justamente por ser o recorte territorial distinto (159 portarias para toda Região Norte e 106 portarias apenas para o Estado de Rondônia),

proporcionalmente, parece ter havido um crescimento significativo da quantidade de portarias emitidas.

Ao utilizarmos essas informações como indicadoras da presença da Arqueologia como prática profissional atrelada à implementação de certas atividades empresariais em Rondônia¹⁴, revela-se um quadro onde pode ter havido um crescimento dos índices das atividades ligadas ao mercado empresarial, ao menos aquelas de pequeno e médio porte. Há alguns anos, a conjuntura local e nacional era outra. A Arqueologia de Contrato vivia seus “dias de glória”, geralmente ligada à realização de obras de infraestrutura de grande dimensão, espalhadas por quase todo o país, uma realidade que colocou o Patrimônio Arqueológico em grande evidência no cenário nacional. De outro lado, havia menor concorrência posto que a formação em Arqueologia era menos disseminada no país, uma que quase não existiam formações de graduação e pouquíssimas pós-graduações.

Essa provavelmente tem sido uma das características mais marcantes da Arqueologia Empresarial na atualidade, a lida com empreendimentos menores, dada a escassez de grandes obras no país. Com isso, podemos dizer que um “ciclo dourado” da Arqueologia no mercado empresarial, do final do século XX e primeira década do século XXI, encerrou-se. De outra forma, caminhamos da fase que os acervos arqueológicos eram gerados em grande profusão nas diferentes localidades do Brasil, para um momento não apenas de arrefecimento no tamanho e ritmo das obras, mas também de fragilização das normativas infralegais que operacionalizam os ditames da principal legislação de proteção dos bens arqueológicos, a Lei 3.924/1961.

Acerca da consideração do parágrafo anterior, é importante registrar outro alcance da revogação da Portaria IPHAN nº 230/2002 e sansão da IN nº 001/2015. De acordo com o Art. 5º da primeira norma infralegal, a área de domínio dos trabalhos arqueológicos eram as Áreas de Influência Direta (AID) e as Áreas de Impacto Indireto (AII) dos empreendimentos. Por sua vez, conforme o Art. 1º da segunda norma infralegal, o alcance das atividades arqueológicas é exclusivamente a AID dos empreendimentos. O fato do alcance dos trabalhos arqueológicos se restringirem a frações menores do território onde serão implantados os empreendimentos, reflete-se diretamente na realização das pesquisas em áreas

¹⁴ A exemplo de empreendimentos de pedreiras, condomínios residenciais, redes adutoras de água e esgoto, rodovias, dentre outros.

também mais reduzidas a serem investigadas pelos Projetos de Arqueologia. Como já foi dito, dada a menor amostragem, possivelmente isso pode significar números menores de sítios descobertos e coleções arqueológicas geradas. Um quadro diferente ocorreu no passado recente, com a construção das duas principais hidroelétricas do estado, Jirau e Santo Antônio, posto o conjunto de estruturas que as compõem ocuparem extensos espaços territoriais. Tal característica permitiu com que mais compartimentos ambientais fossem examinados e houvesse o preenchimento de lacunas informacionais quanto à presença/ausência de vestígios de ocupação humana pretérita. O resultado foi a localização de centenas de sítios e a formação de notáveis volumes de acervos.

Além disso, recentemente, a alternância de poder no mais alto posto da hierarquia política no país, a Presidência da República, em 2019, culminou com a ascensão de um Governo comprometido em desarticular órgãos, agentes, leis e normativas a que determinadas categorias de empreendimentos estão subordinadas, com vistas a interferir na autonomia de análise das atividades científicas demandadas pelo licenciamento ambiental. A diminuição dos prazos para a realização de estudos de impacto ambiental e sociocultural levou, certamente, a celeridade da implantação e operação desses empreendimentos e deixou como marca mais profunda a fragilização de mecanismos de controle, proteção e valorização do Patrimônio Arqueológico, das comunidades e, de modo geral, de todo o entorno afetado pelas obras de infraestrutura.

2.5 PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PROJETOS DE ARQUEOLOGIA DE RONDÔNIA

Com o objetivo de identificar os principais meios de divulgação dos conhecimentos científicos produzidos a partir das Pesquisas Arqueológicas em Rondônia, entre 2017 e primeiro semestre de 2022, fizemos buscas em processos através da utilização do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do IPHAN¹⁵ para identificar quais projetos arqueológicos geraram acervos. Em seguida, consultamos os currículos dos coordenadores dos projetos e arqueólogos de campo registrados na base de dados do IPHAN, disponíveis na Plataforma Lattes¹⁶ do Conselho

¹⁵ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>

¹⁶ <https://lattes.cnpq.br/>

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹⁷, a fim de correlacionar esses projetos com informações que indicassem outros formatos de divulgação dos resultados das pesquisas, para além dos relatórios entregues ao órgão regulador. O nosso objetivo foi encontrar publicações de artigos, livros, produção de documentários, concessão de entrevistas, exposições, elaboração de monografias, dissertações, teses etc. Com isso, foi possível verificar, para além dos relatórios, quais outros recursos de comunicação com maior alcance social foram utilizados para devolver a sociedade aquilo que as investigações evidenciaram.

Como resultado, dentre os 43 nomes que aparecem na planilha de dados do IPHAN, em ordem hierárquica, classificados como coordenadores número um, dois e três, relacionados às 104 portarias de autorização e permissão de pesquisa (excluídas as renovações), encontramos um percentual bastante restrito, apenas cinco profissionais que elaboraram artigos, capítulos de livros ou estão em fase de construção de tese de doutorado a partir de pesquisas desenvolvidas entre 2017 e o primeiro semestre de 2022. Temos apenas um coordenador vinculado à Arqueologia Empresarial com artigos publicados; um coordenador de projetos atrelados à Arqueologia Acadêmica que, além de artigos, teve participação na elaboração de livro e capítulos de livros, bem como orienta dois doutorandos dentro de um Projeto de Pesquisa em andamento. Chamamos a atenção para o fato de que 1/4 dos coordenadores que analisamos, embora não tenham publicado sobre as pesquisas em Rondônia, o fizeram a partir de estudos em outros territórios, para o período analisado e, inclusive, anteriormente a 2017.

Embora os números sejam baixos, essa ressalva eleva o percentual de profissionais interessados em tratar das investigações arqueológicas, propondo-se a fazer mais que o exigido pelas normativas, quando elaboram artigos e outras formas de apresentar a sociedade as suas constatações sobre os contextos arqueológicos. Para qualificar essa informação, apresentamos uma síntese dos dados levantados. O primeiro da nossa lista a merecer destaque é um artigo de 2017, que tem por título “A ocupação pré-colonial da Bacia do Rio Madeira: novos dados e problemáticas associadas”. Trata-se de um trabalho fruto de fases anteriores de pesquisa, elaborado pelo doutor em Antropologia e Arqueologia, Renato Kipnis, e pela doutora em Ciências Humanas, Solange Caldarelli. Os elementos científicos apresentados

¹⁷ Autarquia responsável pelo incentivo à Pesquisa no Brasil, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia (MCT).

pelos autores se relacionam com os resultados das Pesquisas Arqueológicas associadas ao licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura. Caldarelli e Kipnis (2017) apresentam conclusões de Pesquisas Arqueológicas como contribuição para testar não apenas modelos sobre ocupação e evolução histórico-cultural, mas indicar a grande diversidade arqueológica dessa região com ocupações humanas ao longo de todo o Holoceno.

O segundo estudo foi publicizado em 2020 e, também, tem a participação de Renato Kipnis e mais quatro coautores. Intitulado “Aldeia circular e os correlatos da ocupação indígena na margem esquerda da Cachoeira de Santo Antônio”, o artigo discute a ocupação indígena de uma aldeia circular no século XV, tomando como base a forma de assentamento e análise da cerâmica identificada no sítio arqueológico Novo Engenho Velho, situado no Alto Rio Madeira, identificado e escavado por meio do Projeto “Arqueologia preventiva nas áreas de intervenção da UHE Santo Antônio”. A análise técnico-funcional e a variabilidade da cerâmica apontam para uma padronização do modo de produção e variabilidade de atividades e funções dos artefatos, critérios pensados como correlatos dos produtores da cerâmica Jatuarana (Tradição Polícroma). Tais dados associados a deposição em uma aldeia circular, gera implicações para os atuais modelos arqueológicos propostos para a Amazônia (PESSOA et al, 2020).

Kipnis aparece em mais uma publicação do ano de 2020, examinando o contexto arqueológico de Rondônia, por meio da publicação “Tecnologias cerâmicas no Alto Rio Madeira: síntese, cronologia e perspectivas”, a qual se debruça sobre a área da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, recuando ao período entre 3 mil anos antes do presente e o século XVIII. Nesse espaço, foram pesquisados 52 sítios atribuídos aos povos originários, com camadas de ocupação ceramistas predominantemente unicomponenciais. Ao analisar os atributos da cerâmica em 16 sítios, outra possibilidade foi encontrada evidenciando grande variabilidade nos contextos arqueológicos em assentamentos predominantemente multicomponenciais. A partir dos parâmetros das escolhas de pasta, técnicas de confecção, morfologias e outros elementos dos artefatos cerâmicos, foi possível identificar cinco conjuntos tecnológicos distintos no Alto Rio Madeira e apresentar uma síntese da variabilidade tecnológica, ensejando reflexões sobre as classificações, o reconhecimento das tradições locais e regionais. Além disso,

delineia as persistências e transformações culturais no percurso de ocupação da região pelas populações produtoras de cerâmica (ZUSE et al, 2020).

Eduardo Góes Neves, professor e doutor em Arqueologia, informa em seu Currículo Lattes ter feito quinze publicações entre os anos de 2017 e 2022, acerca das particularidades da ocupação humana pretérita em Rondônia, onde se incluem um livro e capítulo de livro, mas, sobretudo, em maior número encontramos um total de 13 artigos. Comentemos brevemente alguns. Em “Petrografia de cerâmicas da fase Bacabal (sambaqui Monte Castelo): um dos mais antigos usos de caixi na Amazônia” é apresentado o resultado do primeiro estudo petrográfico de cerâmicas da fase Bacabal proveniente do sambaqui Monte Castelo, localizado no sudoeste amazônico, região considerada como uma das mais ricas em diversidade cultural e linguística das terras baixas sul-americanas. O material arqueológico em questão é considerado como um dos mais antigos da Amazônia, com mais de 4.000 anos de antiguidade (VILLAGRAN, 2022).

Uma segunda publicação digna de nota intitula-se “Variabilidade estratigráfica e espacial dos contextos cerâmicos no Sítio Teotônio”. A sua proposta é interpretar o significado da estratigrafia do Teotônio, localizado às margens da cachoeira homônima, no Alto Rio Madeira. A cronologia de ocupação desse espaço alcança os 9.000 anos antes do presente (AP). A pesquisa está delimitada às ocupações de grupos ceramistas que se estenderam desde cerca de 3.000 anos AP até o período colonial. O grande desafio para esse estudo se relaciona ao fato de a Arqueologia Amazônica apresentar, comumente, sítios abrangendo amplas áreas com sobreposição de camadas, formadas por depósitos profundos e estratificados com perturbações nos depósitos mais antigos, ocasionadas por gerações posteriores. Essa característica se traduz em mais um elemento desafiador a ser considerado na interpretação dos registros arqueológicos (KATER, 2020).

No texto “Arqueobotânica de ocupações ceramistas na cachoeira do Teotônio”, Neves e demais autores apontam a região da bacia do alto Madeira como uma área onde foram domesticadas várias plantas durante o Holoceno inicial e médio. A riqueza de informações deixadas por essas populações permitiu enxergar tais relações através de estudos arqueobotânicos. O estudo traz à luz novos dados microbotânicos dos sítios Teotônio e Santa Paula, à medida que propõe novas hipóteses sobre os sistemas de manejo efetuados por esses povos. Foi possível, além de documentar a proliferação de cultivos domesticados, sugerir algumas

mudanças no uso de plantas ao longo do tempo. Ademais, os dados arqueobotânicos se revelaram com capacidade de poder elucidar questões relacionadas à própria formação dos sítios arqueológicos (WATLING, 2020).

Ainda dentro do nosso recorte geográfico, duas pesquisas de doutorado estão em curso sob a orientação do professor Eduardo Neves, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARQ) do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP). Esses estudos visam dar continuidade às Pesquisas Arqueológicas iniciadas em 2011, a partir da composição de uma equipe de arqueólogos da USP, Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal de Sergipe (UFS), integrando uma empreitada científica de maior envergadura intitulada Projeto Alto Madeira (PALMA) (IPHAN, 2021)¹⁸.

Precisamente, a pesquisa da doutoranda Laura Furquim tem foco sobre o cultivo e manejo indígenas no período pré e pós-colonial no Sudeste Amazônico (Acre, Amazonas e Rondônia). Quanto ao segundo orientando, Thiago Kater Pinto, com exceção do que sabemos sobre o projeto PALMA, o seu Currículo Lattes não ofereceu informações que nos deem pistas sobre o que especificamente estuda. A salvaguarda provisória dos vestígios arqueológicos gerados tem a indicação de permanecer provisoriamente sob a responsabilidade do MAE/USP. Pretende-se que após a conclusão dos trabalhos, os acervos pesquisados sejam transferidos para a Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia (DARQ) da UNIR. A ideia da repatriação desses bens é indicada como algo a possibilitar a exploração plena do seu potencial de comunicação, enquanto Patrimônio Arqueológico, à sociedade local (IPHAN, 2021)¹⁹.

Achamos oportuno fazer algumas colocações sobre o exame dos nomes dos arqueólogos inseridos na planilha de dados do IPHAN, bem como o cruzamento com as informações apresentadas em seus currículos. Constatamos, após essa análise haver um número baixo de pesquisadores que avançaram as produções para além da entrega dos relatórios técnicos e da prática da Educação Patrimonial, ambos os casos normativamente obrigatórios dentro dos estudos de impacto do Patrimônio Arqueológico. Isso ocorre por inúmeras razões, seja porque 30% das pesquisas não encontraram vestígios ou contextos arqueológicos, razão pela qual não há o que ser publicado, ou, de outra forma, porque o prazo para a finalização do trabalho é curto

¹⁸ Processo SEI IPHAN N°: 01410.000021/2020-18

¹⁹ Processo SEI IPHAN N°: 01410.000021/2020-18

e exige do arqueólogo o término rápido da intervenção arqueológica junto ao empreendimento. Por vezes, outro trabalho é iniciado na sequência, não havendo tempo para a depuração analítica dos dados. Assim, embora possa existir interesse, o ritmo assumido na Arqueologia Empresarial parece limitar as possibilidades de disseminação da informação. Outro aspecto se refere ao fato de alguns trabalhos revelarem poucos vestígios arqueológicos, não permitindo uma concatenação suficiente de informações para o aprofundamento de temas de interesse do pesquisador. Um quarto ponto diz respeito à falta de interesse do profissional em fazer algo para além do que está obrigado. Seja qual for a justificativa, certamente exerce influência em como a sociedade irá se relacionar com os resultados das apurações do arqueólogo.

Apesar dessa crítica aos processos de disseminação da informação arqueológica, é necessário registrar que hoje, pelo menos, se tem acesso aos processos e relatórios relacionados aos trabalhos de Arqueologia permitidos e autorizados pelo IPHAN, em decorrência da obrigatoriedade imposta pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Assim, no final de 2015 o IPHAN aderiu ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e desde 2017 dá acesso público aos processos relacionados a permissões e autorizações de Pesquisas Arqueológicas²⁰.

Em síntese, podemos dizer que os trabalhos de Arqueologia Acadêmica permitiram a divulgação de um número maior de produtos científicos, quando comparados com a Arqueologia Empresarial. Também acreditamos haver aqui uma subnotificação quanto ao quantitativo e formato de estratégias de divulgação dos conhecimentos científicos produzidos a partir dos projetos empresariais; isso porque, acervos fruto dos contextos investigados após darem entrada nos museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico, são, com alguma frequência, ao menos é desejável que sejam, retroalimentados quando requisitados para a realização de exposições, matérias jornalísticas, artigos, monografias, dissertações e outros. Também destacamos que o caminho por nós escolhido para aferir essas informações certamente poderá não localizar trabalhos produzidos por outros pesquisadores. De igual modo, muitas outras formas de comunicação podem não ter sido informadas nos currículos que analisamos. Admitindo serem essas

²⁰ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1431>

possibilidades plausíveis, o quadro por nós traçado para as diferentes formas de comunicação dos acervos arqueológicos pode ser, na realidade, mais otimista.

De um total de 43 nomes identificados no Banco de Portarias do IPHAN como coordenadores de Projetos de Pesquisa Arqueológica, registrados entre os anos e 2017 e primeiro semestre de 2022, conseguimos localizar nos currículos Lattes de 5 destes outros meios de publicização dos trabalhos arqueológicos exceto os relatórios de pesquisa, conforme tabela abaixo.

Tabela 5: Produção científica dos coordenadores de projetos arqueológicos permitidos e autorizados pelo IPHAN

| Nome dos coordenadores | Produção científica para além do Relatório Final |
|-------------------------------|---|
| Renato Kipnis | Artigos |
| Solange Caldarelli | Artigo |
| Eduardo Góes Neves | Artigos, livro, capítulos de livros e orientação de doutorado |
| Laura Furquim | Pesquisa de doutorado em andamento |
| Thiago Kater Pinto | Pesquisa de doutorado em andamento / produção de artigo / apresentação em evento científico |

Assim, a síntese que podemos elaborar a partir do método que optamos e com os dados que dispomos é que existe baixa produção científica e de extroversão de conhecimentos associada aos Projetos de Arqueologia permitidos e autorizados pelo IPHAN, com um melhor cenário para as investigações relacionadas ao meio acadêmico.

CAPÍTULO 3 – A EXPERIÊNCIA DO OUTRO COMO CAMINHO PARA OS MUSEUS E INSTITUIÇÕES DE GUARDA E PESQUISA

A responsabilidade social do discurso dos museus e da Museologia sobre o outro e com o outro, a partir da aproximação do Patrimônio Arqueológico com a História Indígena, constitui uma necessidade da contemporaneidade. Para realizar essa discussão, e a título de ensaio, apresentaremos um conjunto de experiências museológicas nacionais e internacionais, conduzidas pelos próprios grupos indígenas expostos, com o sentido de entender como as reflexões proporcionadas por esses grupos em diferentes processos museológicos podem ensinar os museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico como alcançar a função social e pública que leva a preservação do Patrimônio Arqueológico.

A ideia deste capítulo não é encerrar o debate, e, talvez por isso, ele é, por natureza, incompleto, mas trazer à tona reflexões que levem às práticas institucionais a refletirem porquê e como retratam o outro. Fundamentalmente, a função deste momento final da dissertação é levantar elementos que nos levem à pensar, mais que responder, sobre as razões que levam a preservação do Patrimônio Cultural, especialmente o arqueológico.

3.1. COMPOSIÇÃO E COMUNICAÇÃO DE ACERVOS: ENTRE EXPERIÊNCIAS GLOBALIZANTES E ABORDAGENS COLABORATIVAS

Os processos de patrimonialização via de regra estiveram submetidos a uma ordem simbólica de classificação academicamente construída, criada distante do grande público (BARRETO, 1999, p. 207). Diante de uma onda nacionalista, países como o Brasil buscaram uma origem que remetesse a um passado grandioso e, em função disso, a cultura indígena foi, por longo período, desprezada. Esses são traços de uma dinâmica de Estado e institucional indutora de comportamento social diante do campo patrimonial, cuja forma de operar, eclipsa experiências culturais não hegemônicas. Selecionar, escolher o que preservar e como fazê-lo, foi quase sempre tarefa apoiada por conhecimentos técnicos e científicos. Nesse sentido, aquilo que historicamente foi considerado como Patrimônio Arqueológico teve o apoio dos saberes produzidos nas universidades, museus e demais espaços de produção e divulgação do saber científico. Esse processo, pela via do discurso, pode

forjar imagens associadas à determinados grupos socioculturais e seus respectivos territórios, cuja lógica, por um lado, enaltece o que deve ser visto como símbolo de orgulho, mas, por outro, também exclui e estigmatiza sujeitos no tempo presente.

Para problematizar o papel de museus, instituições de guarda e pesquisa dos bens arqueológicos no Brasil, na construção e propagação de um imaginário nacional que se propõe capaz de dar conta da representativa dos povos, podemos utilizar alguns exemplos. Inicialmente, tratemos do Museu do Índio e o Museu Magüta, duas experiências distintas de construção de identidade a partir de discursos institucionais. No primeiro caso, criado em janeiro em 1953 por iniciativa do Marechal Rondon, representou um dos atos que integraram as comemorações oficiais do dia do índio. Darcy Ribeiro é quem inaugura o cargo de direção, além da composição das coleções (CHAGAS, 2009, p. 195). Historicamente esse espaço retratou a alteridade a partir do ponto de vista exclusivamente institucional, elaborando discursos, no mais das vezes hierarquizantes, reforçando estereótipos e pré-conceitos.

Além da narrativa lançada por esse exemplo e para casos semelhantes nos demais Estados do país, o fato das comunidades indígenas elaborarem o seu tempo e história em uma lógica diferente pode ter afastado a parcela majoritária da sociedade brasileira de se identificar com os referenciais culturais indígenas. Uma das saídas possíveis para superar essa visão é apontada por Lilian Schwarcz, quando recorre ao racional de Evans-Pritchard, segundo o qual a história não é mera sucessão de mudanças, mas, sim, processo de desenvolvimento, de forma que não existe sociedade que não construa a sua história, mesmo que no tempo sincrônico. Deixando de lado a sucessão de eventos, podemos notar a relação entre eles no contexto de outras temporalidades, com outra forma de nomear o tempo e de conceber a história interna ao grupo construída a partir de categorias nativas (SCHWARCZ, 2013, p. 128). A autora entende sermos todos nativos de nossas muitas temporalidades, sendo esse um dos desafios de uma Antropologia Histórica, de uma História Antropológica, de uma Arqueologia da História, tendo em vista as diferentes historicidades e as formas de lidar com a alteridade na sociedade (SCHWARCZ, 2013, p. 134). Seria o caso de falarmos também de museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos, construindo discursos que levem em conta essa dinâmica interna das categorias nativas e suas muitas

temporalidades, para assim tornar aquilo que é “exótico”, familiar aos olhos do público mais geral.

Sabemos que um museu não é o resultado de uma engenharia desinteressada ou ingênua. Há sempre em sua concepção a formatação de um produto discursivo materializado em textos, imagens e, até mesmo, sons, compondo cenários formadores de um encadeamento lógico afinado com a leitura de mundo de seus criadores. Por essa via caminhou a separação entre a Arqueologia e a Museologia, entre História e museus (museus de História e museus de Arqueologia). Os museus de História muitas vezes são apresentados separadamente dos museus de Arqueologia. A abordagem sobre o universo arqueológico já foi projetada com o enfoque no fetiche, quando os sujeitos retratados são destacados mais pelos seus componentes de exotividade (BRUNO, 2013/2014, p. 14). De outro modo, poderiam ser representados em razão dos valores atrelados à sua historicidade e aos processos culturais pelos quais passaram, demonstrando assim a complexidade do modo de vida, das estratégias adotadas para se organizarem enquanto grupo, relacionarem-se com outras sociedades e com o mundo a sua volta.

Dá mais corpo a esse cenário a forte influência das teorias antropológicas sobre a Arqueologia e museus com essa temática. Recorrendo novamente a Schwarcz, em fins do século XIX, a Antropologia propunha uma só História, pautando-se na ideia de que certas culturas teriam permanecido na estaca zero da evolução, como sociedades “primitivas e da eterna infância” (SCHWARCZ, 2013, p. 126). Cabe percebermos haver implícito nesse ponto, uma relação entre civilizado, homem branco, e não civilizado, indígenas. O Museu do Índio se propunha a apresentar o indígena ao homem branco, inseri-lo na sociedade brasileira. Contudo, sem lhe perguntar se desejava ter essa inserção ou sob quais condições se daria esse processo. No Brasil, tal modelo é referência até a década de 1980, quando outras articulações e construções de identidades e subjetividades começam a ser movimentadas, obrigando os museus a adotarem uma nova postura de negociação de sentidos, de coparticipação da mediação entre instituição e os grupos representados nesses espaços.

A respeito do papel de mecanismo de dominação sociocultural, a razão universal nesse processo – assentada também sobre os lastros da ciência – é uma espécie de guia à autopreservação, quando é preciso demonstrar força, impor ordem, restringir, limitar e regular condutas. Os museus como responsáveis pela

salvaguarda do Patrimônio Arqueológico podem espelhar essa realidade através de suas práticas, pois como instituições que dentre outros aspectos, compõem políticas culturais de Estado para a construção das identidades, impõem limites e restrições quanto à participação externa na elaboração de discursos, demonstram força e regulam condutas a partir de mensagens que atribuem valor, autopreservando o seu *status* institucional como emissário oficial que narra história sobre o outro, indicando aquilo que devemos lembrar ou esquecer, reverenciar ou rechaçar. Assim, procuram dar ordem e harmonia através de falas homogeneizantes e pacificadoras de conflitos, produzindo uma visão idealista de mundo. Nesse percurso destrói, apaga e invisibiliza traços culturais, reconhecendo-os como conduta desviante dentro de um padrão normativo minimamente aceitável. Desse modo, a violência praticada pelos museus se materializa, dentro de um Estado em que a racialidade, frequentemente retratada, cria uma escala de valores e importância, reservando para alguns o eterno papel da subalternidade, conferindo a outros, o protagonismo histórico.

Amparados pelo que foi exposto, nos perguntamos se estamos fadados a experiências de criação de museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos e, porque não dizer, culturais, de modo geral, praticantes de curadorias e métodos expositivos universalizantes? Ou há exemplos que possam conter críticas aos saberes estabelecidos, espaços propositores de reconfigurações das práxis museológicas? Mais que buscar uma resposta fechada para estas questões, apresentaremos um conjunto de experiências de processos museológicos nacionais e internacionais, os quais se revelam pela alteridade dos grupos indígenas nas formulações e proposições das experiências museológicas.

3.1.1 Museu Magüta

Situado no Estado do Amazonas, resulta de uma experiência pioneira, pois é o primeiro museu no Brasil pensado e criado por indígenas. Possui uma rica e extensa coleção de objetos relativos aos mais variados aspectos da cultura material do povo Ticuna, exibida segundo uma museografia delineada pelos próprios “nativos”. Dispõe também de uma extensa documentação sobre a história da região e das lutas desenvolvidas pelo Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), bem como sobre a literatura e registros visuais produzidos sobre a sua cultura (<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/museu-maguta-o-primeiro-museu-genuinamente-indigena-do-brasil>).

Inaugurada em 1991, a instituição é uma resposta à necessidade de fortalecimento da identidade Ticuna, por vezes negada pela população, escondida pelos próprios indígenas. O contexto em questão foi de mobilização política e luta pela defesa do território, quando foi necessário o embate contra grupos armados. As lideranças Ticuna enxergaram no museu a força necessária para fazer a sociedade brasileira os reconhecerem como “índios”, haja vista serem localmente tratados como “caboclos”. Acreditando ser esse um movimento de valorização do grupo e da causa, a formação do acervo a ser exposto mobilizou 95 aldeias povoadas por aproximadamente 28 mil pessoas. Dentre os objetivos, pretendeu-se fazer a recuperação de antigas tradições e técnicas artesanais em desaparecimento nas diferentes artes. Para tanto, fotografias do etnólogo Curt Nimuendaju, datadas de 1929, foram consultadas. Com o objetivo de recuperar e estimular a fabricação de artefatos, foram utilizadas entrevistas com os anciãos das aldeias, os quais ministraram oficinas para os mais jovens, objetivando que aprendessem a confeccioná-los (ABREU, 2012, p. 286-288).

Entre os anos de 1988 e 1991, com o apoio do Centro Magüta e do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, os indígenas levantaram dados e os desenhos das ilustrações, selecionaram as peças a serem expostas, em outras palavras, “tratava-se de um lugar de construção e de afirmação de uma identidade étnica na primeira pessoa, ou seja, implementada pelo próprio grupo interessado” (ABREU, 2012, p. 289). Nas palavras de Gruber, citado por Regina Abreu, o critério para a seleção dos artefatos obedeceu a uma lógica diversa ao universalismo orientador da produção e divulgação de conhecimentos científicos em museus, foram escolhidos os itens com maior valor cultural e afetivo. O trabalho desenvolvido ensejou a valorização e o respeito para com os indígenas na região, bem como projetou a instituição internacionalmente, ao ponto de ser premiada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) como “Museu Símbolo”. Nacionalmente, ganhou o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo IPHAN, em razão do papel desempenhado na preservação da memória cultural nacional (ABREU, 2012, p. 290).

Contrariando a lógica dos museus etnográficos do século XIX e início do XX, propositores de exposições do que não mais existia, o Museu Magüta se volta para o presente e para o futuro, se interessa pela invenção de novas formas de existir, reconfigurando-se para conferir maior visibilidade à cultura. Do ponto de vista

prático, a proposta empreendida possibilitou aos grupos assumirem a liderança dos processos de colecionamento, quando puderam estabelecer uma nova relação com os objetos agrupados por pesquisadores e antropólogos, além de mergulhar mais profundamente em um processo de autocompreensão. Ademais, o museu inaugura a afirmação de uma racionalidade diversa, pautada por outros códigos e formas de pensar (ABREU, 2012, p. 291-295).

3.1.2 Exposição “A Presença do Invisível: vida cotidiana e ritual entre os Povos Indígenas do Oiapoque”

Inaugurada em 2007 no Museu do Índio, Rio de Janeiro, a proposta visou dar destaque às manifestações cotidianas dos povos Karipuna, Palikur, Galibi Kali’na e Galibi-Marworno, habitantes da região do rio Oiapoque e da bacia do Uaçá, no Estado do Amapá. As particularidades culturais não foram obstáculos para o surgimento de uma articulação de fortalecimento político entre os grupos indígenas, representada sob a denominação que os identifica como “povos do Oiapoque”. Estiveram à frente da iniciativa da exposição as lideranças indígenas e a antropóloga Lux Vidal, professora da USP. Entre a elaboração do projeto e a abertura ao público, passaram-se seis meses. Os artefatos expostos, um total de 203 peças, foram elaborados pelos indígenas em suas aldeias, com o tempo de trabalho necessário para a confecção tendo sido determinado pelos próprios artesãos (ABREU, 2012).

Os recursos expositivos utilizados também contemplaram os painéis, fotografias, desenhos, conteúdo em vídeo e áudio. O conjunto de imagens, sons, ruídos e músicas objetivou criar uma ambientação que proporciona ao visitante uma experiência de imersão no cenário do pátio de uma aldeia. A valorização e desmistificação da imagem dos “povos do Oiapoque” como detentores de uma “cultura pobre”, figurou como finalidade central da proposta. O conteúdo distribuído em 500m², abordou 15 temas diferentes sobre as histórias, mitos e objetos da vida cotidiana e ritual dos quatro povos. Por orientação dos protagonistas da exposição, houve maior destaque para os aspectos cosmológicos (ABREU, 2012, p. 302-307).

Paralelo a isso, em 2007, no mesmo ano de inauguração da exposição, na cidade do Oiapoque foi aberto o Museu Kuahí, uma instituição gerida pelos povos do Oiapoque. A proposta de criação recua ao ano de 1998. Contudo, a sua concepção levou dez anos para ser finalizada. Trata-se de um contexto de mobilização social

desses grupos, cuja apropriação do museu com fins de autorrepresentação o converte em instrumento de luta social, construção e reafirmação de identidades (ABREU, 2012, p. 304). Outrossim:

Para que a proposta do museu se concretizasse de fato, muito trabalho tem sido feito com projetos promovidos pela Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque, como o Projeto Resgate Cultural, realizados em parceria com programas governamentais, como o Programa Demonstrativo para a População Indígena do Ministério do Meio Ambiente, visando a recuperação e transmissão de saberes tradicionais por meio de oficinas onde os mais velhos ensinam seus conhecimentos aos mais jovens. Os artefatos produzidos nas oficinas, filmes sobre os processos de confecção e os depoimentos de velhos artesãos são reunidos na Associação e passam a compor coleções especiais de objetos para o museu. Há ainda projetos de formação de gestores do Patrimônio Cultural organizados pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ – que recebe apoio de órgãos governamentais como a Petrobrás, que capacitam professores indígenas a gerirem seu patrimônio cultural (ABREU, 2012, p. 305).

3.1.3 Exposição “Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena”

Nos diferentes setores da sociedade, tem havido cada vez mais a abertura de espaço para a participação social. Para o caso dos museus, novas responsabilidades se formaram, obrigando-os a romper com o papel de exclusivo protagonista na (re)escrita sobre o passado. Essa postura hegemônica de fala, apesar de dominante em amplos cenários observados, é cada vez menos desejável, quando se faz a opção pelo caminho de aproximação dos museus com as comunidades retratadas. Precisamos introduzir nessa discussão o conceito da Museologia Crítica, para o qual o museu é um território de tensões, conflitos, encruzilhadas de culturas. Nesse espaço de memória, não há neutralidade, como dispositivo comunicativo, põe em discussão e questiona os significados sociais, valores sobre cultura e patrimônio, identidade e cidadania. Pelo prisma desse conceito, os processos de comunicação de um museu não consideram o público como consumidor passivo de um espetáculo, se essa relação for firmada de maneira ativa, participativa, construtiva e educativa. Assim, ocorre a opção por uma relação mais qualitativa, com significações negociadas, ao invés da adoção do parâmetro quantitativo, desejoso tão somente por um grande número de visitantes (LORENTE; TOMÁS, 2003; RODRIGO, 2007).

Para Marília Xavier Cury, novos caminhos precisam ser testados, a fim de permitir que as diferenças sociais e culturais sejam parte das estratégias

participativas dos museus. Tomando os públicos como curadores da (re)escrita em museus, Cury cita o caso do MAE/USP e a proposta da exposição denominada “Resistência já! Fortalecimento e união das culturas indígenas – Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena”, também comentada por Cristina Bruno no 2º Capítulo desta dissertação. A iniciativa contou com a participação dos citados grupos indígenas e dentre as ações de comunicação previstas foram contempladas uma exposição temporária e ação de educação museal. Tratado como o encontro entre as obrigações de um museu universitário e as reivindicações dos indígenas para com o museu, o projeto estabeleceu como objetivos: o acesso aos objetos de seus ancestrais; o compromisso institucional de retorno das pesquisas sobre as coleções; a ressignificação das coleções; apoio e fortalecimento das tradições e gerações; abrir espaço para o protagonismo indígena no museu; tornou o museu um espaço para a auto narrativa; por fim, fomentou a promoção de novas formas de pesquisa (CURY, 2019, p. 12-13).

A instituição estabeleceu algumas premissas a partir das quais o desenrolar dos trabalhos deveria se basear: a aproximação com os grupos indígenas deve partir de um processo constante, mas a manutenção das fronteiras culturais não deveria ser desfeita, pois resta claro para os pesquisadores que não pertencem à cultura com a qual se relacionam; Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena, por um lado, inseriram os pesquisadores do MAE nos seus processos culturais e, por outro, foram apresentados ao trabalho curatorial desenvolvido pelo museu; a relação entre emissor e receptor de mensagens, para esse caso, perdeu sentido, a inversão de papéis dificulta, turva a definição clara sobre quem é de fora em contraposição a quem é de dentro. A autonarrativa de que trata Cury surge para aplacar as relações de dominação historicamente construídas pelo MAE. O museu com isso oportuniza a manifestação de outras racionalidades, outras epistemologias, diversas daquela da ciência moderna ocidental. A autora finaliza compreendendo a curadoria participativa implementada, como mais que um exercício institucional; para ela é a possibilidade de os indígenas serem vistos (CURY, 2019, p. 14-20).

3.1.4 Exposição “Os primeiros brasileiros”

Tratemos agora de uma experiência conduzida por antropólogos na organização de uma exposição sobre indígenas do Nordeste brasileiro, para os quais o preconceito e a estigmatização se manifesta duplamente, pois são

considerados como extintos pelo senso comum e intelectuais e inautênticos, falsos índios, por antropólogos e indigenistas, duas avaliações negativas e prejudiciais para a obtenção de direito à terra e à assistência. Classificado como um experimento, a exposição “Os primeiros brasileiros” buscou criar novos padrões de construção da diferença, de desconstrução e reconstrução da “ilusão museal”²¹ através do estabelecimento de diálogos com os sujeitos tema da exposição, uma “troca de dados e interpretações, um exercício dialógico que pode levar a surpresas e estranhamento, mas que ao final pode apontar para uma fusão de horizontes” (DE OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 18).

A participação indígena foi além do fornecimento da mão de obra ou da contribuição como informantes, também passou pelo escrutínio desse grupo, o controle dos efeitos políticos da exposição. Esse movimento se alinha ao caminho percorrido pelos antropólogos para estabelecer interlocução com os indígenas, quando os parâmetros estéticos das peças foram postos em segundo plano para privilegiar a perspectiva das lideranças políticas locais, em última análise, figuras definidoras do que poderia ser mostrado. Afastando o tom professoral da comunicação, optou-se pela produção de um entrecruzamento de temporalidades, a partir do diálogo entre as narrativas sobre o passado e as referências do cotidiano dos visitantes. O formato implementado almejou “[...] dar um novo final a uma velha história. Para isso, o próprio visitante tem que se reformular, chegar ao final como um novo sujeito e ser capaz de ver o indígena de modo diferente” (DE OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 21).

A exposição provocou o público com dados pouco conhecidos para a maioria. Assim, se contrapôs ao mito do Brasil como terra despovoada, haja vista o Continente Americano, quando da chegada dos portugueses, apresentar uma densidade demográfica semelhante à europeia, com 3 a 5 milhões de habitantes. No contexto colonial explicou que nem sempre o indígena foi representado e tratado como um “selvagem” ou “primitivo”, pois nos primeiros encontros havia uma admiração. Contudo, na medida que o colonizador e os negros escravizados chegaram em maior número, essa realidade sofreu alteração, com a associação da

²¹ A ilusão museal é operada por museus, os quais têm dentre as suas finalidades fazer referência ao distante e às suas múltiplas formas de representação do passado. Como consequência, apoiados por um conjunto de objetos e imagens, essas instituições passam a falar sobre pessoas e coletividades vivas, a produzir certezas e argumentos aderentes às questões políticas e contemporâneas (OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 18).

figura do “índio” junto às culturas Neolíticas. O visitante não foi poupado dos horrores do empreendimento colonial, posto a população nativa ter sido largamente escravizada e utilizada nas mais variadas funções, como mão de obra para a coleta do pau brasil, construções arquitetônicas e de estradas. Com as “guerras justas”, ou os indígenas eram completamente exterminados, ou eram condenados a servir como escravizados por longos períodos (DE OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 23-35).

As reações do público ante aos cenários expositivos visitados foram capturadas por monitores, os quais registraram a manifestação de orgulho pelo Brasil, pelos indígenas e pela natureza. De outro modo, a tomada de consciência acerca da escravidão dos povos autóctones, com participação na produção de açúcar e a extinção de aldeamentos, permitiu a construção de uma crítica sobre o processo de colonização. De maneira intensa, a exposição fez aflorar no visitante a ideia de culpa e de dívida histórica. A utilização romantizada do indígena como força simbólica de unificação nacional, com passado celebrado e rejeição no presente, é rompida nos últimos módulos expositivos a partir da imersão em uma cultura vívida, pujante e contemporânea, fortalecida pela luta de reconhecimento e retomada dos seus territórios, pelas Políticas Públicas de Estado e valorização da diversidade cultural (DE OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 49-51). Por fim, pretendeu-se com a “ilusão museal” de “Os primeiros brasileiros”, um conjunto de recursos de imagens, palavras e sons elaboradores de significados, permitir que “[...] os museus se transformem em espaços de afirmação dos direitos políticos e culturais dessas populações, e possam contribuir para novos projetos de nação e utopias compartilhadas” (DE OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 54).

3.1.5 Exposição “Lavras e Louvores”

O Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás inaugurou em 2006, a exposição de longa duração “Lavras e Louvores”, cujo objetivo central foi provocar o visitante a desconstruir e reconstruir aquilo que ele entende por Região Centro Oeste. Para tanto, o enredo argumentativo se guiou pelo entendimento segundo o qual as diferenças regionais são o resultado de narrativas convertidas em prática social, o que contraria as crenças deterministas convicidas sobre o poder de influência da natureza, das etnias e mitos de origem. A proposta expositiva questiona tanto o ufanismo produzido localmente, quanto a estereotipia externa. Chacoalha o imaginário sobre o Sertão, geralmente associado à seca, à pobreza, ao

atraso, à decadência, ao perigo. Sua gente é igualmente perigosa e rude, um cenário oposto ao do mundo moderno, desenvolvido, acolhedor e civilizado (DE LIMA, 2016, p. 139). O processo curatorial colocou sob suspeita “[...] a hegemonia dessas narrativas que, para se legitimarem, recorrem exaustivamente aos recursos da essencialização e naturalização do social e do cultural” (DE LIMA, 2016, p. 140).

Para suscitar outras possibilidades de narrativas e explicitar a relação complexa entre cultura e política, em alguns módulos expositivos foram agrupadas fotografias da região, artefatos indígenas, objetos da Arqueologia Histórica, livros de literatura, objetos decorativos comercializados na capital goiana e outros. A formulação de um enredo baseado na noção de simultaneidade entre tempos, atividades econômicas e poéticas, provoca o efeito de distanciamento com o enfoque estratigráfico da construção mítica modelar, onde é comum a hierarquização temporal ou de importância histórica. A construção do circuito expositivo foi pensada para romper com a lógica evolutiva de imaginar a região a partir da naturalização e classificação dos artefatos. “Lavras e Louvores” reconhece na constituição das identidades um caráter eminentemente simbólico, ao mesmo tempo, alarga o imaginário da região para incluir falas e imagens ignoradas no processo de escrita das identidades locais (DE LIMA, 2016, p. 140-141).

Cada ambiente expositivo é independente em relação aos demais, de maneira que a subtração de uma deles do roteiro expositivo não compromete a compreensão do todo. As instalações põem em dúvida os critérios orientadores dos acervos musealizados, pois forçam o compartilhamento de um mesmo espaço, ou mesmo vitrine, entre itens não contemporâneos e culturalmente diversos. As ferramentas agrícolas, os artefatos de caça e pesca indígenas e os objetos rituais de práticas religiosas se acomodam em um mesmo cenário, um movimento convidativo para o espectador refletir sobre as dinâmicas culturais e museológicas. A proposta comunicada pela instituição se dá como um texto político e reflexivo em processo, portanto inacabado acerca das congruências das narrativas da região. Com isso, não endossa o triunfo da modernidade estridente sobre o Sertão mudo, pelo contrário, ao desconfiar da sua falsa afonia, posiciona-se para escutá-lo (DE LIMA, 2016, p. 141-143).

3.1.6 Experiências internacionais: *National Museum of the American Indian, Museum of Anthropology of the University of British Columbia, Makah Cultural and Reserch Center e A:Shiwi A:Wan Museum and Heritege Center*

Nessa mesma linha, como parte de sua pesquisa de pós-doutorado, Andrea Roca publicou um artigo em 2015, quando analisou, a partir da leitura de trabalhos e exposições na costa Noroeste do Canadá e dos Estados Unidos, o alcance de múltiplas experiências colaborativas firmadas entre museus e grupos indígenas, visando a autorrepresentação desses grupos. Atenta à relação entre dois modelos divergentes de instituições, sob o ponto de vista de suas atuações, a autora situa de um lado do debate os museus e centros culturais clássicos, aqueles onde a lógica da apresentação do empreendimento colonial é dominante e, do outro, os espaços da memória e história que surgem como instrumentos políticos do campo cultural, para a contestação de narrativas consagradas. Atribui-se como motivação para o surgimento desse movimento colaborativo, visto em quase todos os países, a crise de representatividade vivida por essas organizações na era pós-moderna (ROCA, 2015, p. 118-121).

O *National Museum of the American Indian (NMAI)*, criado em 1989, é o primeiro museu nos Estados Unidos com foco no estudo, preservação e exposição da vida, das linguagens, da literatura, da história e da arte dos “nativos” norte-americanos. A instituição se propõe a representar 700 comunidades através de 8 milhões de peças, universo para o qual 1% está em exposição. O trabalho colaborativo é tratado como prioritário, assim, tem apoiado a criação de vários museus indígenas no país, oferecendo bolsas, treinamentos e seminários. A diversidade, variedade e diferença ocupam posição central na mensagem visual do Museu. Dentre as principais fragilidades são apontadas duas mais importantes: a primeira está relacionada à impossibilidade de representar uma diversidade tão ampla de 700 comunidades; a segunda questão se refere à sua principal audiência ou público a que atende, a comunidade não indígena. Por essa razão, esse seria um museu sobre índios, não para índios. Ademais, tem sido apontada a pouca efetividade institucional em lançar críticas às propostas museológicas com lógicas colonialistas. Curiosamente, o espaço virtual do NMAI contrasta ante às críticas, pois a curadoria é feita pelos *First Nations*, aborda o racional da colonização no trato com as reservas indígenas, a partir da exploração das noções de encarceramento

colonial, fronteiras raciais e regulação de contato entre “selvagens” e “civilizados” (ROCA, 2015, p.122).

De Vancouver, Canadá, vem o exemplo do *Museum of Anthropology of the University of British Columbia (MoA)*. Inaugurado em 1947, privilegia o trabalho colaborativo e direciona os esforços para a dimensão estética e do valor do pluralismo cultural dos objetos indígenas. Na lista das contradições se inclui a falta de informações dos objetos estetizados na mostra de longa duração. Todavia, a instituição apresenta características mais positivas, como a disponibilidade das suas acomodações para os indígenas estudarem, classificarem e objetificarem as peças que compõem as coleções. As *First Nations* têm participação ativa na formulação dos programas educativos do Museu e artistas nativos têm participação nas atividades interativas. Contudo, informações mais amplas e aprofundadas sobre o acervo são vistas de modo mais amplo nas exposições temporárias. A título de exemplo, a exposição “*Speaking to Memory*” se baseou na documentação fotográfica reunida por uma das sobreviventes da escola St. Michael, uma das 140 unidades de escolas residenciais operantes no território canadense entre os anos de 1929 e 1996. Essas instituições foram responsáveis por retirar crianças indígenas de suas famílias para inseri-las em um sistema educacional pautado pelas regras do cristianismo, onde as faziam abandonar suas culturas e tradições, aprender o inglês ou o francês como língua única para serem assimiladas junto à identidade canadense. O objetivo principal da mostra foi causar horror e indignação ante a política indigenista canadense, uma história pouco conhecida pelos não indígenas, seja no próprio país ou fora dele (ROCA, 2015, p. 123-124).

Mais quatro exemplos de organizações com perfil de gestão da história e memória indígena, no exterior, são analisados por Andrea Roca. O *Canadian Museum of Civilization*, espaço fundado em 1856, explora as consequências do *Indian Act*, de 1876, ato que normatizou a vida indígena sob amplos aspectos, regulando o significado da vida nas reservas, além de definir um *status* para esses grupos perante a sociedade canadense. O Museu expõe casas indígenas reconstruídas e *totem poles* elaborados por artesãos e artistas nativos. Atribui-se à narrativa uma harmonia que silencia o passado e cristaliza o “presente etnográfico”, o que paradoxalmente parece atender aos objetivos dos “nativos”, pois representa a convergência dos anseios por uma cultura, a um só tempo tradicional e vivo (ROCA, 2015, p. 125).

Inaugurado em 1979, o *Makah Cultural and Reserch Center* está sediado em Neah Bay, Washington, EUA. Os próprios Makah administram o espaço em conjunto com a comunidade acadêmica e museológica. A iniciativa foi motivada pelas descobertas ainda em 1970 no próprio território, de 55 mil objetos e 15 mil remanescentes de estruturas Makah. Esses vestígios fizeram emergir no grupo um sentimento de *continuum* histórico e cultural. Todavia, uma das principais questões incômodas apontadas pelos “nativos” diz respeito ao “efeito helicóptero” criado por pesquisadores que colhiam informações e as levaram para fora da comunidade. A solução para essa problemática passou pela formação de pesquisadores e especialistas com origem Makah (ROCA, 2015, p. 125).

No New Mexico, EUA, fundado em 1992, o *A:Shiwi A:Wan Museum and Heritege Center*, tem um propósito muito bem definido: a missão do museu está direcionada ao próprio grupo, sendo fundamental assegurar os interesses das gerações mais jovens no conhecimento Zuni. O público não Zuni é considerado como secundário. Questões do espectro ético-museológico foram discutidas, de modo que muitos objetos não puderam ser expostos, falas dos mais anciãos registradas pelos mais jovens não puderam ser divulgadas em razão de significados que só podem ser acessados por indivíduos específicos do grupo cultural e o respeito às hierarquias internas. Para eles, não há diferença entre exibir um objeto sem revelar informações secretas ou as revelar, pois os objetos carregam a um só tempo: visualidade, significado e poder. Invertendo a lógica institucional, os Zuni aumentaram o grau de autoridade curatorial ante ao museu, criando categorias e protocolos de acessibilidade aos acervos (ROCA, 2015, p. 126).

Em Alert Bay, Canadá, o *U'mista Cultural Centre* foi criado em 1980. Entretanto, a origem das coleções remonta ao ano de 1884, contexto inicial da criminalização do *potlatch* pela Seção 149 do *Indian Act*. Em 1951, aproximadamente 750 objetos foram confiscados pela polícia em represália a uma cerimônia organizada para 400 convidados. Com a revogação do ato, os Kwakiutl passaram a reclamar a devolução da “coleção do *potlatch*”, reivindicação acolhida em 1972, após decisão do Conselho *National Museums of Canada*. Na ausência de entendimento por parte do Conselho do grupo, acerca do local para onde deveriam regressar, dois espaços de memória foram criados, um desfecho indicativo que ambas as organizações representam uma cultura viva. A exposição permanente do U'mista fala sobre a indignação e a força da cultura Kwakiutl, denuncia que a lei de

repressão falhou, pois, as tradições continuam. Os objetos e máscaras não são mais utilizados em rituais, assumiram a função de comunicar essa parcela da história da colonização branca nesse país (ROCA, 2015, p. 127-128).

O que todos os exemplos analisados por Andrea Roca têm em comum? O interesse dos grupos indígenas nos museus como campo de atuação política, onde as novas abordagens superam o atavismo nutrido por narrativas anacrônicas e que encapsulam o “índio” em uma dimensão a-histórica, sem alcance na pós-modernidade; a produção de conhecimentos sobre si mesmos propicia a autorrepresentação, permite se enxergarem refletidos nas exposições para criar identificação com os acervos, sejam objetos arqueológicos ou não; a perspectiva de interpretação contemporânea para a apresentação dos objetos é um componente fundamental para o surgimento do sentimento de continuidade cultural e histórica. Para que trabalhos colaborativos como estes prosperem, faz-se necessário reconhecer a assimetria de poder existente nas propostas colaborativas dos museus, pois essa prática não se resume a uma simples consulta, as múltiplas instâncias da pesquisa precisam estar acessíveis aos agentes colaboradores, o que, via de regra, não acontece. Como solução para o desequilíbrio de poder na relação de trabalho entre pesquisadores e pesquisados, há que se trabalhar com a noção de intercâmbio ao invés de “ajudas”, quando a validade do conhecimento da comunidade assume a mesma relevância que o peso do saber ocidental. Nos museus criados e gerenciados por indígenas essas assimetrias são, no mínimo, atenuadas, pois são os sujeitos representados quem possuem alteridade, autoridade, organizam os conhecimentos e definem as políticas de identidade sobre e para si próprios (ROCA, 2015, p. 129-131).

3.2 AS EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS INDÍGENAS E OS MUSEUS, INSTITUIÇÕES DE GUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Os exemplos aqui comentados indicam a formulação de novas perspectivas conceituais. Os acervos ao superarem a condição de dado inerte em reserva técnica, abrem espaço para as polifonias a partir das quais os objetos e coleções podem ser observados para acionar o trabalho da memória nos marcos identitários (FILHO, 2016, p. 177). Sherry Ortner (2007, p. 381) poderia nos dizer que para casos como esses “[...] a condição de sujeição é subjetivamente construída e experimentada, tanto como as maneiras criativas pelas quais ela é – mesmo que

episodicamente – superada”. Se é válida a posição sustentada pela autora, para a qual os discursos constroem os sujeitos e a posição dos sujeitos, os exemplos acima referenciados são uma boa forma de reconstrução das imagens dos grupos indígenas, pois eles passaram a agir sobre o mundo mesmo que o mundo tenha agido sobre eles. A experiência de submissão vivida na subjetividade de cada um os permitiu se representarem enquanto grupos assumindo as “rédeas” do fazer museológico, o que os tornam protagonistas da construção do conhecimento acerca da sua própria história e temporalidade em cenário institucionalizado. Talvez isso signifique, parafraseando Geertz (1973 *apud* ORTNER, 2007, p. 387), a fuga de uma “teatralidade cênica” imposta, em termos de representação, para uma “teatralidade cênica” pautada pelos próprios termos dessas comunidades.

Se os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão, aquilo que se vê retratado no Museu do Índio, ao menos até 1980, certamente também o é. Clifford Geertz (1978, p. 11) “considera que somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão, pois é a sua cultura. Em outros casos, tratam-se de ficções, no sentido de ser “algo construído”, não falsas construções. Por esse caminho, podemos aventar a possibilidade do que se construiu no museu Magüta, no *National Museum of the American Indian* (NMAI), *Canadian Museum of Civilization*, *A:Shiwí A:Wan Museum and Heritage Center*, *Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, na proposta expositiva “Os primeiros brasileiros”, “Lavras e Louvores” e outras mais, serem interpretações de primeira mão, haja vista serem os próprios indígenas quem elaboram o roteiro discursivo da sua história.

Talvez venha faltando aos museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos, ao retratarem culturas pretéritas, aquilo que Roberto da Matta (1978) chama de “vestir a capa de etnólogo”, para conjugar esforços na busca deliberada dos enigmas sociais situados em universos de significação sabidamente incompreendidos pelos meios sociais do seu tempo. Ao proceder dessa maneira, criando um novo contexto para falar de culturas “estranhas” e insistir que sejam entendidas em seus próprios termos, a Antropologia revela o sentido familiar do “bizarro”, critica o etnocentrismo e o racismo (CALDEIRA, 1988, p. 141-144). Esse modelo de abordagem busca deixar de lado todas essas categorizações, encarando as diferenças apenas pelo que são: diferenças. Quem sabe em algum momento percebamos ser a distinção entre cultura europeia e africana uma ilusão, em relação

a uma realidade onde só existem seres humanos ligados uns aos outros por relações sociais (LEVÍ-STRAUSS, 1996, p. 320).

Os exemplos trazidos aqui para essa discussão não dizem respeito apenas a esses espaços, são antes o reflexo de uma realidade do Patrimônio Cultural nacional e internacional, quando temos, por vezes, a predominância de casos como o do Museu do Índio anteriormente a reformulação de suas práticas, e algumas poucas iniciativas mais próximas ao cenário dos indígenas no Amazonas, os quais “mobilizam um repertório de obstáculos à dominação” (MATTELART, 2004, p. 74). Dito isso, parece insustentável a continuidade dos processos de patrimonialização dos bens arqueológicos institucionalizados a partir da postura monológica. Do nosso ponto de vista, a alteração para a condição de maior interlocução nos museus, instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos significará mais diálogo, parceria, intercâmbio, compartilhamento na gestão da memória coletiva e uma conseqüente aproximação entre a sociedade e a herança cultural arqueológica, que desde muito estão distantes.

A reflexão sobre as noções de Identidade, Memória e Patrimônio Cultural no contexto da modernidade são invocadas para buscar entender como se relacionam com o objeto de estudo da Museologia e da Arqueologia, isso no contexto de uma sociedade global cada vez mais interessada pelo consumo cultural pasteurizado. Se o patrimônio é uma das dimensões da memória, ambos são formas de nos situarmos no tempo, de conviver com o passado, presente e as expectativas de futuro. Tanto uma quanto a outra dimensão só possuem sentido do ponto de vista interno dos sujeitos (individual e coletivos), que, a partir da sua cosmovisão, podem tornar o patrimônio símbolo de sua luta, conservar e ampliar valor em um ambiente cuja aceleração de todos os níveis e escalas e a imediatez da experiência, fruto também do capitalismo, tendem a esmagar tudo e a todos, tratando-os como mercadoria, incluindo as pessoas.

É necessário o abandono da noção de identidade entendida como patrimônio, em favor da identidade como prática, processo, negociação. A cultura, a identidade, o patrimônio estão embricados em questões de ordem política, portanto os seus problemas não serão resolvidos apenas escrevendo textos ou livros. A resolução para as queixas ainda não atendidas no território patrimonial são também de caráter prático, de gestão de interesses, de luta pela conquista de espaços, pois ações muito bem intencionadas de promoção do outro, por vezes, visa mantê-los no seu

minoritário lugar do outro, na sua exótica função de ilustrador do diferente (JORGE, 2003, p. 190-192).

Como anunciamos no início dessa dissertação, o nosso intuito é refletir como, e se, o papel do Patrimônio Arqueológico do Estado de Rondônia tem contribuído como vetor do desenvolvimento social das regiões de origem. Após os dados apresentados neste capítulo, resta indagar se os arqueólogos, museólogos e demais profissionais do campo do patrimônio, nas suas atribuições nos museus, instituições de guarda e pesquisa são suficientes para revelar a alteridade do outro. Tendo essa questão como fundante, retomamos a questão inicial dessa dissertação com mais dúvidas que respostas. É possível se pensar a cadeia operatória da geração e musealização dos acervos arqueológicos como eixo motriz para o cumprimento das premissas que justificam a preservação do Patrimônio Arqueológico de Rondônia?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação versou sobre a realidade do Patrimônio Arqueológico de Rondônia em condição de salvaguarda institucional, preservados por museus, instituições de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico. Buscou compreender mediante o estudo de caso, a infraestrutura que os espaços de memória dispõem, a exemplo dos seus espaços físicos, orçamento anual e recursos humanos; o perfil dos acervos, estado de conservação e, principalmente, o uso social e público, a sua fruição para a sociedade. Este último ponto, ou seja, o aprofundamento da reflexão sobre as razões, os sentidos que levam o Estado brasileiro a empreender esforços na preservação dos bens arqueológicos, formou o pano de fundo da dissertação. Assim sendo, procuramos responder a uma questão central: os caminhos operacionais que levam à preservação do Patrimônio Arqueológico do Estado de Rondônia cumprem as premissas que justificam a sua preservação?

Sabemos que a Pesquisa Arqueológica não se basta para fomentar as noções de identidade, pertencimento e demais sentidos socioculturais atribuídos à lógica da preservação dos vestígios arqueológicos. Assim, a Musealização da Arqueologia se colocou como um campo de estudo capaz de tratar os princípios da patrimonialização como agenda prioritária, construindo elos de sentidos entre os bens e a sociedade, atuando para inverter a “estratigrafia do abandono”. O endosso institucional foi encarado como dispositivo que, por vezes, penaliza o museu, pois retira a sua autonomia para a composição de acervos. A longo prazo a entrada indiscriminada de peças satura as reservas técnicas até não existir mais disponibilidade de espaço físico. Também esgarça os limites financeiros e de condições para a execução de trabalhos.

Dentre as possibilidades de solução para os dilemas em torno do endosso, especificamente sobre o descompasso entre a geração e a capacidade das organizações agirem sobre as novas coleções formadas, temos, de um lado, aqueles que defendem a ampliação do orçamento das instituições para atender às crescentes demandas e, de outro, observamos quem proponha a adoção de procedimentos de descarte, com critérios, como uma das saídas para os espaços sufocados por acervos. Também nos detivemos a avaliar as razões pelas quais a sociedade e o Patrimônio Arqueológico se encontram distantes. Um dos motivos

mais fortes diz respeito ao desinteresse do Estado pela história dos povos originários, na utilização dos referenciais culturais indígenas como elemento para a formação da historicidade nacional.

As entrevistas nos revelaram dados qualitativos interessantes. No caso do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, o quanto se pode ser penalizado pela ausência de profissionais permanentes e designados estritamente para o desempenho de funções museológico curatoriais. Essa situação se agrava quando a alternância de poderes na Câmara Municipal também provoca a interrupção dos trabalhos no museu em razão da ausência de afinidade política entre as partes. A desarticulação da equipe de trabalho gerou, e continua a gerar, prejuízos à organização e à sociedade, posto ter paralisado programas de gestão e educação com foco no público. Outro grave problema diz respeito à utilização de recursos materiais e financeiros específicos da instituição para finalidades alheias aos interesses do museu.

A Reserva Técnica Arqueológica do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia tem se preparado para assumir o protagonismo local e regional, a partir das pesquisas de campo, em laboratório e do gerenciamento dos indicadores de memória que salvaguarda. Todavia, a busca por melhores condições de infraestrutura, força de trabalho e recurso financeiro sempre foram fatores constantes no departamento. Durante os dez anos de espera até a entrega da sede definitiva, ocorreram muitos rearranjos de acordos e correção de expectativas. Apesar disso, existe um forte otimismo ante à nova realidade da RT/DARQ, um espaço que, além de propiciar a pesquisa e salvaguarda de acervos, está vocacionado para o Ensino e a Extensão universitários, voltado para a produção de conhecimentos a partir da cultura material arqueológica com foco na valorização da cultura e historicidade local, contribuindo para a transformação do olhar – a propósito dos estereótipos endereçados a Região Norte do país – acerca da gente e dos grupos humanos que há milênios vêm ocupando, transformando, marcando influências na vida e nas paisagens dessa parcela do território nacional, por vezes incompreendido, ignorado em seus valores e contribuições.

O Museu de Arqueologia e Etnologia da USP contem em sua trajetória uma história bastante singular, pois muitas das suas coleções além de serem diversas e em alguns casos, únicas, tiveram origem em diferentes instituições. Hoje, os setores de Arqueologia e Etnologia brasileiras operam com base em uma relação de

colaboração com as comunidades que representam, rompendo com a tradição de reescrita sobre o passado caracterizada, entre outros aspectos, por privilegiar em propostas expositivas o olhar exógeno a essas culturas, em detrimento da escuta dos grupos que guardam relação de ancestralidade. A qualificação do conteúdo expositivo também vem acompanhada por melhorias nas instalações do museu e equipe de trabalho, seja a partir da reforma, construção de novas edificações, ou da contratação de profissionais. O setor educativo do museu tem atuação pautada na decolonialidade das práticas museológico curatoriais. Observam-se casos em que a responsabilidade de condução de muitas das ações educativas propostas fica a cargo de professoras com origem indígena, o que, para nós, é um justo e necessário reposicionamento de hierarquias de saberes das autoridades do conhecimento, além de uma honesta relação entre discurso e prática institucional.

O Museu de História Natural do Mato Grosso é o único espaço analisado gerenciado por uma Organização Social (OS) sem fins lucrativos. Esse modelo de administração, caracterizado pela terceirização da gestão, se mantém há algumas décadas e tem sido responsável pela qualificação das instalações e dos acervos. É bastante atuante ante à comunidade a que presta serviços, tendo em vista as variadas atividades desenvolvidas, seja pela via do estreitamento de relações com as comunidades indígenas, a partir da promoção de encontros que ocorrem com as diferentes etnias do Mato Grosso; da disposição para tratar da sustentabilidade e educação ambiental, fazendo o aproveitamento do próprio espaço de inserção do museu, uma APP; ou na preocupação para com a inclusão da comunidade surda, haja vista existirem informações com códigos em Libras distribuídas pelos espaços do Museu. Ademais, tem mantido conversar para fazer retornar aos Estados de origem, mediante processo de repatriação, muitas das coleções que salvaguarda. Essa postura reforça uma priorização, o alinhamento para com a missão da organização: promover a pesquisa e a valorização do patrimônio do Mato Grosso.

O Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria experimentou, em um período de dez anos, o crescimento acelerado das coleções, as quais saltaram de 13 mil para 200 mil itens. Essa materialidade se converteu em 20 trabalhos de dissertação e sete teses de doutorado. A caracterização da instituição como um laboratório não foi impedimento para a criação de um espaço expositivo, que em razão das limitações físicas da sede, foi constituído em outro espaço, no *campus* universitário da UFSM.

A dissertação de mestrado do Bernardo Duque se coloca como um divisor de águas para esse espaço, pois traçou parâmetros a partir dos quais o Laboratório tem se reestruturado de maneira a atacar as fragilidades institucionais. O tema do descarte é tratado com naturalidade, inclusive com demandas dessa ordem devidamente formalizadas junto ao IPHAN. Tal como a casa Dom Aquino, a repatriação de acervos é assunto de primeira ordem.

Entre os anos de 2000 e 2016, observou-se uma maior disposição à recepção das coleções por instituições de fora do estado de origem, principalmente reservas técnicas, laboratórios e institutos, espaços menos propensos a desenvolver toda a cadeia operatória da Museologia. A partir de 2017, a tendência se inverteu, quando o êxodo de acervos para outros territórios se tornou cada vez mais raro e restrito ao segmento acadêmico. A emergência pandêmica que assolou e assombrou o mundo entre 2020 e 2022 representou também um severo golpe na economia global, impedindo a realização de diversos tipos de empreendimento vinculados aos estudos de impacto socioambiental. Contudo, para o contexto de estudo, nem mesmo esse quadro impediu o aumento na publicação do número de portarias de autorização, permissão e renovação de Projetos de Pesquisa Arqueológica. Outro elemento observado, centrado na figura daqueles que assinam os Projetos de Pesquisa, tem relação com a análise dos formatos alternativos e adicionais para a divulgação dos conhecimentos gerados, indo para além da obrigatoriedade legal de entrega dos relatórios de pesquisa como forma de devolução do Patrimônio Arqueológico à sociedade. Ficou patente para a parcela majoritária dos currículos analisados, a utilização dos relatórios finais de pesquisa como único meio para fazer os conhecimentos arqueológicos chegarem à sociedade. Foram raros os casos que não seguiram a essa lógica.

Para o capítulo final, trouxemos exemplos de instituições, no Brasil e fora do território nacional, que conseguiram subverter a lógica do modelo clássico de museu para implementar formatos não convencionais de instituições, em especial no que se refere ao seu padrão de atuação, primando pela multiplicidade de falas e visões de mundo com abordagens colaborativas, inclusivas, participativas e decoloniais. Esses são casos que rejeitaram a perspectiva caricata para a construção da diferença, pois as figuras retratadas assumiram o controle e gestão das ações dos espaços de memória, um caminho necessário que confere profundidade de sentido e significado para os esforços empreendidos pelos Estados nacionais para a preservação

patrimonial. Os grupos rompem com uma tradição perpetrada por inúmeras disciplinas que se utilizaram dos museus como palco de exibição e validação para as suas teorias, as quais amordaçaram as palavras de numerosas civilizações ao redor do mundo.

Cada uma dessas situações pode e deve ser replicada. Todavia, há muito mais nas razões que motivam as equipes institucionais a fazer diferente, que no produto final materializado em forma de cenários expográficos, haja vista as questões idiossincráticas existentes nos contextos específicos serem fatores determinantes para o êxito dos museus na reorganização das diferenças. Nessas organizações, o enfrentamento da reparação histórica para com as causas indígenas passou por conceber museus que os reconheçam não pela figura do visitante, aquela que normalmente adentra a um espaço quando tudo já foi pensado e implementado. Tudo já está pronto! A condição de anfitrião é bem mais apropriada, pois ocupa a lugar daquele que planeja, elabora, define posições sobre os processos museológicos curatoriais, inclusive na escolha dos conteúdos a serem comunicados e do formato a partir do qual a comunicação será feita. É ele que em última análise convida, ao invés de ser convidado.

Retomemos alguns pontos antes de finalizarmos. Os endossos são raramente utilizados pelo MAE, uma instituição que ainda sente as consequências de um período com forte expansão da formação de acervos arqueológicos produzidos na esteira dos estudos de impacto socioambiental; a mesma disposição pode ser vista na Casa Dom Aquino, hoje menos dependente desse recurso em razão de haver certa garantia e previsibilidade financeira, conseguida a partir de um contrato firmado com o Governo do Estado do Mato Grosso; na RT/DARQ, Museu Regional de Arqueologia de Rondônia e no LASCA, por agora, não há sinais para a criação de critérios mais restritivos, haja vista a apreciação de pedido de endossos com pareceres favoráveis ser uma constante na UNIR, de solicitações de acordos serem peça fundamental do orçamento anual do CPMRARO, e da disposição do LASCA em tão logo haja condição em suas instalações, de retornar ao circuito comercial dos endossos para aumentar por esse caminho, sua autonomia financeira; a retroalimentação dos acervos é processada sobretudo pela RT/DARQ, dada a sua vinculação junto a graduação em Arqueologia; o MAE também tem retroalimentado essas coleções, entretanto esse não é o caso do CPMRARO, LASCA e Casa Dom Aquino; a RT/DARQ e o LASCA enfrentam obstáculos para a utilização dos recursos

financeiros captados via endossos, posto pesar sobre as suas fundações, restrições de natureza judicial; todas as instituições relatam que o quadro funcional precisa ser expandido; a integralidade da cadeia operatória da Museologia é trabalhada por todas as organizações; os cinco espaços não possuem dados quantitativos precisos sobre os acervos que gerenciam, incluindo aqueles com proveniência de Rondônia; os depoimentos dão conta de que os acervos estão, dentro de uma escala de conservação, entre moderado a bem conservados. A maioria não possui uma Política de Endosso formalizada por escrito, mas se orienta por suas respectivas Políticas de Gestão de Acervos e/ou Planos Museológicos.

A respeito da questão norteadora da dissertação, com exceção do MAE, cujas pesquisas do seu atual diretor abrangem a Amazônia Rondoniense e tem tido maior alcance de divulgação, as coleções saídas de Rondônia não estão sendo utilizadas, seja para a pesquisa *Stricto Sensu* ou para nutrir a identidade e historicidade desse território, por uma razão óbvia, clara e objetivamente vista na Casa Dom Aquino e no LASCA: não há interesse por parte dessas instituições e dos pesquisadores que as procuram para empreenderem estudos e trabalharem com esses acervos. Indo mais a fundo nesse diagnóstico, esses bens não guardam relação de afinidade com os indicadores de memória, artefatos e paisagens, encontrados no território onde estão sendo preservados. A patrimonialização está justificada pelo processo que gerou, a pesquisa. Contudo, ela não acessa as camadas mais profundas de significados desse gesto patrimonial. Por essa razão, a repatriação dos acervos, tanto por parte do LASCA quanto da Casa Dom Aquino, pelos motivos expostos, coloca-se como pauta das mais coerentes. Extrapolando essa análise para as organizações que não tiveram representantes entrevistados, cremos em uma repetição de cenários.

Quando refletimos se a Musealização da Arqueologia dá conta de inverter a estratigrafia de abandono dos acervos nos museus, para atender as premissas que justificam o esforço empenhado na preservação desses bens, respondemos: sim. Todavia, não se trata de afirmar o exclusivo protagonismo de um campo de estudo em espaços com vocação para acolher e ecoar paradigmas dos diferentes campos dos saberes, mas reconhecer na interdisciplinaridade praticada pela Museologia e multidisciplinaridade dos museus, contribuições como as construídas pela Antropologia para falarmos sobre a conexão entre acervos arqueológicos e as tradições de longa duração, ainda mantidas vivas por etnias do nosso tempo. Essa abordagem dialoga com um dos propósitos existenciais da Museologia, que é

examinar e propor modelos expográficos a partir dos quais seja possível a conexão de sentidos entre os indicadores de memórias distantes no tempo, os conhecimentos produzidos a partir deles e as expectativas e demandas por memória e identidade da sociedade hodierna. No nosso entendimento, essa posição não diminui a fundamental e necessária utilização da *expertise* museológico curatorial para qualificar os complexos processos de patrimonialização dos bens arqueológicos institucionalizados. Muito pelo contrário, a fricção entre a Museologia, a Arqueologia e a Antropologia, e outros campos mais, em face da problemática em que estão envoltos os vestígios arqueológicos, tendem a fortalecer e promover essa categoria patrimonial e a abrir novas possibilidades para o campo museológico. A musealização ao se debruçar sobre a “razão esquecida”, ideia trazida ainda na introdução desta dissertação, movimentava o bem arqueológico de um estado de incompletude de sentido para o modo reflexivo/crítico em caráter perene. É como ver um gesto patrimonial iniciado, sempre inacabado e em processo permanente de construção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia. In.: TAMASO, Izabela Maria Tamaso; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.) **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012a, 533p.

ABREU, Regina. Museus indígenas no Brasil: notas sobre as experiências Ticuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na. In.: BARBOSA, Priscila Faulhaber; DOMINGUES, Heloisa. **Ciências e fronteiras**. Rio de Janeiro: MAST, 2012b.

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. Futuros imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de “diversidade cultural”. **Vivências: Revista de Antropologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 1, n. 55, p. 250-270, 2020.

ANJOS, José Carlos dos. Filosofia política da religiosidade Afro-brasileira como Patrimônio Cultural africano. **Debates do NER**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 9, n. 13, p. 77-96, 2008.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Preservação do Patrimônio Arqueológico – reflexes através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, v. 37, n. 3, p. 7-17, 2008.

BARRETO, Cristina. Arqueologia brasileira, uma perspectiva histórica e comparada. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo, Suplemento 3, p. 201-212, 1999.

BERTOLO, Ana Izabela. **Perspectivas dos processos de Musealização do Patrimônio Arqueológico no Estado de Rondônia**. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2017.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008, 363p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto de Paranapanema – **Cadernos de Sociomuseologia nº 17**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1999, 234p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia** - alguns subsídios. Texto digitado, 2007.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, Sociedade Brasileira de Arqueologia, v. 26/27, n. 2/1, p. 4-15, 2013/2014.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus de Arqueologia no Brasil - uma estratigrafia de abandonos e de desafios. In.: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar, LEMOS, Eneida

Braga Rocha de (Orgs.). In.: **Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas**. Distrito Federal: IBRAM, 2018, p.112-122.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **ESTRATICAST T1 E6: Musealização da Arqueologia**. Entrevistada: Apresentação e produção: Guilherme Rodrigues. [S.l.]: São Paulo, julho de 2021. Podcast disponível em: https://open.spotify.com/episode/74X15LH4Fzz0LhBttX7BUe?si=jXIXS45S8CPKvTYsPeHsQ&dl_branch=1&fbclid=IwAR2QFiiK-DtTqemW_thXegY0hrkEBam1B4cEP6j_oEJAvb-AQBCFdxANX3s&nd=1

CALDARELLI, Solange Caldarelli; SANTOS, Maria do Carmo Monteiro dos. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista USP** - Dossiê Antes de Cabral, Universidade de São Paulo, v. 1, n. 44. São Paulo, p. 52-73, 2000.

CALDARELLI, Solange B; KIPNIS, Renato. A ocupação pré-colonial da Bacia do Rio Madeira: novos dados e problemáticas associadas. **Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas**, Universidade Estadual de Santa Cruz, v. 17, n. 30, p. 229-289, 2017.

CALDEIRA, Teresa. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Ed. 21, n. 2, p. 133-157, 1988.

CARDOSO, Rosemary Aparecida; AMARAL, Alencar de Miranda. Pessoas, objetos e museus: percepções do público visitante sobre os artefatos arqueológicos expostos em museus recifenses. **Cadernos do LEPAARQ**, Universidade Federal de Pelotas, v. XVII, n. 34, p. 183-208, 2020.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educacionais no contexto da Arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre endosso institucional em projetos de arqueologia. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 2/1, n. 26/27, p. 115-131, 2013/2014.

COSTA, Carlos. Por políticas para a gestão e musealização do Patrimônio Arqueológico: uma escala de sentidos. **Habitus**, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, v. 17, n. 1, p. 101-124, 2019.

COSTA, Carlos Alberto Santos; FERNANDES, Henry Luydy Abraham. “Joga fora no lixo?": reflexões sobre o descarte de espólio de Pesquisas Arqueológicas no Brasil. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 33, n. 3, p. 189-205, 2020.

COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da. Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória”. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 7, n. 1, p. 87-101, 2012.

CHAGAS, Mario de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006, 139p.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 147-165, 2012.

CRIADO BOADO, Felipe. **Arqueológicas – La razón perdida**. Barcelona: Bellaterra, 2012, 416p.

CURY, Marília Xavier. Museologia, comunicação e mediações culturais: curadoria, públicos e participações ativas e efetivas. In.: ARÚJO, Bruno Melo de; SEGANTINI, Verona Campos; MAGALDI, Monique; HEITOR, Gleyce Kelly Maciel (Orgs.). **Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios**. Recife: EUFPE, 2019, p. 8-22.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DE PAULA, Bernardo Duque; SALADINO, Alejandra; RAMOS SOARES, André Luis. Aquisição e descarte de bens arqueológicos: a experiência de elaboração de uma política de acervos para o LASCA/UFSM. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 33, n. 3, p. 171-188, 2020a.

DE PAULA, Bernardo Duque. **Reestruturando uma Reserva Técnica Arqueológica: um projeto para o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA/UFSM**. 2020. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Santa Maria. 2020b.

DE OLIVEIRA, João Pacheco; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Descolonizando a ilusão museal – Etnografia de uma proposta expositiva. In.: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (Orgs.). **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: EUFPE, 2016, p. 17-56.

GARCÍA-DIEZ, Marcos; ZAPATA, Lydia. **Métodos y Técnicas de análisis y estudio em arqueología pré-histórica: de lo técnico a la reconstrucción de los grupos humanos**. Espanha: Argitalpen Zerbitzua Serviço Editorial, 2013, 678p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008, 200p.

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2009.

GOLDMAN, Marcio. A Relação Afro-indígena. **Cadernos de campo**, Universidade de São Paulo, v. 23, n. 23, p. 213-222, 2014.

JORGE, Vitor Oliveira. Papel do Patrimônio Arqueológico na Complexa Construção de Identidade/Alteridades. Algumas reflexões para o enquadramento do problema. In.: **Actas dos Encontros do Patrimônio de Vila do Conde**. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde e Autores, 2003, p. 189-203.

KATER, Thiago; ALMEIDA, Fernando Ozorio de; MONGELÓ, Guilherme Zdonek; WATLING, Jennifer; NEVES, Eduardo Góes. Variabilidade estratigráfica e espacial dos contextos cerâmicos no Sítio Teotônio. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 33, n. 1, p. 198-220, 2020.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre / Belo Horizonte: Artmed / Editora UFMG, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. O Fluxo das coisas Karajá e a coleção William Lipkind do Museu Nacional: a construção de um diálogo intercultural. In.: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (Orgs.). **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: EUFPE, 2016, p. 171-188.

LORENTE, Jesús Pedro Lorente; TOMÁS, Vicent David Almazán. **Museología crítica y arte contemporáneo**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2003.

LUNA, Maria Isabel Soares de. **Incorporação e desincorporação em museus**: história, realidade e perspectivas futuras. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2011.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **Elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. São Paulo: Departamento de Ciência de Computação e Estatística / IBILCE / UNESP, 2002, 17p.

MATTELRT, Armand. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editora, 2004, 215p.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**, 4ª ed. Recife: EDUFPE, 2005, 434p.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In.: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2009, p. 127-135.

MILLER, Eurico. Arqueologia na Amazônia brasileira, no sudoeste da Amazônia, de Rondônia ao Rio Grande do Sul: dos “fatos” de ontem e do presente. In.: **Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Simpósios**. Belém: SAB, 2010, p. 45-61.

MONGELÓ, Guilherme. **O Formativo e os Modos de Produção**: Ocupações Pré-ceramistas no Alto Rio Madeira – RO. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MONTALVÃO, Ana Carolina. **Ciência do Patrimônio**: a gestão do Patrimônio Arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

MOUTINHO, Mário Caneva de Magalhães. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do CEOM**, Universidade Catarinense da Região de Chapecó, ano 27, n. 41, p. 423-427, 2014.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do Patrimônio Cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Universidade Estadual de Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, 2014.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 13, n. 28, p. 375-405, 2007.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC Edições, 2014, 71p.

PARDI, Maria Lucia Franco. **Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de preservação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2002.

PESSOA, Cliverson; ZUSE, Silvana; COSTA, Angislaine Freitas; KIPNIS, Renato; NEVES, Eduardo Góes. Aldeia circular e os correlatos da ocupação indígena na margem esquerda da Cachoeira de Santo Antônio. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, v. 15, n. 2, p. 1-23, 2020.

REIS, José Alberione dos. Análise do discurso e Arqueologia: ... é possível transitar por entremeios? **MÉTIS: história & cultura**, Universidade de Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 209-228, 2002.

RIBEIRO, Diego Lemos. **A Musealização da Arqueologia**: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. Universidade de São Paulo (Museu de Arqueologia e Etnologia). São Paulo, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999, 168p.

ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. **Mana**, v. 21, n. 1, p. 123-155, 2015a.

ROCA, Andrea. Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. **Revista de Antropologia**, Universidade de São Paulo, v. 58, p. 117-142, 2015b.

RODRIGO, Javier (Org.). **Pràctiques dialògiques**. Interseccions de la pedagogia crítica y la museologia crítica. Palma de Mallorca: Fundació Es Baluard Museu d'art Modern i Contemporani de Palma, 2007.

RÚSSIO, Waldisa. Texto III. *In*: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) **Produzindo o passado** – Estratégias de construção do Patrimônio Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 59-78.

SALADINO, Alejandra; COSTA, Carlos Alberto Santos; MENDONÇA, Elisabete de Castro. A César o que é de César: o Patrimônio Arqueológico nas organizações formais do Brasil. **Revista Arqueologia Pública**, Universidade de Campinas, v. 7, n. 2, p. 106-118, 2013.

SALADINO, Alejandra. IPHAN, arqueólogos e Patrimônio Arqueológico brasileiro: um breve panorama. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, n. 2/1, v. 26/27, p. 40-58, 2013/2014.

SALADINO, Alejandra. Museus e Arqueologia: algumas reflexões. **Cadernos de Sociomuseologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, v. 54, n. 10, p. 89-112, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Tempo, historicidade e história ou a falta dela. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 47, n. 2, p. 123-136, 2013.

SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. **Meritum**, Universidade FUMEC v. 9, n. 1, p. 67-117, 2014.

SILVEIRA, Maura et al. Coleções Arqueológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi - Panorama da Reserva Técnica e os Desafios da Conservação. In.: CAMPOS, Guadalupe; GRANATO, Marcos (Org.). **Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017, 252p.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. Entre costuras e nós: cenários da musealização da arqueologia. **Hábitus**, Pontifícia Universidade de Goiás, v. 17, n.1, p. 77-100, 2019.

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett; ALCÂNTARA, Tainã Moura. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. **Revista de Arqueologia Pública**, Universidade de Campinas, v. 11 n. 2, p.153-165, 2017.

VILLAGRAN, Ximena Suarez; ALVES, Marcony Lopes; KATER, Thiago; SILVA, Kelly Brandão Vaz da; BATALLA, Nicolás; COSTA, Marcelo da; COSTA, Jéssica; ERLER, Dione Miranda Azevedo; FERREIRA, Mariane Pereira; MAGON, Patrícia; REYS, Aranda Calió dos; STRAIOTO, Haruan; TOGNOLI, Anderson Rogério; STRAUSS, André; LAMA, Eliane Aparecida del; MARTINS, Lucelene; TEIXEIRA-BASTOS, Marcio; NEVES, Eduardo Góes; ZIMPEL NETO, Carlos; PUGLIESE JR, Francisco. Petrografia de cerâmicas da fase Bacabal (sambaqui Monte Castelo): um dos mais antigos usos de caixi na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 17, n. 1, p. 1-32, 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2001, 105p.

WATLING, Jennifer; ALMEIDA, Fernando Ozorio de; KARTER, Thiago; ZUSE, Silvana; SHOCK, Myrtle Pearl; MONGELÓ, Guilherme; BESPALAZ, Eduardo; SANTI, Juliana Rossato; NEVES, Eduardo Góes. Arqueobotânica de ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 15, n. 2, p. 1-24, 2020.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e Patrimônio Arqueológico. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, n. 2/1, v. 26/27, p. 16-39, 2013/2014.

ZUSE, Silvana; COSTA, Angislaine Freitas; PESSOA, Cliverson; KIPNIS, Renato. Tecnologias cerâmicas no alto rio Madeira: síntese, cronologia e perspectivas. **BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. SÉRIE CIÊNCIAS HUMANAS**, v. 15, p. 1-25, 2020

LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Carta de Lausanne, de 1990. Carta para gestão e proteção do Patrimônio Arqueológico.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

Decreto federal nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904/09, que institui o Estatuto dos Museus, e da Lei nº 11.906/09, que cria o Instituto Brasileiro dos Museus - IBRAM.

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

Lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Lei federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Lei federal nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências

Portaria MINC/SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstos na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

Portaria MINC/IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

Portaria MINC/IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de trabalho dos licenciamentos ambientais com os estudos preventivos de arqueologia.

Portaria IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Resolução CONAMA nº 06, de 16 de setembro de 1987. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.

Sites consultados:

Museu de Arqueologia de Ariquemes. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/365/terceiro-museu-de-arqueologia-sera-construido-em-rondonia>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Instituto de Arqueologia Brasileira. Disponível em: <https://arqueologia-iab.com.br/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Universidade Católica de Santos. Disponível em: <https://www.unisantos.br/extensao/educacao-patrimonial-fortes-e-fortalezas/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Engenho do século 16 em São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/03/mais!/22.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <http://museubrasil.org/pt/museu/museu-de-ciencias-naturais-puc-minas>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.mae.ufpr.br/historico-do-mae/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Museu Emílio Goeldi. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/o-museu/apresentacao>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Museu Emílio Goeldi. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/colecoes/arqueologica>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Museu Emílio Goeldi. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/visitacao/exposicoes>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/nucleos/nucleo-de-arqueologia/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pesquisa/igpa/jesco-puttkamer/>. Acesso em 16 de agosto de 2022.

UNICAMPO/NEPAM. Disponível em: <https://www.nepam.unicamp.br/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

UNICAMPO/NEPAM. Disponível em: <https://www.lap.nepam.unicamp.br/nossa-historia-2/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Instituto do Homem Brasileiro. Disponível em: <https://www.institutohomembrasileiro.org/o-ihb/>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

Instituto do Homem Brasileiro. Disponível em: <https://www.institutohomembrasileiro.org/endorso/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Instituto do Homem Brasileiro. Disponível em: www.institutohomembrasileiro.org/projetos/. Acesso em: 22 ago. 2022.

Casa de Cultura de Marabá. Disponível em: <https://casadaculturademaraba.org/sobre-nos/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Revista Projeto da USP. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/prancheta-mendes-da-rocha-em-novo-polo-da-usp/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Reserva Técnica Visitável do MAE/USP. Disponível em: <https://mae.usp.br/reserva-tecnica-visitavel-arqueologia-amazonica/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

Reserva Técnica Visitável do MAE/USP. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-1-Reserva-Tecnica-do-MAE-USP-Vista-geral-com-os-armarios-deslizantes_fig1_270644522. Acesso em: 25 ago. 2022.

Exposição do MAE/USP. Disponível em: <https://mae.usp.br/exposicao-sambaquis/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

Exposição do MAE/USP. Disponível em: <https://mae.usp.br/exposicao-resistencia-ja/>
<https://www.facebook.com/museuhistorianaturalmt/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

Museu de História Natural do Mato Grosso. Disponível em: <https://museuhistorianaturalmt.com.br/exposicao-permanente/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Museu de História Natural do Mato Grosso. Disponível em: <https://museuhistorianaturalmt.com.br/loja-e-cafe/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://www.ufsm.br/laboratorios/lasca/informacoes-gerais>. Acesso em: 29 ago. 2022.

LASCA, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100057435580030&sk=photos>. Acesso em: 29 ago. 2022.

LASCA, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100057435580030&sk=photos>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Museu Maguta. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/museu-maguta-o-primeiro-museu-genuinamente-indigena-do-brasil-i/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MUSEOLOGÍA CRÍTICA. *In*: Pedagogias y redes instituyentes. Disponível em: <https://redesinstituyentes.wordpress.com/glosario-y-referentes/museologia-critica/>. Acesso em: 8 nov 2022.

APÊNDICE I

| Quadro 1: Número de portarias – 2017 ao primeiro semestre de 2022 | | |
|---|--|---------------|
| Ano | Proporção por Tipo | Total por ano |
| 2017 | Autorização IN: 1 | 3 |
| | Renovação: 1 | |
| | Permissão: 1 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 0 Arqueologia Preventiva: 3 | |
| 2018.1 | Autorização IN: 5 | 7 |
| | Renovação: 1 | |
| | Permissão: 1 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 0 Arqueologia Preventiva: 7 | |
| 2018.2 | Autorização IN: 3 | 7 |
| | Renovação: 2 | |
| | Permissão: 2 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 2 Arqueologia Preventiva: 5 | |
| 2019.1 | Autorização IN: 4 | 6 |
| | Renovação: 2 | |
| | Permissão: 0 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 0 Arqueologia Preventiva: 6 | |
| 2019.2 | Autorização IN: 14 | 14 |
| | Renovação: 0 | |
| | Permissão: 0 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 0 Arqueologia Preventiva: 14 | |
| 2020.1 | Autorização IN: 13 | 16 |
| | Renovação: 3 | |
| | Permissão: 0 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 0 Arqueologia Preventiva: 16 | |
| 2020.2 | Autorização IN: 10 | 11 |
| | Renovação: 1 | |
| | Permissão: 0 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 0 Arqueologia Preventiva: 11 | |
| 2021.1 | Autorização IN: 17 | 17 |
| | Renovação: 0 | |
| | Permissão: 0 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 1 Arqueologia Preventiva: 16 | |
| 2021.2 | Autorização IN: 21 | 24 |
| | Renovação: 1 | |
| | Permissão: 2 | |
| | Arqueologia Acadêmica: 1 Arqueologia Preventiva: 23 | |
| 2022.1 | Autorização IN: 10 | 13 |
| | Renovação: 3 | |
| | Permissão: 0 | |

| | | |
|--|--|-------------------|
| | Arqueologia Acadêmica: 0 Arqueologia Preventiva: 13 | |
| | | Total: 118 |

APÊNDICE II

Entrevista de número 1

- **Nome da/o responsável na instituição pelas respostas na entrevista**
Maria Cristina Oliveira Bruno
- **Nome do Museu, instituição de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico**
Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP)
- **Data da entrevista**
11 de julho de 2022
- **Você pode nos contar sobre o histórico de formação da instituição?**

“O MAE (museu universitário) tem uma história muito singular, o Museu de Arqueologia e Etnologia existe nesse formato desde 1989. Ele é o resultado de uma fusão com outras instituições, resultado de uma fusão do antigo MAE criado nos anos 60, do antigo instituto de Pré-história da USP (também criado nos anos 60), dos acervos de arqueologia e etnologia do Museu Paulista (Museu do Ipiranga). São acervos que vem desde o início do século XX, e de um acervo chamado Plínio Airoso, que era do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Esses acervos, portanto, tem historicidades diferentes, porque nós temos por exemplo coleções que vieram do Museu Paulista, conhecido Museu do Ipiranga, que existem desde o final do século XIX, sobretudo coleções etnográficas, e temos coleções arqueológicas desde os anos 50 e 60, e outras coleções que são mais novas”.

“O Instituto de Pré-história, por exemplo, tinha uma tradição, que ele foi criado em 1962, de pesquisar no Estado de São Paulo. É uma instituição que construiu um acervo específico arqueológico do Estado de São Paulo. Já o ex MAE, quando foi criado também nos anos 60, já na USP, ele foi criado em torno de acervos do Mediterrâneo e Médio Oriente, acervos de África e Afro-brasileiros, e também acervos de arqueologia brasileira. Como você vê eles são acervos bem distintos. Então a partir de 1989 houve essa fusão, então tudo isso foi reformatado a partir de um novo plano diretor para a instituição. Desde lá nós atuamos a partir de três grandes áreas do conhecimento, que são arqueologia, etnologia e museologia, com acervos portanto do Brasil, acervos arqueológicos, etnográficos do território brasileiro e também alguma coisa da América Andina Pré-colombiana, depois acervos da época Clássica de arqueologia, da Grécia e do Oriente Médio. E do Egito nós temos também alguma coisa, e acervos etnográficos africanos e afro-brasileiros. Hoje o MAE tem uma coleção de mais de 1 milhão de itens, é realmente muito grande, a gente continua recebendo acervos de arqueologia por causa das pesquisas, como também grandes doações de material etnográfico de grupos indígenas ou mesmo de antropólogos que acabaram doando para o MAE. Então é um acervo bastante multifacetado dentro dessas variáveis”.

“Essa é a nossa história, portanto como um museu universitário. Nessa condição de museu universitário, no caso da universidade, essa instituição, os museus em geral na USP passaram por muitas fases, diferentes inserções na universidade, e mais recentemente dentro do último regimento da universidade, de

2018, nós fomos realmente enquadrados como museus mesmo, então pra nós isso foi um ponto muito importante porque era algo que nós vínhamos batalhando anos após ano. Isso significa que nós temos autonomia administrativa, financeira, autonomia que é mais importante para a carreira docente. Então os concursos são feitos no próprio museu, os professores e temos também os técnicos. Isso para nós foi um pulo muito grande. O MAE hoje é responsável pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia já há alguns anos, e também ele faz parte, ele tem a gestão administrativa do programa de Pós-Graduação Inter-Unidades em Museologia. Esse programa do MAE faz parte junto com os outros três museus da USP: MAE, Museu Paulista (Ipiranga), Museu de Arte Contemporânea e Museu de Zoologia. A sede acadêmica e administrativa é no MAE”.

“Esqueci de mencionar um aspecto, nós tivemos muitas versões no nosso organograma, na nossa organização a partir dessa fusão. Posso dizer que ao lado das áreas técnicas, das áreas que eu falei, arqueologia, etnologia e museologia, nós temos uma grande área que hoje o nome é curadoria, ela reúne toda a cadeia operatória museológica. Dentro dessa área, de acordo com o nosso atual organograma, nós temos os laboratórios de pesquisa, a conservação, a documentação, exposição e educação. Essas áreas que compreendem a cadeia operatória museológica, elas estão reunidas em uma divisão (curadoria no organograma). Ao lado disso temos a biblioteca que é um outro setor, e toda uma infraestrutura administrativa própria do museu”.

“O MAE ainda tem muitos projetos fora da nossa sede, porque temos pesquisas na Amazônia, pesquisas em Minas, no Brasil Central. Mas nós temos um centro de pesquisa regional no interior de São Paulo, na cidade de Piraju. E aí nós temos uma sede, um edifício, temos isso há muitas décadas e funciona como um desdobramento do MAE”.

- **Como é composta a equipe de profissionais da instituição?**

“No momento atual o quadro dos docentes do museu, ele tem três museólogos na carreira docente, temos uma etnóloga e 17 arqueólogos. Há um desequilíbrio visível nessas carreiras. Entre os arqueólogos nós temos os especialistas em antiguidades, Grécia Antiga, temos especialista no Brasil e América do Sul. Essa é uma organização as vezes flutuante, porque nós temos aposentadorias. Muitas vezes o professor, no caso da USP, depois que ele se aposenta ele pode ser professor sênior, então eles continuam constando da instituição. Ao lado disso nós temos um número próximo de 20 de funcionários técnicos especializados, divididos nesses setores, mas também com uma carência imensa. Os funcionários são todos concursados e todos da instituição. Em relação a terceirizados que é um quadro da USP, nós temos segurança e limpeza, o restante é tudo da universidade, por concurso”.

“Dentre esses técnicos especializados, nós temos alguns que são doutores. Pelo menos um mestre e os outros quatro são doutores. Mas é uma carência imensa, no setor de educação nós temos basicamente um profissional, que acabou de finalizar o doutorado, e conservação, uma profissional. O MAE tem uma outra forma de organização, além dos laboratórios técnicos de arqueologia que trabalham na cadeia operatória curatorial, ele é organizado em laboratórios temáticos. Então nós temos um numero grande de laboratórios organizados por temática. Por exemplo, nós temos zooarqueologia, laboratório de arqueologia regional, laboratório de pesquisa museológica, laboratório de educação, microbiologia. Vários. No fundo os docentes se organizam academicamente a partir desses laboratórios. Nesses

laboratórios há uma convivência sistemática com os estudantes. Os laboratórios técnicos dão o apoio para toda essa infraestrutura”.

- **Como é composta a infraestrutura de funcionamento da instituição: espaços e equipamentos?**

“Esse é o nosso grande problema, desde a fusão. Quando houve a fusão em 1989, nos foi prometido um prédio novo, justamente que iria abrigar quatro instituições. Tivemos muitas, muitas idas e vindas, fizemos vários projetos, e já desde o início de 2000 estamos trabalhando ativamente em um projeto que se intitulou Praça dos Museus, na USP. Que é um projeto elaborado pelo falecido Paulo Mendes da Rocha, arquiteto, com o escritório Piratininga, um projeto de arquitetura que nós participamos ativamente. Então, essa praça seria a reunião de três prédios, três museu que seriam o MAE, o museu de Zoologia, e a época o Museu de Ciências, um museu recém criado na USP. Esse projeto passou por tudo o que você possa imaginar, e mais um pouco. Tivemos muitas idas e vindas. O MAE acabou sendo construído primeiro, o edifício do Mae tem sete andares, imenso. Está lá construído, que por questões econômicas, financeiras, a gente teve um grande baque aqui em São Paulo em 2014, 2015, a USP foi uma das grandes prejudicadas, essa obra parou, e depois muitas comissões. Eu mesma quando fui diretora do MAE, entre 2014 e 2018, eu participei ativamente pra fazer o relatório para ir pra frente esse projeto. Agora desde de que assumiu essa nova reitoria em janeiro nós temos tido notícias que isso vai ser retomado. A reitoria criou uma nova comissão, já foram muitas comissões para a praça dos museus, e por coincidência, exatamente hoje o Estado de São Paulo (jornal Estadão) tem uma grande matéria dizendo que a USP vai investir em infraestrutura e há uma menção bastante detalhada sobre a praça dos museus. Então, por isso, depois de muitas dificuldades mesmo, logo depois da fusão nós não tínhamos onde nos reunir. Nós levamos muitos anos, fomos para esse prédio onde estamos até hoje desde 1993, e fomos reformando esse prédio de uma forma adequada, ele foi sento qualificado para um museu. Hoje nós temos, eu considero, excelentes condições das reservas técnicas, laboratórios. Temos uma sala de exposição, a parte educativa, e agora há uns anos atrás ganhamos um outro prédio lateral, onde então reformamos, e ele está todo preparado com salas de aula, secretaria acadêmica, auditórios, sala de defesas. Então, com enorme dificuldade nesses anos todos nós fomos qualificando esse espaço para nós. Então, fizemos uma enorme reforma na biblioteca há dois anos, estão ela triplicou de espaço. Cada docente tem uma sala específica, cada laboratório que eu mencionei, da Amazônia, da cidade antiga, de microbiologia, todos eles têm espaços próprios com equipamentos e tal. E nesse mesmo espaço temos um projeto aprovado para a construção de um anexo. Então, nos últimos anos a gente sempre ficou em uma situação sempre difícil entre construir a Praça dos Museus ou reformar o prédio atual. Isso é muito difícil, tem prejudicado muitíssimo o MAE”.

- **Quais atividades a instituição realiza?**

“Pesquisa realizamos, todas essas áreas, temos toda uma parte museológica de extroversão, exposição, ação educativa, sempre tivemos. Tem toda uma parte de ensino muito fortemente. Tem toda uma área bem organizada de conservação, documentação, que funciona dentro dessa ideia de cadeia operatória museológica. Nós por exemplo, nos últimos anos e também muito empurrados pela pandemia, criamos e ampliamos muito o nosso braço virtual. Então, hoje o MAE tem muitos

projetos virtuais, você pode acompanhar pelas redes sociais. Então, ou são projetos para o setor educativo, da expografia, mas também são projetos institucionais, são específicos dos laboratórios. Acho que isso é uma parte bem interessante do museu. E ele tem, o MAE há muitos anos desde a sua origem, ele tem uma tradição multiconvênios nacionais e internacionais. A gente trabalha muito em diálogo com instituições de fora do Brasil. E daí depende muito da área de pesquisa. Temos por exemplo, pesquisas pelos docentes que fazem pesquisa no Peru, temos docentes que fazem pesquisa em Israel, na Grécia, em função da sua área de conhecimento, para além do Brasil”.

- Pesquisa
- Documentação
- Exposição
- Ações educativo culturais
- Outra_____

• **Qual o total de artefatos e peças salvaguardados pela instituição e suas tipologias?**

“Para mais de 1 milhão de peças”.

• **Qual o total de artefatos com proveniência de Rondônia e as suas tipologias?**

“Sobre Rondônia, isso eu não tenho. Nos últimos anos muitas das pesquisas que são feitas por exemplo, em Rondônia, em outros lugares, por exemplo em Minas, eles muitas vezes ficam um período no MAE para o tratamento curatorial, depois quando existem, vão para o seu local de origem. Por isso o MAE também tem uma certa tradição já muito longa de colaborar com instituições de fora do Estado de São Paulo, ou museus ou institutos de pesquisa, isso já é uma tradição do MAE”.

• **O que pode contar sobre a relevância científica e social dos acervos?**

“O MAE, aqui no Brasil nós tínhamos sempre uma ideia que existiam três grandes instituições e acervos: o Museu Nacional, o MAE e o Goeldi. Depois da tragédia que tivemos no Museu Nacional, entendo que o MAE seja o mais relevante do Brasil em termos de acervos. Eles são acervos importantíssimos, porque alguns são muito antigos enquanto coleção, tem toda uma tradição histórica, sobretudo os etnográficos que vem acompanhados de diários de campo, das documentações e tal. Mas temos acervos indígenas que são ainda organizados recentemente com a participação dos indígenas, que é um caminho que o MAE tem trilhado muito fortemente nos últimos anos, que são os trabalhos colaborativos, em várias regiões, na Amazônia, aqui em São Paulo, em várias regiões do Brasil. No acervo de Arqueologia Clássica e do Mediterrâneo, é basicamente o único que tem aqui no Brasil. O nosso acervo menor, por várias circunstâncias são os acervos africanos e afro-brasileiro. Acho que também nessa mesma conjuntura o nosso acervo dos Andes, pré-colombianos. Eu pessoalmente tenho por convicção que todo acervo é importante, eu considero que a gente não deve, sabe, as vedetes do acervo. Acho que todos eles são importantes, e mais importante ainda é a possibilidade de produzir conhecimento a partir desses acervos, ensinar para novos profissionais e trabalhar a extroversão através de ação cultural, exposições, ação educativa. Por isso eu acho que todo acervo é importante”.

- **Os acervos provenientes do Estado de Rondônia, após darem entrada na instituição, foram consultados para:**

“As pesquisas mais recentes do professor Eduardo Neves, elas se direcionaram para Rondônia, mas fora isso nós tínhamos acervos mais antigos, Todas essas pesquisas que giram em torno desses laboratórios têm essa vocação, de produção de conhecimento, de orientação de trabalhos. Às vezes alunos daqui, às vezes lá de Rondônia mesmo, às vezes alunos de outras regiões do Brasil que vão para lá. Então para nós especialmente nessa região em função dos planos de pesquisa do professor Eduardo Neves, acho que todos eles têm essa vocação”.

- Publicação de artigos
- Escrita de monografias
- Escrita de dissertações
- Escrita de teses
- Realização de exposição
- Outros _____

- **Como a instituição se financia anualmente?**

“Eu tenho um orçamento que não saberia lhe dizer agora quanto é, mas é muito baixo, isso eu posso te garantir da universidade. E eu sei que é muito baixo pelo seguinte, há poucos anos atrás houve um balanço da USP sobre o seu orçamento, e na época o próprio reitor apresentou um quadro para todos nós. Juntando os quatro orçamentos dos museus da USP, o nosso orçamento era menor do que uma escola da USP. Então o nosso orçamento sempre foi baixo. Nós não recebemos endosso nos últimos anos, é muito raro, há mais de uma década a gente não atua mais nesse caminho, mas nós sempre atuamos a partir de projetos com financiamento da FAPESP, da CAPES, do CNPQ, às vezes com projetos que são patrocinados, alguns trabalhos que tem cruzamento com o impacto ambiental, então o projeto é financiado, a pesquisa, mas acho que basicamente o financiamento desses órgãos. Então isso significa um trabalho enorme do próprio pesquisador, porque é ele quem vai atrás e tal”.

“Nós temos nos últimos anos, muito em função do perfil de alguns novos pesquisadores que entraram no museu a partir de concursos, financiamentos internacionais de pesquisa. Isso a gente tem há muitos anos, por exemplo da França e mais recentemente temos da Alemanha, Estados Unidos. Mas como eu te falei, é muito diretamente ligado a Projetos de Pesquisa”.

- **Qual a classificação do estado de conservação dos acervos?**

“Após muitas idas e vindas, nós passamos com mudança de prédios, com articulação desses acervos. Eu considero hoje depois da última grande reforma da reserva técnica que nós fizemos, são várias reservas, eu considero muito bom, porque temos um cuidado extremo com isso no laboratório de conservação. Conhecendo um pouco outras realidades, eu considero realmente que a gente tem um estado muito bom, e a gente tem um controle sobre isso, porque nós estamos sempre mexendo no acervo, alterando embalagem, formas de guardar, observações sistemáticas de conservação. A nossa última reforma que começou em 2019, que foi uma reforma enorme na reserva técnica maior, nós tivemos que trocar todo o piso. Você pode imaginar o que significa em relação aos armários. Nós também trocamos os armários, então isso significa que a gente está sempre mexendo. E esse trabalho ele é feito com essa coordenação que eu te falei, a gente tem uma conservadora,

tem o pessoal que trabalha na área técnica dos laboratórios, e nós trabalhamos sempre muito com estudantes bolsistas. Algumas bolsas são da própria USP mesmo. A USP tem dois programas de bolsa para estudantes de graduação. A gente tem o MAE um grande palco pra esses estudantes, então essas reformas são feitas sistematicamente, e eu considero que hoje a gente tem uma situação muito boa. Agora, como a gente está sempre em movimento, recebendo doações e tal, isso é algo que não é fácil de levar para a frente”.

- Bem conservado
- Regular
- Mal conservado

- **A instituição possui política de endosso e gerenciamento de acervos?**

“Nós temos, mas entra no rol de uma política de acervos maior. Acho que o MAE já vivenciou épocas onde essa questão de assimilar esse acervo de contrato foi muito mais expressiva, depois o MAE acabou quase não atuando mais em receber endosso. Raríssimo. A não ser em situações muito extremas que eu vou até te dar o exemplo. Todo esse projeto da Praça dos Museus acabou sendo um contraponto de um projeto de impacto ambiental, que acabou rendendo uma multa, essa multa foi dada para a USP, e a USP como tinha essa demanda de construção desses museus, levou para a área de museus. A gente não tem essa prática como eu vejo muito nas outras instituições do Brasil. Eu vejo porque acompanho os seminários, acompanho os grupos e tal. No momento, nós já tivemos, mas atualmente não temos mais”.

- Sim
- Não

- **A instituição tem planos de, no futuro, promover a repatriação de acervos?**

“Já aconteceu algumas vezes na minha gestão, mesmo, a gente entregar coleções para os seus lugares de origem. Enfim, por mais que a gente tenha a intenção, junto ao IPHAN é difícil de a gente levar isso à frente. Mas isso faz parte do nosso perfil. Agora, é tudo muito moroso porque tem a assessoria jurídica da USP, tem o IPHAN. Nós nos últimos anos implementamos muitos trabalhos colaborativos com grupos indígenas em diferentes circunstâncias. Então às vezes tem ocorrido que eles próprios decidem que o material tem que ficar no MAE. São vários projetos que nós temos em diferentes circunstâncias, os indígenas frequentam muito os museus, participam de atividades. Agora mesmo nós temos aquela exposição “Resistência Já”, que é uma exposição temporária que foi feita totalmente com os indígenas. Então, isso faz parte do nosso cotidiano. Agora, é lógico que isso é direcionado para um segmento do nosso acervo, por exemplo, o acervo de Arqueologia Clássica, Gréco Romana, não tem esse tipo de tramitação”.

- Sim
- Não

- **A documentação associada aos acervos, recebida pela instituição, contempla os relatórios, registros e demais produtos relacionados a etapa de Educação Patrimonial dos projetos?**

“Nós tínhamos arqueólogos naquela época, alguns até se aposentaram, que participaram intensamente de contratos, então muitos desses projetos se desdobravam em ações educativas”.

- **Discorra, se assim desejar, sobre algo que julgue importante e não tenha sido contemplado pelo roteiro da entrevista, a respeito da sua instituição ou no que se refere ao acervo procedente de Rondônia.**

“O MAE, é importante frisar que ele enfrenta e tem enfrentado desde sempre muitos problemas, enormes problemas, e eu acho que a gente pode organizar esses problemas em três variáveis. Uma que é a própria inserção dele na universidade. Isso é muito típico dos museus universitários, então nós brigamos e continuamos a brigar para conseguir organizar a carreira acadêmica, orçamento, eleição. Temos uma integração na universidade como museu universitário. Acho que o segundo segmento é e sempre será ter o controle do acervo, todas essas variáveis que envolvem os acervos, e como o MAE é multifacetado, esses problemas são também multifacetados. E o terceiro e maior problema, é a nossa sede final. Agora veja bem, a gente nunca ficou parado com essa sede, que são idiossincrasias. A ideia que nós temos é que nós poderíamos trabalhar muito mais. A gente poderia sobretudo na extroversão, a gente poderia ter muito mais trabalhos educacionais, de ação cultural, mais do que a gente tem. O MAE tem muitas atividades nesse segmento de extroversão e extensão, mas poderia fazer muito mais se a gente pudesse ter uma sede adequada. Acho que são esses três enfrentamentos”.

Entrevista de número 2

- **Nome da/o representante da instituição**
Juliana Rossato Santi
- **Nome do Museu, instituição de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico**
Reserva Técnica (RT) Arqueológica do Departamento de Arqueologia (DARQ) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
- **Data da entrevista**
14 de julho de 2022
- **Você pode nos contar sobre o histórico de formação da instituição e seus acervos?**

“Eu entrei no curso de arqueologia em 2013, o curso surge em 2008 e em 2009 começaram as atividades. Sei que a primeira coleção que chegou no departamento foi uma coleção de doação, de material arqueológico histórico. Foi um resgate desse material que estava na casa de um particular, de um senhor e aí por um processo judicial ele acabou tendo que entregar esse material arqueológico. Ele foi juntando esse material ao longo de 20 e poucos anos, e ele foi de um trecho entre a Caerd e os galpões da Estrada de Ferro. Então, esse material histórico, ele tem a ver com a construção desses espaços. Foi a primeira coleção que o Departamento recebeu, a primeira coleção arqueológica. Não tinha o espaço adequado, na verdade o Curso de Arqueologia nem tinha sala, era uma sala só para depósito de material arqueológico, era para o coordenador ficar, era para os professores ficarem, e era onde fica hoje a PROCEA ali na parte de baixo”.

“Quando eu cheguei em 2013, a gente já tinha o Casarão, e a gente tinha três salas no Casarão, uma era a sala da chefia e de reunião, a outra era um laboratório onde se fazia toda a parte prática, um laboratório com pias, pequeno, e a outra era a reserva técnica. E aí nessa onde ficava a reserva técnica era onde ficava a coleção. Ao longo desses anos de 2009 até 2013 tinha alguns materiais doados por moradores, alguns machados polidos, fragmentos de cerâmica. Eu quando cheguei em 2013 alguns alunos vieram me procurar para trabalhar com esse material histórico. A Eclésia com a parte da louça e o Renato com o vidro. Aí a gente entrou na reserva técnica e foi escavar a reserva técnica, esse material estava do mesmo jeito que ele chegou em 2009 para a gente, em caixas de papelão. Quando ele chegou tinha a contabilização, quantas garrafas tinham em cada caixa, mas com o passar do tempo isso vai se deteriorando e o negócio vai se perdendo. A gente fez isso, retirou todo o material e refez essas caixas de papelão, por que a gente não tinha nenhum recurso financeiro pra poder colocar esses materiais em locais adequados, em caixas adequadas, em sacos nem nada. A gente limpou de novo porque estava com teia de aranha, essas coisas todas, fez o processo de limpeza, mas a gente não enumerou, a gente pegou as louças para numerar, porque aí no decorrer desse tempo de higienização e organização, um dos alunos desistiu do TCC em vidro, daí a gente fez a catalogação da louça e organização do espaço, do jeito que dava. Foi a primeira coleção que foi analisada do departamento. Com o passar do tempo, a gente recebeu um endosso que foi o do linhão. Mas isso tudo, vou fazer um parêntese. Desde que o curso surgiu existia essa demanda das usinas para entregar esse prédio da reserva técnica, esse processo estava rolando desde 2008, que essa reserva técnica era para ter sido construída em dois anos, então em

2010 no máximo já deveria estar lá com tudo organizado, e a gente não tinha. Todo ano era aquela perspectiva, esse ano vai, esse ano vai, e aí então o primeiro prédio a ser construído foi em decorrência das usinas também, mas da parte do linhão, que foi aquele predinho que chamamos de puxadinho, que a gente agora entregou para o curso de Artes. O que é interessante porque são dois cursos que entraram na universidade sem ter estrutura nenhuma e que na verdade a gente está se ajudando”.

“A segunda etapa foi isso, mas aí nesse processo a gente recebeu toda a coleção do linhão, mas aí a gente já não tinha mais só a coleção de doação de material histórico, em 2014 a gente começou a fazer campo pelo departamento, o primeiro campo foi em Santa Paula, com um projeto que o próprio departamento conseguiu, então a gente começou a fazer campo lá. Então o material do Santa Paula já estava entrando também na Reserva Técnica nesse espaço pequeno. Aí, em 2015, a gente foi a primeira vez no Donza, muito material. O Casarão era junto com o curso de artes, então a gente dividia algumas salas, e aí esse material arqueológico a gente trouxe treze vasilhas inteiras e semi-inteiras do Donza. Esse material ficou distribuído dentro dos laboratórios porque não cabia no laboratório, porque não cabia na reserva, não tinha condição. Então, quando a gente foi com o material todo para o prédio novo, o puxadinho, a gente já tinha material da coleção doada, material do Santa Paula, do Donza e o material do Linhão. A gente já foi para um espaço melhor, com ar-condicionado, com melhores condições”.

“O desmembramento do curso de arqueologia do curso de história foi no final de 2009, e aí desvinculou e a gente recebeu só essa sala. Quando a Valéria, o Carlos e o André entraram, eles não tinham nada, absolutamente nada, nem uma sala, e esse material de doação estava no departamento da história na época. Então assim, é uma aventura do curso de arqueologia. E aí depois a gente vai receber, depois de todos esses anos de tentativas e tratativas a gente vai receber, esse prédio que é o 4F, a Reserva Técnica, entregue a gente em 2020, no início da pandemia (COVID19). E agora a gente tem que lidar com os problemas de vedação do prédio, que está chovendo dentro”.

- **Como é composta a equipe de profissionais da instituição?**

“De professores a gente tem 10, que são efetivos no curso. Desses 10, dois são biólogos, uma é geógrafa, uma museóloga, só que esta agora é a nossa reitora, então não está dando aula, e são seis arqueólogos. Tem uma que tá está fazendo doutorado que também não está dando aula, a Valéria. E aí a gente tem dois professores substitutos que vieram para substituir a Marcele e a Valéria. É interessante que a gente tem essa diversidade de formações, porque os arqueólogos do departamento são formados todos eles em história, então a nossa formação de graduação é história, inclusive a Marcele que é museóloga, a formação dela é história. Sabe que a nossa formação na época era essa né? Tinha que fazer graduação em outras formações. Mas aí a gente tem problemas assim, que os professores da biologia não trabalham com a interface da arqueologia, os professores de geografia também não. Em relação a técnicos, a primeira que a gente teve foi a Glenda, que ela é contratada como técnica de laboratório/museu. No início ela fazia de tudo um pouco, depois veio a Eva como museóloga, então as coisas começaram a se encaminhar melhor, uma é laboratório a outra museu, aí a coisa foi andando. Dai a gente conseguiu você também. É importantíssimo, a gente precisa muito mais de técnicos que trabalhem com essa parte da Reserva Técnica. A gente precisa de conservadores urgentemente, porque é muito material que a

gente tem, então não é só organizar as coleções que estão desorganizadas nesse momento, é além de organizar, de conservar, dar conta de uma coisa que você retira lá. A gente não dá conta, uma coisa que a gente ainda não fez, a gente tem projetos de extensão, mas são super pontuais e a gente não consegue mostrar para a comunidade que esse material existe, que ele é um bem de todo mundo, e a gente não consegue e isso é frustrante. Com o passar do tempo, a gente tem que começar a usar os outros recursos da universidade, a extroversão ela é essencial. Agora nesse momento a gente está com o curso de jornalismo aqui em Porto Velho, que antes ele era lá no interior, e é uma coisa que a gente não faz, nenhum tipo de projeto com outros cursos”.

- **Como é composta a infraestrutura de funcionamento da instituição: seus espaços físicos?**

“A nossa estrutura física é muito boa, em vários sentidos, tanto em metragem de espaços mesmo, como em termos do que a gente pode fazer para adequar todos os processos e equipamentos que a gente tem para uso. E aí, de novo, o que nos falta mesmo são pessoas para ajudar a trabalhar. A gente tem quatro laboratórios enormes, temos um local para o recebimento do material que fica em quarentena, local de higienização, a gente tem espaço para o administrativo funcionar, a gente tem espaço de biblioteca para os alunos com computador para eles acessarem e conseguirem fazer os trabalhos. Para o curso funcionar, a gente tem uma estrutura muito boa, não teria o que a gente exigir mais nesse momento. Dadas as condições de outros espaços no Brasil, que são espaços de guarda de acervos arqueológicos, a gente está super contemplado”.

- **Quais atividades a instituição realiza?**

“A gente trabalha com tudo isso. Na extensão a gente tem dois professores que fazem extensão, a Silvana que é a precursora da extensão no curso de arqueologia. Ela fez um projeto guarda-chuva, porque o projeto dela é um projeto de arqueologia e comunidades, abrangeria qualquer tipo de projeto de extensão que pudesse ser feito, e eu junto com a Glenda e mais várias professoras que são professoras voluntárias do departamento, mas que são ex-alunas, que são egressas, que acabam trabalhando voluntariamente. Mas no caso do meu projeto, ele é mais voltado para a cidade de Porto Velho, para material arqueológico histórico, então ele é bem mais pontual. A gente tem vários cursos que de extensão que foram sendo feitos no decorrer desse período. O curso de extensão foi o que a Eva também foi coordenadora, um curso de conservação procurado pelo Brasil inteiro. E agora a gente está fazendo um curso de extensão que está voltado para a arqueologia e o feminismo. Na verdade, ele é um projeto de pesquisa que a gente transformou em um curso de extensão também. Projeto de pesquisa todos os professores desenvolvem, cada um na sua especialidade. Geralmente os Projetos de Pesquisa estão associados aos TCCs que são defendidos pelos alunos. A maioria dos alunos fazem trabalhos voltados para os materiais que estão na reserva técnica. Nem todos os alunos fizeram TCCs voltados para a prática arqueológica, para a prática em si. Tem muitos TCCs que foram revisões bibliográficas, análises de outros espaços. Eu na verdade orientei diversas áreas, até lítico eu orientei. A questão da extroversão é o que a gente mais deixa a desejar. A gente fez algumas coisas bem pontuais dentro da universidade, na inauguração do prédio puxadinho a gente fez uma exposição. Teve uma exposição que foi feita pela professora Silvana

e pela Evânia que foi ali no museu, naquele momento foi muito importante, foi um momento de reconhecimento do curso de arqueologia fora da universidade”.

“A gente tem todo um acervo de bibliografias, de livros importantes, que foram de dois pesquisadores importantes que atuaram aqui na Amazônia, a Betty Meggers e o André Penin. A gente tem esse acervo e agente tem toda a documentação do material arqueológico que a gente recebe. Então, essa documentação está impressa e também em formato digital. A documentação dos acervos está sendo feita mais ou menos, os acervos estão sendo organizados”.

- Pesquisa
- Documentação
- Exposição
- Ações educativo culturais
- Outra _____

• **Qual o total de itens salvaguardados pela instituição e suas tipologias?**

“Das usinas, da Santo Antônio em torno de 700 mil itens, de Jirau em torno de 300 mil itens, fora o material do Donza, que são uns 11 mil itens, o material do Santa Paula deve ter mais ou menos isso, para mais. O material histórico tem em torno de uns 3 mil. O material do linhão, não sei quanto é, vamos chutar ai uns 16, 20 mil. É muita coisa, tem mais de um milhão. A gente tem um material histórico que é vidro, louça, grés, metal que é a parte mais complicada do nosso acervo, que não passou por nenhum tipo de processo de higienização ainda. Plástico, a gente tem material em plástico também. Do que a gente tem do material indígena, tanto fragmentos com muitas vasilhas inteira, vasilhas que ainda não foram escavadas, vasilhas que já foram escavadas. A gente tem lítico lascado, polido, tem muito sedimento para ser flotado, mais de 500 engradados de sedimento para flotar. A gente tem material botânico, material em osso tanto humano quanto de animais”.

• **Qual o total de artefatos com proveniência de Rondônia e as suas tipologias?**

• **O que pode nos contar sobre a relevância científica e social dos acervos?**

“Os acervos estão divididos assim. Se a gente for falar de periodicidade, de temporalidade, eles estão divididos entre acervos que estão associados a história antiga indígena, a história um pouco mais recente, que a gente tem até uma lacuna ai, e a história de urbanização dos espaços, que é essa história da colonização, mesmo. Em termos de extroversão, a função social do curso de arqueologia em si e desses acervos, eu acho que é extremamente relevante, porque várias questões que tangem a história indígena e que também devem ser contadas por eles, mas que é contada pelas arqueólogas e pelos arqueólogos que trabalham nesse material, é importante nesse espaço aqui em Rondônia, até pela desmistificação dessas questões que são extremamente preconceituosas relacionadas aos indígenas. Você sabe que aqui em Porto Velho quando se fala, aqui em Rondônia quando se fala de comunidades indígenas, as pessoas em geral parecem que não querem saber. Porque a visão geral é que eles não têm contribuição, sendo que são as pessoas originárias que estavam aqui, pessoas que detinham o conhecimento de toda a floresta, de todos os aspectos que a gente tem hoje de animais, vegetais, terra e que foram dizimadas, expulsas, dizimadas, assassinadas, então é uma história que ela é traumática aqui. Esse trauma existe em qualquer lugar do Brasil,

mas ela é mais traumática aqui porque ela é uma história recente, então quando você vai falar sobre isso, você vai para as comunidades entender essas histórias, que é o que a gente faz, resgata os materiais para entender a partir do material o que a gente tem ali dessa história. Então, é muito complicado, a gente tem relatos de pessoas da década de 70, 80 e início de 90 expulsando indígenas da forma mais horrível que você possa imaginar. Ai isso é muito recente, as pessoas estão vivas, as pessoas que praticaram esse tipo de ato elas estão vivas e você vai falar com essas pessoas nas comunidades. A história delas importam também, né?”

“E tem essa coisa, ‘ah vocês só querem saber de caco de índio’. Não a gente não quer só saber de caco de índio. Que é isso que a gente ouve, né? A gente quer saber de todas as histórias, inclusive das histórias de vocês, que a gente sabe sim, tem uma história complicada por trás disso tudo. Então, quando a gente começa a levantar essas histórias a gente levanta tudo isso, ela não vem sem essa parte difícil de ser contada. Alias, da minha visão essa é a parte que tem que ser falada. Eu não vou falar, aí, esse material indígena é lindo, olha como ele é lindo. Que é algo que parece que interessa para as pessoas no geral. E daí tem a importância de a gente contar uma história que as pessoas precisam ouvir, que elas têm que ouvir, porque as pessoas precisam entender que o Brasil é como ele é, ou está como ele está porque ele foi fruto de agressões, fruto de saques, fruto de massacres. Então é isso que a gente tem que contar, essa história que ninguém conta, essa história que as pessoas não querem ouvir. Porque a gente precisa se conscientizar que isso não deve se repetir, que a gente não deve dar continuidade para esse tipo de coisa que acontece até hoje. E é a partir dessa materialidade que a gente cai contar essas histórias. E que se você for pegar os livros de história mesmo que contam as histórias dos espaços daqui, você não vai ter essa história. E mesmo quando você vai falar dessa parte da colonização aqui, mesmo até os dias de hoje, você não tem, você não vê nessas histórias, é como se os indígenas eles existissem nas atividades daqui e depois eles sumissem, foram embora, eles não precisavam mais ficar aqui. E aí você não tem a continuidade da história indígena, a continuidade da história das pessoas que vieram como trabalhadores, que vieram trabalhar quase escravizadas aqui, mesmo que já não houvesse escravidão oficial. Você não vê a história das mulheres daqui, das mulheres que lutaram. Você não vê contado nos livros de história e nos trabalhos que se dizem de história aqui, essa história. Então você vai falar da história da Madeira Mamoré, você vai associar os seus estudos, você vai procurar a bibliografia, você vai ler, ‘há houve trabalhadores de diversos lugares do mundo, aqui era um lugar de profícuo crescimento’. E você não vai ter a história das pessoas que morreram e foram praticamente escravizadas aqui. Você não vai ter a história das crianças, por exemplo. Se você vai ler, até parece que não existia crianças aqui. As Mulheres aqui, quando você vê as mulheres falarem? Eu já li inclusive, vários documentos falam que as mulheres, parece que todas as que estavam aqui eram prostitutas. Tudo bem, elas também existiram, provavelmente. Mas porque que eu falo primeiro disso? Quem são essas mulheres? É o que a materialidade que a gente usa para os nossos trabalhos tem que buscar. Essa é a função social do nosso trabalho”.

- **Os acervos provenientes do Estado de Rondônia, após darem entrada na instituição foram consultados para:**

“Já! Monografias foram várias, TCCs que a gente tem aqui, para finalizar o curso tem que fazer o TCC. Já tem acervo sendo usado para mestrado, acervo sendo utilizado para doutorado. Artigos, vários artigos sendo publicados,

principalmente sendo publicados pela professora Silvana, o professor Eduardo. Então, tem sim, esse acervo está sendo utilizado, não talvez como as pessoas gostariam, mas de certa forma como você produz o TCC e disponibiliza para as pessoas lerem, no geral ele já está sendo divulgado de alguma forma. Já foram feitas várias exposições também”.

- Publicação de artigos
- Escrita de monografias
- Escrita de dissertações
- Escrita de teses
- Realização de exposição
- Outros _____

- **Como a instituição se financia anualmente?**

“A gente recebe isso que a gente chama de endosso quando você vai receber uma coleção. A gente recebe doação de materiais de consumo, geralmente para dar continuidade aos nossos trabalhos, tanto no laboratório quanto no trabalho de campo. Esse endosso, geralmente são associados, 99% à licenciamento ambiental, então mesmo que os projetos eles são feitos e não há material arqueológico, porque não tem, mesmo assim os projetos tem que endossar de alguma forma, e aí a gente recebe doação de bens de consumo ou equipamentos. Então, a gente tem mantido essa facilidade. A gente dá aula, e tem todo esse material de consumo para aula, para TCC, para a realização das coleções a partir desses endossos, a gente não tem como receber grana. A gente tinha uma fundação na universidade. Geralmente essa grana dentro das universidades ela chega a partir de fundações que são associadas às universidades. Ai a nossa universidade teve um problema jurídico, então a fundação que era a Rio Mar, e aí ela foi cancelada, não tem como receber. E até esse processo findar, a universidade não pode ter uma nova fundação. Então, judicialmente a gente pode fazer projetos junto com a fundação do Acre, a FUNDAP. Só que até agora a gente não conseguiu fazer, essa coisa da burocracia e tudo o mais. Está sendo feito um convênio com essa fundação, mas a partir de um projeto do professor Eduardo, lá de Porto Rolim, e aí esse projeto não dá conta de abarcar todos os outros projetos. E aí, tem que elaborar um projeto para isso, para que você possa receber de qualquer endosso que chegar, para que o departamento de arqueologia possa receber através desse projeto que já existiria. O chefe de departamento está viabilizando isso, essas conversas e tudo o mais. Acho que no ano que vem talvez a gente já tenha essa possibilidade. Facilitaria, porque eu acho que a gente conseguiria destinar uma verba para bolsista, para ajudar nas questões de organização do acervo. Até por exemplo, a gente teve um problema, a professora Silvana mandou um projeto para um prêmio que era do museu, e ela foi premiada com um valor. E aí esse projeto tem que entrar na universidade, esse valor para a gente usá-lo para o que deveria ser usado. Só que com esse problema do piso da universidade, essa grana entra e alguma grana tem que sair, porque a universidade tem um piso, ela não pode receber a mais que isso. Então não vamos receber porque se ela entrar ali, algum projeto vai ter que tirar essa grana dali, então não tem nem como a gente receber por essa parte que é para a universidade gerenciar”.

- **Qual a classificação do estado de conservação dos acervos?**

“No geral está bem conservado. Mas tem coisa que a gente não fez ainda. O que mais me preocupa é material ósseo, e o material metálico. Acho que esses dois

materiais a gente está deixando a desejar, com o resto já teve troca de saco, já teve revisão. Enquanto a Evânia estava, ela sempre fazia essa verificação”.

- Bem conservado
- Regular
- Mal conservado

- **A instituição possui política de endosso e gerenciamento de acervos?**

“A gente tem uma política de endosso bem básica, e tem uma bem melhor que está sendo ainda discutida em vários âmbitos, tem uma comissão fazendo isso. A gente tem uma básica que é o que está dando o seguimento pra a gente enquanto instituição de guarda, mas essa mais completa que vai sendo gerada a partir dos problemas que a gente vai encontrando, ela ainda está por ser finalizada, está sendo discutida”.

- Sim
- Não

- **A instituição tem planos de no futuro, promover a repatriação de acervos?**

- Sim
- Não

- **Para os casos dos acervos formados pela via da arqueologia preventiva, a documentação associada recebida pela instituição contempla os relatórios, registros e demais produtos relacionados a etapa de Educação Patrimonial?**

“A gente tem material que a gente recebeu só em meio digital, e aí tem, a maior parte é relatório, a gente sempre exige que entregue, as fichas de campo, as fotos, todas as questões. Os mais antigos não têm, mas os mais recentes estão sendo exigidos isso. Em relação a Educação Patrimonial, a gente tem pouca coisa”.

- **Discorra, se assim desejar, sobre algo que julgue importante e não tenha sido contemplado pelo roteiro da entrevista, a respeito da sua instituição ou no que se refere ao acervo procedente de Rondônia**

“Nós temos muita coisa por ser feita. Por exemplo, eu lembro que a gente já iniciou essa discussão, e a gente nunca conseguiu entender o que será melhor, se é a gente transformar o que a gente tem hoje que é a reserva técnica e departamento em um museu, ou se é deixar como está. Acho que é uma coisa que a gente ainda vai ter que conversar muito, é importante a gente entender até que ponto a gente avança sendo um museu por exemplo, em várias questões, de conseguir ir além do que a gente tem, como de ser conhecido. O departamento de arqueologia ele ainda não tem uma quantidade de alunos muito grande, e aí tem várias questões nessa busca dos alunos na busca pelo curso. E aqui eu queria chamar a atenção para uma coisa que é muito diferente de onde eu venho. Aqui em Rondônia a gente não vê a busca das pessoas pela Universidade Federal, elas não veem a Universidade Federal como um espaço de acesso, ou de busca de melhorar suas condições. Não sei quem que está pecando, se é a Universidade em termos de demonstrar que ela tem que ser acessível as pessoas que não tem acesso. O nosso curso também tem esse problema, de poucos alunos, sempre sobra muita vaga, a gente poderia estar

formando mais alunos, para a gente poder buscar mais possibilidades dentro dos espaços de prefeituras, do estado em si, espaços que precisam da arqueologia”.

Entrevista de número 3

- **Nome da/o representante da instituição**
Bernarde Duque de Paula e André Luís Ramos Soares
- **Nome do Museu, instituição de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico**
Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- **Data da entrevista**
18 de julho de 2022
- **Você pode nos contar sobre o histórico de formação da instituição e seus acervos?**

Bernardo Duque: “O Lasca é fruto da fusão do LEPA (Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas) com Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória. Ambos em 2019 eram coordenados pelo professor André, então com o mesmo coordenador é feita essa fusão. O LEPA começa, ele é criado em 1985 pelo professor Vitor Hugo, e as escavações arqueológicas aqui na UFSM, a mais antiga que a gente tem registro é de 1983. Então a coleção começa a se formar no início da década de 1980, o professor coordena o laboratório até 1990. As escavações vão até 1988. O laboratório passa um período de 90 até 94 coordenado pelo professor Theófilo Torronteguy, que é um período que não tem escavação arqueológica, o acervo passa por uma organização. Na década de 90 o acervo tinha em torno de 13 mil itens. Em 1994 o professor Saul Milder assume a coordenação do LEPA até 2014, que é a data do seu falecimento, quando o professor André assume a coordenação. Nesse período, de 94 até 2014 teve um aumento exponencial do acervo arqueológico, tanto proveniente dos Projetos de Pesquisa Acadêmica realizada aqui no Rio Grande do Sul, na região de Santa Maria, na região central do estado, também na região da fronteira, Alegrete, Quaraí, Barra do Quaraí. Tanto da arqueologia acadêmica quanto da arqueologia preventiva, de projetos de arqueologia realizados em todas as regiões do Brasil praticamente. O acervo que era composto até a década de 90 com 13 mil peças, hoje passa de 200 mil itens. Também teve um aumento muito grande de 94 até hoje da pesquisa científica, a gente tem de 94 até hoje, foram levantados mais de 20 dissertações de mestrado, sete teses de doutorado, tendo o nosso acervo aqui como base. Hoje a gente foca aqui no laboratório, além da questão da pesquisa, na preservação do acervo, nas atividades de comunicação”.

André Luiz: “Como o Bernardo colocou, nós assumimos esse passivo, desse coordenador que, enfim, tem diversos trabalhos ao longo de todo o país, na parte de arqueologia de licenciamento ambiental ou arqueologia de contrato. Alguns trabalhos deram chance a dissertações de mestrado e teses, mas uma boa parte do acervo está aqui de uma certa forma deslocado, seja porque os alunos não pesquisam o material de Rondônia, seja porque esse material poderia ser bem melhor utilizado onde esse contexto fosse mais útil. O nosso interesse maior seria a possibilidade de repatriar esse material. O Bernardo é museólogo e fez um trabalho muito bom na dissertação de mestrado dele sobre o acervo do laboratório, e nessa proposta de Plano Museológico que o Bernardo fez para nós, a nossa missão é trabalhar com acervos basicamente do Rio Grande do Sul, que é onde a gente realmente tem mais conhecimento”.

Bernardo Duque: “Uma complementação, em 2010 o laboratório passa a contar com uma museóloga, que é a Luciana. Durante muitos anos não se tinha nenhum profissional para cuidar da gestão do acervo, documentação, conservação. Então, passam-se décadas e somente em 2010 que a universidade abre o concurso, e a universidade consegue uma museóloga para trabalhar aqui. Depois ela acaba passando em outro concurso público, e aí a minha vaga é para preencher a dela, justamente”.

- **Como é composta a equipe de profissionais da instituição?**

Bernardo Duque: “Nós dois, no caso”.

André Luiz: “O que acontece é o seguinte, tanto eu quanto o Bernardo, a gente tem um número razoável de bolsistas, que esse ano ampliou em virtude do retorno da pandemia. Então, a gente tem um número grande de bolsistas, estagiários, voluntários e tal. Mas o que acontece é isso, permanente somos eu e o Bernardo. Bolsista é ótimo, mas ele vem e vai e a cada ano que passa entram pessoas, saem pessoas e a gente tem que recomeçar a preparação do zero. Tínhamos um técnico administrativo contínuo, mas aposentou há dois anos atrás, que também o cargo dele embora ele tivesse mestrado, mais de um mestrado, inclusive em arqueologia, o cargo dele era de contínuo e ele não podia atuar fora dos limites do concurso dele. Agora somos eu e o Bernardo”.

Bernardo Duque: “São onze bolsistas. Contando os bolsistas de iniciação científica, de pesquisa do professor André, tem os bolsistas de ensino também e os de extensão. Então a gente tem projetos nas três áreas”.

- **Como é composta a infraestrutura de funcionamento da instituição: seus espaços físicos?**

Bernardo Duque: “A gente tem aqui o laboratório, a maior parte do laboratório é reserva técnica. A gente tem uma casa antiga, aí os cômodos foram adaptados quando essa casa foi vendida para a universidade, então são pequenas salas. A gente tem cinco salas destinadas para a reserva técnica, a gente tem uma sala nos fundos que foi adaptada com bancada, pia, coisas do tipo para ser uma sala de higienização, e para a gente fazer procedimento de conservação com acervo. A gente tem uma sala que é basicamente arquivo com livro, com publicações do laboratório que é basicamente um arquivo. Tem uma sala que a gente usa como depósito para guardar caixa que a gente compra, espuma que a gente usa no acondicionamento. Duas salas administrativas e uma sala um pouco maior que hoje é usada para a gente deixar o material que é limpo, por exemplo o material lítico que é limpo a gente deixa ele ali para secar e para fazer a análise de material. Isso é a parte que fica no centro de Santa Maria, porque aqui em Santa Maria o campus é UFSM fica distante do centro e laboratório fica aqui no centro. Mas a exposição que tem hoje aqui, fica lá no campus, a gente tem uma exposição que era aqui, hoje está lá no campus. A gente tem uma exposição sobre arqueologia no Rio Grande do Sul, que a gente expõe parte do acervo, maquete que o professor André faz com os alunos. Essa exposição hoje ela está no campus justamente porque o nosso espaço ficou reduzido, com o trabalho de acondicionamento que a gente tem feito a reserva técnica tem se ampliado, e aí a gente optou por levar a exposição para o campus. Um espaço de cerca de 220 metros quadrados aqui no centro, e a exposição lá cerca de 80 metros quadrados”.

- **Quais atividades a instituição realiza?**

André Luiz: “Todas elas. Claro, tem especificidades, hoje a gente trabalha com pesquisa de acervo, então hoje tem uma tese de doutorado em andamento, alguns Trabalhos de Conclusão de Curso. Mas como nós já dissemos, tiveram várias outras. Com o antigo coordenador a reserva técnica estava de um jeito, e devido as questões do IPHAN a gente está adaptando para uma condição que acho que é o top de linha. A gente está conseguindo colocar o acervo em uma condição de top de linha, em um avanço de 10 anos desde a última arrumação de acervo até agora. Então, o Bernardo tem uma planilha que a gente pode localizar qualquer acervo. O Bernardo sabe onde é que estão as caixas onde tem ponta de flecha ou qualquer coisa do gênero. Nós temos isso bem mapeado. Hoje nós temos um belo panorama de tudo que temos no acervo, que nós não tínhamos antes até a chegada do Bernardo”.

“O trabalho aqui a gente está desde 2017, aqui são mais de 200 mil itens e como a gente não finalizou a gente não sabe ao certo. Se não fosse a pandemia a gente já teria finalizado, mas acredito que até o final do ano ou início do ano que vem a gente tenha um inventário de todo o acervo do Rio Grande do Sul. Ai tem a parte dos outros estados”.

- Pesquisa
- Documentação
- Exposição
- Ações educativo culturais
- Outra_____

• **Qual o total de itens salvaguardados pela instituição e suas tipologias?**

André Luiz: “200 mil do Rio Grande do Sul, os outros estados não estão contabilizados.”

(Estima-se que esses acervos tenham sido gerados por aproximadamente 16 projetos).

• **Qual o total de artefatos com proveniência de Rondônia e as suas tipologias?**

Bernardo Duque: “Eu vi que a gente tem material de Rondônia, mas teria que pegar o relatório, ai são linhas de transmissão, ver quais os sítios que estão em Rondônia, checar o quanto tem aqui. Isso agora a gente não conseguiu fazer”.

André Luiz: “O problema é que esse material foi recebido em um momento em que a legislação anterior permitia que ele não passasse por esse processo tão de pente fino, de colocação de saco, numerado, zipado. Hoje eles estão acondicionados naquelas caixas de containers de feira, provavelmente está parcialmente limpo, não está como veio do campo, mas não está no padrão do laboratório. A nossa intenção se a gente pudesse conversar sobre isso, seria repatriar esse material. A gente sabe da dificuldade de repatriar, a dificuldade de como mandar para vocês ai, enfim, e se haveria um museu interessado na repatriação desse material. Eu realmente desconheço o potencial de pesquisa acadêmica que eles ofertariam, eu não conheço a região lá”.

• **O que pode nos contar sobre a relevância científica e social dos acervos?**

André Luiz: “O outro arqueólogo que fez a coleta aí no estado de vocês, penso eu, não posso afirmar, mas penso eu que a forma que o material foi trabalhado foi na perspectiva do licenciamento ambiental, eles foram recolhidos e no caso eles

foram considerados sítios arqueológicos, é só o que eu posso afirmar. Ele está como ele chegou ao laboratório antes de 2014. Como eu te disse, como eu não conheço a história da arqueologia na região é difícil avaliar a importância. Diferente né, aqui do Rio Grande do Sul onde a gente pode avaliar. Mas para fora do estado, eu não saberia te dizer”.

- **Os acervos provenientes do Estado de Rondônia, após darem entrada na instituição foram consultados para:**

André Luiz: “Não houve nenhuma pesquisa acadêmica sobre esses acervos, até porque é literalmente do outro lado do país. O trabalho mais longe que a gente tem daqui é o trabalho da Caroline Rutz, que é um trabalho do Rio Grande do Norte, que ela começou a fazer o trabalho da tese dela na USP”.

- Publicação de artigos
- Escrita de monografias
- Escrita de dissertações
- Escrita de teses
- Realização de exposição
- Outros _____

- **Como a instituição se financia anualmente?**

Bernardo Duque: “Atualmente a gente depende exclusivamente dos recursos da universidade, da União. Até ano passado a gente tinha projetos cadastrados aqui na fundação da universidade, na FATEC, para o fornecimento de endosso institucional para projetos de arqueologia preventiva, só que o nosso projeto terminou e a fundação da universidade por conta de uma ordem judicial, ficou proibida de cadastrar novos projetos de todos os centros, e aí a gente ficou sem fundação para cadastrar um novo projeto. Então, a outra forma que o laboratório tinha de financiar essa parte do acondicionamento, porque tudo gera custo, comprar caixa, comprar espuma, sacos do tipo zíper. Então, a gente comprava via fundação e desde o ano passado como a fundação não pode cadastrar novos projetos, hoje a gente depende exclusivamente da verba da universidade”.

André Luiz: “O nosso caminho vai ser procurar outras fundações em outras universidades. A gente está tentando viabilizar esse modelo, que a instituição possa fazer isso, possa oferecer endosso e por um acordo de cavalheiros receber os valores relativos em material. Porque uma grande discussão que teve aqui, o pessoal queria que a gente se financiasse, e eu dizia, para a gente se financiar a gente tem que ter o espaço adequado. Enquanto eu não tiver o espaço adequado eu não consigo financiamento, porque eu não posso vender endosso, eu só posso vender endosso depois que o espaço estiver adequado. Talvez a gente tenha que trocar de fundação para entrar novamente no circuito de endossos e com isso a gente poder viabilizar. Embora mesmo que a gente tivesse condições de fornecer endosso, a gente teria que pensar em uma reforma estrutural do nosso espaço, que hoje já está ficando quase no limite de ficar apertado. Se houvesse um grande projeto, uma usina hidroelétrica ou uma linha de transmissão, acredito que nós não teríamos espaço para albergar uma coleção nova”.

Após a fala de Gilcimar sobre a RTDARQ.

André Luiz: “Hoje a gente adoraria devolver esse material, mas nós não temos recursos para tal, então se na universidade de vocês houver por algum motivo qualquer um termo de ajuste de conduta, isso poderia ser colocado em pauta. Ou

seja, para o termo de ajuste de conduta, repatriar esses acervos. Claro, imagino um caminhão saindo daqui, sei lá com quantas caixas, não é? Mas seria uma forma de viabilizar que esse acervo voltasse a esse estado de origem. Te afirmar quantas caixas plásticas nós temos com material de Rondônia, hoje eu não sei te dizer. Agora, se você me disser, nós temos interesse em repatriar e vamos ver os caminhos junto a reitoria para repatriar esse material, esses dados a gente consegue em uma semana. Saber quantas caixas são, ler os relatórios, ver se existe um número de peças de cada relatório, isso a gente pode fazer. A gente não fez isso ainda porque a gente não tem nenhuma esperança concreta de repatriação, mas temos um real interesse em repatriar material”.

- **Qual a classificação do estado de conservação dos acervos?**

Bernardo Duque: “Depende do acervo, a maior parte do acervo aqui é pré-colonial e é material lítico, então a conservação não é uma conservação complicada. As cerâmicas também não, poderia ser bem conservada ou regular. O maior problema que a gente tem aqui é o material histórico, aí entra metais, o acervo de metais. Santa Maria tem uma umidade muito alta, uma variação, uma amplitude térmica e de umidade relativa do ar muito alta, que acaba prejudicando esses materiais. Então a nossa maior dificuldade é com acervo metálico, que aí a gente tem artefatos inclusive que a gente encaminhou solicitando o descarte. E também a gente tem dificuldade de conservação com alguns ossos, ossos que já chegam de campo muito frágeis. Mas no geral, se tivesse, eu vi aqui três opções, bem conservado, regular, mal conservado, eu colocaria regular, porque alguns estão bem conservados, outros estão mal. Hoje a gente faz um controle ambiental aqui com desumidificadores e tudo o mais, tem um data logger, tem o monitoramento da umidade e da temperatura na reserva técnica, mas ainda assim a gente precisaria, principalmente o material metálico, precisaria de intervenção, de conservação curativa e de restauro mesmo”.

André Luiz: “O IPHAN, ele não tem uma política, por exemplo, de ele IPHAN, gerar os TACs que vão atender os estados. Porque o que aconteceria é que além de um órgão fiscalizador, que é o que nós temos, poderíamos ter um órgão mais atuante e proativo, porque o que a gente tem é só um fiscal de polícia. Qualquer deslize ele vai condenar, mas não vai fazer nada para promover. Poderiam fazer parcerias com as instituições públicas Federais, já que todo mundo é servidor Federal, e fazer esses TACs e gerar esses TACs para que essas coisas pudessem andar de forma melhor, mas a gente não vê isso, então é um pouco frustrante, para dizer o mínimo”.

- Bem conservado
- Regular
- Mal conservado

- **A instituição possui política de endosso e gerenciamento de acervos?**

André Luiz: “Sim. Até ano passado a gente fornecia endossos. Havia de acordo com a situação do IPHAN. Por exemplo, levantamentos aonde não geraria acervos, havia um valor ‘x’, com o adicional de caixa de acervo caso fosse gerado. Projetos maiores que geralmente iria gerar impactos, a gente tinha também uma diretiva de valores para cobrar proporcional aos valores dos projetos. A gente solicitava a cópia do contrato, e aí encima do contrato a gente fazia uma proposta que contemplasse o que ia ser feito. E aí com a noção de contrato a gente teria uma

noção do que as empresas iriam fazer, quantos sítios escavados, dimensão dos sítios, para fazer uma estimativa de quanto ia ser necessário de contrapartida do espaço físico”.

Bernardo Duque: “E também o que a gente fazia era colocar um contrato com a fundação, algumas cláusulas referentes a como é que esse material deveria chegar acondicionado aqui, segundo os nossos padrões de acondicionamento. Então, a gente colocava lá o modelo de caixa, o modelo de saco plástico que a gente usa. A gente colocava a questão da adaptação da documentação para chegar de acordo com o nosso sistema de documentação. Esses itens eles iam no contrato que era feito com a fundação. Também a cláusula da entrega da documentação auxiliar, os relatórios, essas coisas que geram muitos problemas. A gente tentava ter esses respaldos nos projetos de arqueologia preventiva colocando isso nos contratos com a fundação, junto com o estabelecimento dos valores e tudo o mais. A partir do momento que a gente implementou isso, chegou muito pouco material. O laboratório não tinha essas diretrizes, a partir do momento que passou a ter, os endossos que a gente forneceu, a maioria não gerou material nenhum. Se eu não estou enganado foi uma caixa só, que a gente recebeu depois de estabelecer essas diretrizes”.

Gilcimar: “A instituição possui essa política escrita?”.

Bernardo Duque: “A política escrita não, o que a gente tem são as normas aqui do laboratório, que é o que eu trabalhei na minha dissertação. A gente tem lá a parte de controle ambiental da reserva como é que é feito, os sistemas de documentação como é numerado, a gente tem essas normas. Mas se você me perguntar se tem um documento, que se você me pedir agora eu te passo um PDF com tudo? Não! Então a gente tem essas normas, normas de limpeza de espaço físico, documentação, de conservação, isso a gente tem, fornecimento de endosso, essas que vão no contrato”.

- Sim

- Não

- **A instituição tem planos de no futuro, promover a repatriação de acervos?**

Respondeu nas perguntas anteriores

- **Para os casos dos acervos formados pela via da arqueologia preventiva, a documentação associada recebida pela instituição contempla os relatórios, registros e demais produtos relacionados a etapa de Educação Patrimonial?**

André Luiz: “Em geral o que acontece é que a maior parte dos endossos que a gente forneceu até agora, são levantamentos de primeira etapa, aqueles levantamentos prospectivos que não haviam exigência do IPHAN em Educação Patrimonial. Então, geralmente a Educação Patrimonial acontece associada a projetos de barragem, hidroelétrica, linhas de transmissão, condomínio. Esse tipo de coisa quando chega mais material, não nos chegou, nós não tivemos grandes projetos, de grande porte que gerasse Educação Patrimonial”.

- **Discorra, se assim desejar, sobre algo que julgue importante e não tenha sido contemplado pelo roteiro da entrevista, a respeito da sua instituição ou no que se refere ao acervo procedente de Rondônia**

André Luiz: “Eu acho que se fosse possível, como a universidade de vocês é uma universidade nova, e talvez as próprias relações com o poder público, como o

Ministério Público podem ser próximas, enfim, talvez possa ser sugerido que o Ministério Público faça isso, como o TAC, com Termo de Ajuste de Conduta, com qualquer tipo de empresa, seja dano ambiental, enfim, de qualquer modalidade. Não precisa ser exclusivamente de natureza arqueológica, que isso pudesse gerar TACs e esses TACs pudessem pensar na repatriação do material, desses acervos. Porque aqui dificilmente essas coleções vão gerar pesquisa, pela própria historicidade, quer dizer, eu não tenho condições de orientar qualquer trabalho de arqueologia sobre Rondônia, onde é um campo que eu desconheço completamente”.

Gilcimar: “De quais outros estados vocês receberam acervos?”

André Luiz: “Tem Minas, Mato Grosso do Sul, tem São Paulo, tem Goiás, Bahia.

Bernardo Duque: “Só a questão lá da política de aquisição e descarte que a gente tinha falado antes, a gente tem também”.

Sobre o descarte.

Bernardo Duque: “No fundo no fundo, a gente acaba despendendo mão de obra, material, um monte de coisa para acondicionar acervos que às vezes não faz sentido. Primeiro a gente tem material que já se deteriorou, metálico assim, coisas que não tem mais como usar para a pesquisa nem para exposição. E tem um grande problema que eu acho que é geral, que são os materiais que não tem procedência nenhuma, e que as vezes tem o material que não tem procedência nem estão em um estado de deterioração muito avançado irreversível”.

André Luiz: “E esse material de licenciamento ambiental, o grande problema que eu vejo é que a maior parte desses acervos, até que eu veja diferente, grande parte desses acervos são só coletas totais superficiais. Então, tem um grande número de acervos que tem a localização de um sítio, mas eu tenho um material que não tem uma plotagem 2D, 3D. O que é que eu tenho? É um sítio e foi extraído sei lá, 500 kg de pedra. Ok, mas sem contexto só com coletas totais superficiais, fica complicado”.

Bernardo Duque: “Só para constar, a gente não faz o descarte, na nossa política está lá, deve ser encaminhado, como teve um pedido que a gente já encaminhou para o IPHAN. Enquanto isso a gente não tem o que fazer. Mas a nossa parte de estabelecer uma política, de criar critérios, isso sim foi feito. Esse pedido está há anos com o IPHAN”.

Entrevista de número 4

- **Nome da/o representante da instituição**
Maria Coimbra de Oliveira
- **Nome do Museu, instituição de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico**
Centro de Pesquisa e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia
- **Data da entrevista**
02 de agosto de 2022
- **Você pode nos contar sobre o histórico de formação da instituição e seus acervos?**

Maria Coimbra: “O museu surgiu de maneira bastante informal, não teve aquela demanda inicial do museu, primeiro surgiu o acervo, depois surgiu o museu. Enquanto professora de história, eu e um outro colega, inclusive o meu ex-marido, o José Garcia, que também era professor de história, nós trabalhávamos em um projeto de educação no campo, de forma que o município tinha escolas polarizadas, e a gente fazia um turno na semana em todas as escolas do município. Se eu não fosse em uma escola, ele ia, de forma que abrangesse todas as escolas. E na época quando a gente começou a trabalhar a questão de pré-história nessas escolas, sempre chamando a atenção para a nossa região, porque eu prefiro sempre trabalhar partindo do local para o regional, e o nacional depois. Os alunos vinham com histórias de coisas que eles encontravam, as pedras de raio, os cacos de panela, que tinham muito na região, e de repente eles começaram a trazer algumas coisas, e a gente começou a deixar na escola. Às vezes quando o ônibus atrasava a gente visitava aquela casa na hora do recreio, porque a gente passava o dia todo nas escolas, era uma educação bastante intensiva. E aí nós fomos verificando que haviam muitos sítios arqueológicos na região, muitos mesmos. E coincidiu com uma Pós-Graduação que a gente estava fazendo de história contemporânea, e mediante essa pobreza de informações que a gente tem no estado, naquela época, nós estamos falando de 2000 ou 2004, essa Pós-Graduação foi 2004, essa pobreza de informação sobre cultura, sobre história do local. A gente começou a pensar, com tanta história aqui florescendo para todo o canto e a gente não tem nada escrito, vamos fazer o nosso TCC voltado para isso. Mas aí a gente descobriu também nesse caminho que havia um sítio de arte rupestre aqui na região. Como a gente tem que fazer todo aquele recorte para trabalhar, a gente resolveu trabalhar sobre esse sítio de arte rupestre, pensando no que a história do passado poderia auxiliar na história do presente. Pensamos na questão turística, na própria questão educacional e aí começamos a investigar se haviam outros sítios na região além desses de arte rupestre, e aí descobrimos vários. Ao todo descobrimos 19 sítios e mais de 70 painéis com milhares de gravuras. O foco do TCC era arte rupestre, mas quanto mais a gente andava, mais a gente topava com sítios arqueológicos, e não podia deixar de registrar essas coisas. E a gente foi ganhando peças que estavam guardadas em casa com os moradores. Quando era caco de panela estava em casa, mas quando era pedra de raio, estava jogado lá debaixo do galpão porque eles tinham medo desse raio vir de novo”

“Então uma questão que a gente começou a trabalhar desde o início foi essa questão do mito, da pedra de raio que veio lá com a colonização, do norte da Europa. E aí isso foi acabando aqui na região, um ponto positivo do nosso trabalho

foi esse, trazer um pouquinho de conhecimento para todo mundo. Mas ai quando a gente viu aquele tanto de material e que a gente escreveu o TCC, ai a gente entrou em contato com o IPHAN. O IPHAN por sua vez veio, reconheceu os sítios, a veracidade dos materiais”.

Gilcimar: “Eram sítios que ainda não haviam sido cadastrados?”

Maria Coimbra: “Não haviam sido cadastrados, aí a gente cadastrou esses sítios. Nesse trabalho a gente cadastrou acho que mais de 100 sítios arqueológicos, na região aqui de Ji Paraná, Ministro Andreazza e Presidente Medici. Aí o IPHAN entrou em contato com a prefeitura e fez a sugestão de criar um museu para guardar esse acervo, e aí eles já tinham um projeto mais grandioso porque já havia um projeto de instalação de um curso de arqueologia na UNIR. E ai eles pensaram então que eles poderiam trabalhar com dois grandes centros de guarda, um em Porto Velho e outro no interior. E na época o José Garcia que era o outro professor, ele era vice-prefeito, isso facilitou a questão política do município para criar o museu. Então foi feita uma lei no final de 2007 e criou-se o museu. Ele foi mesmo instituído em junho de 2008, para dar conta desse acervo que já havia sido gerado de maneira informal, mas que havia sido com o acompanhamento do IPHAN, caracterizado nos sítios arqueológicos conforme informações que esses alunos deram. Isso gerou um acervo de, até a criação, de mais ou menos 5 mil peças, entre lítico, cerâmico e ósseo, e havia também duas urnas funerárias”.

“Aí, o museu foi aberto com a chancela do IPHAN, no princípio com um termo de parceria, de troca de conhecimentos. A gente tem muito o que agradecer, esse foi o pontapé inicial para as questões arqueológicas aqui. Em 2008, eu trabalhava na escola e a SEDUC me liberou 10 horas para trabalhar no museu. Então, eu trabalhava 10 horas semanais no museu, que era quase nada, mas já dava para ir organizando as coleções, já ir fazendo alguma coisa, ai a gente foi ficando por lá. Em 2009 a prefeitura solicitou a minha cedência para o município. Sou funcionária estadual, a minha e a do Joé Garcia, e a gente ficou lá até 2012. Em 2012 por questões políticas, a prefeitura resolveu retirar o José Garcia e eu fiquei lá até 2014. Por questões políticas também, eles não me quiseram mais. Ai eu saí e fiquei até 2017, quando fui convidada novamente para voltar para o museu, e o ano passado por questões políticas também, eu pedi para sair. O museu apesar de a gente saber que historicamente pelas coleções que ele guarda, é uma instituição muito importante, politicamente isso não é muito valorizado, e quando você está à frente de uma instituição como essa, você acaba entrando em atrito com seus superiores porque há muito desvio de finalidade, a falta de importância mesmo que se dá. Então, a gente vai ficando assim chateado e tem uma hora que a gente não aguenta mais né? Então eu pedi para sair”.

Gilcimar: “O seu cargo era de direção?”

Maria Coimbra: “É! Assim, a direção lá no museu era só um título, porque você é um faz tudo, não tem funcionário. A gente contava no tempo das vacas gordas, a gente contava com quatro funcionários, eu e mais três administrativos, pessoas que não tinham muito conhecimento, mas tinha muita boa vontade. Aí juntávamos as quatro e todo mundo era tudo ao mesmo tempo. A gente ia ensinando, treinando e as coisas iam acontecendo. Nunca conseguimos, apesar do compromisso original que a gente tivesse quatro profissionais distintos, historiador, arqueólogo, geógrafo, biólogo, ou então pedagogo, nós nunca conseguimos esse quadro de profissionais, sempre ficou assim, na época eu e o Garcia mais um do administrativo. Quando ele saiu, eu e mais duas, depois eu e mais três do administrativo. Então a gente foi fazendo o que era possível, organizando as coleções, recebendo outras coleções,

estruturando o museu para que ele pudesse guardar de maneira correta esses materiais. E nesse aspecto acredito que esteja até hoje. Tem umas questões que precisam ser sanadas, mas acredito que não impede de guardar os materiais que nós temos hoje de uma maneira bacana. Mas não temos mais ninguém com expertise na área, nem arqueólogo, nem historiador, nem ninguém a frente do museu. A minha formação é em história, depois eu fiz uma especialização em arqueologia. Com a lei de profissionalização da arqueologia, acabou abrangendo a mim também. Ai profissionalmente eu posso me identificar também com arqueóloga, até trabalho com isso”.

Gilcimar: “Nesses momentos em que a senhora saiu da direção, a instituição fechou, substituíram a senhora?”

Maria Coimbra: “De 2014 à 2017 ela fechou em alguns momentos, em outros ela ficou aberta, mas foi um momento muito ruim porque nós estávamos com muitos convênios, e nos perdemos todos esses convênios. E que a gente sabe que aí vem uma grana bacana que dá para a gente fazer muita coisa no museu. Muito projeto educativo que a gente estava também com parceria, inclusive com a secretaria de estado, a partir de Rolim de Moura, e a gente foi perdendo essas coisas. Quando a gente voltou em 2017 nós tentamos buscar esses convênios, mas eles já haviam sido repassados para outras instituições, inclusive para a UNIR, campus ai de Porto Velho. E agora nessa minha saída aconteceu a mesma coisa, e não tem cara de que vão para a frente, porque falta alguém dentro da instituição para levar isso à frente. A gente acaba levando muito prejuízo nessa questão de infraestrutura, de programas de educação. Eu sempre achei que no museu, 90% da sua importância é nessa questão educativa. A gente trabalhava com escolas do estado inteiro e você vai criando multiplicadores, a partir dessas crianças para esses conhecimentos, quebra de mitos, conhecimento da arqueologia, as pessoas tem bastante medo de arqueologia”.

Após fala de Gilcimar sobre o distanciamento entre a sociedade e as instituições.

Maria Coimbra: “Porque acaba ficando uma instituição que guarda o acervo, ele está lá guardado porque alguém tem que guardar, porque a pesquisa também não pode parar, e o respeito a legislação também não, quando se fala em Arqueologia Empresarial, mas fica aquele negócio assim, o acervo pelo acervo. Por exemplo, agora o museu está aberto, mas você não tem ninguém para conversar com o visitante, não tem ninguém para receber uma escola, para dar uma palestra, para mostrar umas imagens diferentes, para explicar a importância daquele acervo, aonde é que entra a figura humana naquilo tudo ali. Então acaba ficando sem sentido, a gente continua sendo observado como um alienígena. Porque que importância tem o trabalho de arqueologia?”

- **Como é composta a equipe de profissionais da instituição?**

Maria Coimbra: “Sempre tivemos um ou dois na época do Garcia, por exemplo. Um ou dois, nós éramos dois historiadores e fizemos depois essa pós em arqueologia, e buscamos fazer muitos cursinhos do IBRAM, desses de museologia, para a gente poder fazer a documentação bacana. Leigos, mas buscando um conhecimento mesmo que pequeno, para que não deixasse muito a desejar a documentação do museu. Fizemos muitas oficinas de museologia aqui no museu, com pessoas vindas de fora, antes do IPHAN, depois do IBRAM. A primeira oficina que fizemos aqui o museu ainda não tinha sido criado, foi em 2006 que veio o pessoal do IPHAN fazer uma oficina aqui com a gente. E aí a gente conseguia trazer

parte da sociedade, principalmente o pessoal das escolas, professores, o pessoal mais ligado ao conhecimento. Era uma forma de a gente multiplicar essa importância da arqueologia. Mas de uma forma geral sempre foi assim, um profissional e os administrativos. Mesmo porque não foi criado um quadro próprio, e os professores e os profissionais que são municipais acabavam tendo perdas salariais se fossem para o museu. A gente ficava sozinho mesmo, tudo dependendo da gente e das pessoas que estavam por lá. A gente fazia um bloco, por exemplo, tinha oficina e ia receber escola, cada uma das meninas tinha uma função. Tinha uma delas que eu treinei para me acompanhar, e aí ela tinha um conhecimento maior, conseguia guiar os visitantes também. Então ficou assim, não era aquela coisa boa que deveria ser, mas dava para a gente sobreviver, não fechar”

- **Como é composta a infraestrutura de funcionamento da instituição: seus espaços físicos?**

Maria Coimbra: “O museu ele tem só um salão de exposição. Ele conta com uma ala administrativa, ele tem três reservas, um laboratório bacana, espaçoso. Tem alguns equipamentos, por exemplo, as reservas técnicas todas estão compostas por desumidificadores, ar-condicionado, tem microscópio, tem lupa, tem bancada, tem estantes. As reservas estão todas equipadas com estantes de aço para guardar esse material. Não sei agora, mas antes periodicamente a gente fazia limpeza, mexia nesse material para que não criasse nenhum tipo de mofo. Quando eu saí a gente estava refazendo as etiquetas, trocando as etiquetas porque já estavam velhas, eu não sei se isso continuou. Se a menina que estava me acompanhando continuou a fazer. A gente tinha protocolos de entradas nas reservas, de trabalho nas reservas. Enfim, a gente tentou fazer o máximo que a gente podia. De vez em quando acontecia algum imprevisto, como ar-condicionado. Na última reforma, por exemplo, foi uma reforma bem porcaria, a empresa que pegou não fez o serviço direito, a prefeitura acabou pegando assim mesmo porque a empresa faliu. Ficamos com alguma infiltração e, elas retiraram umas tomadas também, e aí uma reserva técnica ficou sem desumidificador. Quando eu saí estava para ser providenciado, não sei se foi providenciado, mas o equipamento existe. Então, em questão de infraestrutura, o mínimo que é preciso ter, a gente tem. Para trabalhar a questão educativa a gente contava com auditório, o espaço lá é grande, um auditório para 350 pessoas. Havia uma recepção para esse auditório, banheiros, tudo certinho também. A infraestrutura é boa, está faltando um pouco de manutenção, mas dá para ir trabalhando do jeito que está”.

Gilcimar: “A senhora falou de três reservas, são reservas separadas, individuais?”

Maria Coimbra: “Separadas! O prédio do museu, ele era conjunto com centro cultural, era colado, parede com parede, então uma parte era museu, uma parte era centro cultural. Então, a parte do museu foi organizada de forma a ter, recepção, salão de exposição, banheiros, sala administrativa, uma reserva técnica pequena, um atelier, e laboratório. Com o passar do tempo essa parte do centro cultural passou a fazer parte do museu. Então, mais duas salas que faziam parte desse centro cultural passaram a se constituir como reserva técnica. Por isso elas estão separadas, porque foi todo um aproveitamento da estrutura que já existia”

Gilcimar: “Tem algum critério, por exemplo, em alguma reserva dessa fica só metal, ou material orgânico?”

Maria Coimbra: “Na reserva técnica original, na pequena, fica só o material de origem [ou seja, itens oriundos de doação que constituíram o primeiro acervo

quando da criação do museu], que não é oriundo de pesquisa, são doações. Nas outras reservas ficam os materiais que vem de pesquisas, no nosso caso só pesquisas de projetos empresariais, e das nossas pesquisas ficam também na 'reservinha' pequena”

- **Quais atividades a instituição realiza?**

Maria Coimbra: “Todas essas atividades. Por exemplo, a gente tinha um trabalho constante, dois trabalhos, que era a questão da regularização dos acervos que estavam em mãos de particulares. Então muitas pessoas nos procuravam, que tinham acervos, a gente regulamentava esse acervo, fazia os termos de doação, de recebimento, e fazia a documentação desse material. E outro que era o mapeamento de sítios arqueológicos aqui no centro sul. Então, quando alguém, de acordo com a demanda, quando alguém entrava em contato com a gente sobre um sítio arqueológico, a gente ia lá, identificava, fazia um pedaço, mandava para o IPHAN. E da mesma forma o material também. E aí a gente foi mapeando esses locais. Na verdade, a gente deve ter registrado mais de 200 sítios aqui na região”.

- Pesquisa
- Documentação
- Exposição
- Ações educativo culturais
- Outra_____

- **Qual o total de itens salvaguardados pela instituição e suas tipologias?**

Maria Coimbra: “Hoje, atualmente eu acho, olhando assim por cima, eu não lembro exatamente a quantidade, a gente tinha 5 mil itens originários. Contando com os acervos que a gente recebeu, a gente deve ter em torno de 400 à 450 mil itens”.

Gilcimar: “Todos esses itens são do Estado de Rondônia, vocês receberam alguma coisa de fora do estado?”

Maria Coimbra: “O primeiro acervo que a gente recebeu veio de uma linha de transmissão de energia feita entre Jaru e Vilhena, ali no Mato Grosso, acho que só esse material veio de fora. Fornecíamos muito endosso, muito endosso. Até hoje, até hoje acho que eles fornecem”.

Gilcimar: “Acho que vocês são a instituição que mais emitiu endosso aqui em Rondônia”

Maria: “E continuamos, porque a burocracia aqui é menor do que por exemplo, solicitar o endosso aí na universidade. Sai mais rápido, aí depende de reunião de departamento, aqui não, aqui você abriu o processo, rapidinho sai. Eu enquanto arqueóloga pego muito trabalho da arqueologia de contrato, tentei fazer várias vezes pela Unir, quando aqui, eles estava ainda se ajeitando para ver como é que fazia quando eu sai, só que não dá, demora muito, por aqui sai mais rápido”.

- **Qual o total de artefatos com proveniência de Rondônia e as suas tipologias?**

- **O que pode nos contar sobre a relevância científica e social dos acervos?**

Maria Coimbra: “Acho de uma importância sem tamanho. Porque primeiro, com a rapidez com que o Estado de Rondônia se moderniza, digamos assim, no que diz respeito a economia, já que aqui a agropecuária que prevalece, todos esses sítios arqueológicos vão sendo destruídos muito rapidamente. Um dia desses eu fiz um trabalho para uma empresa, e enquanto o processo normal do IPHAN corria, ela

fez uma terraplanagem na área, que ela tirou toda a evidência de sítio arqueológico da área. Ela pensou que tinha tirado, nós ainda achamos alguns caquinhos perdidos, o que mostra que ela tentou fazer essa limpeza. E não é a primeira vez que a gente encontra empresa que fazem isso. Então por mais que fiquem vestígios, mas ficam vestígios muito quebrados, muito fora de contexto, e você não consegue remontar em nada. E as pessoas não costumam contar que tem material né? Elas preferem levar a multa do que fazer um resgate, ou fazer outro tipo de trabalho. Então, eu acho que esse material acaba sendo importante nesse sentido, preserva para o futuro a possibilidade de pesquisa. Se a gente levar em consideração essa teoria aí de originalidade dos povos do tronco linguístico Tupi, eu acho essa região aqui extremamente importante, pelo acervo que ela guarda, que é todo Tupi, e pelos sítios arqueológicos que ainda estão de uma certa forma, tá lá no meio do pasto, mas não estão sendo impactados. E pelos sítios de polidores que tem. Então, acho que esse material historicamente é muito importante. Socialmente também, porque você começa a criar uma identidade para o lugar, essas memórias materiais, elas mostram para essa geração de agora que o lugar tem uma identidade, tem uma memória. E não é uma memória só pré-histórica, você pega a memória desde a pré-história e até a colonização recente, até os outros que estão ainda presentes, você vai fazendo essa trajetória. Se você tiver alguém com o conhecimento adequado no museu para fazer esse caminho junto com as escolas, com os visitantes que aparecem, é de uma importância social muito grande. Mas não temos profissionais adequados, nunca tivemos, sempre contamos com a boa vontade do que foi possível, nossa e de quem estava lá. A gente sabe que para fazer um trabalho assim, você precisa de uma equipe multidisciplinar para trabalhar e levar essas questões para o público. Inclusive a falta do museólogo, as exposições a gente montava do jeito que dava, do jeito que a gente conseguia, porque museólogo é complicado, além de ter pouco, a gente esbarrava na burocracia do próprio município, da própria instituição”.

- **Os acervos provenientes do Estado de Rondônia, após darem entrada na instituição foram consultados para:**

Maria Coimbra: “Eles foram utilizados pelo, André Prous, veio aqui passou dois dias em contato com esse material, e ele utilizou isso, ele fez uma, ele tem aquele livro de arqueologia brasileira, ele deu uma renovada nele. Ele utilizou esses conhecimentos nessa renovada. Mas não foi utilizado mais. Eu tenho um artigo, metade escrito até hoje nunca terminei, com esse material, mas também não foi publicado. Teve um material que foi utilizado na publicação de um artigo junto com o CPRM, foi um resumo expandido na época, e, também, a gente publicou a nossa monografia, nós transformamos em um artigo e publicou em uma revista da UNIR. A dissertação do Maurício também. A minha dissertação de mestrado eu transformei em livro, acho que aí na UNIR deve ter. também fala um pouco do museu, da forma como o museu foi criado, das primeiras coleções. Então fora isso, acho que não”.

- Publicação de artigos
- Escrita de monografias
- Escrita de dissertações
- Escrita de teses
- Realização de exposição
- Outros _____

- **Como a instituição se financia anualmente?**

Maria Coimbra: “Essas despesas ordinárias, tipo energia, água e funcionários, recursos humanos, é a prefeitura. Agora, todas as outras despesas, de trabalho, de exposição, de aquisição de qualquer material, mesmo o de escritório, são todos com esses recursos que entram. Ou de endosso de guarda ou de endosso institucional, e sempre deu, o museu nunca ficou sem dinheiro na verdade. Nós tínhamos dificuldade de gastar o dinheiro, por conta da burocracia da prefeitura. Era muito difícil gastar o dinheiro. E por fim, tínhamos veículos comprados com dinheiro de endosso, de guarda, mas tínhamos uma questão muito ruim, e ainda há, que é o desvio de finalidade dos objetos, que você acaba não conseguindo, não tendo força para evitar, porque se desconsidera a autoridade da instituição. E agora imagino que deva estar pior. Mas ela se autofinancia”.

- **Qual a classificação do estado de conservação dos acervos?**

Maria Coimbra: “Estão bem conservados. Poderiam estar melhores se a gente tivesse mais gente para trabalhar, pessoas especializadas para manter esse acervo sempre em dia, mas eu acredito que eles estejam bem conservados”.

- Bem conservado
- Regular
- Mal conservado

- **A instituição possui política de endosso e gerenciamento de acervos?**

Maria Coimbra: “Lá tinha e deve ter ainda, o estatuto do museu, e deve ter ainda o Plano Museológico. Nós fizemos o Plano Museológico em 2011, revimos ele em 2017. Não sei se se pautam ainda por ele, mas está lá. A gente tem a políticas de endosso”.

Gilcimar: “Em relação a endosso, alguma coisa escrita?”

Maria Coimbra: “Tem, a política de endosso de 10% do valor do contrato de arqueologia, e o valor do endosso para a guarda, ai ele muda, ai é por volume”.

- Sim
- Não

- **A instituição tem planos de no futuro, promover a repatriação de acervos?**

Gilcimar: “Esse acervo que vocês receberam de outro estado, vocês tinham na época algum plano de repatriar, de devolver para o estado original”.

Maria Coimbra: “Não, na época a gente não tinha nenhum plano, também foi um período que não se discutia muito essa questão de repatriamento. Até quando eu saí, ainda não havia nenhuma solicitação de repatriamento”.

- Sim
- Não

- **Para os casos dos acervos formados pela via da arqueologia preventiva, a documentação associada recebida pela instituição contempla os relatórios, registros e demais produtos relacionados a etapa de Educação Patrimonial?**

Maria Coimbra: “A gente teve que brigar muito no início, porque tinha empresa que não queria nem fazer a catalogação do material. Então, o que vinha era a documentação de catalogação de peças e de sítios, só, mais nada. E aí como isso

também não é cobrado pelo IPHAN, a gente colocou o mínimo, que esse material tem que vir catalogado e tem que vir a origem. E passamos a pedir também o relatório final”.

Gilcimar: “Essa exigência maior é algo mais recente ou é uma coisa um pouco mais antiga?”.

Maria Coimbra: “Desde 2009”.

Gilcimar: “Relatório de Educação Patrimonial não vinha, não é?”.

Maria Coimbra: “Não, vinha o relatório final. Relatório de Educação Patrimonial nunca veio. Teve empresas que passou para a gente o trabalho, a cartilha que utilizava, mas alguma empresa, como a Scientia por exemplo. A Scientia foi que repassou o material que ela trabalhava a Educação Patrimonial, mas fora ela, não”.

- **Discorra, se assim desejar, sobre algo que julgue importante e não tenha sido contemplado pelo roteiro da entrevista, a respeito da sua instituição ou no que se refere ao acervo procedente de Rondônia**

Maria Coimbra: “O que é mais relevante em relação a tudo isso, é o que é comum a todos os museus pequenos. Eu não sei os grandes porque eu não conheço a realidade dos museus federais, nem dos estaduais, mas é a falta de importância que se dá a esses museus. Os profissionais que trabalham neles são heróis, estão ali se dedicando de corpo e alma a essa instituição para ver se conseguem oferecer algo ao público, porque se deixar as coisas correrem de acordo com a burocracia, ou a falta de vontade dos seus mantenedores, como no caso dos municípios, você não consegue fazer nada. Não se dá a importância ao próprio acervo, não se dá importância aos profissionais, não se equipa esses museus com os profissionais adequados, para que esse museu exerça o seu papel real na comunidade. Então, essa é a minha grande preocupação com os museus de uma forma geral, e com o de Médici principalmente, porque vai chegar uma hora que não vai ter como abrir mais, porque esse acervo vai ser cobrado pelas instituições adequadas, tipo o IPHAN. Vai ser cobrado algo mais desse acervo, e aí, como fica? Você, daqui a pouco não vai mais conseguir emitir endosso, daqui a pouco você não vai receber mais guarda de nenhum material, daqui a pouco você não tem mais dinheiro para gerir esse acervo. O município não consegue recurso e não tem interesse de conseguir para gerir esse acervo. Então, eu temo muito pelo futuro do museu. No momento ele ainda está sobrevivendo, mas e daqui há alguns anos? As funcionárias que estão lá estão para se aposentar. Elas se aposentam, os outros que vem tem menos conhecimento ainda, porque elas tem, faz parte de uma história de trabalho coletivo, elas tem um conhecimento adquirido, mas e depois. Então o futuro, a minha grande preocupação é o futuro da instituição e do acervo”.

Entrevista de número 5

- **Nome da/o representante da instituição**

Enir Maria Silva (Coordenadora do Museu de História Natural) e Vitória Ramirez Zanqueta (Curadora)

- **Nome do Museu, instituição de guarda e pesquisa do Patrimônio Arqueológico**

Museu de História Natural do Mato Grosso (Casa Dom Aquino)

- **Data da entrevista**

03 de agosto de 2022

- **Você pode nos contar sobre o histórico de formação da instituição e seus acervos?**

Enir Maria: “Casa Dom Aquino é o prédio, a casa que é histórica, é patrimônio tombado do Estado do Mato Grosso que abriga o Museu de História Natural. No passado, como as pessoas formam chamando Museu de Pré-história Casa Dom Aquino, Casa Dom Aquino foi ficando, mas hoje a instituição se chama mesmo, Museu de História Natural do Mato Grosso”.

Gilcimar: “Essa mesma instituição emitia os endossos para projetos arqueológicos, não é?”.

Enir Maria: “Isso mesmo. Na verdade, os endossos são desde o início, sempre né? O Instituto ECOS é o instituto que gerencia o museu desde o início. O Instituto ECOS está aqui na Casa Dom Aquino desde 1998, antes mesmo de ser museu. Ai lá no início dos anos 2000 e 2004 já começou a emitir os endossos institucionais, então até hoje a gente ainda emite os endossos”.

“O museu não se tornou o museu por causa só dos endossos, mas também por causa da pesquisa do Instituto ECOS, dos pesquisadores do Instituto ECOS que vem fazendo a pesquisa desde a década de 1980, e aqui no Estado do Mato Grosso não tinha um local de salvaguarda de todo o acervo, tanto arqueológico como paleontológico. E aí o Instituto ECOS vai para cá já com o intuito de transformar a casa em um local adequado para salvaguardar todo o acervo. Posteriormente, só nos anos 2000 foi que vieram os endossos institucionais”.

Vitória Ramirez: “Acho que a história é essa, o Instituto ECOS começa a utilizar esse espaço como um espaço de salvaguarda das suas pesquisas, e vendo a necessidade cada vez maior de ter um espaço mais formalizado, que fosse adequado para salvaguardar o material arqueológico aqui do Mato Grosso, vai aos poucos conseguindo recurso e melhorando esse espaço, e se torna um museu realmente em 2006, e com as melhorias a gente tem a reserva técnica, e ai a gente vai conseguindo um espaço que realmente faz jus ao material que a gente tem. Hoje, a gente tem uma parceria com o estado, uma gestão compartilhada com o estado, o Instituto ECOS com o estado, isso desde de 2018. Antes eram contratos mais esporádicos com o estado, ai em 2018 realmente tem um plano de trabalho definido com o estado para fazer as atividades do museu com um recurso mais fixo. Antes era uma coisa mais esporádica mesmo”.

- **Como é composta a equipe de profissionais da instituição?**

Enir Maria: “Hoje nós temos o coordenador, que sou eu. Sou geógrafa, mas estou aqui no museu desde os anos 2000, desde antes de ser museu. Nós temos um gerente financeiro, nós temos a curadora museóloga que é a Vitória. Nós temos

uma pessoa da comunicação, e uma pessoa gerente da reserva técnica, responsável pela reserva técnica, e quatro estagiários responsáveis pela visita mediada. Toda a exposição do museu ela é mediada, tem os horários de visita mediada, dois horários no período matutino e dois horários no período vespertino. E temos três seguranças, nós temos segurança 24 horas, e nós temos uma pessoa na jardinagem. Isso é agora de 2018, na trajetória do Museu de História Natural eram poucas pessoas. Eu estou aqui desde 2000, de 2000 até 2006, que aqui já era um local de salvaguarda, era apenas eu e a Suzana que era a arqueóloga, e tinha algumas estagiárias. Ai, em 2006 quando se tornou museu, eram eu e a Suzana e mais uma pessoa que era voluntária. E ai a Suzana era uma professora de uma universidade aqui do estado, e ela trazia os alunos para fazer estágio, e ai eles eram voluntários, e as pessoas acabavam vindo por conta do estágio, do certificado. Só em 2009 teve o primeiro recurso do Estado do Mato Grosso, ou seja, três anos depois da casa Dom Aquino se tornar museu é que entra o primeiro recurso, e mesmo assim ainda era super limitado, acho que era tipo 30 mil reais anual. Então não tinha também para contratar pessoal, que pega a metade do recurso. Então essa realidade que nós estamos falando é de 2018 para cá”.

Gilcimar: “Nesse período como foi que vocês se mantiveram?”.

Eirir Maria: “Voluntariados, muitos voluntários. Antes de 2009, alguns endossos que eram poucos, pouquíssimos, e com a vontade mesmo nossa. Hoje tem um professor doutor do Instituto ECOS, hoje ele está aqui, mas era voluntário mesmo”.

- **Como é composta a infraestrutura de funcionamento da instituição: seus espaços físicos?**

Vitória Ramirez: “Hoje a gente tem a Casa Dom Aquino, que é o patrimônio tombado pelo estado. Essa casa possui 12 cômodos. É uma casa estilo colonial, então os cômodos não são muito grandes, ela nesses 12 cômodos, a gente utiliza quatro para a exposição permanente. Temos uma recepção com balcão, catraca. Temos na exposição permanente, no salão principal, a gente tem um ar-condicionado. Possuímos em uma das salas, um desumidificador. Futuramente queremos ter mais desumidificadores, só que agora nesse período fica muito seco. De equipamentos temos os termo-higrômetros, na sala de exposição permanente, na temporária também temos. Temos um espaço para a biblioteca, ela ainda está em processo. E temos uma sala um pouco maior, que é o auditório que a gente tem. E temos duas salas, uma para reunião e outra para o pessoal do administrativo, que é onde a gente fica com os nossos computadores. De computador mesmo do museu, a gente tem três computadores, o resto a gente usa os nossos mesmos. A gente tem a reserva técnica, possui um desumidificador, ar-condicionado fica ligado 24hrs para manter a temperatura. Temos armários deslizantes. É um armário com quatro estantes, cabe 1 mil caixas de polietileno, que a gente utiliza para guardar o material. Temos lupas. No museu a gente tem um café também, que serve coisas locais, bolo de arroz, bolo que queijo, café para os visitantes. Temos três banheiros, um para pessoas com deficiência. Temos um acesso para pessoas deficientes que ainda está em implementação, estamos esperando o resto do recurso para conseguir finalizar. Temos uma cozinha para uso do pessoal aqui do museu. Um depósito para materiais, e temos uma área externa muito grande, a gente tem uma área externa de 10 mil metros quadrados. Aqui era uma casa de uma sede de uma fazenda, então fica virada para o rio Cuiabá, a gente tem acesso ao rio Cuiabá por aqui, é uma App aqui na frente. Então, a gente leva os visitantes até o rio Cuiabá aqui na frente, é parte também do nosso trabalho a parte de educação ambiental.

Então, a gente usa essa área verde. A nossa área interna é bem pequena, ao contrário de muitos museus que conseguem comportar réplicas de dinossauros dentro, a gente tem uma réplica fora, que tem uma tendinha que protege ela. E a gente tem uma instalação externa como se fosse um cenário que dá para reproduzir como era no tempo do holoceno, um diorama”.

- **Quais atividades a instituição realiza?**

Vitória Ramirez: “A gente tem alguns eventos anuais. A gente sempre participa dos eventos do IBRAM, dos eventos nacionais, Semana de Museus, Primavera dos Museus, isso desde 2007. E a gente tem alguns eventos que são nossos, que a gente sempre executa, por exemplo o Camalupi, como se fosse uma colônia de férias, atividades de férias para as crianças, gratuita que a gente realiza todo o ano. Temos o encontro indígena. Faz alguns anos que a gente não consegue realizar, mas que estaria na sua décima edição. Nesse encontro indígena nós temos etnias de diversos povos aqui do Mato Grosso, para fazer uma troca entre eles, entre a comunidade local, trazer a escola para conversar, estabelecer diálogos com as crianças, desestigmatizar a imagem que muitas vezes as crianças tem dos indígenas. Daí geralmente tem feita de artesanato. Esqueci de falar que a gente tem a nossa lojinha também aqui no museu. Uma lojinha que vende artesanato indígena e alguns suvenires do museu, ecobag, lápis. E os indígenas também trazem artesanato para vender para a população. Tem evento cultural, dança, pintura corporal. Então é mais para divulgar as culturas indígenas. Desenvolvemos oficinas esporadicamente, oficinas que tem relação com a temática do museu, de pintura rupestre, cerâmica, coisas que se relacionam com a nossa coleção, e às vezes nem tanto. Às vezes a gente faz oficina de estêncil em camiseta, sempre trazendo a temática do dinossauro, da Pré-história, da população originária do Mato Grosso, mas a gente varia, pintura de árvore, a gente se inspira aqui no jardim para pintar árvore. Então essas oficinas são mais variadas”.

“Evento anual temos a Semana do Meio Ambiente, todo ano a gente organiza a Semana do Meio Ambiente, é uma atividade que a gente tem um recurso destinado desde 2018 pelo estado para realizar essa ação. Na Semana do Meio Ambiente a gente toca mesmo nessa parte da educação ambiental, sustentabilidade. Outra coisa, equipamentos aqui do museu, em relação a sustentabilidade, a gente tem duas fossas de bananeiras, que recolhem todo o esgoto do museu, dos sanitários, as águas negras. Todo o esgoto dos banheiros vai para essas duas bacias, as bacias de evapotranspiração, então não vai para a rede municipal. Nós temos também a cisterna que recolhe a água da chuva, para a gente molhar o jardim na época de seca”.

“A gente agenda bastante escolas, atende muitas crianças, então principalmente para essas instituições e crianças a gente tenta passar essa parte da sustentabilidade e preocupação com o meio ambiente. A composteira também a gente tem em vista, e estamos com o pensamento de fazer entre a casa e o rio Cuiabá uma agrofloresta. Nós temos também a observação de pássaros. O curso de Educação Patrimonial que a gente abre também, quando a gente consegue. A gente tem também a oficina mãos de mulheres, para mulheres em situação de vulnerabilidade, para desenvolver alguma atividade criativa”.

Enir Maria: “Temos duas outras. Na verdade, não são oficinas, são temas para a gente trabalhar. Tem uma, ‘museu para quem?’, que são atividades para pessoas em vulnerabilidade, que tem menos oportunidades para ir conhecer o

museu, para ir participar, então a gente tem um recurso destinado para fazer uma atividade com esse pessoal”.

Vitória Ramirez: “A gente sempre organiza o museu em libras. Infelizmente a nossa exposição não é acessível ainda para pessoas com deficiência auditiva, a gente não tem conteúdo de áudio na exposição. Para pessoas com deficiência visual a gente realmente não tem acessibilidade, então a gente ainda tem algumas brechas. A gente está tentando, estamos com um projeto agora realizando replicas para as pessoas com deficiência visual poderem tocar e ter uma noção da proporção, da textura”.

Gilcimar: “Vocês conseguem realizar esse trabalho de pesquisa, de documentação dos acervos?”.

Enir Maria: “A reserva técnica foi construída agora recente, essa reserva técnica é um prédio novo, ela foi inaugurada em 2019, uma solicitação do IPHAN, justamente para que a gente conseguisse fazer toda a documentação de todo o acervo que nós temos, o acervo que vai para a exposição e o acervo que fica salvaguardado na reserva técnica. A gente não tinha pessoal para isso, não tinha recurso, e aí com esse ajuste do termo de colaboração com o estado, passamos a ter um recurso destinado anualmente para certas atividades. Então para a documentação de todo o acervo, até o final do ano que vem, em outubro quando terminar o contrato de gestão com o estado, é para estar o acervo todo documentado. A pesquisa o Instituto ECOS sempre fez. Todo o acervo que está em exposição, 90% é fruto de pesquisa do Instituto ECOS. Na exposição, na sala maior aqui do prédio, nós temos o acervo de paleontologia e de arqueologia. É uma sequência cronológica das eras geológicas, Pré-cambriano, Paleozoica, Mesozoica e Cenozoica. Nós temos acervos que representam todas as épocas, fruto de pesquisas do Instituto ECOS. Na arqueológica, no período do caçador-coletor e depois do homem ceramista, nós temos diversos artefatos. Atualmente o Instituto ECOS está mais concentrado aqui no museu, mas a pesquisa ele vem desenvolvendo. Por exemplo, os fósseis dos dinossauros foi o Instituto ECOS quem começou lá e 2007. O levantamento dos engenhos de cana de açúcar do século XVII e XIX do Estado do Mato Grosso. Então o ECOS sempre foi muito ativo na questão da pesquisa”.

Vitória Ramirez: “Nós temos 40% do acervo documentado. Os itens em exposição estão todos documentados”.

Gilcimar: “As formas de entrada dos acervos são por pesquisa, doação, achados fortuitos?”.

Vitória Ramirez: “Acho que hoje em dia a maior parte do nosso acervo ele advêm de endossos. Porém os itens mais relevantes para o museu, são todos, quase todos, 90% são de origem de pesquisa do próprio Instituto ECOS. Doação a gente tem poucos casos”.

Enir Maria: “Acho que menos de cinco por cento. Acho que um por cento”.

- Pesquisa
- Documentação
- Exposição
- Ações educativo culturais
- Outra_____

- **Qual o total de itens salvaguardados pela instituição e suas tipologias?**

Enir Maria: “A gente pensa que chega a uns 60 ou 70 mil, mas ainda exatamente não temos (ideia do número de itens salvaguardados pela instituição)”.

- **Qual o total de artefatos com proveniência de Rondônia e as suas tipologias?**

Enir Maria: “Quantidade eu vou ficar te devendo, mas o que é que nós temos. Fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, tanto lascados quanto polidos. Tem um sítio em Rondônia, de Chupinguaia, que tem um sítio chamado Cemitério, que encontrou alguns ossos humanos. Inclusive no roteiro que você enviou você fala sobre repatriação, esse acervo especialmente de Chupinguaia deve estar retornando para Rondônia este ano ainda. Já tem toda uma tramitação, tudo praticamente pronto. A pessoa até me passou ontem o contato do professor que vai receber lá na UNIR (Carlos Zimpel). O acervo já está todo organizado para isso, só falta essa tramitação”.

Vitória Ramirez: “A gente não mencionou, mas a coleção em exposição ela é toda aqui do Mato Grosso. Somos o Museu de História Natural do Mato Grosso, a gente foca na história aqui do estado. Então todo o material que advêm de outros estados, o museu foi criado com o intuito de guardar a história do nosso estado, e a gente entende que cada estado deveria guardar a sua história. Temos total interesse em repatriar”.

Enir Maria: “Quem realizou esse projeto de pesquisa é uma empresa daqui. Lá em Rondônia naquele período também não tinha esse local de salvaguarda, até procuramos a universidade, enfim, e aí o IPHAN autorizou que ficasse aqui. Porém, agora que já encontrou esse local para salvaguardar lá, essa empresa que fez o trabalho em Chupinguaia solicitou que fosse para lá, tem um outro material de Ângelo Cassol (Usina Hidroelétrica), que ainda está aqui, mas também estamos organizando para ser repatriado para Rondônia. Quando nós fizemos esse trabalho em Ângelo Cassol, tinha-se a ideia de fazer um pequeno museu lá em Rolim. Ângelo Cassol fica próximo da cidade de Rolim de Moura, mas aí acho que não foi a diante”.

- **O que pode nos contar sobre a relevância científica e social dos acervos?**

Vitória Ramirez: “A gente tem aqui no museu um acervo extremamente relevante, não só para contar a Pré-história aqui do estado. Nós temos itens muito significativos para explicar a megafauna, não só do estado, mas a brasileira. Somos referência no estudo da mega fauna a nível nacional. Recebemos pesquisadores do Brasil todo. E a gente tem aqui a nível local, a importância do museu ela é gigantesca para trazer o interesse da juventude, da população local na ciência, no entendimento não só da Pré-história, mas no entendimento das populações tradicionais. Temos itens etnográficos também muito importantes. Temos um conjunto de seis mascaradas sagradas do povo Waurá que foi uma doação. Esse é um caso de doação de itens muito importantes, que são máscaras que não se encontram em quase nenhum museu e são muito representativas de um povo”.

Enir Maria: “A megafauna por exemplo, os fósseis que nós temos aqui são referência no Brasil, muitos pesquisadores vêm aqui para pesquisar esses fósseis da megafauna. O próprio dinossauro, a vertebra mais bem preservada está aqui. Quando a gente descobriu lá em 2007 e mandamos para o (inaudível), ele veio aqui, ele orientou um rapaz que fazia estágio na época. Ele falou, olha ‘você é um sortudo, porque eu não saio para orientar uma pessoa, geralmente é o orientando quem vai até mim. Eu vim até você’. Então é de uma representatividade imensa. E do acervo arqueológico também. Eu tive a oportunidade de participar de análises cerâmicas, e aí a gente acaba descobrindo de que população que era, de que etnia

que era, que já não existe mais. Aqui mesmo no Estado do Mato Grosso, alguns foram os Bororos, os Xaraiés que foram extintos. Então assim, é de grande valor para a pesquisa”.

- **Os acervos provenientes do Estado de Rondônia, após darem entrada na instituição foram consultados para:**

Enir Maria: “Não, não foi. Apenas essa Chupinguaia, por conta de um TAC, que alguém solicitou para fazer uma exposição, fotos para fazer uma exposição, mas virtual. Mas era para responder a esse TAC, não necessariamente de um pesquisador que tivesse vindo procurar”.

- Publicação de artigos
- Escrita de monografias
- Escrita de dissertações
- Escrita de teses
- Realização de exposição
- Outros _____

- **Como a instituição se financia anualmente?**

Enir Maria: “Em 2018 o Instituto ECOS assinou esse termo com o estado, esse termo de colaboração que vai até o final do ano que vem. E aí a ideia é que surja um novo edital que a gente possa concorrer, ganhar e que venha um recurso. Com esse termo de colaboração, temos um recurso destinado anualmente para essas atividades, embora engessado. Para cada atividade tem um determinado valor, mas está dando para a gente se manter. Deu para a gente contratar essas treze pessoas, pagas com esse recurso, e a maioria das atividades também”.

Vitória Ramirez: “É o recurso que garante a estabilidade, e que garante que a gente consiga dar continuidade as ações. Mas o museu ele é um bem do estado, então apesar do instituto ser o responsável pela criação do museu, pela utilização desse espaço para salvaguardar o material paleontológico e arqueológico, caso eles abram um novo edital e a gente não consiga ganhar a concorrência, não será o instituto mais o responsável pela gestão do museu”.

Gilcimar: “Vocês ainda emitem os endossos?”.

Enir Maria: “Sim, mas bem pouco. Tem uma outra empresa aqui que emite, e muitas (coleções) não ficavam aqui, iam para o Estado de São Paulo, para Goiânia. Da Usina Hidroelétrica de Manso, foi todo o acervo para Goiânia. Alguém emitiu o endosso de lá. Então hoje aqui ainda emite, porém poucos. A grande maioria do acervo que tem aqui veio de endosso, mesmo assim é pouco (no comparativo com a totalidade dos acervos). A Vitória diz que a capacidade da nossa reserva técnica é para mil caixas, acho que nem 30% dela está ocupada ainda”.

- **Qual a classificação do estado de conservação dos acervos?**

Enir Maria: “Como os sítios a grande maioria são a céu aberto, já em locais de ocupação (ocupação posterior), bastante fragmentos. Poucas vasilhas a gente conseguiu reconstituir inteira. Então, se a gente for analisar isso, os fragmentos estão em boas condições, mas não necessariamente de uma vasilha. Os cacos estão conservados, mas não necessariamente para reconstituir uma vasilha ou uma peça. Os machadinhos estão alguns inteiros, estão em um estado de conservação mediano”.

Vitória Ramirez: “Com relação a manutenção do material aqui, todos estão em bom estado de conservação. Conforme chegaram a gente tem mantido eles em bom estado de conservação. O nosso acervo está em bom estado de conservação, a gente tem uma grande preocupação”.

Gilcimar: “Vocês fazem aquelas atividades de manutenção de etiquetas, troca de sacolas plásticas?”.

Enir Maria: “Quando a gente inaugurou a nossa reserva técnica, a gente começou a fazer isso. Em 2019, a gente inaugurou ela em outubro, e aí até hoje estamos nessa organização, por falta de pessoal. Apesar de sermos treze pessoas, ainda falta pessoal para essa parte de etiquetas, de trocar sacolas. Agora mesmo estamos lá com uma moça responsável e mais dois estagiários mexendo com isso. A gente espera que até o final desse ano uma boa parte seja resolvida. Mas a gente está sempre mantendo bem acondicionado, bem higienizado”.

- Bem conservado
- Regular
- Mal conservado

• **A instituição possui política de endosso e gerenciamento de acervos?**

Vitória Ramirez: “De gerenciamento de acervos, sim”.

Enir Maria: “De organização nossa, política mesmo não. A gente está sempre solicitando um contrato, juntamente com um projeto que eles enviam. Mas política, uma política mesmo não temos”.

Vitória Ramirez: “Nós temos o Plano Museológico, mas quando o plano foi feito ainda não havia a política de acervos. Ai a gente fez em conjunto aqui com a equipe uma política de acervos, para lidar com aquisição e descarte, para estabelecer algumas diretrizes básicas, mínimas no cuidado com as peças, na regulação da temperatura, umidade. A gente tem esse documento”.

- Sim
- Não

• **A instituição tem planos de no futuro, promover a repatriação de acervos?**

- Sim
- Não

• **Para os casos dos acervos formados pela via da arqueologia preventiva, a documentação associada recebida pela instituição contempla os relatórios, registros e demais produtos relacionados a etapa de Educação Patrimonial?**

Enir Maria: “Sim, tem todos. Tem os relatórios de campo, de laboratório, de Educação Patrimonial e todas as fichas”.

• **Discorra, se assim desejar, sobre algo que julgue importante e não tenha sido contemplado pelo roteiro da entrevista, a respeito da sua instituição ou no que se refere ao acervo procedente de Rondônia**

Enir Maria: “Eu já deixei claro, mas não custa falar da nossa preocupação com a salvaguarda, com todo o acervo. A Casa Dom Aquino que é um patrimônio, o Instituto ECOS chegou aqui em 1998 e está aqui até hoje. Ou seja, há mais de 20 anos. A respeito dos recursos, a gente ficou aqui uns 10 anos ou mais, com voluntariado, porque a gente se preocupa mesmo. A casa, nós viemos para cá para

salvaguardar todo o acervo do Estado do Mato Grosso. E aí quando chega em Rondônia e não tem um lugar para salvaguardar, a gente trás para cá, mas a preocupação de repatriar, porque a gente entende que cada local tem que ter o seu acervo. A nossa preocupação é com a preservação do acervo, do patrimônio, do meio ambiente. E é por isso que nós estamos aqui, é por isso que somos bastante ativos”.

Gilcimar: “Na realidade, a preocupação de vocês não é só com a preservação, porque vocês têm uma preocupação enorme em dar sentido a preservação”.

Vitória Ramirez: “Com certeza, a preservação pela preservação, ela perde o sentido. A gente quer que o acervo seja visto, utilizado, e renda frutos para a sociedade”.

Gilcimar: “Além de acervos de Rondônia vocês receberam acervos de outros lugares?”.

Enir Maria: “Temos, mas pouquíssimos do Acre, também. A época demorou para chegar aqui esse acervo, porque estavam procurando lá em Rio Branco um local para deixar salvaguardado esse acervo, e acabou não encontrando, e veio para cá. Mas acho que são quatro caixas de polietileno de 20x50 cm. Acervo arqueológico, são vidros, cerâmicas, mais históricos, pouquíssimos Pré-históricos”.